



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOSIMAR PRIORI**

**CONFLITO, SELEÇÃO ESTRATÉGICA E CONCILIAÇÃO: POLÍTICA E  
DEMOCRACIA NA AÇÃO DE SETORES POPULARES EM SARANDI-PR**

**MARINGÁ - 2013**

**JOSIMAR PRIORI**

**CONFLITO, SELEÇÃO ESTRATÉGICA E CONCILIAÇÃO: POLÍTICA E  
DEMOCRACIA NA AÇÃO DE SETORES POPULARES EM SARANDI-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. CelenaTonella.

**MARINGÁ - 2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P958c Priori, Josimar  
Conflito, seleção estratégica e conciliação:  
política e democracia na ação de setores populares  
em Sarandi-PR/ Josimar Priori. -- Maringá, 2013.  
229 f. : il., figs.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Celena Tonella.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

1. Movimentos sociais. 2. Projeto político. 3.  
Associação de moradores - Sarandi-PR. 4.  
Configurações políticas. 5. Democracia, direitos e  
cidadania. 6. Clientelismo e privatismo. 7. Redes  
sociais - Sociograma. I. Tonella, Celena, orient.  
II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de  
Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 22. ED.322.48162

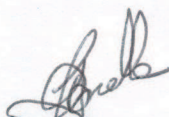
JLM-001029

JOSIMAR PRIORI

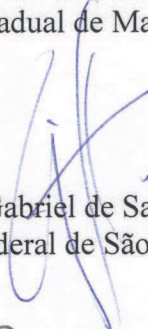
**Conflito, seleção estratégica e conciliação: política e democracia na ação de setores populares em Sarandi-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

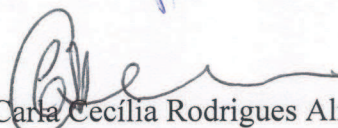
COMISSÃO JULGADORA



Prof.ª. Dr.ª. Celene Tonella  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



Prof.ª. Dr.ª. Carla Cecília Rodrigues Almeida  
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 26 de março de 2013

Local de defesa: Bloco H-12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Ao meu pai, Vendelino Priori Filho. À minha mãe, Rose Mary dos Santos Priori. Ao meu irmão, Juliano Priori. À minha noiva, Adriana Silva Oliveira. Ao meu primo-irmão, Carlos Eduardo Priori

## AGRADECIMENTOS

Por mais formal que este espaço possa parecer ao leitor, ao pesquisador é uma oportunidade singular para expressar sua gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para a realização da pesquisa. Mesmo sendo impossível mencionar o nome de todos que contribuíram direta ou indiretamente para a execução deste trabalho, ainda assim, cabe alguns agradecimentos.

Antes de todos, tenho uma grande dívida com minha professora e orientadora, Dr<sup>a</sup>. Celene Tonella, por acreditar neste trabalho e gastar tantas energias para que chegássemos até aqui. Sua leitura atenta e cuidadosa, sua orientação serena, respeitosa e sua precisão cirúrgica foram inestimáveis ao longo de todo o trabalho. Às professoras Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Rodrigues e Dr<sup>a</sup>. Carla Cecília Rodrigues Almeida, membros da banca de qualificação. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Dr. Gabriel de Santis Feltran que, por meio da riqueza de suas pesquisas, seu método de investigação, sua abordagem sociológica, sua belíssima redação e pela participação na banca de defesa pública desta dissertação, trouxe preciosas contribuições. Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Ainda no campo dos mestres, sou grato a todos os professores dos quais fui aluno. Desde a pré-escola até a pós-graduação, todos foram protagonistas da minha história e do meu aprendizado. Em nome do professor Amilton Costa, meu inesquecível professor de história da segunda etapa do ensino fundamental, na Escola Professor José Marchesine, homenageio todos que me apontaram e continuam a apontar os caminhos do saber. Agradeço aos funcionários do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da UEM. Aos colegas da 3<sup>o</sup> turma do programa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com os quais compartilhei angústias e sonhos e aprendi muitíssimo. Aos amigos do círculo da graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, com os quais criei profunda e rica amizade.

Agradeço ainda a Universidade Estadual de Maringá, centro de excelência no ensino, pesquisa e extensão. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa oferecida ao longo da pesquisa. De forma muito especial aos entrevistados para esta pesquisa, sujeitos que abriram as portas de suas casas e de suas vidas. Certamente termino esta pesquisa mais rico do que iniciei e agora sei mais sobre Sarandi do que antes. A todos os sujeitos que fazem parte desta dissertação, participantes de associações de moradores, de partidos políticos, de igrejas etc.

Não posso deixar de fazer um registro especial àqueles que me deram a vida e me ensinaram as primeiras letras, meus pais, Vendelino Priori Filho e Rose Mary dos Santos Priori; ao meu irmão, Juliano Priori, com quem cresci, briguei, xinguei, amei, aprendi; à minha noiva, Adriana Silva Oliveira, que, além de grande companheira, emprestou os ouvidos e compartilhou sua história comigo nestes dois anos de pesquisa, da mesma forma que soube docilmente aceitar meus momentos de ausência; e ao meu primo-irmão, Carlos Eduardo Priori, que com sua infância, graça e carinho, tornou os nossos últimos anos mais leves e felizes.

Agradeço àqueles que indiretamente fizeram com que esta pesquisa se tornasse realidade: pesquisadores, professores, bibliotecários, carteiros, funcionários dos espaços que visitei, redatores, editores, parentes, amigos, colegas de corredores, alunos, entre outros. Enfim, é possível que tenha esquecido de mencionar o nome alguém, se isso ocorreu, peço que me perdoe e que ainda assim aceite meus agradecimentos.

É imprescindível, por fim, afirmar que as qualidades desta dissertação se devem a participação de todos que dela fizeram parte, todavia, as lacunas que o leitor encontrar se deve a minha incapacidade de assimilar e interpretar corretamente as contribuições recebidas. Por isso, a escrita em primeira pessoa, ainda que com débito com todos, não posso me eximir da responsabilidade por todas as informações, análises e reflexões que o leitor encontrar nestas páginas.

MUITO OBRIGADO A TODOS

JOSIMAR PRIORI

Ache estranho o que não estranho,  
Ache difícil de explicar o que parece comum  
Ache difícil de entender o que se apresenta como a regra  
Desconfie de tudo!  
Diante da banalidade aja sempre com cautela  
E nunca deixe de fazer perguntas  
Caso seja necessário comece pelo que é mais comum  
Nunca ache natural o que acontece e torna a acontecer  
Num tempo de confusão e violência  
De desordem ordenada  
De arbitrariedade proposital  
De humanidade desumanizada  
Para que nada seja considerado imutável, nada.  
Nunca diga isso é natural.

Excerto do Prólogo de A Exceção e a Regra de Bertolt Brecht adaptado por Eduardo Montagnari para a montagem realizada pelo Teatro Universitário de Maringá em 1987.



## RESUMO

Procura-se neste trabalho investigar as diferentes configurações e padrões de ação coletiva assumidos por associações de moradores em Sarandi (PR). Pertencente à Região Metropolitana de Maringá, Sarandi é caracterizada como uma cidade repleta de desigualdades sociais e como um dos principais refúgios da população de baixa renda da região. Por meio de trabalho de campo exploratório, pela análise de documentos e, sobretudo, através de entrevistas semiestruturadas com os presidentes das associações de moradores desta cidade, busca-se compreender as diversas vertentes de atuação encontradas no associativismo de moradores em Sarandi, bem como suas principais características e seus padrões de atuação estruturados em distintos projetos políticos. É possível identificar que alguns sujeitos de associações de moradores se inscrevem no que podemos chamar de tradição dos movimentos sociais brasileiros, buscando sustentar sua ação por uma lógica participativa, conflitiva e reivindicativa. Outras associações se valem das parcerias construídas por meio de relações privadas com agentes do Estado para alcançar suas demandas. Há ainda outro grupo que pratica o que é chamado de *seleção estratégica* ao integrar elementos de diferentes matrizes políticas, imiscuindo em sua prática elementos mais conflitivos ou conciliadores, como estratégias disponíveis para o alcance de suas demandas. Por fim, busca-se analisar os significados de direitos, cidadania e democracia para as associações de moradores de Sarandi, bem como as implicações da ação desses sujeitos para a construção democrática.

**Palavras-Chave:** Política, Projeto Político, Democracia, Sarandi-PR, Associações de Moradores.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the different configuration and patterns of collective actions taken by residents' associations in Sarandi (PR). This county is located in the metropolitan area of Maringá and it is characterized as a city marked by social inequalities and as one of the main refuge of the low-income population in the area. Throughout exploratory field, documents analyses and, above all, throughout semi-structured interviews with residents' association presidents, it is intended to comprehend the several different action plans found within voluntary associations in Sarandi, as well as its main characteristics and patterns of structured actions of different political projects. It is possible to identify that some residents' association can be included in what we call tradition of Brazilian social movements, trying to support its action by a conflictive and revendicative reason. Some other association resorted to building partnership with private relations with State agents to reach their demands. There's also another group that puts into practice what it is called *strategic selection* when gathering elements from different political matrix, meddling with more conflictive or conciliator elements within their activities as available strategies aiming their demands. At last, it is intended to analyze the meanings of rights, citizenship and democracy according to the residents' associations in Sarandi, as well as the implications of these agents' actions towards the democratic construction.

**Keywords:** Politics, Political Project, Democracy, Sarandi, Residents' Associations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Avenida Colombo em horário de pico.....	39
Imagem 02 - Viela do Conjunto Mutirão.....	53
Imagem 03 - Avenida Nova Londrina – região sul da Cidade.....	54
Imagem 04 - Avenida Giro Watanabe – região norte da Cidade.....	55
Imagem 05 – Moradores Revoltados Contra a Falta de Água.....	64
Imagem 06 – Prédio do Departamento de Água e Esgoto.....	79
Quadro 1 – Número de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 até dezembro de 2011.....	40
Quadro 2 – Taxa de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 até dezembro de 2011.....	40
Quadro 3 – Desempenho das escolas de Sarandi no IDEB nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011.....	46
Quadro 04 – Situação atual das associações de moradores.....	128
Quadro 05 – Significado das siglas dos sociogramas.....	160
Sociograma 01 – Redes sociais Completa.....	164
Sociograma 02 – Partidos, prefeito e ex-prefeitos, vereadores, lideranças políticas, sindicatos e igrejas.....	166
Sociograma 03 – Prefeitos, vereadores, políticos e lideranças.....	170
Sociograma 04 – Partidos políticos, igrejas e sindicatos.....	174
Sociograma 05 – UNISAM e Associações.....	176

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[2002?]	Data Provável de Publicação.
ACIS	Associação Comercial e Empresarial de Sarandi
ATI	Academia da Terceira Idade
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
COHAPAR	Cooperativa de Habitação do Paraná
COHESMA	Cooperativa Habitacional dos Empregados de Maringá
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
[entre 2008 e 2009]	Trabalho provavelmente publicado entre estes anos.
f.	Folha
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GRC	Gabinete de Relações Comunitárias
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial
JR	Juventude Revolução (JR)
ONG	Organização não-governamental
ORPS	Ordem dos Pastores de Sarandi
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PJ	Pastoral da Juventude
UNISSA	Faculdade UNISSA de Sarandi
UNISAM	União Sarandiense de Associações de Moradores
USES	União dos Estudantes Secundaristas de Sarandi
IDEB	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 AUTORITARISMO SOCIAL E CONDIÇÕES PARA A POLÍTICA</b> .....	25
2.1 Sarandi – Cidade Para as Classes Baixas.....	32
2.2 Os Problemas de Sarandi Experimentados pelos Moradores.....	37
<b>3 NOVOS SUJEITOS ENTRAM EM CENA: UM PROJETO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO</b> .....	57
3.1 Novos Sujeitos Políticos: A Emergência dos Movimentos Sociais.....	57
3.2 O Nascimento do Projeto Democrático-Participativo em Sarandi – A Revolta das Torneiras Vazias.....	62
3.3 Um Novo Projeto Político em Ação.....	66
3.4 Do projeto Político ao Campo Político.....	84
3.5 A Chegada ao Poder: Contradições do Governo Democrático- Participativo.....	91
3.6 Velhos Governantes, Velhos Problemas: O Processo de Cassação de Milton Martini.....	99
3.7 Do Comitê de Luta Contra a Vinda de Lixo ao Comitê Contra a Corrupção – a Luta Pela Cassação de Milton Martini.....	100
<b>4 ASSOCIATIVISMO GOVERNISTA, ASSISTENCIALISMO E RESISTÊNCIA</b> .....	109
4.1 A Noção de Cidadania Mediada.....	110
4.2 UNISAM: Uma Organização em Disputa.....	112
4.3 O Papel do Prefeito Municipal.....	117
4.4 Caridade e Assistencialismo: Atendimento à População Pobre.....	123
4.5 Associações Desativadas.....	127
4.6 Associações Reivindicativas: Enfrentamento e Retaliação.....	136
<b>5 CONFLITO &amp; CONCILIAÇÃO: SELEÇÃO ESTRATÉGICA E REDES SOCIAIS NO ASSOCIATIVISMO SARANDIENSE</b> .....	147
5.1 Entre a Negociação e o Protesto – Seleção Estratégica.....	148
5.2 Análise das Redes Sociais.....	156
<b>6 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, DIREITOS, CIDADANIA E DEMOCRACIA</b> .....	178
6.1 Democracia e Descrédito do Legislativo Municipal.....	178
6.2 Dificuldades Recentes para as Associações de Moradores.....	189
6.3 Percepções Sobre Direitos, Cidadania e Democracia.....	199
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	206

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>214</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>222</b>

# 1 INTRODUÇÃO

“Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador.” (Provérbio Africano).

O texto que segue é resultado de uma pesquisa com associações de moradores no município de Sarandi-PR. Procurando, tanto quanto possível, dar voz a sujeitos populares e me dirigir por elas, busco investigar as configurações sociais assumidas pelas associações de moradores deste município. Desde o começo, estive claro que o objeto de estudo seria organizações populares em Sarandi, no entanto, apenas após um período de observação, notei que as associações de moradores são o principal tipo de organização popular em Sarandi. Assim, o processo de formulação da pergunta de investigação e dos objetivos foi lento e demandou uma série de observações de campo, leituras e reformulações teóricas. Considerando a complexidade das relações associativas e as diversas concepções sociais e políticas percebidas ao longo da primeira etapa do trabalho de campo, finalmente me propus a investigar os padrões de atuação e as configurações políticas assumidas pelas associações de moradores de Sarandi.

Este objetivo central se desdobrou em alguns objetivos específicos. Primeiramente, busquei compreender as principais características sociais e políticas do município de Sarandi, centrando a análise especialmente na forma como os sujeitos da pesquisa compreendem o município e seus principais problemas. Identificado este processo, busquei compreender como se constitui em Sarandi os movimentos populares, suas configurações e a constituição de um projeto político próprio das classes populares. Em seguida, busquei investigar a ação das associações de moradores, suas configurações, suas divergências, suas linhas de atuação e os seus principais parceiros políticos. Neste momento foi importante voltar a atenção para a pluralidade e mesmo para o antagonismo entre os diversos sujeitos associativos, bem como para as redes sociais das quais estes sujeitos participam. Por fim, busquei analisar os distintos projetos políticos presentes na ação das associações, seu impacto no espaço público, bem como as noções de direitos, cidadania e democracia, formuladas desde as associações de moradores.

A pesquisa exigiu formas diversas de investigação. Sinteticamente, realizei um trabalho de observação e participação juntamente aos segmentos populares de Sarandi, iniciado no primeiro semestre de 2011 e concluído no segundo semestre de 2012. Paralelamente busquei recolher o máximo de documentos, matérias jornalísticas e registros

que pudessem informar a pesquisa<sup>1</sup>, bem como acompanhei alguns dos blogs sobre política de Sarandi. Contudo, o número de documentos levantados ao longo da pesquisa foi relativamente insuficiente para sanar todas as dúvidas históricas, então, realizei duas entrevistas (gravadas, mas não estruturadas) com militantes dos movimentos populares de Sarandi com o objetivo de confirmar ou encontrar novas informações. No entanto, o uso destes documentos, entrevistas e blogs objetivou apenas complementar as informações e auxiliar na análise das configurações associativas, de modo que não se trata de esmiuçar ou reconstruir a história a partir destas fontes.

Ainda realizei entrevistas de natureza semipadronizada com 26 presidentes de associações de moradores, entre eles o também presidente da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM). Entrevistei tanto as associações ativas, como as inativas<sup>2</sup>. Neste caso, entrevistei o último presidente ou algum membro da última diretoria que se dispôs a conceder o encontro. Ainda confabulei com o ex-presidente da UNISAM, que esteve no comando da organização entre 2007 e 2010. Concomitante às entrevistas, apliquei também um questionário cujo objetivo foi identificar as redes sociais que estes sujeitos compartilham.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas ao longo de janeiro e fevereiro de 2012 e todas foram gravadas e integralmente transcritas. Para esta etapa busquei preservar as características da linguagem oral, da forma como foram pronunciadas no ato da entrevista, retirando apenas alguns vícios de linguagem. Tal procedimento ajuda a minimizar os impactos da transposição da linguagem falada para a linguagem escrita, onde gestos, silêncios, risos e outros elementos subjetivos não podem ser notados. Embora me valendo do roteiro<sup>3</sup>, as entrevistas ocorreram da forma espontânea. Apesar da inibição do gravador, a maioria dos entrevistados estiveram a vontade, mesmo ao tratar de temas polêmicos.

Juntamente com a realização das entrevistas, apliquei um questionário às lideranças populares, cujo objetivo foi identificar os principais parceiros políticos deles e construir visualmente sociogramas, por meio do software UCINET<sup>4</sup>. A metodologia das redes sociais

---

<sup>1</sup> A catalogação, arquivamento e análise dos documentos foi muito facilitada graças ao scanner móvel adquirido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM por meio do Edital 11/2009 Pró-Equipamento da CAPES. Por meio deste equipamento foi possível copiar os documentos e salvá-los em um computador sem que fosse necessário fotocopiá-los ou retirá-los do local onde se encontravam.

<sup>2</sup> Apesar de localizarmos o registro de vinte e nove associações de moradores, em três delas não foi possível encontrar nenhum membro para entrevistar.

<sup>3</sup> Ver apêndice A.

<sup>4</sup> Software capaz de construir um tipo de quadro gráfico chamado sociograma. Este nos permite visualizar as redes de contatos, as principais lideranças e os grupos marginais no espaço social. Esta ferramenta foi importante para analisar as diferentes vertentes e projetos políticos presentes em Sarandi (Cf. NASCIMENTO, 2010).



(MOURA E SILVA, 2008) foi útil para abordar os sujeitos em foco a partir de uma perspectiva relacional e dinâmica, ou seja, estes atores não estão isolados em seu mundo, mas relacionam-se com distintas instituições e atores sociais. Essa metodologia nos permite romper com uma visão estática e substancialista do movimento social. Assim, essa técnica possibilita a adoção de um enfoque processual e relacional que permite analisar a relação dos atores dos movimentos sociais e sua relação com outros atores e instituições, inclusive na política institucional.

É importante salientar que as entrevistas, bem como os demais documentos e atividades, não são consideradas como fatos concretos, mas uma representação do mesmo, feita a partir de um sujeito, que reinterpreta e reconfigura suas histórias, análises, sentimentos e valores a luz de seu quadro de referência e do mundo sensível que experimenta. Neste sentido, é preciso considerar que a narrativa que fazemos é uma versão perpassada pelas imagens dos entrevistados.

Na base dessa formulação, encontra-se a noção de matrizes discursivas, elaborada por Sader (1988). Trata-se de sistemas de comunicação de onde os sujeitos sociais extraem as referências para seus discursos. Segundo o autor, os sujeitos sociais não podem no ato de sua ação elaborar seus sistemas de comunicação e suas práticas. Assim, eles recorrem as matrizes discursivas para produzi-los: “os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais” (SADER, 1988, p. 142). Assim, matrizes discursivas

[...] Devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais onde são emitidas as falas (SADER, 1988, p. 143).

Desse modo, nem tudo que os sujeitos pensam, falam ou fazem é fruto de sua criatividade imediata. Por outro lado, estes também não são autômatos que simplesmente reproduzem determinações externas. Assim, as matrizes discursivas são incorporadas, mas também interpretadas e ressignificadas a luz da realidade social imediata, das experiências pessoais e do confronto com outras correntes discursivas:

Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas elaborações de sentido, eles recorrem

a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidade de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre a realidade e representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnada estão umas das outras. Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que usam (SADER, 1988, p. 142).

Dessa noção de matrizes discursivas passamos à noção de projeto político, formulada por Evelina Dagnino (2002, 2004), que sinteticamente diz respeito ao conjunto de valores, noções, crenças e representações sociais que o sujeito social utiliza para orientar sua ação. A noção de projeto político será mais detidamente apresentada no primeiro capítulo, mas é importante desde já salientar que ela pressupõe a extensão da ação política para fora do âmbito institucional, compreendendo que a disputa política ocorre também na sociedade, bem como considera que há um vínculo indissolúvel entre cultura e política. Ao articular a noção de projeto político a de matrizes culturais, entendo que um projeto político contém e veicula uma matriz discursiva, por meio da qual os sujeitos elaboram suas experiências e produzem novos significados e configurações.

Assim, compreendo que a ação dos sujeitos estudados neste trabalho são orientadas por projetos políticos distintos, de onde os presidentes partem para elaborar seus discursos e suas ações práticas. É importante salientar ainda que é impossível falar de um tipo puro de determinado projeto político em oposição a outro tipo puro de projeto político. Na realidade, estes indivíduos se orientam predominantemente por determinadas matrizes, o que não os impendem de incorporar elementos de outras matrizes distintas e muitas vezes antagônicas.

## DO PAPEL DO PESQUISADOR E DA RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE

O contexto sócio-histórico é uma espécie de base primária a partir do qual o pesquisador parte para desenvolver o seu trabalho, tomando como referência ao menos parte da produção intelectual acumulada até então pela humanidade. No entanto, longe de algum determinismo, a relação entre o pesquisador e sua pesquisa requer criatividade e inovação. Em contato com sua pesquisa o pesquisador refaz sua identidade, elabora e reelabora suas dúvidas e persegue respostas sempre inauditas, dada a singularidade com que cada ser humano interpreta e age sobre o real. Nesse processo, as escolhas teóricas e ideológicas do pesquisador influenciam as perguntas que faz, a metodologia empregada para pesquisa, bem como os resultados alcançados.

Assim, o trabalho de pesquisa herda e, em certa medida, cristaliza o conhecimento acumulado, mas também é clivado pelas falhas e limites humanos, materiais e subjetivos, o que, contudo, não deve ser visto como desabono do seu trabalho. No entanto, é preciso que estes limites sejam considerados a fim de que o trabalho acadêmico não seja idealizado e mesmo tomado como dogma portador de verdades irrevogáveis. Em um trabalho como este – trata-se da primeira pesquisa propriamente dita de um estudioso e funciona como um passaporte de entrada ao mundo intelectual – inúmeros limites estão postos e delimitam as fronteiras da pesquisa: os prazos para entrega da dissertação, a inexperiência para interpretar e analisar a bibliografia em tempo hábil, a ansiedade da juventude, o histórico familiar e social inspirando e estruturando as escolhas, as apostas teóricas e práticas, caracterizando o trabalho por uma singularidade apaixonada, mas também colocando limites quase intransponíveis a não ser pelo longo tempo de reflexão e estudo, nem sempre possíveis no prazo para entrega do trabalho final. Enfim, o que tento ressaltar é que esta – como qualquer pesquisa – está situada histórica e socialmente.

De fato, a ação humana cristaliza em si vasta e cumulativa experiência legada do passado, de modo que inescapavelmente parte significativa do que somos, fazemos e pensamos herdamos dos nossos antepassados. Evidentemente, a história não é determinista e, portanto, temos capacidade não apenas de selecionar boa parte do que queremos incorporar, mas também de ressignificar o real, bem como de inventar algo novo.

Tais reflexões nos remetem a Karl Marx, autor que compreendeu como poucos a influência da sociedade sobre o indivíduo, sem se furtar, no entanto, de reconhecer as possibilidades de ação do sujeito, ainda que sob condições historicamente determinadas<sup>5</sup>. Nesse sentido, Marx afirma que

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1997, p. 21).

Na obra em que a citação acima se encontra, a saber, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa a ação das diversas classes sociais na sua singularidade construída nas disputas reais. Assim, elas não são pré-determinadas material ou teoricamente e

---

<sup>5</sup> A relação entre estrutura e superestrutura é, sem dúvida, um dos capítulos mais discutidos na história do marxismo. Tal controvérsia não será levada adiante neste trabalho, mesmo porque já foi debatida exhaustivamente. Assim, reservo-me a interpretação apresentada nestas páginas, a qual está baseada nas considerações de Marx encontradas em *O 18 Brumário* (1997) e nas considerações de Thompson (2011 e 2012) e Williams (1979).

simplesmente reproduzem o que as condições estruturais determinam. Elas agem, acertam, erram, interagem e se reconstituem. Enfim, são os homens que fazem sua história, ainda que herdem das gerações passadas o cenário no qual atuarão, são eles os sujeitos da história e eles que definem, pelos menos parcialmente, seus destinos.

Neste sentido, em minha interpretação, está claro o movimento histórico e dialético sobre o qual Marx constrói sua obra: a história condiciona – mas não determina absolutamente<sup>6</sup> – a ação dos homens; os homens, por sua vez, reinterpretem sua história e constroem seu futuro. Esta construção, por seu turno, será o passado das gerações futuras, que o enfrentarão e o ressignificarão. Assim é o movimento da história, em que sujeitos e estrutura, em que material e espiritual, se influenciam mutuamente, em que a estrutura material coloca questões para os homens, mas que estes as refazem e nesse processo transformam a si mesmos. O próprio trabalho do pesquisador é exemplo desse movimento: à medida que o pesquisador realiza o trabalho coloca nele sua singularidade, mas nem por isso deixa de ser largamente influenciado pela macroestrutura tanto material como espiritual. Igualmente, as disputas na sociedade, os projetos políticos que se constituem e buscam afirmar seus interesses operam de maneira semelhante.

Esta famosa passagem de Marx pode nos remeter à relação entre o indivíduo e a sociedade – assim como à relação entre sujeito e objeto – e nos levar a perguntar até que ponto as condições materiais definem a ação do indivíduo. Em outras palavras, somos impulsionados a pensar no grau de determinação daquilo que a literatura marxista clássica costumou chamar de condições objetivadas dadas. Edward P. Thompson soube lidar com este problema sem, contudo, negligenciar a liberdade e a ação humana. O clássico de Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, é uma obra exemplar para a reflexão em questão. O argumento que perpassa a obra é que a classe operária inglesa tanto foi formada como se fez a si mesma. Assim, afirma o historiador inglês: “a classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2011, p. 09).

Esta vertente de interpretação da obra de Karl Marx procura escapar dos reducionismos economicistas e reconhecer a ação humana como elemento construtor da história. Segundo Thompson, a classe se forma quando um grupo de homens participa da mesma experiência e articula a identidade de seus interesses entre si e contra os homens cujos interesses diferem dos seus. O autor salienta que, enquanto a experiência de classe é

---

<sup>6</sup> Raymond Williams (1979, p. 89) fala em determinação como fixação de limites.

determinada em grande medida pelas relações de produção, a consciência de classe, por sua vez, “[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (THOMPSON, 2011, p. 10). Assim, para Thompson, existe um grande espaço entre a determinação e a forma como os homens em seus contextos históricos específicos elaboram sua experiência: “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma<sup>7</sup>” (THOMPSON, 2011, p. 10).

Este autor se propõe a realizar um trabalho que busca interpretar a história passada não por meio das preocupações futuras<sup>8</sup>, mas por si mesma. Isto é, Thompson objetiva recuperar a experiência do período estudado, sem buscar explicar evoluções posteriores com bases no passado. Neste sentido, o autor realiza uma historiografia, por assim dizer, dos silenciados. Crítico de uma vertente em que “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (THOMPSON, 2011, p. 14), o autor pretende compreender os sujeitos estudados por sua própria experiência<sup>9</sup>.

Mesmo correndo o risco de fazer uma transição muito rápida, considerando o limite desta introdução, me reporto a Eder Sader (1988), autor de um estudo clássico sobre as novas configurações da classe trabalhadora brasileira, mais precisamente da região da Grande São Paulo, nos anos 1970 e 1980. De acordo com Sader (1988), a partir do que foi chamado “condições objetivas dadas”, não é possível deduzir as especificidades do comportamento dos sujeitos sociais. Claramente influenciado, entre outros, por Thompson<sup>10</sup>, Sader (1988) chama a atenção para as experiências e ressignificações que os sujeitos operaram atribuindo novos sentidos e valores às suas necessidades de reprodução. Para o autor, restringir a explicação à análise de condições estruturais oculta o que “[...] os antropólogos chamaram de ‘enorme plasticidade do organismo humano’: ou seja, a grande gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação dada” (SADER, 1988, p. 41). Sader (1988) salienta que restringir a

<sup>7</sup> A afirmação de Thompson de que “causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África” (2011, p. 15) explicita bem o caráter de “fabricação” da consciência.

<sup>8</sup> Para Thomson “não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior” (THOMPSON, 2011, p. 14)

<sup>9</sup> “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais” (THOMPSON, 2011, p. 14).

<sup>10</sup> Outros autores também são relevantes na obra de Sader (1988), tais como Antônio Gramsci e Cornelius Castoriadis.

explicação por “condições objetivas” acabam por deixar de considerar a autonomia dos sujeitos e o seu papel criativo na história. Nesse sentido, convém retomar as palavras do autor:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da *experiência* das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos se constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela ‘estrutura já dada’ é também produzida pelas interações e lutas de classe) (SADER, 1988, p. 44-45, grifos do autor).

Na esteira destes autores, portanto, a compreensão deste trabalho é que a relação entre determinação estrutural e ação humana é complexa, mutuamente influenciada e que o sujeito humano é passível de criação de novas experiências a partir do dado estrutural.

## IDENTIFICANDO SUJEITOS E OBJETOS

Este trabalho se insere em uma tradição de estudos sociais que pretende fazer pesquisa, por assim dizer, a partir de uma perspectiva do oprimido, em outras palavras, dos que se encontram em uma posição social de dominados. Nesta pesquisa, a exemplo de Ecléa Bosi (2003), busquei interagir com o sujeito pesquisado, ao contrário de ver nele apenas um objeto que me oferece dados. A condição humana é rica demais para reduzirmos a pesquisa apenas a coleta de dados. Deste modo, a tentativa foi estabelecer uma relação social com o sujeito pesquisado que me permitisse mergulhar em sua vida, seus dramas, suas vitórias e derrotas, suas vidas e visões de mundo.

Evidentemente, a própria relação pesquisador/pesquisado é uma relação social e como tal deve ser pensada. Neste sentido, é um equívoco e, talvez, um desrespeito à história e a própria vida deles tratá-los pura e simplesmente como objetos, coisas distantes e que oferecem suas experiências para que o pesquisador possa delas extrair verdades. Assim, tanto o pesquisador, como o pesquisado, encontram-se na posição de sujeito e objeto. Sou sujeito à medida que os procuro para ouvi-los e narrar suas trajetórias de luta e de resistência, de negociação, de parcerias; são sujeitos ao passo que habitam o mundo, exercem uma atividade política, são sujeitos de atos e palavras, são seres singulares, sociais e políticos.

Ocupando uma posição de oprimidos na hierarquia social, estes sujeitos lutam e trabalham para melhorar suas vidas, independentemente da estratégia adotada e dos projetos políticos que compartilham. E isso deve ser valorizado, ainda que não feito de acordo com o

que prescreve a literatura sociológica e política. Ainda que, como todos, apresentem suas contradições e ambiguidades, são sujeitos sociais a atualizar o espaço público, a fazer política, onde ela muitas vezes não é reconhecida, segundo a visão das classes dominantes. Fazendo minha as palavras de Eclea Bosi, afirmo que “nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (BOSI, 2003, p. 38).

A forma como Sader (1988) trabalha com a noção de sujeito indica como ela é concebida nesta pesquisa. Com efeito, o autor reconhece que a noção possui certas ambiguidades – sucedâneos como atores ou agentes também – e salienta que esta expressão não designa necessariamente autonomia. Com fundamento em Castoriadis, Sader (1988) ressalta que a noção de sujeito pode representar tanto autonomia como heteronomia. Neste sentido, a expressão não é usada para expressar um sujeito histórico privilegiado, decorrente de sua posição na estrutura social, como a classe operária, rotulada, a priori, em parte da literatura marxista tradicional, como a classe revolucionária,

Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias (SADER, 1988, p. 55).

É preciso esclarecer ainda de onde este pesquisador fala. Sou morador de Sarandi desde criança, de modo que esta pesquisa extrapola as relações objetivas e distantes apregoadas pelo positivismo epistemológico. Neste sentido, esta pesquisa aglutina interesses acadêmicos, políticos e afetivos<sup>11</sup>. Em Sarandi eu vivi os belos e sofridos anos da minha infância e adolescência. Foi também nesta cidade que aprendi as primeiras letras, me tornei um trabalhador e ingressei no mundo acadêmico.

Esta pesquisa teve o seu germe no desejo de construir um estudo que fosse capaz de abordar as dificuldades enfrentadas pelos sarandienses e que pudesse analisar a organização e luta dos mesmos. Os motivos foram próximos àqueles pelos quais os movimentos sociais se constituem e lutam. É a discriminação regional, onde o sarandiense aparece nos discursos

---

<sup>11</sup> Recém-chegados da zona rural, meus pais não tinham nenhuma qualificação profissional e em tempos de crise econômica e desemprego – era janeiro de 1993 – se viraram como puderam para criar meu irmão e eu e zelar pela saúde de meus avós que residiam conosco.



regionais, em muitos casos, como uma cidade de pobres, de gente criminosa e mesmo perigosa<sup>12</sup>, é a falta de infraestrutura urbana, de educação e saúde de qualidade, são os políticos conservadores explorando a miséria e a ignorância, é a massa de trabalhadores que enfrenta diariamente ônibus lotados para servir de mão-de-obra nos comércios e indústrias maringenses. Desejoso de poder tematizar sociologicamente esta situação passei a elaborar um projeto de pesquisa que foi vagarosamente criando corpo até desembocar nestas linhas que agora redijo.

Para além de sujeito pesquisador, à medida que o processo de pesquisa e o envolvimento com os movimentos sociais foram se aprofundando, eu próprio fui me incorporando ao grupo e aos poucos passei a fazer parte daqueles movimentos sociais contestatórios. Deste modo, está pesquisa não é apenas sobre e desde os moradores de Sarandi, mas também sobre e desde os movimentos sociais desta cidade. Embora desde o começo tenha me apresentado como pesquisador, esses sujeitos me reconheceram como um jovem professor engajado e “de luta”. Muitos sujeitos que conheci ao longo da pesquisa, mais que colaboradores ou informantes, se tornaram amigos e participantes da pesquisa, de modo que já é difícil falar em um “eles” e um “eu”, porque me integrei a eles, me tornei parte do “nós”. De fato, não foram poucas as reuniões, manifestos e outras formas de ação direta que contaram com a minha participação ativa.

## SOBRE A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Trabalho com a hipótese de que a precariedade das condições de vida da cidade (pobreza, doenças, empregos precários, preconceito e desigualdade regional, infraestrutura precária, vulnerabilidade social, violência etc.) são condicionantes materiais que estimulam parte da população a se organizar por meio de associações de moradores, o que não significa que não haja peculiaridades em sua ação, nem que esta seja uma relação direta. Este associativismo possui configurações e lutas diversas, por vezes fazem uso de uma matriz democrático-participativa, por vezes recorrem a redes de clientelismo e patronagem, ou mesmo transitam entre estas e outras matrizes políticas e sociais.

Os problemas sociais que impulsionam a ação destes sujeitos são parecidos, contudo a resposta a estes problemas variam enormemente de acordo com as redes sociais as quais

---

<sup>12</sup> Não é o objetivo central desse trabalho estudar o preconceito regional, mas a título de ilustração, circulou nas redes sociais da região uma imagem fazendo uma analogia entre o filme o Rei Leão e a região de Maringá. Essa imagem simula um diálogo entre Simba e seu Pai: diz o rei Leão “Está Vendo, o que o sol toca é Maringá, nosso reino ...”; Simba responde: “mas aquele lugar escuro ali?”; “Aquilo lá é Sarandi e você nunca deve ir lá”



participam e os projetos políticos e visões de mundo que compartilham. Neste sentido não há determinismo material: sua ação, embora parta de uma questão social, é configurada pelos seus valores políticos. Em termos gerais, dois projetos sócio-políticos estão arraigados e em disputa nas práticas sociais em Sarandi. Um de natureza conservadora, que se caracteriza pelo encolhimento dos espaços públicos, da forma aqui concebida, e um projeto político democrático-participativo, que tem como pressuposto a luta pela construção de uma sociabilidade democrática. Estes projetos políticos são acessados, experimentados e ressignificados de diferentes maneiras pelas diversas vertentes associativas.

Parte do movimento popular realiza a transição das necessidades sociais para a luta política a luz do projeto político democrático-participativo e atuam por meio de assembleias, ações diretas, protestos, atos públicos, discursos com denúncias, tematizando os problemas sociais e cobrando políticas universais do governo. Essa incursão pública faz com que eles sejam ouvidos e possam resistir às investidas de encolhimento da sua atuação política. Por outro lado, uma parte significativa das associações de moradores, iluminados por um projeto político conservador, aposta na parceria com o prefeito da cidade ou com outros políticos tradicionais e empresários na esperança de obter benefícios imediatos para seu bairro. Ainda há uma terceira vertente chamada neste trabalho de *seleção estratégica*, justamente pelo fato de que estes sujeitos acessam seletiva e estrategicamente elementos de diferentes projetos políticos com o objetivo de conseguir atendimento de suas demandas.

Para efeitos metodológicos expositivos, o texto está organizado em cinco capítulos. Inicialmente busco caracterizar a constituição e o crescimento de Sarandi, bem como os problemas da cidade a partir da experiência dos entrevistados. A partir de seus relatos, interpreto que as dificuldades enfrentadas pelos moradores, tais como problemas de infraestrutura, violência e precariedade da saúde e da educação são características do autoritarismo social arraigado nas estruturas sociais brasileiras. No entanto, os moradores não assistem passivamente aos seus problemas e de sua cidade. É a partir daí que surge a motivação para criar organizações coletivas e lutar por melhores condições.

Em seguida, a análise é centrada na formação de um projeto político democrático-participativo, oriundo das camadas populares sarandienses. Estes sujeitos buscam problematizar e questionar os problemas sociais enfrentados historicamente pelos moradores. Nesse contexto, dou destaque para duas lutas empreitadas por este campo político: a luta contra a privatização do Departamento de Água e Esgoto de Sarandi, ocorrida nos últimos anos da década de 1990, e o processo de cassação do prefeito Milton Martini (PP) entre 2009 e 2010. A seção subsequente tratará sobre o encolhimento do movimento democrático-

participativo à medida que um associativismo ligado a um projeto político conservador avança em parceria com o prefeito Carlos de Paula (PDT), o qual foi eleito como vice em 2008 e assumiu a prefeitura em 2010, após a cassação do prefeito Martini.

A quarta seção se propõe analisar o que chamo de *seleção estratégica*, isto é, uma gama de sujeitos sociais incorporam seletivamente elementos oriundos dos diferentes projetos políticos e os instrumentalizam como estratégias movidas para obter suas demandas. Assim, longe de estarem situados em um dos polos do espectro político, estes sujeitos transitam entre diferentes projetos políticos. A análise das redes sociais, assim, é importante para observar a confluência ou tensões entre os grupos distintos bem como para compreender a complexidade das relações sociais travadas neste âmbito. Percebe-se, assim, que os campos políticos não estão isolados e em completa oposição. Na verdade, apesar de possuírem uma linha social e política predominante, em muitos momentos os diversos sujeitos estabelecem relações com outros projetos políticos.

Por fim, busco analisar o processo de construção democrática em Sarandi. Sendo este um processo sempre descontínuo, é possível evidenciar um forte descredito do legislativo e da participação popular em associações. Todavia, associações ligadas aos distintos projetos políticos tendem a analisar e enfrentar o déficit participativo de forma distinta. Em seguida, busco compreender as noções encontradas (ou não) nas falas dos entrevistados sobre direitos, cidadania e democracia.

## 2 AUTORITARISMO SOCIAL E CONDIÇÕES PARA A POLÍTICA

Eu vivo em tempos sombrios.  
Uma linguagem sem malícia é sinal de  
estupidez,  
uma testa sem rugas é sinal de indiferença.  
Aquele que ainda ri é porque ainda não  
recebeu a terrível notícia.  
Que tempos são esses, quando  
falar sobre flores é quase um crime.  
Pois significa silenciar sobre tanta injustiça?  
(Bertold Brecht)

As considerações aqui traçadas serão iluminadas fundamentalmente pela noção de espaço público de Hannah Arendt (2010) e pelas noções de projeto político, autoritarismo social, cultura e política formuladas por Evelina Dagnino (1994, 2000, 2002 e 2006). Este conjunto teórico se caracteriza por buscar a apreensão da complexidade das relações sociais e por rejeitar dicotomias recorrentes em muitas pesquisas, tais como Estado versus sociedade civil, teoria versus prática, estrutura versus superestrutura, bem como política versus cultura.

Esta tentativa de escapar dos mecanicismos e das dicotomias está presente nos esforços analíticos de Evelina Dagnino, autora que propõe uma abordagem que reconheça a cultura como aspecto importante da disputa política e da constituição de diferentes projetos políticos:

Na verdade, foi exatamente contra a ‘esquizofrenia’ das análises políticas da democratização – que segregam o institucional do não-institucional, o Estado da sociedade civil, o político do cultural – que decidi trabalhar no sentido de um marco teórico capaz de dar conta dessa complexa multiplicidade, sem obscurecer o que me pareciam ser aspectos concretos e cruciais da ação coletiva dos movimentos sociais (DAGNINO, 2000, p. 95).

É importante também esclarecer a centralidade da noção de projeto político para esta pesquisa. É por meio dessa chave analítica que estudo os diversos padrões e configurações políticas presentes no município de Sarandi. Um projeto político é compreendido como uma matriz política, social e cultural de onde diferentes sujeitos buscam referências para sua ação, mas também, ao mesmo tempo, as modificam e resignificam. Segundo Dagnino (2004), um projeto político consiste em um conjunto de valores, crenças, interesses e representações do que deve ser a vida em sociedade e que orienta a ação política de diferentes sujeitos. De acordo com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), esta noção pretende enfatizar a intencionalidade como elemento importante da política, considerando o papel do sujeito e da ação humana como dimensões essenciais da política. Segundo os autores, essa ênfase é

importante em tempos que uma concepção política, no caso o neoliberalismo e a globalização, aparecem como um processo naturalizado, “o que obscurece seu caráter de resultado de ações políticas, conferindo-lhe uma inexorabilidade que elimina a possibilidade de outras escolhas políticas” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 39).

Esta noção apresenta a compreensão de que a política também é um terreno estruturado por escolhas expressas nas ações dos sujeitos, “[...] orientadas por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 39). Nesse sentido, um projeto político comporta um vínculo indissolúvel entre cultura e política, de modo que “[...] não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 39). Assim, da mesma forma que os sujeitos sociais se apoiam em configurações culturais macrosociais, eles também inserem novos elementos que podem transformar e reinterpretar o repertório cultural e as práticas da sociedade.

Outra característica importante dessa noção é que ela não se restringe a ações sistematizadas no campo político institucional, mas comporta uma série de sujeitos sociais, temas e formas de ação política nas mais diversas instâncias societárias. Dagnino, Olvera e Panfichi salientam que

Essa flexibilidade da noção aqui adotada permite que ela seja capaz de dar conta da multiplicidade e diversidade dos sujeitos políticos envolvidos no processo de construção democrática e das suas diferentes formas de ação política, com frequência desconsideradas nas análises desse processo (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 40).

Nesse sentido, um projeto político é um conjunto mais ou menos organizado de ideias, interesses, valores e crenças que norteiam a ação dos distintos grupos na luta pela hegemonia. Para os autores, atualmente, na América Latina, dois principais projetos políticos encontram-se em disputa. De um lado temos um projeto herdeiro da tradição autoritária latino-americana, que se reveste de traços neoliberais e por outro um projeto democrático-participativo herdeiro da luta dos movimentos sociais. Por serem projetos políticos em disputa, o próprio processo de democratização<sup>13</sup> não é concebido como contínuo ou circunscrito ao Estado, mas como construção:

---

<sup>13</sup> Os autores compreendem o processo de democratização na sua extensão para todas as esferas da vida social: “A construção da democracia não se refere aqui à consolidação da democracia eleitoral, mas a seu

Um processo complexo, desigual e contraditório, distinto em forma e ritmo em cada nação, determinado tanto pelas especificidades históricas locais, regionais e nacionais, como pelas condições criadas pela globalização e pela intervenção de agências multilaterais, redes internacionais de ONGs e movimentos sociais alternativos (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p.7).

É importante salientar ainda que os projetos políticos não são blocos fechados, da mesma forma que os grupos que os formulam não são impermeáveis e em absoluta oposição a outras vertentes. Na realidade, a forma como os projetos políticos são produzidos, incorporados e transformados podem oscilar e, em alguns casos, mesmo mesclar elementos de distintas matrizes político-culturais. Assim, é possível que alguns sujeitos incorporem radicalmente um projeto democrático participativo e que rejeitem outras formas de ação, tomadas como conservadoras para este grupo. Por outro lado, também é possível a incorporação radical de outro projeto político, seja conservador, seja neoliberal. No entanto, além da possibilidade da construção de outros projetos políticos, é possível a incorporação em diferentes graus de elementos destes projetos já instituídos, de modo que a ação de um amplo grupo de sujeitos pode alternar por diferentes concepções de acordo com o contexto com que se defrontam<sup>14</sup>.

As noções de política e de espaço público, formuladas por Hannah Arendt, também são caras a este trabalho. Para Arendt, política não se define pela força, mas pela participação em um mundo comum, isto é, a política é o próprio mundo formado entre os homens. Nesta concepção, a liberdade e a igualdade são fundamentais para que ocorra a política, atividade humana de maior grandeza. Somente nestas condições que é possível constituir um espaço público, onde os homens podem usar de sua qualidade da fala para se expressar como nenhum outro, bem como podem agir, o que lhes permite criar algo inesperado, inédito.

---

aprofundamento e ampliação para novas esferas da vida pública e, portanto, à extensão mesma do conceito de política e de cidadania” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 7).

<sup>14</sup> Dagnino (2004) analisa o fenômeno que ela chama de confluência perversa. Trata-se da incorporação de expressões caras ao projeto democrático-participativo como *cidadania*, *sociedade civil*, *participação e democracia* por setores neoliberais da sociedade passando a esvaziar o sentido atribuído a essas noções pelos movimentos sociais. O proposital uso de referências pelas quais o projeto democrático-participativo se edificou acaba por instalar uma crise discursiva, o que permite ao projeto neoliberal avançar por terrenos antes insuspeitados como os movimentos sociais: “A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. A utilização dessas referências, que são comuns, mas abrigam significados muito distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. Nesse obscurecimento se constroem subrepticiamente os canais por onde avançam as concepções neoliberais, que passam a ocupar terrenos insuspeitados. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário” (DAGNINO, 2004, p. 198).

Evidentemente, neste sentido, privar homens deste espaço, por meio de ações sistemáticas de agentes privados significa a supressão da política<sup>15</sup> ou a desconstrução de espaços públicos.

Para a autora, política não consiste em fazer-se prevalecer pela força ou pela violência, nem em impor sua vontade aos demais. Política consiste no espaço em que os homens, e não o homem, habitam. Para ela, a política se manifesta entre os homens reunidos publicamente, como livres e iguais. Assim, política é o espaço que se forma entre os homens, o que ela também denomina por *mundo*, onde os homens expressam sua liberdade de homens livres. Na acepção Arendtiana, o espaço da política não se refere a governar e ser governando, mas a ser igual. Nisso consiste a liberdade, estar isento de desigualdade: “ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de governar e mover-se em uma esfera na qual não existe nem governar nem ser governado” (ARENDR, 2010, p. 39).

Assim, política é estar no mundo, se colocar em público diante da pluralidade e ter capacidade de agir e discursar. A ação, deste modo, é uma atividade fundamental dos homens e corresponde à condição humana da pluralidade: “[...] ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2010, p. 8). Em um mundo plural, os homens são iguais, por isso, podem se distinguir:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender. Sinais e sons seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas (ARENDR, 2010, p. 219-220).

Deste modo, a ação e o discurso se caracterizam como duas categorias centrais no pensamento político de Arendt. Somente a ação permite ao homem realizar o inesperado. Através dela, o homem “[...] é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDR, 2010, p. 222) e isso “[...] só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém” (ARENDR, 2010, p. 222-223). Uma vida sem ação e sem discurso seria, por assim dizer, morta para o mundo, uma vez que deixa de ser

---

<sup>15</sup> É importante lembrar que Arendt contrapõe ao espaço público, a esfera privada, símbolo de que o ser humano tem um lugar seu no mundo. Segundo Arendt, para os gregos antigos, possuir um espaço privado não estava relacionado ao acúmulo de riqueza, mas ao fato de o homem possuir um lugar seu, o que lhe dava sustentação para o pertencimento a um corpo político: “originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e, portanto, pertencia ao corpo político, isto é, que chefiava uma das famílias que constituíam em conjunto com o domínio público” (ARENDR, 2010, p. 76).

vivida entre os homens<sup>16</sup>. Como possui um caráter revelador do agente juntamente com o ato, a ação necessita para sua plena manifestação da luz do espaço público. A perda do espaço público faz com que a ação perca “[...] seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer” (ARENDDT, 2010, p. 225). Isso ocorre sempre que o estar juntos se desfaz, quando os homens se colocam uns contra os outros ou se recolhem no mundo privado. Ainda de acordo com a autora, qualquer atividade humana é condicionada pelo fato de os homens viverem juntos, mas a ação “[...] não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDDT, 2010, p. 26).

A noção de política de Hannah Arendt pode ser complementada com as formulações do filósofo político Jacques Rancière. Este autor propõe uma inversão do que rotineiramente é chamado de política. Para o autor, a política é um fenômeno raro que só ocorre quando a parcela da sociedade esquecida na hora de distribuição das parcelas ousa desafiar a ordem dominante e reivindicar igualdade. O que se convencionou chamar por política, por outro lado, depende, para o autor, de outras maquinarias associadas às classes dominantes:

Só existe política quando essas maquinarias são interrompidas pelo efeito de uma pressuposição que lhes é totalmente estranha e sem a qual (sic) no entanto, em última instância, nenhuma delas poderia funcionar: a pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, a paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem (RANCIÈRE, 1996, p. 31).

Para Rancière, a distribuição das partes, das parcelas da sociedade, apresenta um erro de cálculo intrínseco<sup>17</sup>, em que a soma não pode ser nem aritmética, nem geométrica. Nesta soma sempre sobra um resto, sendo estes incontáveis os responsáveis pelo estabelecimento do conflito público chamado de política. Trata-se da parcela da sociedade a quem não coube nenhuma parcela:

Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. [...] A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer,

<sup>16</sup> “A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDDT, 2010, p. 70).

<sup>17</sup> “Há, portanto, de um lado, essa lógica que conta as parcelas unicamente das partes, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou sua invisibilidade e põe em concordância os modos do ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convêm a cada um. E há outra lógica, aquela que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer” (RANCIÈRE, 1996, p. 41).



dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27).

Feltran (2005) salienta que a política da forma como Arendt<sup>18</sup> e Rancière<sup>19</sup> a formulam requer necessariamente o estabelecimento do conflito em um campo público, onde as diferentes posições possam ser confrontadas. Rancière (1996) chama este conflito de desentendimento, o que é compreendido como uma situação em que os interlocutores ao mesmo tempo se entendem e não se entendem. Isso ocorre porque, apesar de usar as mesmas palavras, essas não significam a mesma coisa para ambos. Assim, “O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco mas (sic) não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). O desentendimento estabelece a própria disputa sobre o significado das palavras, até então incompreensíveis para os incontáveis. Neste contexto quem estabelece a política são propriamente os incontáveis que ao reivindicar sua parcela perturbam a ordem estabelecida, deixam de fazer apenas ruídos, causam um dano<sup>20</sup>.

Com efeito, estas formulações divergem significativamente de outras compreensões do que é política que circula nas ciências sociais e na teoria política. Segundo Feltran (2005), esta *polissemia* do termo ajuda a entender as tensões e embates entre distintas concepções de mundo, que disputam tanto os conceitos como as estruturas de poder na sociedade. Nesse sentido, o autor busca delimitar que considera política como um conflito público, não para essencializar o fenômeno social, mas para compreender as disputas que ocorrem na sociedade tanto do ponto de vista conceitual como material. Para Feltran, definir claramente o que é ou não política ilumina a compreensão da atuação dos movimentos sociais. O que está por trás de suas considerações é a certeza de que tanto quanto luta material, a disputa simbólica pela

---

<sup>18</sup> Segundo Feltran “[...] em Hannah Arendt o espaço público, terreno da política, é espaço para que se demonstrem as virtudes de quem debate, através do conflito que necessariamente atravessa as opiniões dos que dialogam, dada a pluralidade do mundo. O espaço público é assim, por definição, atravessado pelo conflito entre as partes, e esse conflito é resolvido publicamente, pela disposição a debates intensos e pela performance e virtudes dos participantes dessa arena” (FELTRAN, 2005, p. 74-75).

<sup>19</sup> Segundo Feltran, “De modo congruente como o pensamento de Hannah Arendt, portanto, Rancière enfatiza o conflito como um elemento central da política, inerente à aparição dos excluídos na cena pública. Sempre que eles quiserem aparecer, pelo reconhecimento de que podem falar, sua aparição terá primeiro de forjar um campo em que de fato possam ser reconhecidos” (FELTRAN, 2005, p. 99).

<sup>20</sup> Segundo Rancière, “Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aqueles que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIÈRE, 1996, p. 40, grifos meus).



interpretação dos fenômenos sociais ajudam a definir o que eles são de fato, bem como aponta para direcionamentos futuros:

O argumento aqui exposto sugere que as divergências teóricas sobre a política, sentidas nas notas acima, encerram e ajudam a entender também *tensões* entre distintas concepções de mundo, que disputam tanto os conceitos como o poder na sociedade. [...] A proposta em torno de um único consenso, o de que *não há alternativas*, sem dúvida é parte da ideologia neoliberal e contribui para restringir o campo da política, na medida em que impede a instalação de espaços em que apareçam alternativas. Assim, a luta política de hoje se manifesta também quando, de novo, conceitos tão importantes como o de direitos, cidadania ou democracia, encontram-se tão esvaziados de significado, tão banalizados no uso corrente (FELTRAN, 2005, p. 101).

Evelina Dagnino, por sua vez, mostra como um projeto político autoritário constitui uma cultura política da mesma natureza. Neste sentido, as relações sociais presididas pela desigualdade econômica, pela miséria e pela fome, segundo a autora, são “[...] os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que podemos chamar de *autoritarismo social*” (DAGNINO, 1994, p. 104, grifos da autora). Este autoritarismo social está enraizado profundamente na cultura brasileira e engendra uma sociabilidade autoritária:

Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos *lugares* na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que pervade a casa e a rua, a sociedade e o Estado. É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é lugar de mulher, cada macaco no seu galho etc. etc. Esse autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis (DAGNINO, 1994, p. 104-105, grifo da autora).

Trabalho nesse sentido com a hipótese de que existe na cidade de Sarandí, como no Brasil como um todo, um projeto político dominante e conservador que se esforça por instalar uma cultura política autoritária. Ainda que com instituições políticas democráticas, a sociedade é permeada por autoritarismos, evidenciados nas diferentes desigualdades legitimadas por uma cultura que admite a hierarquia social como natural. Nessa configuração, espaços públicos e o encontro dos diferentes grupos e classes sociais e a fundação de espaços públicos são evitados. Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi

O autoritarismo político teve sempre como correlato cultural o autoritarismo social [...], isto é, a existência de uma cultura que legitima as diferenças sociais, que internaliza os códigos que hierarquizam as classes e os grupos sociais, que internaliza em categorias com base no seu pertencimento de classe, raça, gênero,

região e país. Esse autoritarismo social, de longa presença histórica na cultura latino-americana, não mudou substancialmente na atual onda democrática e, por isso, pode-se dizer que não se acabou com o substrato cultural principal do autoritarismo” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 45).

Levando em consideração esse *autoritarismo social*, Dagnino afirma que estabelecer uma cultura democrática é uma necessidade crucial para o Brasil e para a América como um todo. Segundo a autora, a democracia que brota da ação dos movimentos populares traz em si o potencial de transcender o sistema democrático eleitoral, ou seja, mais do que um sistema democrático formal, o projeto político formado desde os movimentos sociais propõe estabelecimento de uma cultura democrática e, portanto, o enfrentamento do autoritarismo social no esforço de *igualitarizar* as relações sociais. Na esteira dessas considerações, a autora diferencia a democracia formal (ou eleitoral) de uma democracia substantiva, que seja capaz de atravessar todos os espaços da vida social, isto é, democratizar a sociedade:

A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo *autoritarismo social* e não apenas pela exclusão política no sentido estrito. Nossa referência aqui, portanto, é, mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática (DAGNINO, 1994, p. 105, grifos da autora).

Com efeito, este projeto de democratização das relações sociais chega ao município de Sarandi por mãos dos movimentos populares e será objeto de estudo do próximo capítulo. Por ora, proponho investigar os possíveis traços de autoritarismo social no município de Sarandi.

## 2.1 SARANDI – CIDADE PARA AS CLASSES BAIXAS

O povoado que viria a se tornar o município de Sarandi surgiu em 1935, como uma das várias estações criadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTN) para servir de abastecimento aos eixos ferroviários criados pela mesma empresa. Segundo Veloso (2003), a CNTN – detentora dos direitos de parcelamento e venda das terras de toda região norte do Paraná no espaço delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema – estabeleceu quatro eixos ferroviários, a uma distância média de 100 km, são eles: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, cidades planejadas para se tornarem grandes centros. À distância média de 15 km entre estas localidades, foram fundados pequenos povoados com o objetivo de abastecer a

população (VELOSO, 2003, f. 26-27). Entre estes, a formação do povoado do que veio a se tornar Sarandi data de 1935, quando os primeiros lotes de terra foram adquiridos por imigrantes paulistas, mineiros e nordestinos<sup>21</sup>, guiados pelo sonho das riquezas da famosa terra roxa do norte do Paraná. Segundo a autora, estes pioneiros derrubaram as matas e também tiveram que enfrentar as ricas espécies da fauna local.

Nos primeiros tempos de Sarandi as habitações eram construídas de forma precária. Os recém-chegados utilizavam-se de troncos de palmito amarrados uns aos outros, os espaços entre eles eram recobertos de barro batido e a cobertura feita de folhas de palmito (VELOSO, 2003, f. 28).

Em maio de 1947 foi instituído o patrimônio de Sarandi e, em 1951, passou a ser distrito administrativo de Marialva. Em 1953, por sua vez, passou a ser administrado por agentes administrativos nomeados pelo prefeito de Marialva. Em 1966 foi elevado a categoria de distrito judiciário, o que lhe garantiu um representante na Câmara Municipal marialvense, cargo ocupado primeiramente por Irineu Gonçalves de Aguiar. A partir de 1974 inicia-se a expansão de sua área urbana, sobretudo pela ação da construtora Vick. Para Rodrigues

[...] Esta expansão, [...] aconteceu de forma completamente desordenada, sem nenhum planejamento urbanístico ou conjunto de legislação que pudesse definir um plano para a ampliação e o parcelamento da cidade. Em consequência deste descontrole, há grandes vazios urbanos que separam áreas mais próximas ao centro de outras, ocupadas, ilhadas em plena zona agrícola (RODRIGUES, 2004, f. 103)<sup>22</sup>.

Nos últimos anos da década de 1970 inicia-se o processo de emancipação política de Sarandi. Em novembro de 1979 o Tribunal Regional Eleitoral designou a realização de uma consulta popular acerca da proposta de emancipação. O plebiscito ocorreu em 19 de março de 1981, quando a população votou favoravelmente à criação do município de Sarandi, sendo a lei de criação nº7502 sancionada pelo governador em 14 de outubro do mesmo ano. O primeiro prefeito eleito foi Júlio Bifon, escolhido por voto direto em 15 de novembro de 1982 e empossado em 01 de fevereiro de 1983. Após cumprir o primeiro mandato (1983-1988), Bifon voltou a ser eleito prefeito em 1996, adquirindo direito a um segundo mandato (1997-2000). (RODRIGUES, 2004, f. 104).

<sup>21</sup> Cf.11 OBSERVÁTIO DAS METRÓPOLES ([entre 2008 e 2009], p. 18).

<sup>22</sup> É interessante notar a análise que o Plano Diretor Maringaense de 1991 faz da expansão de Sarandi: "... pode merecer o qualificativo de caótica, pois se deu obedecendo à lógica exclusiva da especulação imobiliária, que muitas vezes não respeitou, (sic) sequer o princípio preliminar da manutenção das diretrizes do sistema viário. A resultante deste processo é um tecido urbano desarticulado, apoiado em padrão de parcelamento bastante inadequado, e num sistema viário no qual é de difícil percepção a hierarquia" (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ, 1991, APUD, RODRIGUES, 2004, f. 103).

Segundo Rodrigues, tanto antes quanto depois da emancipação a precariedade de infraestrutura é uma característica de Sarandí, de modo que

[...] A maioria dos loteamentos foram abertos sem asfalto, água e esgoto ou energia elétrica, ou seja, sem a infraestrutura básica necessária. Resultado, como dissemos, da desordenada ocupação do espaço, empreendida pelas ações especulativas dos agentes imobiliários privados (que buscaram o máximo de exploração econômica com o mínimo de contrapartida), reiterada pelo apoio dos agentes públicos (RODRIGUES, 2004, f. 103).

Veloso (2003) mostra como o crescimento de Sarandí foi veloz, o que exigiu uma rápida expansão urbana. Segundo a autora, esta expansão foi caracterizada pela segmentação da cidade e por diversos vazios urbanos, o que dificultou o provimento de serviços e equipamentos.

Assim, tanto Veloso (2003) como Rodrigues (2004) são consensuais ao afirmar que a cidade de Sarandí se constituiu e cresceu sem o menor cuidado com o planejamento urbano e sem o menor zelo pela qualidade de vida da população. O que não significa, no entanto, que o capital imobiliário esteve ausente da construção desta cidade. Na realidade, Sarandí se especializou em absorver a população de baixa renda, incapaz de manter residência na vizinha Maringá, a qual, como cidade planejada, destinava-se a explorar os interesses imobiliários das classes altas. Segundo Veloso,

Sarandí acolheu os imigrantes que vieram atraídos pela cidade polo (Maringá), e com isso cresceu populacionalmente, não dando conta de oferecer o mínimo de infraestrutura necessária (asfalto, galerias pluviais, habitação, entre outras necessidades básicas), ocasionando um crescimento inesperado, ou seja, um inchaço populacional, oferecendo para os moradores muitos problemas. Moradias com preços inferiores, sim, porém, em condições precárias (VELOSO, 2003, f. 37).

Nesse sentido, “houve a exploração do solo enquanto mercadoria, visando somente à obtenção de lucro, sem a preocupação com o bem-estar social da população que ali residia ou que viria futuramente a residir” (VELOSO, 2003, f. 38).

Segundo o relatório do Observatório das Metrôpoles, outra característica marcante em Sarandí

[...] É o número insuficiente de equipamentos comunitários e áreas de lazer nas áreas periféricas da cidade. É frequente o percurso de mais de 500m até uma instituição de ensino público; muito maior é a distância até um posto de saúde; os equipamentos de lazer são raros e algumas praças só existem no papel, ou estão sem qualquer condição de uso (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 112).

Assim, a formação do município de Sarandi ocorreu sobre a égide do crescimento precário Situado dentro de um contexto metropolitano<sup>23</sup>, este município cresce a expensas de uma infraestrutura adequada ou de planejamento urbano. Símbolo de uma concepção societária autoritária, isto é, que dispõe lugares determinados para categorias determinadas de indivíduos, Sarandi se diferencia pela baixa renda de sua população e pelas situações difíceis enfrentadas principalmente na infraestrutura urbana. Segundo Relatório do Observatório das Metrôpoles, “O cenário atual de Sarandi é resultado dessa falta de planejamento para a ocupação e para o desenvolvimento da cidade. O município cresceu, porém, a implantação da infraestrutura não acompanhou este crescimento” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 22).

Do ponto de vista socioeconômico, prestação de serviços e fornecimento de força de trabalho a Maringá é a principal alternativa para a população Sarandiense. Tanto o consumo quanto o emprego dos trabalhadores se concentra predominantemente na cidade polo, o que, segundo o Observatório das Metrôpoles, “[...] significa uma redução nas possibilidades de arrecadação do município. Trata-se de uma relação de dependência, Maringá necessita de mão-de-obra de Sarandi e esta necessita dos empregos disponíveis em Maringá” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 23).

Deste modo, Sarandi passa a ser classificada como cidade dormitório devido ao alto fluxo de pessoas que se deslocam diariamente para Maringá a fim de trabalhar, estudar e mesmo consumir. Segundo relatório do Observatório das Metrôpoles, “é possível afirmar a existência de um movimento pendular intenso, especialmente com relação à cidade polo da Região Metropolitana, Maringá, para onde 26,47% (13.315) residentes em Sarandi se deslocavam diariamente para estudar ou trabalhar [...]” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 24).

Ainda de acordo com o Observatório das Metrôpoles, o alto número de pessoas que se deslocam, por um lado, expressa a falta de empregos no próprio município de Sarandi e por outro contrasta com o incremento populacional que esta cidade sofreu ao longo das últimas

---

<sup>23</sup> Sarandi Faz parte da Região Metropolitana de Maringá, criada pela Lei Estadual nº 83/98 e constituída inicialmente pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Ângulo e Iguaraçu. Leis complementares incorporaram outros municípios, totalizando, em 2010, 25 ao todo e reunindo mais de 700.000 pessoas. Segundo Tonella (2011), critérios políticos foram decisivos para a delimitação da região metropolitana, sem considerar as condições mínimas garantidoras da efetiva metropolização, qual seja, a conurbação, que existe, na realidade, apenas entre Maringá, Sarandi e Paiçandu. Tonella salienta ainda que “Apesar da baixa integração, a Região Metropolitana de Maringá passa a ser um referencial importante e definidor de políticas públicas, já que os problemas emergem para além dos limites municipais, são exemplos: o fluxo pendular provocado pelo mercado de trabalho em direção a Maringá; o lixo urbano, que se traduz em atrativos para a população do entorno, questões ambientais ligadas aos lençóis freáticos etc.” (TONELLA, 2011, p. 5).

décadas, “[...] em decorrência da supervalorização da terra urbana e especulação imobiliária na cidade polo, que forçou as parcelas da população com baixa renda a procurar habitação com valores viáveis às suas respectivas rendas” ([entre 2008 e 2009], p. 25).

Neste contexto, enquanto Sarandi tem prestado um serviço de oferta de mão-de-obra barata para a atividade empresarial maringaense, a população de baixa renda encontra dificuldades de se estabelecer nesta cidade e aluga, financia ou constrói moradia em Sarandi, onde o custo da moradia é mais barato. Dessa situação resulta um processo de segmentação e diferenciação social, onde as classes média e alta residem em Maringá e gozam de sua infraestrutura e as classes mais baixas, que não podem pagar pelos equipamentos e serviços da “Dallas Brasileira<sup>24</sup>”, passam a residir no entorno maringaense, especialmente em Sarandi.

Em números monetários essa desigualdade fica explícita ao compararmos, por exemplo, o PIB per capita de Maringá com o de Sarandi. Em 2009, segundo IBGE<sup>25</sup>, o PIB per capita de Maringá era de R\$ 21.711,36, enquanto o de Sarandi era de R\$ 6.698,70, o que significa que a renda média do cidadão Sarandiense equivalia pouco menos que a terça parte da renda maringaense. É importante ainda salientar a análise do Observatório das metrópoles acerca deste cenário:

A grande questão que sobressai, ao serem observados os dados da riqueza municipal na área conurbada [Maringá, Paiçandu e Sarandi] é, quando calculado o PIB *per capita*, a deficiência demonstrada em Sarandi em relação a Paiçandu e Maringá. Enquanto o PIB *per capita* em Maringá variou entre R\$ 10.034,00 em 2002 e R\$ 14.400,00 em 2005, e em Paiçandu entre R\$ 3.296,00 em 2002 e R\$ 5.094,00 em 2005, em Sarandi o PIB *per capita* variou entre R\$ 3.165,00 em 2002 (3,97% menos que o PIB *per capita* de Paiçandu no período), e R\$ 4.436,00 em 2005 (12,92% menor que o apresentado por Paiçandu no período)” ([entre 2008 e 2009], p. 39, grifo dos autores).

Segundo o Censo de 2010<sup>26</sup>, Sarandi conta com uma população de 82.847. Apesar deste contingente populacional, segundo Jordão (2012), os recursos estaduais e federais têm sido investidos predominantemente em Maringá em detrimento da população Sarandiense e dos demais municípios da Região Metropolitana. Signo deste fenômeno é a construção do Contorno Norte<sup>27</sup>, obra financiada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento

<sup>24</sup>Forma que a cidade de Maringá foi designada em matéria da revista Veja de 1999 (Cf. RODRIGUES, 2004, f. 61).

<sup>25</sup> Cf. Site IBGE CIDADES (Acesso em: 13 fev. 2013)

<sup>26</sup> Censo 2010 – Disponível em IBGE Cidades (Acesso em: 12 fev. 2013).

<sup>27</sup> Esta obra ainda está inconclusa e consiste na construção de um contorno que tem por objetivo retirar o trânsito de passagem da BR 376 no perímetro urbano de Maringá. Construída com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, a obra se tornou uma chaga aberta para os moradores do entorno, já que ela não foi construída no nível do solo. Em algumas partes foram feitos rebaixamento da pista de até 10 metros do nível do bairro, o que acaba por romper os laços de vizinhança e isolar uma parte da população. Este contorno simbolicamente,



(PAC) e que objetiva retirar o trânsito pesado do centro de Maringá. Todavia, o mesmo desemboca justamente na entrada de Sarandi, na Avenida Colombo – nome da BR 376 no trecho entre Maringá e Sarandi –, a qual secciona a cidade.

## 2.2 OS PROBLEMAS DE SARANDI EXPERIMENTADOS PELOS MORADORES

São problemas vivenciados em alguma medida por todos os moradores e estão na ponta da língua dos entrevistados para esta pesquisa. Pouco a pouco suas narrativas revelam as condições de vida no município: a água que não chega à torneira; as moradias são precárias; as ruas não são asfaltadas; o atendimento médico é demorado e ruim; a escola é longe e lotada; o medo da violência é contínuo. Enfim, submetidos a uma estrutura social hierárquica, estes moradores, na base da pirâmide social, enfrentam duras condições de vida e a partir desses problemas passam a organizarem-se em associações de moradores com o objetivo de minimizar as dificuldades de seu bairro e de sua cidade.

Lucas<sup>28</sup>, um dos entrevistados para esta pesquisa, expressa com convicção os problemas de Sarandi. Para ele o principal problema no município é a falta de planejamento urbano, a partir do qual ocorrem os demais, como a concentração da população pobre ou educação e saúde:

Ah, eu, do tempo que eu moro em Sarandi, eu tô aqui desde 85, cheguei aqui em 1985, no bairro onde eu moro, eu moro na mesma casa até hoje, pra mim, o maior problema aqui é a falta de planejamento urbano. *É a infraestrutura urbana, a cidade cresce, cresceu e continua crescendo sem visão política e sem visão de planejamento urbano.* Acho que é isso, porque isso passa por tudo, porque quando a cidade começa a crescer sem essa visão dos seus administradores é aí aonde aparece os problemas com escola, com creche, com asfalto, com esgoto. Porque, porque quando eu penso numa cidade eu tenho que pensar nela, na minha visão, eu tenho que pensar nela já pra crescer, independente se ela vai ser da forma que eu tô pensando. Porque você tem regiões da cidade que não tem infraestrutura nenhuma, regiões da cidade que os políticos localizaram os problemas, tipo, disseram assim: “não, vamo jogar todo mundo pro lado do Esperança, vamos centralizar os pobres lá, os pobres tando lá pra *nóis* tá bom, aqui nós tamo todo *nois* sossegado, e vamo jogar uma parte deles lá pro Bom Pastor e Universal”. “Não, os pobres tem que ir pra lá”. E se jogou, e não se pensou que lá também ia precisar de estrutura. Então acho que pra mim, eu até acredito que educação, saúde, são problemas que nós [temos] hoje, mas nós só não conseguimos melhorar isso porque nós não temos espaço público pra construir, pra melhorar, pra ampliar, você pega o independência inteiro, ali não tem

---

segundo Relatório do Observatório das Metrópoles – Núcleo Regional de Maringá (2012), segrega os moradores do lado de fora do contorno e cria uma representação social entre “os de cá” e os “de lá”. O contorno atravessa alguns bairros periféricos de Maringá e faz fronteira com os municípios de Sarandi e Paiçandu e figura como um muro a separar a população maringaense do interior do contorno dos bairros periféricos maringaenses e de Sarandi e Paiçandu

<sup>28</sup> Os nomes dos entrevistados foram alterados, com exceção de Aparecido Bianco (Bianco), que fez questão que seu nome fosse mantido na pesquisa.

creche ali naquela região inteira, não tem, quer dizer, olha, aonde foi parar? Então eu acho que o maior problema de Sarandi é esse. (Lucas, Entrevista, 2012, grifos meus).

A visão de Lucas é muito interessante porque ele relaciona a falta de planejamento urbano à falta de visão política, como se fossem duas faces de uma mesma moeda e daí decorrem todas as demais dificuldades dos moradores. Para garantir o baixo valor do custo de vida expande-se a zona urbana a despeito da infraestrutura<sup>29</sup>, das escolas, creches, praças, transporte coletivo, comércio, postos de saúde. A análise de Lucas vai ao encontro do Relatório do Observatório da metrópole, que salienta que

Durante muito tempo houve certo imobilismo tanto da administração pública quanto da iniciativa privada em relação às políticas públicas locais, o que fez com que a implantação de infraestrutura urbana não acompanhasse o crescimento populacional. Nesse contexto, muitos loteamentos surgiram e foram aprovados sem seguir os critérios legais de aprovação, resultando em loteamentos desprovidos de galerias, asfalto e até de posteamento de energia elétrica. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 21-22).

O problema da ausência de planejamento e, por conseguinte, de infraestrutura é recorrente na fala da maioria dos entrevistados. Anderson salienta que em Sarandi “problemas é o que não falta” (Anderson, Entrevista, 2012). Ele começa por apontar a dificuldade que os moradores enfrentam com a BR 376, conhecida em Sarandi como Avenida Colombo, rodovia que atravessa a cidade e a secciona entre norte e sul.

Se a gente for colocar que a situação nossa vai começar pela aquele centro de Sarandi, aquela Colombo tá errada naquele centro. Ou no mínimo seria é, o governo, acho que seria parte do governo, a prefeitura não tem condição, acho que seria parte do governo, de no mínimo ter um viaduto naquele centro, porque esse é um problema complicadíssimo pra gente. Aquele centro de Sarandi é desastroso. [...] (Anderson, Entrevista, 2012).

O presidente chama atenção para um espinhoso problema que a população enfrenta ao longo dos anos. Caminho obrigatório para o transporte rodoviário dessa região, a Avenida Colombo (BR 376) tem sido palco de inúmeros transtornos, congestionamentos e acidentes<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Segundo o Observatório das Metrópoles, o município de Sarandi conta com grandes vazios urbanos, decorrentes da expansão desenfreada do perímetro urbano e da autorização de novos loteamentos: “O total de vazios urbanos dentro do perímetro do município, resultante da soma das áreas residenciais e áreas vazias, é aproximadamente 3.741.205,00 m<sup>2</sup> o que justifica a permanência do atual perímetro urbano sem que ele seja expandido” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 145). Todavia, a despeito deste diagnóstico, recentemente foi autorizado uma nova expansão do perímetro urbano, por meio da Lei Complementar 261/2011.

<sup>30</sup> Entre os frequentes acidentes – muitos fatais – que ocorrem no trecho Sarandiense da BR 376, um dos que mais chocou a população foi o atropelamento e morte de duas irmãs idosas, que foram atingidas ao atravessar a



A passagem da BR pelo meio do município impõe dificuldades aos moradores ao criar um gargalo para a locomoção entre um e outro lado da pista. Atualmente a Avenida Colombo conta apenas com duas travessias: uma a altura da Avenida Londrina e outra na Avenida Rio de Janeiro<sup>31</sup>. Em horário de pico a travessia pode demorar um longo tempo, o que afeta consumidores, trabalhadores e mesmo serviços de emergência como polícia, corpo de bombeiros e atendimento médico.



Imagem 01 – Avenida Colombo em horário de pico. Sentido Maringá-Sarandi.

Fonte: Blog da Associação dos Moradores dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte (Acesso em: 13 fev. 2013).

O problema da violência em Sarandi, por sua vez, tem atingido níveis alarmantes. Valota<sup>32</sup> atualmente desenvolve pesquisa intitulada *Violência Urbana na Região Metropolitana de Maringá (Pr): Uma Análise dos Homicídios e da Precariedade dos Territórios*, que tem por objetivo analisar o fenômeno da violência urbana nesta região. De acordo com os dados apresentados pela pesquisadora, o município de Sarandi apresenta elevada taxa de homicídio. No ano de 2011, por exemplo, a maioria dos homicídios da região conturbada de Maringá, Sarandi e Paiçandu ocorreu em território sarandiense. Se levarmos em consideração a taxa de homicídio a partir dos critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes), os números sarandienses ganham ainda mais destaque. Se tomarmos, por exemplo, o ano de 2011 como referência, enquanto Maringá teve uma taxa 14,9 homicídios por 100 mil habitantes e

---

Avenida Colombo pela faixa de pedestres. Mesmo com o sinal fechado para o veículo, o condutor não respeitou a sinalização e atingiu de forma fatal as duas irmãs (Fonte: Blog Câmara REC, acesso em: 13 fev. 2013)

<sup>31</sup> Por muitos anos, a única travessia pela Avenida Colombo foi a do cruzamento com a Avenida Londrina. Na altura da Avenida Rio de Janeiro era comum pedestres atravessarem mesmo sem a sinalização adequada, o que acarretava acidentes e até mortes. A Associação dos Moradores Dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte batalhou muito para conseguir a construção de um cruzamento entre essas duas avenidas. Depois de muitas lutas, fechamentos da Avenida Colombo, viagens à Curitiba, finalmente o cruzamento foi construído em meados dos anos 2000 (arquivo da Associação de Moradores do Jardim Panorama e Independência Parte II, [entre 2000 e 2010]).

<sup>32</sup> Agradeço a pesquisadora por ter gentilmente fornecidos os dados de sua pesquisa ainda inédita.

Paiçandu uma taxa de 11 homicídios, o município de Sarandi apresenta uma taxa de 57,3 homicídios para 100 mil habitantes, números maiores do que o da maioria das capitais brasileiras<sup>33</sup>.

**Quadro 1:** Número de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 até dezembro de 2011

Município	Homicídios em 2007 (números absolutos)	Homicídios em 2008 (números absolutos)	Homicídios em 2009 (números absolutos)	Homicídios em 2010 (números absolutos)	Homicídios em 2011 (números absolutos)	Total
Maringá	43	38	44	39	54	218
Sarandi	21	22	20	35	51	146
Paiçandu	06	05	05	07	04	27
						<b>391</b>

**Fonte:** Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá (Pr) e Sarandi (Pr) e do Destacamento da Polícia Militar do município de Paicandu (Pr).

Elaborado pela autora.

Org: Valota (inédito)

**Quadro 2:** Taxa\* de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 até dezembro de 2011

Município	Taxa de Homicídios em 2007	Taxa de Homicídios em 2008	Taxa de Homicídios em 2009	Taxa de Homicídios em 2010	Taxa de Homicídios em 2011
Maringá	13,2	11,4	12,8	10,9	14,9
Sarandi	26,3	26,3	23,6	42,2	57,3
Paiçandu	17,3	13,7	13,5	19,4	11,0

**Fonte:** Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá (Pr) e Sarandi (Pr) e do Destacamento da Polícia Militar do município de Paicandu (Pr). Elaborado pela autora. Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

\*Taxa por cada 100 mil habitantes

A taxa de homicídios nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2011 foi calculada tendo em vista a estimativa populacional para cada ano de acordo com o IBGE.

Org: Valota (inédito)

Este quadro de violência não passa despercebido pelos entrevistados. É o caso de Cléber, por exemplo, que a cita como a principal questão em seu bairro. Problema associado à pobreza, a escassez de serviços públicos e de alternativas culturais e esportivas, principalmente pra juventude, a violência tem atingindo níveis alarmantes. O entrevistado na mesma medida em que relata os problemas afetos à violência, cobra ação do poder público e até receia alguma retaliação ao comentar este assunto:

<sup>33</sup> Se compararmos a taxa de homicídios em Sarandi no ano de 2011 com as taxas de homicídios das capitais brasileiras em 2010, apenas as capitais Maceió (109,9), João Pessoa (80,3), Vitória (67,1) e Recife (57,9) apresentam taxas de violência superiores as de Sarandi (WAISELFISZ, 2011).

Olha, o primeiro problema do nosso bairro é o tráfico, tráfico. Aqui, oh, nós tamo vivendo numa região, espero que essa conversa seja só pra estudo, porque é até meio perigoso a gente falar. Um dos projetos, um dos problemas do bairro é o trafico. Não acredito que é só no Novo Independência, mas de toda a cidade de Sarandi. Seja, pra você ter uma ideia, hoje, a cadeia de Sarandi ela tem mais jovens presos do que uma pessoa de idade. Então, você já sabe disso aí e tá em jornal, tá em tudo. Igual eu te falei, a cidade de Sarandi é uma cidade jovem, a maioria são jovem. Então precisa investimento do Governo Estadual, do Governo Federal, pra combater mesmo. E a assistência social te mais rigor, precisa ter o programa, o, da assistência social em termos de é, cultura, precisa ter cultura na cidade, a cidade não tem cultura. Precisa ter um avanço mais sobre policiamento na cidade que não tem segurança, Sarandi não tem segurança. Então, é, eu vejo assim, eu espero, um, daqui uns dias ou mais uns anos, não sei quanto tempo vai durar, que a cidade de Sarandi possa se transformar em policiamento, em lugar seguro de se viver, porque hoje a cidade não tem segurança pras famílias de bem (Cléber, Entrevista, 2012).

Certamente, em boa medida a violência relatada por Cléber é um importante sinal da situação de medo e temor que o morador enfrenta, o que mais uma vez deixa entrever a hierarquização das relações sociais. O avanço da violência – resultado da própria falta de planejamento urbano, que permite a formação e crescimento de bairros sem a estrutura necessária para proporcionar qualidade de vida ao morador – contrasta com o crescimento de áreas de segurança, como os condomínios fechados.

Segundo Caldeira, com base no discurso do medo as classes mais altas constroem *enclaves fortificados*<sup>34</sup> para sua residência, consumo, trabalho e lazer. Assim, as elites cada vez mais buscam se enclausurar em seus círculos abastados alegando proteção contra a violência. Caldeira salienta que este processo tem como consequência o enfraquecimento da cidadania. Para a autora o que ocorre então é a “implosão da experiência da vida pública [...]” (CALDEIRA, 2000, p. 301) e como consequência soluções autoritárias de apartação e segregação. De acordo com Caldeira,

[...] As consequências da fragmentação, da privatização e dos muros são severas. Uma vez que os muros são construídos, eles alteram a vida pública. As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo reproduzido no espaço urbano é segregação e intolerância. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências antidemocráticas são articuladas (CALDEIRA, 2000, p. 340).

<sup>34</sup> Segundo Caldeira, “os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 258)

Enquanto no município de São Paulo – cidade onde Caldeira realizou seu estudo – a saída para evitar o contato com a miséria foi a construção de uma “cidade de muros”, isto é, a edificação de condomínios fechados, em Maringá uma das soluções encontradas foi expulsar a pobreza para as regiões distantes, além da própria construção de condomínio fechados<sup>35</sup>. Desse modo, Rodrigues (2004) é certa ao afirmar que “a pobreza mora ao lado”, considerando às dificuldades que a população de baixa renda enfrenta para permanecer em Maringá<sup>36</sup>. Assim, é mais comum a instalação em Sarandi ou Paiçandu, cidades cujo custo de vida é mais barato. Esse processo de segregação foi aprofundado ainda mais com a construção do Contorno Norte de Maringá que, se não é de fato um muro a separar Maringá de Sarandi e Paiçandu, a separação simbólica é sentida diariamente, conforme aponta pesquisa relatório do Observatório das Metrópoles (2012)<sup>37</sup>. Esse processo possui um caráter autoritário, à medida que nega o acesso das pessoas a determinados espaços:

Quando o acesso a certas áreas é negado a algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências a ideias de abertura, igualdade e liberdade como princípios organizadores da vida social não são mais possíveis, mesmo como ficção (CALDEIRA, 2000, p. 340).

Alex também aponta a violência, sobretudo contra os jovens, como um sério problema. Este presidente compreende Sarandi em conjunto com Maringá. Segundo ele, muitos dos problemas sociais de Sarandi é consequência dos problemas que Maringá busca expulsar de seu território:

É, a contradição, acho que Maringá, ela tem que jogar tudo aquilo que, vamos dizer assim, que não é interessante pra elite em algum lugar. E, com certeza é, se jogou em Sarandi. Então, eu falo, vou até mais, Maringá até colocou essa lei pra proibir

<sup>35</sup> Com efeito, também em Maringá é possível encontrar a constituição de condomínios fechados. Segundo Galvão (2007), esses condomínios, repleto de desigualdades sociais, figuram como áreas segregadoras. Cercados por altos muros, tais edifícios acabam por apresentar a desigualdade, a diferenciação e o controle de fronteiras como valores principais. Ver também Galvão (2012)

<sup>36</sup> Segundo Rodrigues, o poder público municipal e os agentes construtores de Maringá desenvolveram planos de contenção do desenvolvimento de favelas no município. Ao longo dos anos, sobretudo nos anos 1970 e 1980, surgiram ocupações irregulares em Maringá, porém, “a intervenção do poder público na resolução dos problemas relacionados à existência de favelas em Maringá, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu de forma contundente” (RODRIGUES, 2004, f. 75). Rodrigues relata que “Os moradores das 14 pequenas favelas (próximas ao cemitério) foram transferidos para núcleos populares construídos com recursos públicos, como é o caso do bairro denominado Santa Felicidade [...], onde hoje se concentra grande número de pessoas cujas rendas eram e se mantêm muito baixas. As cidades de Sarandi (Jardim Independência) e Paiçandu (Vila Guadiana) também se constituíram em espaços que acolheram os desfavelados de Maringá” (RODRIGUES, 2004, f. 75).

<sup>37</sup> Ver nota 27.

*germinadas*, pra que proibir *germinadas*<sup>38</sup>? Para que o pobre é não tenha barateamento, só a elite consiga ter a sua residência, e nisso aquele que não tem a condição de viver em Maringá, ele vai ter que procurar as cidades satélites, no caso Sarandi, Paçandu (Alex, Entrevista, 2012).

Alex continua sua narrativa e busca ressaltar a gravidade da violência cujos adolescentes e jovens sofrem em Sarandi. Pra ele, a juventude acaba sendo vitimada pelo falta de planejamento e pela ausência de políticas públicas para a juventude:

Sarandi é uma cidade que tá acoplada a Maringá. Muitas vezes todos os problemas sociais é que tem em Maringá, por Maringá ser metrópole, acaba refletindo diretamente nas cidades satélites. Que Sarandi vamos dizer que é a cidade eixo mais importante, que tá entre as cidades satélites de Maringá. E Sarandi por ser uma cidade nova, que tem muita, teve uma estruturação muito rápida, teve um inchaço habitacional: isso criou totalmente uma desestruturação na cidade. E a gente vê que hoje, a violência no meu ver, não é a infraestrutura em si, a infraestrutura ela pode gerar violência. Mas o resultado final de toda essa desordem política que Sarandi teve ao longo dos anos, que teve uma degradação na cidade. E hoje a nossa juventude até por isso, é, sempre foi uma luta nossa de ter uma secretaria específica pra juventude<sup>39</sup>, que hoje reflete toda esta contradição da riqueza de Maringá, pobreza de Sarandi, é sobrecai na nossa juventude. E a nossa juventude hoje ela é uma, a juventude mais marginalizada do estado do Paraná, aliás, Sarandi tem uma triste estatística segundo o Mapa da Violência, de ser, de tá entre as cidades mais violentas do país com homicídio envolvendo crianças e adolescentes. E ela lidera o ranking, na frente até de foz do Iguaçu com homicídio envolvendo crianças e adolescentes<sup>40</sup>. Então a gente vê hoje que o maior problema de Sarandi é a questão da violência contra a criança e adolescente (Alex, Entrevista, 2012).

Como se nota, o problema da violência é recorrente na fala dos entrevistados, que criticam especialmente a falta de políticas públicas para adolescentes e jovens. Alguns entrevistados denunciam o estado de abandono que se encontra os ginásios de esportes existentes no município e relatam que não há política alguma que envolva a juventude, tais como música, esportes, danças, cultura e entretenimento. A avaliação destes entrevistados é que a consequência da invisibilidade que o jovem sarandiense se encontra é o ingresso no

---

<sup>38</sup> Em 2011, foi aprovada a Lei Complementar nº 889/2011, de autoria do Poder Executivo, substituindo a Lei Complementar nº 334/1999, que dispõe sobre o parcelamento do solo. Com a nova redação, ficou estabelecido o prazo de um ano para que os proprietários de terrenos com menos de 400 metros quadrados realizassem um cadastro na Prefeitura manifestando interesse de construir casas geminadas. Após o prazo, ficaria proibida a construção de residências no sistema geminado nos imóveis não cadastrados. Depois de forte pressão popular, o Poder Legislativo aprovou a Lei Complementar nº 920/2012 que revogou a restrição imposta pela Lei Complementar nº 889/2011. Com a medida, foi restabelecida a proibição de construir casas geminadas apenas nos imóveis com menos de 400 m<sup>2</sup> em novos loteamentos, protocolados no município a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme previsto na Lei Complementar nº 797/2010. Esta nota foi escrita com o auxílio de Gelinton Batista, a quem agradeço pela disposição em colaborar com esta pesquisa.

<sup>39</sup> Em 2011, por meio da lei complementar 263/2011, foi criada a Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

<sup>40</sup> De acordo com o mapa da violência (2010), o município de Sarandi entre os anos de 2003 e 2007 foi a cidade com o maior número de homicídios envolvendo crianças e adolescentes (0 a 19 anos) no Estado do Paraná e a 28ª no Brasil.

mundo da violência e do tráfico de drogas. Leonardo relata que em seu bairro não há nenhuma política para os jovens, o que no entendimento dele é fundamental para uma sociedade equânime. Assim, Leonardo espera fortalecer a associação para que possa fazer um trabalho com a juventude:

Se nós queremos um jovem é participativo com conhecimento da sociedade, ele tem que tá praticando esporte. Dificilmente ce vê um menino que sai pra jogar uma bola, ele vem envolver com a droga. Dificilmente ce vê um menino que sai pra cantar ou tem uma banda musical, uma coisa ou outra, tá nas drogas. É muito difícil, pode acontecer, mas é muito difícil. Eu falo porque eu já passei por isso. Agora é a base da associação que nós temos que trabalhar em cima, é a base da associação. Só que bem claro, eu quero também participação dos políticos, eu quero, porque você veja, o ginásio de esporte nosso aqui, ele é um ginásio que não fica caro pra você mandar fazer um alamedado daquele ali, não fica caro. Agora o que que adianta você fazer uma casa, *ponhar* porta, janela, tudo, e deixar ela em aberta? Animais chegam ali, encostam na parede, força a porta, então não dá. Eles investe o dinheiro, mas mal administrado (Leonardo, Entrevista, 2012).

Anderson, igualmente, vê problemas na área do esporte. O presidente relata o uso inadequado do ginásio de esportes de seu bairro, bem como a inexistência de competições e outras atrações para a juventude. Segundo ele,

[...] Não tem como você também é dizer que na área do esporte tá bem também, não tá bem. Tá andando, tá gatinhando, não tá legal, não tá do jeito que a gente sonha. Eu como eu sou esportista, eu vejo muitas falhas, por exemplo, eu sou da área de corrida rústica, corredor, aqui em Sarandi faz 10 anos que não tem uma prova rústica, faz dez anos. Sarandi precisava de ter um circuito anual de corrida de rua pra escolas, pra incentivar as crianças a praticar atividade física, precisava ter, e o que tá faltando? Tá faltando profissionais na área, tá faltando alguém que vai pegar o setor que, que foi aprovado agora a secretaria de esportes<sup>41</sup>, pegar e trabalhar em cima disso (Anderson, Entrevista, 2012).

Continuando sua reflexão, o presidente na mesma direção de Leonardo, associa a entrada de parte dos adolescentes no mundo do tráfico e da violência à ausência de alternativas para essa juventude. Na avaliação de Anderson, a falta de entretenimento para o jovem cria condições para que ele seja assediado pelo traficante e ingresse em um caminho cuja volta é muito difícil:

A criançada tá aí, olhando pro céu, cabeça vazia, não tem nada, é, o bairro, o prefeito, não tem nada pra oferecer pra ele. Aí vem o outro que tá do lado de fora, que é o aliciador, vai oferecer pro cara, pra uma criança de catorze, quinze anos, que não pode trabalhar, ele vai oferecer cinquenta, cem reais, pra ele fazer um trabalho de mula, e ele vai entrar, vai entrar de cabeça, por quê? Porque cinquenta reais, cem reais, pra uma criança de quatorze, quinze anos, que não pode trabalhar por lei, é muito dinheiro. E aí ele não tem volta mais, uma vez que ele entrou já era. Aí a

---

<sup>41</sup> Ver nota 39.



gente fica perdendo, na verdade, as crianças de hoje em dia, na verdade a gente tá perdendo eles pras drogas, por falta de trabalho, por falta de tudo isso, que eu tava dizendo, por falta de um evento esportivo, um circuito de corrida, um torneio de futebol de campo (Anderson, Entrevista, 2012).

Neste sentido, para o presidente, à medida que a sociedade deixa de trabalhar com esse segmento, a probabilidade de que ingressem no mundo da ilegalidade é muito grande. Anderson vai além, não só cobra políticas efetivas, como entende que essas políticas devem ser voltadas para todos, especialmente para os que se encontram nos bairros mais periféricos da cidade e que, portanto, encontram-se em condições de maior vulnerabilidade e tem maior dificuldade de chegar ao centro da cidade. Assim, o presidente defende atividades esportivas

Não só pra aquelas crianças selecionadas não, pegar aquelas crianças lá do fundão mesmo, que é aquelas crianças que precisam mais, aquelas crianças que estão na área de risco, fazer um trabalho lá dentro, não só lá no Centro, que lá no Centro só vai aquelas crianças que tem o pai que tem condições de levar ele lá. Aquela criança que o pai não tem condições de levar lá, vai ficar aqui e aqui vai virar um criminoso. Por quê? A questão do esporte não chega até eles, e teria que chegar, essa que é a verdade. Como que vai chegar dentro de uma situação dessa? Não chega, é assim que funciona (Anderson, Entrevista, 2012)<sup>42</sup>.

Outra política fundamental para as crianças e adolescentes é a educação escolar. Esta, contudo, aparece na fala de alguns entrevistados como problemática. Felipe, por exemplo, relata que a falta de vagas nas escolas do município obrigou o governo a improvisar aulas no prédio da Faculdade Unissa de Sarandi (UNISSA). A solução para a falta de vagas no Colégio Estadual do Jardim Panorama foi levar os estudantes para participar das aulas nas instalações daquela faculdade:

Ce vê que as crianças tem que estudar lá pra baixo, lá na UNISSA. Parece que esse ano agora acho que a UNISSA não ia servir mais, não sei, não sei como resolveram, porque eu tive viajando esses dias, não participei de nada. Mas não sei se resolveu, se vai continuar tendo aula lá, se não tiver aula lá vai ser um transtorno danado (Felipe, Entrevista, 2012).

Felipe não sabe precisar ao certo onde ocorreu – mas o importante para este relato é a percepção dos presidentes, que servem como indicativo de uma precariedade –, mas relata que

---

<sup>42</sup> Esportista, Anderson relata os projetos que têm para Sarandi: “Então, e a gente sonha muito mais grande, eu sonho em um centro de treinamento em Sarandi, eu sonho com uma pista de atletismo, quer dizer, é, coisas assim que, porque, porque a gente tem Maringá como referência, Maringá tem a vila olímpica, aquilo ali é um exemplo de pra qualquer prefeito, pra qualquer comunidade, pra qualquer município do país, Maringá é um exemplo. É uma pena que a gente, como é tá paralelo com Maringá, a gente é menosprezado, por tá de um lado de uma cidade de alto nível, de infraestrutura boa, mas nos vamos chegar lá também, não vamos crescer igual, mas vamos chegar lá” (Anderson, Entrevista, 2012).

chegou a haver casos em Sarandi em que duas turmas de séries diferentes foram juntadas em uma sala e questiona a qualidade de educação em uma situação como esta. Para o entrevistado, uma boa educação contribui para a redução da violência:

Ce vê que no ano passado teve que juntar até duas, é assim, duas turmas de classes diferentes, de, de como é que fala, assim, terceira e quinta, vamos supor, de anos diferentes [...] chegou a acontecer isso aqui em Sarandi. Não, não foi aqui na nossa escola, no Panorama, mas aconteceu, acho que foi, eu não posso te falar certinho pro cê. Mas aconteceu, tá provado. Então, e isso, que qualidade de estudo que vai dar? Ce pensa bem, já quarenta crianças numa sala de aula já não é muito viável, não é aconselhável acontecer uma coisa dessa. Como que vai uma qualidade boa? E hoje a educação ce sabe que é o principal, principal coisa. Se tiver uma boa educação é vai revertendo todos os outros benefícios, segurança, porque, termina a violência. Se for bem educado não vai ser violento. Então, e isso a gente, então por isso que eu falo, a gente luta bastante por educação, pela saúde (Felipe, Entrevista, 2012).

De fato, o problema da qualidade de educação em Sarandi aparece refletido nos indicadores de qualidade da educação. Pereira e Rodrigues (2012) sistematizaram os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das cidades da área conurbada da Região Metropolitana de Maringá, a saber, Maringá, Sarandi e Paiçandu, e mostram que Sarandi possui os menores indicadores, sobretudo quando comparados com Maringá. Abaixo, segue uma tabela com o histórico do IDEB das escolas municipais e estaduais de Sarandi. É importante destacar a menor nota, 2,8, e a maior, 4,5, verificada em apenas uma ocasião, o que indica um bom caminho a percorrer até atingir a média 6,0.

Quadro 3 – desempenho das escolas de Sarandi no IDEB nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011

ESCOLAS	2005	2007	2009	2011
ANTONIO FCO LISBOA C E EN FUN MED PRO	3	3,2	2,9	3,6
CORA CORALINA C E E FUND MEDIO	3,7	3,6	2,4	2,8
HELENA KOLODY C E E FUND MEDIO	3,4	3,3	3,1	4
JARDIM INDEPENDENCIA C E DO E FUND MED	2,6	2,5	3,3	3
JARDIM PANORAMA C E FUND MEDIO	3,4	3,6	3,7	3,7



MARIA ANTONA E E IRMA E FUND				4,5
OLAVO BILAC C E E FUND MEDIO	3,3	2,6	2,9	3,1

**Fonte: INEP/IDEB – Resultados e Metas 2011**

Org: Pereira e Rodrigues (2012)

Na mesma direção, problemas com a saúde são apontados pelos moradores. A percepção dos entrevistados é que a saúde pública tem sido muito precária. Apontam como problemas principais a demora na liberação de consultas especializadas, falta de equipamentos médicos e materiais diversos, insalubridade do local de atendimento, demora excessiva no pronto atendimento e alguns chegam mesmo a denunciar a existência de óbitos por falta de atendimento. Felipe, por exemplo, afirma que, assim como a infraestrutura urbana, a saúde pública municipal é muito problemática:

O problema maior é a infraestrutura na nossa cidade. Sem contar que através disso aí ce vê que a saúde pública nossa é zero. É lamentável a gente ter que falar que pessoas morrem por falta de atendimento e por tão pouca coisa. Assim, às vezes um caso simples de resolver deixa acontecer o pior. Então quer dizer, então a gente fica muito triste de saber desses problemas que tem aqui. A gente tenta, tamos lutando pra defender que isso não acontece mais. Mas é uma dificuldade muito grande que eu acho é a falta de infraestrutura e principalmente saúde pública nossa aqui (Felipe, Entrevista, 2012).

Felipe faz alusão a um fato que chocou o município. Trata-se da morte de uma garota de quatorze anos em decorrência de uma apendicite. A garota passou por atendimento duas vezes no Pronto Socorro Municipal, mas não teve a inflamação diagnosticada. Em seguida buscou atendimento em Marialva, quando finalmente teve seu problema notado, no entanto, em estágio avançado, veio a óbito<sup>43</sup>. Nessa direção, encontra-se entre os entrevistados o entendimento de que o sistema de saúde público é precário e insuficiente, o que, certamente, pode trazer consequências para a saúde dos moradores.

Rodolfo também apresenta um relato elucidativo das condições em que a saúde opera em Sarandi, buscando relacionar com o nível mais amplo:

<sup>43</sup> Segundo o Blog do Hilário Gomes (acesso em: 22 nov. 2012), o falecimento da menina ocorreu no dia 11 de janeiro de 2012. O blog afirma que “Conforme relata a mãe da vítima, [...] sua filha começou a sentir fortes dores, febre e náuseas na quarta-feira [4 de janeiro de 2012]. Encaminhada ao pronto atendimento, o médico de plantão alegou que [a garota] estava com virose, aplicou soro e liberou a paciente. As dores continuaram e a família persistiu na ida ao pronto atendimento de Sarandi até sábado [7 de janeiro de 2012], quando resolveram levá-la para um hospital em Marialva. Um médico de Marialva atestou que [a garota] estava com a apendicite rompida e prontamente a encaminhou ao Hospital Universitário de Maringá (HUM), onde foi operada às pressas e permaneceu internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) até a madrugada desta quarta-feira [11 de janeiro de 2012], quando morreu. A mãe conta que os médicos calculam que a apendicite da filha já estava comprometida há pelo menos três dias antes da chegada ao HUM”.

[...] Nos “veve” é num país que tá ainda tá complicado sobre a área da saúde. Mas tem alguns médicos muito bom, que atende bem. Eu mesmo tive uns problemas sérios na minha saúde, graças a deus, através dos médicos, consegui escapar, primeiramente Deus. E temos também aquela perca de erro médico, eu mesmo perdi uma filha por causa de erro médico o ano passado, é, em Sarandi, erro médico. A mulher tava grávida, foi lá, chegou lá, o médico mandou pra casa, tava com muito sangramento, foi até a causa de perder a criança. Perdeu e estamos continuando, tá quase vindo de novo já e tamo aí, (risos), é a vida, faz parte (Rodolfo, Entrevista, 2012).

De fato, ao longo dos anos a população desta cidade vem enfrentando sérias limitações no que diz respeito ao atendimento médico, hospitalar e farmacêutico. Embora a cidade conte com um hospital, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), inaugurada em meados de 2012<sup>44</sup>, e diversos postos de saúde, o atendimento nunca foi eficiente e universal. Evidentemente, tal cenário é muito preocupante, já que problemas de saúde clamam atendimento urgente, sob o risco de danos irreparáveis para a saúde ou mesmo a morte. Fernanda traz um relato interessante de um atendimento de sua mãe no Pronto Socorro Municipal:

É, eu tive na saúde agora recentemente, a minha mãe ficou lá em observação no NIS III lá no Pronto Socorro, esperando sair a vaga pro Hospital Metropolitano ali. Não tinha uma cadeira de banho. A enfermeira foi lá no quarto, levou pra mim uma cadeira, o acento solto e com o ferro é solto, e levou uma faixa pra mim amarrar a cadeira. Eu fiquei, eu fiquei [muito brava], eu falei: “escuta aqui, ce tá pensando que eu vou colocar a minha mãe numa cadeira dessa? qualquer ser humano não se coloca numa cadeira dessa”! Se for uma pessoa, não precisa nem que seja uma pessoa tão pesada, a cadeira vai abrir aquele ferro, vai abrir e vai machucar a pessoa, e a faixa não vai aguentar, a faixa é tipo dum gás, aquele negócio, ele é frágil (Fernanda, Entrevista, 2012).

Segundo a entrevistada, no antigo Pronto Socorro, os pacientes passavam horas e mesmo dias esperando, em condições pouco adequadas, por uma vaga num hospital. Fernanda afirma que na ocasião em que esteve no Pronto Socorro o local estava sujo, inclusive os banheiros, bem como não ofereciam alimentação aos pacientes:

É, ai, eu reclamei tudo isso com a enfermeira [...] Daí elas falavam assim pra mim, “oh, você não viu nada aqui ainda, porque vai nos banheiros, nem um papel higiênico nos banheiros tem”. E eu fui, realmente não tinha, quando eu fui lá, não

<sup>44</sup> Ao inaugurar a UPA, a prefeitura encerrou os serviços de pronto atendimento no antigo Pronto Socorro e transferiu todas as atividades para a UPA. Todavia, segundo os críticos, apesar da mudança pra um prédio mais moderno, o atendimento continua dificultoso. O Blog do Joaquinção (Acesso em: 22 nov. 2012) relata a situação: “segundo um conhecido blogueiro, que até mantém estreita ligação e simpatia à administração municipal, a UPA não acrescentou muita coisa na vida dos sarandienses. Falta médico e o atendimento ao público não é aquela coisa tão promovida pelo prefeito. As reclamações continuam, disse. O que melhorou foi só a questão de sair de um prédio antigo para um prédio novo”.

tinha. E lá no bebedouro de água, ah, não era copo descartável, eles amararam uma caneca é, rapaz do céu, o que que é aquilo? [...]. Nossa, eu achei um desmando, uma sujeira, uma sujeira. Daí, daí eu conversei com a mulher, com a zeladora, ela falou assim: “olha, eu entendo a sua reclamação, eu entendo que você tá indignada”. Mas ela falou: “o material de limpeza agora que nós recebemos, porque ficou aí muito tempo eu não sei se eles não fazem licitação, porque que é, fica sem o material de limpeza, aí nós temos que usar a água que a gente tem aqui e o que tem” (Fernanda, Entrevista, 2012).

Os problemas de planejamento e infraestrutura, saúde e violência afetam o município como um todo e refletem na vida dos moradores nos variados bairros. Ao longo das entrevistas, os sujeitos sociais narram as dificuldades que enfrentam e suas experiências com as mesmas. Cláudia elenca os problemas em seu bairro, salientando mais uma vez a precariedade da infraestrutura e relembra uma experiência trágica do passado. A moradora do Conjunto Residencial Triângulo relata que “pelo que a gente conversa com as pessoas, o primeiro problema é a falta de estrutura, asfalto, galeria, a saúde também é precária, de tudo tem um pouco que falta ainda pra gente, mas nós conquistamos várias coisas aqui, mas ainda falta muito” (Cláudia, Entrevista, 2012). Signo do entrelaçamento entre problemas sociais e luta das associações, Cláudia faz questão de salientar que já “conquistaram muita coisa”, como cascalho nas ruas, construção do salão comunitário, construção de uma praça no bairro, afirmando, portanto, o protagonismo do morador. Ainda assim, o bairro possui problemas históricos, como falta de asfalto e galerias de água pluvial.

Cláudia relata um acontecimento triste e muito significativo do que seja o autoritarismo social. O Conjunto Triângulo foi uma das iniciativas de habitação social<sup>45</sup> criado nos anos 1990 e recebeu população de baixa renda. Cláudia relata que um dos moradores do bairro, sob a ameaça de perder a casa para a Caixa Econômica, veio a tirar a própria vida:

Na época das casas aqui, agora as casas estão todas quitadas. Aí teve um morador, naquela época a Caixa tava tomando a casa das pessoas que não podiam pagar. Tinha um morador aqui na Rua 2, ele até, ele foi pressionado, pela Caixa, e ele

<sup>45</sup> Segundo o Observatório das Metrópoles, profissionais liberais, funcionários públicos, trabalhadores sindicalizados entre outros criaram a Cooperativa Habitacional dos Empregados de Maringá (COHESMA), a qual teve papel relevante na construção de conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Maringá. No ano de 1991, esta cooperativa criou os Conjuntos Residencial Triângulo e Floresta. “Juntos eles somam 942 unidades habitacionais, o que corresponde a quase 60% do total das habitações sociais do município. No entanto, são as unidades que possuem as menores áreas e a menor qualidade construtiva. Os loteamentos foram desenhados com lotes que variam entre 185,00m<sup>2</sup> e 200,00m<sup>2</sup> e as casas de 26,98m<sup>2</sup> (Triângulo) e 27,04m<sup>2</sup> (Floresta). Os Conjuntos encontram-se na periferia, parte sudoeste da malha urbana, distantes de equipamentos públicos e do centro da cidade. Somente em 2006, 15 anos após a sua edificação, a prefeitura inaugurou a Escola Municipal Paulo Freire no Conjunto Floresta” ([entre 2008 e 2009], p. 57). O Relatório salienta ainda que estes conjuntos só perdem em qualidade para o Jardim Social, popular Mutirão, o qual, enquanto existiu, possuiu características análogas as de favela.

morreu enforcado, ele mesmo se enforcou, ele mesmo se suicidou, com medo de perder a casa, ele já tinha perdido um sítio pra um agiota, aí esse agiota passou a casa pra ele, dizendo que era tudo quitado, era uma pessoa simples, não tinha leitura, aí enquanto a mulher dele foi pra igreja, quando ela chegou ele tava, [...] foi, chegamo aqui, ele tava ... porque a Caixa ia tomar<sup>46</sup> (Cláudia, Entrevista, 2012).

Trata-se, evidentemente, de uma história muito triste e muito emblemática das dificuldades enfrentadas pela população que ocupa os níveis mais inferiores na sociedade brasileira. Um senhor, com baixo grau de escolaridade, com uma primeira experiência de perda de sua propriedade, sob a ameaça da perda da casa própria<sup>47</sup>, necessidade objetiva para a própria sobrevivência, acaba por encerrar sua passagem pelo mundo, certamente, em termos Arendtianos, uma perda para a política, visto que sua singularidade não pode ser substituída por ninguém.

O município de Sarandi oficialmente nunca teve favelas, no entanto, ao longo do tempo surgiram várias áreas ocupadas com contornos análogos a favelas<sup>48</sup>, as duas maiores foram a Favela do Hélio<sup>49</sup> e o Conjunto Mutirão<sup>50</sup>. Segundo o Observatório das Metrópoles, o

---

<sup>46</sup> Fabrício oferece mais detalhes sobre o fato: “[...] no Triângulo [...] veio a acontecer um fato que foi lastimável, [...] aí teve um senhor que, a gente fez reunião lá em Sarandi, a gente fez um ato na Caixa, quatro gerente nos recebeu, e eles chegaram e foram bem duros, falaram: ‘quem puder pagar quatro prestação não vai ser despejado’, não, duas prestação, desculpa, eu errei, ‘quem puder pagar duas prestação não vai ser despejado, por mês, até quitar a dívida, os atrasados’. Daí um senhor, lá do fundo, não tô lembrado o nome dele [...]. Ele levantou lá do fundo e falou: ‘moço’. Foi lá pra frente, mulher dele lá na mesa, sentada. Falou: ‘moço, eu já fui despejado do meu sítio, eu não quero passar vergonha de novo, o que eu ganho de salário dá pra comprar os remédios da minha esposa e a comida pra gente comer e beber, mas o remédio dela eu tô cortano, ela não vai mais, pode morrer, mas eu vou pagar as duas prestação da Caixa [...] vou pagar as duas prestação’ – foi esta proposta que eles fizeram – ‘e vou suspender a compra de remédios da minha esposa’. Tentamo até convencê-lo ao contrário, mas era uma posição dele, já afirmativa e não abria a mão. [Aí] Ele foi pra Caixa, o superintendente da Caixa desautorizou o gerente a receber as duas prestação, e chegou lá os gerentes falaram que tavam desautorizados, que eles iam, ou ele pagava tudo ou ele seria despejado. Ele chegou em casa, *pois* uma corda na – não sei se você conhece as casas do Triângulo, são casas de 27 metros, são casas caixa de fósforo, muito pequena, entregaram sem forro nenhum, só o madeira, a madeira em cima, então ficou propício pra ele se matar – e ele colocou a corda, subiu na cadeira e se enforcou. Daí nós fizemos, na época pedimos caixão público lá no coisa, deram um caixão que quase, se chacoalhasse, era papelão, dos lados, se chacoalhasse o caixão ele podia cair fora. Nos já quebramos o pau na empresa de caixão, daí nos deram um caixão de madeira, bonito, e fizemos o enterro dele só porque teve briga [...]” (Entrevista, 2011)

<sup>47</sup> Na obra de Hannah Arendt o lar aparece como um espaço fundamental, onde se encontra a textura social na qual o homem nasce e cria para si um lugar peculiar no mundo (ARENDR, 1989, p. 327). Para Arendt a perversidade do mundo moderno destrói não apenas o domínio público, mas também o domínio privado, local criado para resguardar o homem contra o mundo: “o motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói o domínio privado tanto quanto o domínio público; priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual outrora eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família” (ARENDR, 2010, p. 72). Ver nota 15.

<sup>48</sup> O IBGE define Aglomerados subnormais (favelas e similares) como um “Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais” (IBGE, Acesso em: 28 nov. 2012)

<sup>49</sup> Para uma análise detalhada do processo de formação, ocupação e desocupação da Favela do Hélio ver Veloso (2003).

Mutirão – Jardim Social – foi construído na década de 1980, provavelmente em 1983, numa parceria entre prefeitura e governo federal<sup>51</sup>. De acordo com a descrição do Observatório, as construções eram rústicas, com condições de habitabilidade inferiores. As unidades possuíam apenas por volta de 20 metros quadrados, incluindo o banheiro.

Ainda de acordo com o Observatório, o Mutirão foi “[...] um conjunto habitacional depreciado, com características que o colocam muito próximo do que o IBGE considera como aglomeração subnormal ou ‘favela’<sup>52</sup>” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 114). Próximo do centro da cidade, com a terra valorizada e a proximidade dos serviços urbanos, os moradores, a despeito do assédio que sofreram, por muito tempo se recusaram a deixar o local:

Apesar do local ser desprovido de infraestrutura (asfalto, esgoto, drenagem) sua localização é privilegiada em relação aos bairros periféricos da cidade. A proximidade com o centro e, conseqüentemente, aos equipamentos de serviço e lazer se traduz na satisfação dos moradores em relação ao local e indicam a necessidade de programas habitacionais específicos de melhoria das habitações sem que haja remoção da população desta área (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 115).

No início dos anos 2000 houve uma tentativa de remover a população deste local, juntamente com a desvafelização de uma ocupação irregular conhecida como Favela do Hélio. Segundo Veloso, foram utilizados recursos da Cooperativa de Habitação do Paraná (COHAPAR) para construir 58 casas, o que foi suficiente para atender todas as famílias do Hélio e algumas do Conjunto Mutirão e do Jardim Universal. No entanto, a maioria dos moradores do Mutirão não aceitou deixar seus barracos. Então a prefeitura, buscando resolver o impasse, construiu casas populares ao lado do Conjunto Mutirão, mas parte da população que ocupou as novas casas deixou os antigos barracos para parentes ou amigos ou

---

<sup>50</sup> Segundo o Observatório das Metrôpoles, em Sarandi encontram-se localidades com condições análogas às favelas, cujas áreas apresentam concentração de domicílios precários e responsáveis com renda muito baixa: “Um tanto distante do perfil das grandes cidades brasileiras, mas, com peculiaridades que caracterizam a segregação sócio-espacial no âmbito local e na Região Metropolitana de Maringá, a realidade dos assentamentos precários em Sarandi revela-se nos bairros, principalmente periféricos, caracterizados pela falta de infraestrutura urbana (esgotamento sanitário e coleta de lixo), pela densidade excessiva de moradores no domicílio e na presença, ainda que pequena, de ocupações irregulares na malha urbana, caracterizadas como assentamentos informais” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 104).

<sup>51</sup> “Os 160 domicílios foram construídos através do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais em que os próprios moradores ajudaram na construção, o que pode ter contribuído para a baixa qualidade construtiva das casas que somada à falta de manutenção ao longo do tempo fizeram com que praticamente todas elas estejam em situação precária. Segundo dados obtidos por meio de entrevistas no local, 71% dos 92 domicílios dos entrevistados do Conjunto Mutirão estão depreciados, imprevistos ou inacabados e 50% estão na situação de ocupados, cedidos ou alugados” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 114).

<sup>52</sup> Ver nota 48.

simplesmente os abrigou nas casas populares. Segundo Veloso, como as mudanças ocorriam à noite, a prefeitura teve dificuldades em coibir esta prática.

A Prefeitura construiu as casas populares, mas os moradores do Mutirão, antes da mudança, colocavam parentes ou conhecidos nas casas novas ou então no próprio Mutirão, isso para assegurar os dois locais. Aquele que queria permanecer no Mutirão cedia a casa para o parente e aquele que ia para a casa nova cedia a casa do Mutirão (VELOSO, 2003, f. 99).

Em 2011 a prefeitura finalmente realizou a desocupação do Mutirão e transferiu a maioria dos moradores para o Conjunto Residencial Mauá, um bairro situado na região sul da cidade, ao lado do Conjunto Floresta e muito mais distante do centro do que o Mutirão. Agora, instalados no Mauá, os moradores criaram uma associação. Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de entrevistar Rodolfo, primeiro presidente da associação local. O presidente relata a experiência de morar no Mutirão, local que chegou no período de reocupação do Mutirão, pós-construção das casas populares:

Eu fui parar [no Mutirão] na época da invasão, o povo invadiu aquelas casas é popular de baixo e nós invadimos o Mutirão [...] o pessoal que invadiu as casinha, o mutirão, o seguinte, foi feito, na época de dois mil...alguma coisa, eis fizeram uma casa pra po povo acabar com mutirão, desfavelar igual foi feito agora, só que não deu tempo de acabar as casas [...] e veio pessoal de fora e invadiu as casas que era pro pessoal do Mutirão e aí o que que aconteceu? Um invadiu as casinhas e quem não tinha casa invadiu o mutirão, tipo assim, num servia pra um, mas servia pra outro, aí foi a época que eu entrei nesse mutirão, invasão, aí a gente ficou lá, [as casas não estavam terminadas?], não, a de baixo não tava, aí o pessoal, nós, como do Mutirão, tava meio lá meio cá, a gente, a gente acabou de levantar ela e entramo nela, invadimo de novo. [...], tinha água, luz, tinha tudo, aí quem foi pra casa de baixo [...] e aí gente conviveu, eu convivi quinze anos lá, daí saiu essa proposta boa de vir pra cá, pra gente vir, fazer essas casas pra morar aqui, ai a gente *começou ponhar na cabeça do povo que era bom pra nós*, mas muitos não queria, porque, queria ficar lá, que lá não pagava água, não pagava luz, lá não pagava nada, nem IPTU, a luz eles de vez quando pagava porque vinha a mais da COPEL, mas a água nunca ninguém pagou. Aí o povo começou *ponhar* defeito que aqui tinha que pagar tudo, só que eles não viam, não chegaram ver a qualidade de vida, que era diferente, aí somano esse tipo de vida, aí somano esse tipo de vida, qualidade de vida, é outra vida [...] (Rodolfo, Entrevista, 2012, Grifos meus).

Ele se mostrou muito satisfeito com a mudança e reclama das condições precárias de vida antiga:

Então, mas é, a causa do Mutirão é o seguinte, o Mutirão a gente tinha uma vida lá, eu vivi, convive 15 anos lá, era uma vida, era gostoso, diferente do que a gente vê muitos, o povo falando, tinha acesso a tudo perto, Pronto Socorro, mercado, farmácia, açougue. Só que pro lado bom era isso, e pro lado ruim era a moradia, era defasado, não tinha conforto, não tinha limpeza, a gente convivia muito com pessoas doentes, eu mesmo inclusive tinha problema de asma, tinha que ficar mais no Pronto Socorro que em casa, e hoje graças a deus a gente vê que mudou esse índice de



coisas, que a gente vê a *deferença* da saúde, da casa nova pra casa velha, parece que não, mas mudou o quê? Muda assim, conforto pra você dormir, quando vem uma chuva forte, aí, o telhado, goteira, é bicho que entrava dentro de casa, muito rato, muita barata, que era muita fossa aberta, essas coisas. Hoje, hoje nós “conveve” numa casa que tem rede de esgoto, é bem forrada, é, entendeu! É uma coisa que é diferente (Rodolfo, Entrevista, 2012).



Imagem 02 - Viela do Conjunto Mutirão  
Fonte: Observatório das Metrôpoles, [entre 2008 e 2009].

Outra grande limitação enfrentada pelo povo de Sarandi é a falta de asfalto em parte considerável da cidade. Este é um problema que interfere no cotidiano de boa parte da população e talvez seja o que mais incomode os moradores. Trabalhadores enfrentam poeira no período das secas e barro na fase de chuvas até chegar ao ponto de ônibus, o que além de causar constrangimentos, dificulta o deslocamento até o trabalho, uma vez que não é incomum, por exemplo, que carros atirem barro nas pessoas enquanto caminham pelas vias alagadas. Da mesma forma, as crianças precisam caminhar um bom tanto pelas ruas barracentas ou empoeiradas até chegarem às escolas. Segundo o Observatório,

O problema da falta de pavimentação nas áreas periféricas da cidade é generalizado e atinge diretamente a população de baixa renda [...]. Onde a declividade é mais acentuada e como por exemplo as periferias dos bairros Jardim Universal, Novo Bertiooga, Nova Independência 3a Parte – a ausência de asfalto pode gerar maiores dificuldades para os moradores em períodos chuvosos tendo em vista, também, o grave problema de falta de drenagem em praticamente toda a cidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, [entre 2008 e 2009], p. 112).

Diversos entrevistados apontam as dificuldades de viver “no barro”. Assim, a pavimentação passa ser o grande sonho dessa população. Ao longo das entrevistas com presidentes cujos respectivos bairros ainda não são asfaltados (ou ainda não eram na data da entrevista), a falta de pavimentação foi considerada como um dos maiores transtornos dos



bairros e umas das principais reivindicações da população. É o caso, por exemplo, de Valter, que conta ter diversos problemas, mas

Principalmente asfalto, nós temos há vinte anos sem asfalto, só promessa, promessa. E até hoje nada, nós não temos, é, uma quadra de esportes nós não temos, tem uma quadra velha lá que era do colégio. Não temos nada, absolutamente nada. Então, de primeiro, o que precisava realmente era o asfalto, pra depois pensar noutras coisas (Valter, Entrevista, 2012).

Este presidente narra que passou por muitas dificuldades para viver no bairro sem asfalto, inclusive em determinado período acabou se mudando para o centro da cidade, em decorrência dos transtornos. Morou com a família por quatro anos fora, mas acabou retornando ao bairro. Um dos fatos marcantes para ele foi quando trabalhava de motorista e por diversas vezes teve que deixar o caminhão atolado e terminar o percurso até a casa a pé:

Eu trabalhava de motorista, e logo que eu mudei lá, muitas vezes, várias vezes eu deixei o caminhão ali atolado que não podia chegar em casa. E pior, era caminhão de combustível, caminhão tanque, então eu tinha que tirar os equipamentos, rádio, sacolas e levar no braço, e o caminhão pousar lá. Quando não você tinha que pedir máquina, quando não achava a máquina você tirava e voltava, dormir dentro do caminhão (Valter, Entrevista, 2012).



Imagem 03: Avenida Nova Londrina – Região sul da cidade  
Fonte: arquivo pessoal

Ivani, na mesma direção, relata que o maior problema em seu bairro é a falta de infraestrutura, sobretudo de asfalto. Segundo a presidenta, há um principal problema no bairro, que é justamente a falta de asfalto:

Eu acho que é um principal problema, que é o barro, é a falta de asfalto [que dificulta] muito, é o que mais, a maior reclamação do povo é a infraestrutura

mesmo. Porque eu acho que se tivesse infraestrutura o resto vem automaticamente. Então, o principal foco aqui é mesmo o asfalto (Ivani, Entrevista, 2012).

Anderson conta que sofreu durante treze anos com a poeira e o barro em seu bairro e relata que “ainda temos o problema com a questão asfáltica de Sarandi, acho que 60% dos bairros de Sarandi não é asfaltado” (Anderson, Entrevista, 2012). Recentemente, depois de muita cobrança da associação, finalmente seu bairro recebeu a pavimentação. Assim, juntamente com a conquista da construção da escola no bairro, o asfalto aparece como uma das conquistas marcantes:

Eu creio que por beneficiar diretamente a gente, é o colégio<sup>53</sup> e esse asfalto do bairro [foram marcantes]. Porque, oh, tá chovendo agora, ce imagina esse bairro sem asfalto, entendeu? Agora vou ter um filho que tá fazendo a quinta série, ele vai pra sexta série, e ele tem que subir lá pro [bairro vizinho] pra estudar, e questões de vagas são limitadas, como é que vai ficar? Então, agora, abrindo esse colégio, ele vai ter, ele não vai precisar ter que andar tanto pra poder estudar, e vai ter com certeza vaga dele garantida. E essa questão do colégio vai desafogar as outras áreas também. Então vai ajudar muito Sarandi, no geral. [...] Então, quer dizer, são duas coisas que eu considero assim é que marcou muito. Até pela questão de ter acontecido dentro do meu mandato de presidente, de presidente de bairro, é a gente não tem, não é sozinho que tá nessa, mas a gente tem uma mão aí também, a gente como presidente de bairro, sabe que tem uma mão aí (Anderson, Entrevista, 2012).



Imagem 04: Avenida Giro Watanabe – Região norte da Cidade.  
Fonte: arquivo pessoal

Evidentemente, a ausência de asfalto ainda impacta a vida dos moradores de diversas maneiras, dificultando, por exemplo, saída de casa para atividades de lazer, entretenimento, compras etc. Até mesmo a saída para participar das reuniões da associação fica comprometida em dias de chuva, quando é uma tarefa árdua caminhar pelas vias lamacentas.

<sup>53</sup> Anderson se refere à conquista da construção de um colégio em seu bairro.

Numa sociedade erigida por uma cultura política autoritária, isto é, que predetermina os lugares de cada indivíduo na estrutura social, direitos sociais, como à saúde, à cidade, à moradia ou à segurança são adquiridos por meio da aquisição monetária, encontrados abundantemente entre as classes sociais com condições de pagar. Desse modo, o critério para acesso aos direitos são as posses e não a cidadania, o que descaracteriza o próprio significado do direito e se torna um privilégio. Sem condições financeiras para pagar o plano de saúde ou comprar uma casa em uma região asfaltada, próxima aos centros públicos e comerciais, a concepção hierárquica de sociedade espera que o morador pobre se contente com as filas da saúde pública ou com as enchentes e poeiras das ruas de cascalho. Todavia, essa população insiste em não aceitar tal problemática e busca nas organizações coletivas alternativas pra enfrentar esta situação e reivindicar o cumprimento de seus direitos.

De fato, se a história de Sarandi tem se caracterizado pela negação dos direitos, a população deste município também tem se notabilizado pela resistência e estabelecimento da política. Desde a sua constituição, passando pela emancipação e chegando aos dias atuais, a população residente neste município sofre com os problemas de infraestrutura, de saúde, educação, pelo número diminuto de espaços públicos de convivência, pela quase ausência de políticas de combate à marginalização, a violência e o consumo de drogas entre os jovens<sup>54</sup>. Todavia, as entrevistas indicam que é exatamente em decorrência destas dificuldades que são criadas associações de moradores cujo objetivo é lutar para reduzir o sofrimento dos moradores. Para usar as palavras de Oliveira, “penosamente, na brecha das próprias contradições da expansão capitalista poderosamente ajudada por esse quase fascismo, as classes sociais dominadas voltaram a reconstruir a política” (OLIVEIRA, 1999, p. 64). Assim, os moradores não assistem passivamente a perpetuação de sua pobreza. Ao contrário, diversas organizações florescem ao longo do tempo em Sarandi e com diferentes estratégias enfrentam as difíceis condições em que vivem. A tentativa aqui foi caracterizar as estruturas sociais e políticas sobre as quais a sociabilidade e a cultura política dominante se estabelecem em Sarandi. É dentro deste quadro político e social que se desenvolve o associativismo sarandiense e suas múltiplas expressões, que passa também a influenciar na cultura política local.

---

<sup>54</sup> Há que se reconhecer, no entanto, os avanços dos últimos anos. Seguindo uma tendência nacional, programas sociais como o Bolsa Família e a geração de empregos tem aparentemente colaborado para reduzir significativamente o estado de vulnerabilidade social dos segmentos mais pobres de Sarandi. Tema que merece maior aprofundamento futuro.

### 3 NOVOS SUJEITOS ENTRAM EM CENA: UM PROJETO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO

“Glória aos piratas  
Às mulatas, às sereias  
Glória à farofa  
à cachaça, às baleias  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história não esquecemos jamais  
Salve o navegante negro  
Que tem por monumento as pedras pisadas do cais”  
(Mestre-Sala dos Mares, João Bosco e Aldir Blanc).

A seção anterior buscou mostrar alguns problemas sobre as quais a cidade de Sarandi se formou e cresceu. No entanto, à medida que estas questões são reelaborados à luz das experiências vivenciadas pelos moradores e por novas matrizes político-culturais, parte da população passa a reinterpretar seus dilemas sociais e forja um novo padrão de ação coletiva, pautados pela autonomia em relação às classes políticas conservadoras e capaz de desafiar a ordem estabelecida, bem como capaz de forjar um espaço público onde possam projetar suas existências, seus dramas, suas vidas. Assim, instaura-se o conflito público, a ordem é perturbada, ou seja, “[...] realizaram a façanha de fazer política” (OLIVEIRA, 1999, p. 61). É importante, contudo, salientar que este padrão de ação coletiva não representa a totalidade do associativismo sarandiense, tampouco é o grupo dominante, pelo menos atualmente, o que, no entanto, não os impede de representar uma vertente importante do associativismo local, capaz de se constituírem como sujeitos políticos.

#### 3.1 NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS: A EMERSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O final dos anos 1970 viu emergir uma série de atores sociais portadores de um projeto autônomo em relação aos partidos e ao Estado e atuando em lugares até então inéditos. Neste período, “entram em cena”, para usar a expressão de Eder Sader (1988), novos sujeitos políticos expressando uma tripla novidade: eram novos sujeitos coletivos, a realizar política em lugares novos, de uma forma nova. Era a aparição dos novos movimentos sociais por meio dos quais as classes populares passaram a fazer parte da cena histórica como sujeitos, desenhando a sua história através da sua ação. Segundo Marilena Chauí, prefaciando a obra clássica de Sader (1988), *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, estes movimentos sociais populares promoveram:

[...] o início de uma sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a sua própria cena através de sua própria ação e, com isso, ‘constituíram um espaço público além do sistema da representação política’ permitida, ou seja, o espaço da participação cívica e trabalhista (CHAUI, 1988, p. 15).

O livro de Sader (1988) é reconhecido por anunciar e interpretar a aparição destes novos sujeitos políticos que não apenas se colocaram na cena pública, como realizaram um alargamento do espaço público para além dos espaços tradicionais de se fazer política, qual seja, Estado e partidos políticos. Segundo o autor, o papel destes movimentos populares que emergiram nesse período foi justamente rechaçar a política tradicional e politizar questões cotidianas como o trabalho e moradia, desta forma, “eles ‘inventaram’ novas formas de política” (SADER, 1988, p. 26).

Sader (1988) narra a constituição de novos sujeitos históricos em lugares até então colocados em segundo plano por parte das análises políticas dominantes. Em contexto de crise e renovação das matrizes discursivas da esquerda, do sindicalismo e da Igreja<sup>55</sup>, Sader (1988), mediante um trabalho de observação atenta e perspicaz, constata um novo jeito de se constituir como sujeito social:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos (sic) lugares de trabalho e de moradia, eles ‘inventaram’ novas formas de política (1988, p. 20).

De fato, eram os movimentos sociais entrando em cena, associações de bairro, clubes de mães, novo sindicalismo, comunidades eclesiais de base que forjavam um espaço público de interlocução e se apresentavam como portadores de direitos, a começar pelo “direito a ter direitos”. Estes movimentos se caracterizaram pela autonomia, pela contestação, pela auto-organização, pela criação de um novo padrão de resistência e de uma identidade coletiva que os constituíam como sujeitos, portadores de um projeto de mudança social.

Enfim, o que os define não é a sua forma homogênea, na verdade, estes sujeitos apresentaram uma ampla diversidade, mas estavam inscritos em uma linguagem comum, proveniente da reelaboração das matrizes discursivas sindical, católica e marxista, capazes de

---

<sup>55</sup> Segundo Sader, no período em foco, havia três “[...] instituições em crise que abrem espaços para novas elaborações. Tendo cada uma experimentado a crise sob a forma de um deslocamento com seus públicos respectivos, essas agências buscam novas vias para reatar suas relações. Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de ‘novas formas de integração com os trabalhadores’. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um ‘novo sindicalismo’” (SADER, 1988, p. 144)

rearticular suas necessidades e politizá-las. Se fossemos usar a terminologia Arendtiana (2010), diríamos que estes sujeitos estavam fundando uma esfera pública na qual podiam agir e falar. Convém retomar as palavras de Eder Sader:

Era o ‘novo sindicalismo’, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os ‘novos movimentos de bairro’, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma ‘nova sociabilidade’ em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram ‘novos movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade (SADER, 1998, p. 35-36).

Maria Célia Paoli (1995), na mesma direção de Sader (1988), salienta que os movimentos sociais estavam a realizar uma reinvenção democrática no Brasil. Ao formular novos discursos, novas formas de conflito e sociabilidade, eles se colocavam como portadores de direitos e, na visão de parte significativa dos intérpretes, fundadores de uma nova sociedade baseada na democracia substantiva:

Sua originalidade residia no fato de organizarem-se para expressar o desejo de integrar-se a uma outra esfera de poder, aquela que pertence à ordem da cidadania e dos direitos e que é regida, portanto, por aquilo que hoje, anos mais tarde, está sendo enunciado como própria da esfera de uma sociedade civil revitalizada (PAOLI, 1995, p. 27).

Com efeito, na interpretação de Paoli, ao reivindicar direitos, no sentido do “direito a ter direitos”, estes novos sujeitos traziam questões inéditas para a cena pública, se constituíam como sujeitos políticos, conferiam estatuto político a sua luta e podiam contestar a cultura política autoritária há muito dominante no Brasil. Entre os direitos reivindicados, podemos citar a luta pela anistia e o movimento contra o aumento do custo de vida nos anos 1970, o movimento pelas “diretas já” nos 1980, a campanha pela participação popular na formulação da constituição de 1988 e o impeachment de Collor no início dos anos 1990 (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA<sup>56</sup>, 1998/1999, p. 21).

Segundo Scherer-Warren e Lüchmann, a fim de compreender o diferencial de cada formação coletiva neste período, foram realizados muitos estudos de caso, teses e dissertações, o que possibilitou acumular um amplo acervo bibliográfico ampliando o conhecimento empírico sobre a configuração dos movimentos sociais. No entanto, na tentativa de deixar o sujeito se autoidentificar confundiu-se em alguns casos, “[...] a

---

<sup>56</sup> Doravante GEDC



autorreflexão com a análise sociológica” (SCHERER-WARREN E LÜCHMANN, 2004, p. 12). Embora expandiu-se o conhecimento empírico, faltou cuidado, em muitos casos, de melhor esclarecer categorias e conceitos teóricos, o que levou em alguns casos, a idealização e essencialização dos movimentos sociais.

A produção sobre a ação coletiva entra nos anos 1990 em um novo contexto. Com a abertura democrática e a promulgação da Constituição de 1988 novos desafios são colocados aos movimentos sociais. Com a criação de uma série de canais de participação institucional, de alguma forma a nova tarefa consistia em relacionar-se com o Estado de forma ativa e propositiva, neste contexto ocorre a chamada inserção institucional dos movimentos sociais (GEDC, 2000).

Nessa direção, Doimo (1995) aponta que na década de 1990 o campo ético-político<sup>57</sup>, ao qual o movimento popular estava situado, se desmonta e as redes movimentalistas se desagregam. Para aqueles que esperavam a transformação radical da sociedade, esta desmobilização dos movimentos sociais seria reflexo de uma derrota do campo popular. Doimo, por sua vez, entende que para quem reconheceu que os limites do movimento popular é promover ganhos no nível da cidadania, seus anseios foram atingidos.

A despeito da ampla literatura que abordou esta temática na década de 1980, os movimentos sociais progressivamente deixam de ser uma temática de pesquisa nos anos 1990, à medida que entra em cena uma nova categoria de análise: a sociedade civil. Enquanto nos anos 1980, segundo Scherer-Warren e Lüchmann, a expressão sociedade civil possuía um contorno mais político-estratégico em função da contraposição ao Estado, no contexto da democratização esta expressão é redefinida e tomada como um conceito teórico-analítico (SCHERER-WARREN E LÜCHMANN, 2004, p. 17). Se nos anos 1980 a expressão sociedade civil estava muito articulada à ideia de movimentos sociais, com a redemocratização ocorre uma ampliação e pluralização dos atores sociais e conseqüentemente a utilização da categoria “sociedade civil” se espraia para designar diversas instituições localizadas na sociedade.

No final dos anos 1990 o suposto potencial democratizador da Sociedade Civil passa a ser questionado, entre outros, pelo Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-

<sup>57</sup> Na formulação de Doimo (1995), campo ético-político se refere aos códigos comuns compartilhados por um conjunto de atores. A expressão “troca de experiências”, por exemplo, era muito utilizada pelo movimento popular. No caso dos movimentos sociais, um campo ético-político popular forjou as redes movimentalistas, que se aproximavam por meio de códigos comuns. A desagregação destas redes movimentalistas, na avaliação de Doimo, está ligada ao recolhimento da Igreja católica para seu interior, ao abandono do otimismo acadêmico entre os intelectuais de esquerda, a incorporação de critérios de eficácia nas ONGs e segmentos da esquerda antes comprometidos com a grande transformação passam a participar do sistema partidário, da reforma do Estado e da gestão pública.



1999). Nesta interpretação, a sociedade civil passa a ser vista como terreno ambíguo, no qual projetos políticos distintos disputam entre si. Nesse sentido, a sociedade civil não pode ser concebida como um todo homogêneo voltado para a democratização das relações sociais. Muito distante disso, ela é entendida como um terreno disforme onde estão presentes diversas concepções de mundo, por vezes antagônicas. Da mesma forma que setores da sociedade se constituem como movimentos sociais, organizações civis, ONGs etc. e lutam pela construção democrática, outros atores políticos situados também na sociedade continuam a reproduzir uma cultura autoritária, clientelista, patronal. Assim, passa-se a questionar a concepção de sociedade civil como demiurgo da democracia (DAGNINO, 2002): “[...] neste novo contexto [...] o próprio termo sociedade civil passa a ser objeto de vários significados diferenciados e em disputa. São significados atribuídos por projetos políticos diversos e por vezes antagônicos” (GECD, 1998-1999, p. 27).

Assim, alguns autores passam a conceber a configuração da sociedade civil como plural e heterogênea no sentido que diversos interesses coabitam nela. Segundo o GECD, pelo menos duas perspectivas normativas disputam pela hegemonia de seus respectivos projetos políticos. Cada uma destas vertentes não é homogênea em seu interior, no entanto, a despeito de divergências internas, se inscrevem em campos ético-políticos distintos. Em uma delas, arregimentada pelo neoliberalismo, o Estado é considerado o principal causador dos problemas sociais. Consequentemente, quem deveria se responsabilizar pelo atendimento da chamada população carente seria o terceiro setor. Este se apresenta como uma nova esfera social, ao lado do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). Nesta perspectiva, a responsabilidade pelos serviços sociais é transferida à sociedade (família, ONGs e iniciativas filantrópicas) já que é crescente o número de pessoas excluídas tanto de acessos aos serviços públicos quanto dos produtos e serviços prestados pelo mercado. Nesta concepção, os valores de solidariedade e as iniciativas individuais são enaltecidas, enquanto espaços públicos e o registro do direito encolhem.

Esta corrente entra em conflito com outra concepção de sociedade civil: herdeira da tradição dos movimentos sociais, um conjunto de atores políticos enfatizam a necessidade do reconhecimento dos direitos dos cidadãos, da democratização social, do fortalecimento da participação política, bem como a cogestão de políticas públicas:

Há, portanto, possibilidades em conflito na sociedade brasileira: por um lado, a possibilidade do reconhecimento e da generalização dos direitos, da ampliação da democracia e da cidadania através do debate público, das regras da vida social; por outro lado, propostas neoliberais que pretendem privatizar relações sociais recusando a ‘mediação pública dos direitos de representação’, através da redução da

sociedade civil ao mercado, da política à eficácia técnico-administrativa, dos direitos mediados por categorias universais da cidadania à autonomia de indivíduos privados (GECD, 1998-1999, p. 30).

A seguir, busca-se narrar a constituição de uma série de sujeitos sociais herdeiros da tradição dos movimentos sociais e, portanto, portadores de um projeto político que chamarei de democrático-participativo, seguindo a nomenclatura e o referencial analítico de Evelina Dagnino, presente nas obras já citadas. Esse grupo busca referências para suas lutas nas matrizes discursivas própria dos movimentos sociais e elabora uma nova forma de fazer política em Sarandi, contrapondo-se a política conservadora até então inquestionável.

### 3.2 O NASCIMENTO DO PROJETO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO EM SARANDI – A REVOLTA DAS TORNEIRAS VAZIAS

No auge do neoliberalismo no contexto nacional, a tendência de precarização dos serviços públicos, seguidos da transferência para a iniciativa privada foi vivenciada e enfrentada também pela população sarandiense no final dos anos 1990. Joel lembra desse período nos seguintes termos:

[...] Era muita falta de água, era complicado, muitas vezes você chegava da firma em casa, [...], então a gente vinha tomar banho em casa, muitas vezes chegava em casa não tinha água. Então era uma situação difícil, *eu acho que é melhor faltar energia na tua casa, você se vira com uma vela ou com um lampião, do que a água, a água se faltou água, você não tem como fazer nada* (Joel, Entrevista, 2012, grifos meus).

Joel se refere aos anos difíceis do final da década de 1990, quando o sistema de abastecimento de água de Sarandi foi seriamente comprometido pela precarização e pelas recorrentes falhas no fornecimento. Problema associado à falta de planejamento, a rede de distribuição progressivamente foi deixando de suportar o crescimento da demanda, o que desencadeou uma crise de abastecimento sem precedentes.

Passados aproximadamente 13 anos desde *A Revolta das torneiras vazias*<sup>58</sup>, o sofrimento experimentado naquele período ainda permanece vívido na memória da maioria dos entrevistados. O relato de Joel supracitado toca no cerne da questão ao relacionar a falta de água a todas as dimensões da vida, isto é, “se faltou água, você não tem como fazer nada”. Até mesmo a falta de luz é possível enfrentar, mas sem água qualquer atividade humana fica

---

<sup>58</sup> Título do livro de Cleiton Damasceno [2002?], um dos líderes do movimento contra a privatização da água em Sarandi.

inviabilizada. A escassez de água pode comprometer a própria sobrevivência orgânica do ser humano, bem como coloca sérios obstáculos à inserção do indivíduo na sociedade atual. De fato, o banho após o trabalho, os alimentos a serem lavados e cozidos, a higiene doméstica e uma série de atividades sociais são afetadas.

A experiência de Fátima é muito significativa do sofrimento que foi esta época. A presidenta relata que chegou a passar um natal sem uma gota de água na torneira:

Faltava muita água, teve um ano, eu não me lembro o ano certo pra falar, mas teve um ano que era natal e nós passamos, o bairro todo sem água. [...] então a gente não tinha água no natal. Então isso daí, isso eu lembro assim, nossa, como se fosse hoje, nós tentando buscar água no bairro vizinho, que não tava ainda, que não era populoso, não tinha muitos moradores, e nós íamos pro lado de lá buscar água, e nós ficamos cerca de cinco dias sem água (Fátima, Entrevista, 2012).

O depoimento de Fátima revela uma situação de privação extrema, especialmente dolorosa pela falta de água vir em um dia tradicionalmente festivo como é o natal. Tanto a higiene pessoal e doméstica, quanto as refeições festivas estavam comprometidas. O comum em casos como esse era buscar socorro com os vizinhos mais sortudos, cuja água ainda chegava à torneira. Isso era possível porque não era em todos os bairros que faltava água ao mesmo tempo. Assim, com baldes, panelas, garrafas ou qualquer outro recipiente os moradores faziam suas peregrinações até os vizinhos que ainda recebiam água. Muitas vezes até mesmo o banho era realizado na casa de vizinhos do bairro ao lado. Em outros casos, o socorro era encontrado na torneira pública, única fonte a jorrar para Fernanda: “Nós íamos buscar de balde a água, de balde, é, dava umas duas quadras mais ou menos, tinha uma torneira pública lá, naquela torneira todo mundo ia com o seu baldinho lá pegar água. Foi cruel, muito triste aquilo” (Fernanda, Entrevista, 2012).

O Jornal O Repórter Regional, de 24 a 31 de dezembro de 1999, traz algumas informações acerca da experiência dos moradores em uma situação de falta de água. De acordo com a reportagem, os moradores do Jardim Independência ficaram sem água em um domingo. O jornal salienta que o problema era constante em algumas partes do bairro e que havia dias em que a água chegava ao registro de água da residência, mas não com força suficiente para subir à caixa e chegar às torneiras. O jornal relata ainda o drama de uma senhora que trabalhava a semana toda e tinha apenas o domingo para lavar a roupa e limpar a casa, mas não poderia fazê-lo devido a falta de água.



Imagem 05 – Moradores Revoltados Contra a Falta de Água  
 Fonte: Jornal O Repórter Regional (24 a 31 de dezembro de 1999)

Tempos de angústia e temor de que a qualquer momento a torneira deixasse de jorrar, os moradores se preveniam como podiam. Garrafas pet, caixas d'água extras, banhos mais curtos (ou mesmo suprimidos), a louça suja era deixada para depois, e mesmo a descarga sanitária era adiada para poupar a pouca reserva de água das caixas, das garrafas e da geladeira. Ester se lembra das dificuldades daquele período e de como faziam para conseguir alguma água

Era complicado, porque daí você não tinha água pra beber, não tinha água pra beber, pra fazer, conseqüentemente ce não tinha água pra nada. E aí você tinha que juntar, engarrafar garrafa pet, fazer aquele monte ali, de estoque pra poder ce ter uma água ou buscar na escola, que lá aquela caixa já abastecia um [...], então, ali era onde tinha um socorro (Ester, Entrevista, 2012).

Chico, por sua vez, não chegou a enfrentar grandes problemas com a falta de água, já que seu bairro foi um dos privilegiados e não sofreu com as torneiras secas, no entanto, recorda-se dos relatos dos colegas do grupo de jovens:

O meu bairro, a gente não tinha tanto essa questão. Mas eu tinha amigos e como fazia parte de grupos de jovens na época, eu tinha amigos que tinha essa dificuldade muito presente na vida deles. Comentavam constantemente que a água que eles captavam, inclusive a gente fazia os grupos de jovem nas casas de cada um que ofertava a sua casa. E tinha pais que compravam umas caixas de água e colocavam no solo pra ficar escorrendo aquele *mirejo* de água que vinha pela encanação da prefeitura. Então a noite tinha um volume maior, então a noite ficava aquela mangueira ali pra encher aquela caixa de água pra que as pessoas fizessem o seu serviço, e atendesse suas necessidades durante o dia (Chico, Entrevista, 2012).

É possível que alguns desses relatos não narrem precisamente como os acontecimentos se deram, já que faz muito tempo e a memória nem sempre conserva os fatos em sua pureza.

O olhar para o passado sempre é clivado pelas construções simbólicas que realizamos ao longo de vida, de modo que muitas vezes interpretamos e reinterpretamos nosso passado, à luz de nossas experiências presentes. De qualquer forma, as narrativas enfatizam uma situação de privação vivenciada por todos. Pelo menos no conjunto dos entrevistados, não há quem não se recorde do sofrimento desses anos. De fato, a própria memória é, em certa medida, uma construção política. Deste modo, as próprias lembranças desta época de privação não deixam de ser também uma vitória do movimento de combate à privatização.

Desse modo, a privação da água pode ser lida em uma ótica da negação de um direito social fundamental. As torneiras vazias, a busca de socorro no vizinho, a reserva de água em caixas e garrafas, a roupa que não foi lavada, o banho não tomado são sintomas de um processo de negação da própria participação cidadã em um mundo regido por normas igualitárias, num certo modo indica a negação da própria política. Não se trata aqui de marcar os moradores como sofrendores ou passivos diante da falta de água. A questão, na realidade, diz respeito à supressão de um direito que por metáfora pode significar a negação de um direito a ter direitos, ou seja, da própria forma como as questões sociais são resolvidas na sociedade sarandiense, bem como o esforço de inviabilizar a participação da população nesse processo.

Constatar o quadro de falta de água em Sarandi nos leva a procurar as causas de tal problemática. Na fala dos entrevistados, as causas giram em torno da falta de planejamento urbano, de problemas de gestão das contas da prefeitura e do proposital sucateamento com vistas a transferir a exploração do sistema de água de Sarandi à iniciativa privada. De fato, essas razões se entrelaçam e expressam uma destituição de uma esfera pública em que sujeitos negociam suas questões no espaço público. De acordo com Celso,

Faltava água porque eles recebia, que a gente paga água, eles recebia do povo e dava e dá um faturamento grande porque é muitos morador, então *nois* fatura legal. E eles investia em outras coisas, eles misturava com o caixa da prefeitura, o caixa geral, eles misturava tudo, entendeu. E o dinheiro não voltava pra água. Então eles gastavam o dinheiro em outras coisas e principalmente porque eles queriam sucatear pra vender, pra vender, pra vender, pra “ponhar” não tá bom, pra tentar colocar na cabeça do povo não tá bom, não tá bom, entendeu (Celso, Entrevista, 2012).

O que Celso busca questionar em seu depoimento é uma determinada forma de fazer política voltada para atender os interesses do mercado. Os motivos elencados por ele sugere uma ação deliberada dos gestores da época para gerar no imaginário social a necessidade de privatização. Assim, as próprias falhas de planejamento, a encanação insuficiente, o

sucateamento e mesmo o desligamento deliberado das bombas são associados à falta de água, como salientado por Chico:

[...] E a gente pode, nesses rumores de ter participado parcial disso é que na verdade parte do problema era problema de ligar o registro que distribuía água. Na verdade não era nem exatamente a falta da água em si, mas era um meio da prefeitura fazer da população um curral (Chico, Entrevista, 2012).

O esgotamento das águas de Sarandi figura na fala dos entrevistados como uma estratégia de dissolução intencional do sistema público de água. Tentava-se estimular na população o sentimento de que a privatização era a única saída possível. Com efeito, o desmanche do sistema, feito de forma sutil e silenciosa, busca ressaltar a necessidade da privatização, afirmando a percepção de que não há saídas possíveis a não ser a privatização.

No entanto, à medida que setores populares independentes da política e dos políticos tradicionais da cidade passam a tomar contato com outro projeto político, fundamentado na cidadania, nos direitos e na democracia participava, a percepção de que a única saída possível é a privatização passa a ser questionada e uma nova “gramática civil”, para usar a expressão de Telles (1994), passa a ser construída na cidade. Um novo jeito de interpretar os problemas sociais e a ação dos políticos tradicionais passa a ser formulado, bem como um novo padrão de ação coletiva entra em cena.

E dessa reelaboração dos problemas sociais e da própria política que nasce o questionamento da solução privatista do problema da água. Esta nova configuração do movimento social de Sarandi se filia a uma tradição de mobilização coletiva predominantemente de natureza conflitiva e reivindicatória forjada no Brasil desde o final dos anos 1970, quando se deu a “entrada em cena” dos novos movimentos sociais que passaram a politizar as questões do cotidiano e alargar o espaço público para além dos espaços tradicionais de participação política, tais como o Estado e os partidos políticos.

### 3.3 UM NOVO PROJETO POLÍTICO EM AÇÃO

Seguindo o caminho teórico apontado por Evelina Dagnino (1994, 2000, 2002, 2004) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), o padrão de ação coletiva e de inserção social dos movimentos sociais acaba por forjar um projeto político<sup>59</sup> que, embora nunca tenha se tornado

---

<sup>59</sup> De acordo com Dagnino, a noção de projeto político se aproxima do pensamento gramsciano e busca designar um conjunto de crenças, concepções de mundo, e representações do que deve ser a vida em sociedade que orientam a ação dos diferentes sujeitos – a vantagem dessa abordagem está no vínculo indissolúvel entre cultura e política: “Nesse sentido, nossa hipótese central sobre a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a

hegemônico, engendra “[...] conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 38). Este projeto é fundamentado na participação democrática, no alargamento da democracia para a esfera social, em regras de sociabilidade regidas pelo direito, inclusive pelo direito a ter direitos e acaba por constituir uma nova noção de cidadania<sup>60</sup>. Este projeto político portado por sujeitos políticos tanto na sociedade, como no Estado, entra em disputa com os demais projetos políticos, via de regra, portadores de uma sociabilidade hierárquica e privada, seja na sua face autoritária ou neoliberal.

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi, o núcleo central do projeto político democrático participativo “[...] estaria constituído por uma concepção de aprofundamento e radicalização da democracia, que confronta com nitidez os limites atribuídos à democracia liberal representativa como forma privilegiada das relações entre Estado e sociedade” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 48). Nesta concepção, a ampliação da participação objetiva democratizar o Estado, isto é, torná-lo mais acessível aos interesses formulados nas instâncias de participação da sociedade. De acordo com os autores, a participação promove o compartilhamento do poder e contribui para uma *desprivatização* do Estado, que se tornaria mais permeável ao interesse público a ser formulado nas instâncias de participação da sociedade e, portanto, menos subordinado à apropriação privada dos seus recursos. No Brasil, ao longo dos anos 1980 “esta concepção de participação obteve ganhos culturais e políticos significativos” (DAGINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 49), como a institucionalização de direitos na constituição de 1988, que abriu caminho para a instalação de instâncias participativas, como conselhos gestores de políticas públicas, fóruns, conferências e orçamentos participativos.

Ainda de acordo com os autores, estes sujeitos sociais reivindicam não apenas a participação no sistema político, mas o direito mesmo de participar das decisões sobre o que

---

estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, 2004, p. 199).

<sup>60</sup> Segundo Dagnino (1994) a ação dos movimentos sociais engendra uma nova noção de cidadania, a qual deve ser diferenciada do conceito liberal clássico de cidadania. Esta nova noção, segundo a autora, está ancorada na concepção de um direito a ter direitos, numa estratégia dos excluídos, “desde baixo”, numa nova proposta de sociabilidade balizada pela igualdade social, na extensão da cidadania para a esfera da sociedade e mesmo na participação da definição do que deve ser considerado política, podendo participar da invenção de uma nova sociedade. Portanto, a nova cidadania não se limita a reivindicar participação no sistema político, mas requer o ‘*direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema*’, o direito a definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 109, grifos da autora).



pode ser considerado política. Nesse sentido, ocorre um alargamento da noção de cidadania adequando-a ao aprofundamento democrático:

A partir de uma premissa básica, a do direito a ter direitos, essa redefinição sustentou a emergência de novos temas e a constituição de novos sujeitos políticos, definindo por meio de suas práticas o que consideravam seus direitos e lutando por seu reconhecimento (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 52).

Essa nova noção de cidadania traria um ganho no sentido de ampliar o reconhecimento legal dos direitos para além do sistema político, buscando forjar uma sociabilidade regida por princípios igualitários. Assim, as estruturas sociais hierárquicas passam a ser questionadas, bem como seus produtos como a fome, a miséria, violência, e as desigualdades sociais e econômicas. Desse modo,

[...] Essa visão de cidadania se apresenta também como uma proposta de sociabilidade, na medida em que transcende o reconhecimento legal de direitos e os limites estritos da relação entre o Estado e os indivíduos para debruçar-se sobre o âmbito das relações sociais no seu conjunto, onde o reconhecimento dos direitos deve constituir parâmetros de convivência no âmbito da sociedade [...]. A ênfase nessa dimensão está relacionada com o ordenamento social autoritário e hierárquico vigente em nossos países, onde ser pobre não significa apenas privação material, econômica, mas também a submissão a regras culturais que expressam uma absoluta falta de reconhecimento dos pobres como sujeitos portadores de direitos [...]. Esta visão de cidadania expressa assim uma ampliação da noção de democracia, que extrapolaria o estatuto do regime político para designar uma sociedade democrática ordenada por relações presididas por matrizes culturais mais igualitárias [...], vocalizando ‘a aspiração da democracia como sociabilidade real’ [...] (DAGINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 52-53).

Telles (1994), por sua vez, busca inserir a noção de direitos em uma concepção de sociabilidade ao tomar os direitos como medida de estruturação das relações sociais. Essa concepção não pretende negar a estrutura institucional dos direitos e da cidadania, mas sustentar a expansão dessas garantias para o chão da sociedade, fundando uma sociedade pautada pelo reconhecimento do outro, do corpo do outro, da fala do outro, dos direitos do outro, forjando uma nova sociabilidade<sup>61</sup>. De acordo com a autora:

---

<sup>61</sup> Nas palavras da autora: “Primeiro, colocados na ótica da sociedade, os direitos não dizem respeito apenas às garantias inscritas na lei e instituições. Não se trata aqui, é preciso esclarecer, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e democracia. A questão é outra. O que está aqui se propondo é pensar a questão dos direitos em um outro registro. Pois pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito antes de mais nada ao modo como as relações sociais se estruturam. Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes demandas legítimas” (TELLES, 1994, p. 91-92).

Como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, os direitos constroem, portanto, vínculos propriamente civis entre indivíduos, grupos e classes. Melhor dizendo, constroem uma gramática civil que baliza práticas e interações sociais por referência ao que é reconhecido como medida de justiça, medida que é sempre alvo de questionamentos e reformulações nos embates e litígios de posições e interesses, valores e opiniões, mas que é sempre solidária com critérios, muitas vezes implícitos, não redutíveis às prescrições legais, que fazem a partilha entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o interdito, o obrigatório e o facultativo. Não seria demais enfatizar que, se tudo isso passa pela normatividade legal e institucional da vida social, depende sobretudo de uma cultura pública democrática que se abra ao reconhecimento da legitimidade dos conflitos e da diversidade dos valores e interesse demandados como direitos (TELLES, 1994, p. 92).

No final da década de 1990, em Sarandi, uma série de sujeitos em locais diferentes da sociedade confluem para este projeto, chamado aqui de democrático-participativo. Herdeiros da tradição dos movimentos sociais e das matrizes discursivas, tal como apontadas por Sader (1988), padres ligados à teologia da libertação e militantes de esquerda passam a organizar grupos de jovens de pastoral da juventude, grêmios estudantis, associações de moradores, de onde emerge uma reinterpretação do processo de sucateamento do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Sarandi, bem como a consequente mobilização e luta contra sua privatização.

É importante fazer um esclarecimento acerca das fontes consultadas para a reconstrução e análise desta luta. Se por um lado este movimento permanece vívido na memória dos entrevistados, por outro, as fontes documentais escritas são escassas. Encontramos um livro escrito por Cleiton Damasceno, estudante secundarista à época e uma das principais lideranças do movimento, publicado no início dos anos 2000, possivelmente em 2002. Todavia o livro se limita a contar a participação do autor na luta contra a privatização, deixando de lado uma série de elementos importantes para esta pesquisa. Isto é, as organizações que os envolvidos participavam, a influência de outras entidades locais, como partidos políticos, movimentos sociais, associações de moradores, igrejas, não são mencionados no livro. O autor também não informa quais as influências, apoio, subsídios recebidos pelo movimento para além das fronteiras de Sarandi. Desse modo, se o livro apresenta uma sequência histórica coerente, deixa diversas lacunas que tiveram que ser preenchidas pelos escassos documentos que encontrei e pela consulta e entrevistas com alguns participantes do movimento.

Ao consultar os padres João Caruana<sup>62</sup> e Paulo Campos<sup>63</sup> – clérigos atuantes em Sarandi no período e defensores da teologia da libertação<sup>64</sup> –, fui informado que nos arquivos

---

<sup>62</sup> O Padre João Caruana foi pároco em Sarandi na Paróquia Nossa das Graças entre 1985 e 1990 e na Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus entre 1990 e 2003. Padre João é reconhecido nos movimentos sociais por seu

das respectivas paróquias encontraria materiais que foram produzidos pelas igrejas a respeito da luta. Todavia, ao chegar às paróquias não localizei nenhum documento do período. Evidentemente, foi uma surpresa para este pesquisador, já que é lugar comum a imagem de que a Igreja Católica tem um grande cuidado com o arquivamento de documentos.

Tentei encontrar fontes também nos arquivos da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM), mas fui informado pelo presidente que os arquivos anteriores ao ano de 2006 se perderam nas transições de diretorias. O presidente aproveitou também para salientar que “aquela luta foi mais dos estudantes”. Travei contato com algumas lideranças da época procurando por registros, fotografias, atas de reunião, panfletos, cartazes, cartas etc., quase todos se mostraram disponíveis e se prontificaram a “procurar em casa”, no entanto, sem êxito em sua tarefa. No caso de um deles, o Aparecido Bianco, vasculhei pessoalmente os seus arquivos e o único material que encontrei foi um cartaz convocando a população para participar do julgamento do processo que lhe foi movido – juntamente com o companheiro de luta, Cleiton Damasceno – por sua atuação na luta contra a privatização da água. Onde tive sorte de encontrar algum material foi na residência do editor dos Jornais O Repórter Regional e Folha de Sarandi, senhor Hilário Gomes. De fato, os jornais cobriram este período e trazem várias reportagens sobre o contexto e sobre o movimento social contra a privatização da água. Ainda assim, as informações são exíguas.

Na tentativa de minimizar as lacunas históricas, entrevistei Aparecido Bianco (Bianco), um dos líderes reconhecidos pela população na luta contra a privatização<sup>65</sup>. Como já se passam mais de 13 anos, a memória do Bianco já não armazena os detalhes da luta, ainda assim sua entrevista foi importante, pois confirmou o que já havia ouvido nas conversas informais e complementou as informações do livro do Cleiton Damasceno. É imprescindível dizer que é preciso cautela com as fontes com base na memória, visto o caráter seletivo, interpretativo e ressignificativo das mesmas. Além das informações prestadas por Bianco, das encontradas no livro de Cleiton Damasceno e nos jornais, alguns presidentes de associação de

---

envolvimento com a Pastoral Operária, Pastoral da Terra e Movimento dos Sem Terra. Atualmente o prelado atua em Malta, seu país natal.

<sup>63</sup> O Padre Paulo Campos foi Pároco da Paróquia São Paulo Apóstolo entre os anos de 1999 e 2002, quando deixou o cargo para se candidatar a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Eleito, Padre Paulo exerceu mandato na Assembleia Legislativa do Paraná entre 2003 e 2006. Atualmente o vigário atua na paróquia São Francisco de Assis em Tunas do Paraná.

<sup>64</sup> Além de Sader (1988), Ver Catão (1986).

<sup>65</sup> Bianco, como é conhecido popularmente, tem longa trajetória de militância nos movimentos sociais de Sarandi. Além de líder estudantil, foi e continua sendo membro de associação de moradores e exerceu um mandato de vereador pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2009 e 2012.

moradores entrevistados também fizeram alguns relatos sobre a luta contra a privatização da água. É com este conjunto que elaboro as considerações abaixo.

Apesar das dificuldades em diversificar as fontes, o contato informal travado com sujeitos envolvidos neste processo, as entrevistas realizadas com os atuais presidentes de associações de moradores, o livro de Cleiton Damasceno, a entrevista com Aparecido Bianco e com presidentes de associação e as reportagens de O Repórter Regional e Folha de Sarandi nos permitem afirmar que neste período em Sarandi foi gestado um novo projeto político, assentado no protagonismo popular, na independência da política conservadora, na reivindicação e defesa de direitos e na criação de um espaço público democrático e participativo.

De fato, na segunda metade da década de 1990 uma série de organizações coletivas mais ou menos consensuais quanto ao caráter público do Departamento de Água e Esgoto começam a se organizar para lutar contra o que parecia iminente, a tentativa de privatização. Como visto anteriormente, a solução apontada pela prefeitura para escassez de água indicava a privatização. A matéria do Jornal O Repórter Regional de 31 de outubro de 1997 afirma que nesse período já havia um princípio de organização de setores contrários a privatização. De acordo com a reportagem, no dia 28 de outubro do mesmo ano, houve uma assembleia em que participaram o prefeito Júlio Bifon, vereadores, representantes de partidos políticos, dos estudantes secundaristas, da associação comercial e da Igreja Católica para debater o problema. A matéria citada salienta que enquanto o prefeito da época defendeu a privatização, lideranças sociais e alguns vereadores se posicionaram contrários:

Ao final o prefeito Júlio Bifon fez as suas considerações, e debateu com várias pessoas dando a entender que o futuro do DAE é a privatização mesmo. [...] O Repórter regional/Folha de Sarandi em pesquisa realizada entre os dias 25 a 28 c/608 pessoas, apresentou (sic) sendo o resultado 71,5% contra e 28,5% são a favor da privatização (O REPORTER REGIONAL, 31 out. 1997).

O Jornal Folha de Sarandi publicou em 14 de março de 1998 uma carta conjunta escrita por diversas entidades, intitulada *Com Água nos Olhos*. No documento, as entidades repudiam a iniciativa do prefeito em privatizar o DAE e afirmam que isso seria prejudicial à economia municipal. De acordo com as entidades, o departamento poderia dar lucro ao município e também por isso deveria continuar sendo público. A carta é concluída como se segue:

Tanta energia, avidez e dinheiro gasto enaltecendo a privatização, através de propaganda, deveria ser usado para amenizar os graves problemas sociais ao (sic) município. Com a atitude ao (sic) senhor prefeito, de vender o Depto. de Água e Esgoto ficam “poluídas” as relações com a população. Parece que o Executivo Municipal, prefere aliar-se a capitalistas insaciáveis de lucros, ignorando nossa população, nossos anseios ... nosso patrimônio. Junte-se a nós, não deixe seu patrimônio entrar pelo cano (Folha de Sarandi, 14 mar. 1998).

O documento foi assinado pelas seguintes entidades: Central de Movimentos Populares de Sarandi (CMP), Partido dos trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Projeto Educação de Trabalhadores (PEART), União Sarandiense dos Estudantes Secundaristas (USES), Associação de Moradores (Jd. Verão, Universal, Paulista, Esperança e Panorama) e Pastoral da Juventude (PJ).

Como vimos, o movimento que se formou em torno da luta contra a privatização do sistema de água e esgoto de Sarandi foi composto por diversas organizações. Ainda assim, é possível apontar três instituições como principais protagonistas, as quais se responsabilizaram por levar a discussão adiante e mobilizar as demais organizações e a população como um todo. Como apontado pelo presidente da UNISAM, as principais lideranças do movimento foram os estudantes. A UNISAM e as associações de moradores, por sua vez, participaram do movimento, mas não exerceram liderança tal qual a juventude estudantil. Ao lado dos estudantes, a presença da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Juventude e especialmente do padre João Caruana, e o partido dos trabalhadores, especialmente pelos dois mandatos na Câmara dos vereadores <sup>66</sup>, tiveram importância decisiva na mobilização dos moradores e na organização da luta.

As próprias entrevistas com presidentes de associação de moradores já apontavam nessa direção. Cléber teve participação neste momento e aponta as principais lideranças do movimento: “eu sei que é, tava o Zezinho, o Zezinho eu lembro do Zezinho [na época,

---

<sup>66</sup> Nas eleições de 1996 o Partido dos Trabalhadores elegeu dois vereadores: José Aparecido da Silva, popularmente conhecido como Zezinho e João Alberto Cardoso, chamado popularmente de João Ministro. Esta foi a segunda vez que o PT elegeu edis em Sarandi, sendo que a primeira foi em 1988, quando o Partido dos Trabalhadores elegeu o senhor Irineu Reggiani. A chegada do PT ao legislativo não foi privilégio de Sarandi. De acordo com Dagnino, após o estabelecimento da democracia formal no Brasil e da reorganização partidária, o projeto democratizante, configurado nos limites da sociedade, alcançou o poder no âmbito do Estado “[...] no nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e, mais recentemente, no executivo federal, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva” (DAGINO, 2004, p. 196-197). Segundo a autora, este período ainda abre a possibilidade de uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil para o aprofundamento democrático. Devemos, contudo, ser cautelosos ao usar a expressão sociedade civil. Talvez seria mais apropriado referir-se a este grupo que chegou ao poder como a uma fração da sociedade civil, até então comprometida com a democratização e com o compartilhamento do poder. Atualmente, o próprio Partido dos Trabalhadores, bem como seus governos e parcerias passam por uma reformulação, que acaba por forçar a própria indagação se este partido ainda representa no nível institucional os movimentos populares. Tal resposta, contudo, extrapola os limites deste trabalho e merece investigações futuras.

vereador do PT], o Bianco, o Cleiton [estudantes ...]. Mas o Bianco, o Zezinho, o padre lá do centro, o, um que marcou que marcou bastante foi o padre João Caruana [...]” (Entrevista, 2012). Com efeito, na fala de Cléber, aparecem representante das três organizações centrais que deram suporte político e cultural para a luta. A Igreja Católica por meio do Padre João, o Partido dos Trabalhadores, por meio dos vereadores e a União Sarandiense de Estudantes Secundaristas de Sarandi (USES) por meio do Bianco e do Cleiton.

A entrevista com Bianco foi importante para elucidar a relação entre as três instituições e principalmente para mostrar de onde vieram as referências políticas e culturais por meio das quais os estudantes formularam seu posicionamento contrário às privatizações. De acordo com Bianco, a base de sua militância política e a crítica às privatizações e ao sistema capitalista como um todo passou a ser elaborada a partir do momento em que começou participar de uma organização de estudantes chamada Juventude Revolução (JR). Segundo o entrevistado, esta é uma organização independente do ponto de vista partidário e que atua com a juventude nas escolas, nas universidades e nas comunidades. De acordo com o site da JR (acesso em: 13 fev. 2013), este grupo combate a exploração e a opressão do capitalismo e luta por uma sociedade socialista. Esta organização, embora mantenha sua independência política, possui proximidade com a corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores<sup>67</sup>, organização a qual Bianco também se filiou após o ingresso na Juventude Revolução.

Bianco conta que ele e um grupo de jovens criaram uma célula da JR em Sarandi e passaram a organizar os grêmios estudantis nas escolas do município. De acordo com o entrevistado, um militante da JR veio para Sarandi e os auxiliou na organização:

[...] E aí ele trouxe, como montar grêmio, como militar, ele trouxe um monte de material, cartilhinha, e tinha um monte de cartilhinha da Juventude Revolução. E eu abracei essas cartilhas e entrei de cabeça nas cartilhas e daí pra frente nós fazia manifestação de tudo quanto é negócio. Era manifestação de tudo quanto é coisa (Bianco, Entrevista, 2012).

Bianco ainda relata que organizavam grupos de estudos, principalmente para estudar o livro *O Capital*, de Karl Marx: “aí, Juventude Revolução, e aí veio com força mesmo, comecei a ler muito [...] *O Capital*, *O Capital*, era tirado cópias do capital e a gente lia e fazia as discussões. Entender como é que funcionava a mais-valia [...]” (Bianco, Entrevista, 2012). De acordo com o militante, foi a partir destes estudos e a da reflexão coletiva que se elaborou o

<sup>67</sup> Bianco filiou-se ao partido dos trabalhadores em 1998, quando passou a militar dentro da corrente O Trabalho. Ele conta que por questões pessoais há dois anos se afastou da corrente, mas continua mantendo concordância ideológica com as posições desta tendência.



entendimento de que a privatização da água de Sarandi seria prejudicial à população. Então, o grupo chegou ao seguinte entendimento:

Tudo é uma questão do que vai ser investido, quem tem que ser favorecido, pra quem que você, então a prefeitura ela queria favorecer uma empresa. E a gente entendeu isso, foi uma soma, a gente entendeu que a água tinha que favorecer a população, era pro bem estar da população, e não pra empresário ganhar, ter lucro, pra que servia a água? Pro cara acumular capital ou pro bem-estar dos trabalhadores de Sarandi? Que Sarandi é periferia, classe trabalhadora (Bianco, Entrevista, 2012).

O militante ainda é enfático ao apontar os principais protagonistas da luta contra a privatização. Em sua avaliação, os estudantes secundaristas foram a “ponta de lança”<sup>68</sup>, aqueles que puxaram toda a mobilização e contaram com o apoio decisivo da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores, especialmente pelos dois mandatos na Câmara dos vereadores, a saber, Zezinho e João Ministro, não coincidentemente ambos ligados à Igreja Católica<sup>69</sup>. De acordo com Bianco, os estudantes tinham uma força muito grande,

Era muito estudantes, a ponta de lança era os estudantes, sem dúvida, eu posso dizer isso com muito tranquilidade, se for voltar pra época você vai ver isso, eu acho que você vai acabar descobrindo isso, porque quem ia pra cima, a gente fazia jornalzinho, fazia documento, entregava, panfletava, quem ia pra cima era a juventude (Bianco, Entrevista, 2012).

Segundo o relato de Bianco, os estudantes faziam o diálogo com a população, com as igrejas, com as entidades e a partir do boca a boca, de conversa espontânea entre vizinhos, entres colegas de trabalho, nas bases. Assim, os moradores iam reelaborando a experiência da falta de água e criando o entendimento do caráter precarizador e privatista implícito na intenção do governo municipal:

Eu acho que isso era por etapa, continuava o diálogo com a população, as pessoas comentavam, acho que era muito mais boca a boca, é, [...] nós procurávamos, alguns

<sup>68</sup> Bianco relata um pouco da organização dos estudantes secundaristas de Sarandi: “a gente fazia assembleia, fazia plenária, a gente tirava ônibus para congresso, a gente já foi pra Goiânia com o ônibus. E a gente não tinha apoio do prefeito e nem de nenhum vereador, nada, eles não davam um centavo. Mas nós fazíamos pedágio, nós fazíamos pedágio, pedágio. O que é pedágio? Nós íamos lá e a gente levava um adesivo, a gente tinha, mandou fazer muitos adesivos: ‘drogas, não obrigado, a juventude quer emprego, diversão e arte, Juventude Revolução’, um adesivo vermelho, quadrado, e a gente fez um monte de adesivo, não me lembro na época quanto. E a gente ia vender no [semáforo], e a gente ia pedir contribuição com esse adesivo no pedágio. O que que o pessoal pudesse dar pra gente, parava conversa, falava. ‘olha, tá acontecendo isso, e isso e isso’. [...] A memória minha é meia vaga nesse sentido mas eu lembro que a gente fazia muito pedágio, muito pedágio. [...] a sustentação financeira era por meio de pedágios, por meio de professores que ajudavam, era a minoria, mas ajudavam, e, era assim que a gente fazia. Eu acho que o que mais arrecadava dinheiro era os pedágios, chegava lá, parava e pedia dinheiro, e arrecadava cara, era uma grana legal, muita gente contribuía” (Entrevista, 2012).

<sup>69</sup> Segundo a entrevista com Bianco, as associações de moradores participaram das manifestações, mas com menor influência na liderança e na construção do movimento.



apareciam, é. E na época foi, teve muita mídia, teve muita mídia, mídia batendo na gente, muito mais batendo na gente do que falando bem, como é até hoje, mas acaba tendo uma repercussão muito grande (Bianco, entrevista, 2012).

Ainda de acordo com a narrativa de Bianco, a relação dos estudantes com a igreja e especialmente com o Padre João Caruana foi muito produtiva, de modo que o sacerdote passa mesmo a ser reconhecido como um importante militante:

[...] A igreja apoiou muito devido a militância social do padre João Caruana, acho que a igreja entrou aí [...] é o padre João ele disse que não, eu lembro da frase que ele falou, que me gravou muito, na época, ele disse que *“a água era vida e não podia ser vendida”*. E aí a gente se somou, e a partir daí eu tive uma ligação muito estreita com o padre João Caruana, e ele participava dos atos também, quando os atos era grande ele participava, ele ia nos atos, ele participava frente a frente, lá, ombro a ombro conosco (Bianco, Entrevista, 2012, grifos meus).

Bianco continua seu relato e demonstra muita admiração pelo vigário que, em sua avaliação, foi decisivo não apenas para a vitória da luta da água, mas para sua militância política:

Eu não considero ele como um padre, considero ele como um companheiro de luta, eu considero ele como um companheiro de luta mesmo. E posso dizer com toda clareza, se ele não entra no movimento, porque a igreja é um poder respeitado na sociedade, ela é um poder respeitado na sociedade, e se não fosse o padre João, ele foi um cara que ajudou a gente pra caramba, à época, era muito mais fácil matar a gente aqui em Sarandi, hoje a gente tem internet [...] Na época a gente não tinha isso, e ele, na igreja, ele protegia a gente, ele falava, ele foi um cara fantástico, um cara que marcou a minha militância, assim, que, pra mim ele é específico, [...] era muito bom (Bianco, Entrevista, 2012).

Sobre a participação do Partido dos Trabalhadores, o militante é mais econômico nas palavras, mas não deixa de salientar a importância decisiva do mesmo: “o Partido dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores foi essencial, o Partido dos Trabalhadores através da corrente O Trabalho” (Bianco, Entrevista, 2012). O Jornal o Repórter Regional, por sua vez, cita várias vezes o PT nas atividades contrárias a privatização da água e, em uma de suas edições, publica mesmo um manifesto deste partido repudiando a privatização. Esta carta também foi distribuída à população pelos militantes do partido. Abaixo destaco um trecho da carta:

Estamos diante de um governo municipal, que se recusa a ouvir o clamor do povo, que democraticamente tem o poder maior, um funcionário público que não funciona para o público, um déspota contemporâneo. Uma vez mais precisamos ter consciência da necessidade de lutarmos para impedir que nosso funcionário maior, embriagado de poder arruíne com o patrimônio público, conseguido com o esforço

de toda a população sarandiense. A única forma de continuarmos tendo água de boa qualidade por um preço justo, é dizer não à privatização do Departamento de Água e Esgoto de Sarandi (O repórter regional 27 fev. 1998).

Lucas, por sua vez, apresenta com detalhes a relação entre a Igreja, o Partido dos Trabalhadores e a luta contra a privatização. O entrevistado atualmente preside a associação de moradores de seu bairro e concilia esta atividade com a participação na Igreja Católica e com a militância no Partido dos Trabalhadores. No período de gestão do Prefeito Aparecido Spada (2001-2008) atuou na gestão municipal e atualmente é uma das principais lideranças do campo democrático-participativo em Sarandi. Oriundo da Pastoral da Juventude (PJ), foi a partir daí que começou a se envolver com a política. Ele relata que embora na PJ Jesus Cristo fosse apresentado como um jovem lutador, não encontrou possibilidades de atuação social dentro da Igreja, o que o impeliu a se envolver com movimentos sociais:

Então na época eu comecei a me engajar, inclusive eu tive muita resistência pra poder me envolver assim com partido, com associações, porque eu entendia que na igreja eu já conseguia fazer isso. Mas, não, a igreja você coloca a, faz as pessoas a pensarem, aí é o leigo, como a igreja chama, que tem que daí fazer a transformação lá fora, então daí eu entendia que havia essa necessidade, porque só dentro da igreja eu não ia conseguir fazer isso (Lucas, Entrevista, 2012).

Conciliando a participação na Igreja e a aproximação dos movimentos sociais, Lucas participou da eleição para vereador do companheiro de Pastoral, José Aparecido da Silva, o Zezinho do PT, eleito em 1996. Lucas conta que naquele período a Campanha da Fraternidade convidava os jovens a elaborarem um projeto político. Então a pastoral da juventude das paróquias de Sarandi, apoiada pelos seus respectivos párocos, apresentaram a candidatura de Zezinho e conseguiram elegê-lo como vereador do Partido dos Trabalhadores de Sarandi.

É possível dizer que nesse momento, o projeto democrático participativo de Sarandi adentra o terreno do Estado, de modo que o mandato do vereador exercerá um papel fundamental na mobilização coletiva<sup>70</sup> e especialmente na luta contra a privatização da água. Lucas relata que

[...] Naquela época eu era coordenador de grupo de jovem, eu era líder da Pastoral da Juventude, eu coordenava a paróquia aqui, e a gente mobilizou, participamos dessa luta, mobilizamos grupo de jovens, abrimos espaço, inclusive na época pro próprio Zezinho ir nos grupos de jovens, explicar o que tava acontecendo, na época:

<sup>70</sup>“Querendo ou não, a eleição de dois vereadores [Zezinho e João Ministro] na época, as eleições dos vereadores, querendo ou não, dos vereadores do PT, que era da oposição na época, ajudou também, porque se não existisse esses vereadores, na época, não tinham conseguido mobilizar. O mandato dos vereadores, na época, foram muito importantes, do Zezinho principalmente, foi muito importantes pra mostrar que tinha um canal ali, que existia alguém que tava de olho no que tava acontecendo” (LUCAS, Entrevista, 2012).

que queriam vender a água, que era um patrimônio nosso, e se faltava água na casa das pessoas era uma estratégia política, das pessoas que estavam a frente, de sucatear o departamento, pra dizer que ele não dá lucro, que ele, não, daquela forma que ele tava, o município não podia continuar, pra, como forma de vender ele, pra fazer a gente pagar uma água mais cara do que a própria cidade suportava (Lucas, Entrevista, 2012).

A percepção de que a deterioração do sistema de fornecimento de água era intencional aparece claramente na fala de Lucas e predomina também nas falas de outros entrevistados. É o caso de Cláudia, por exemplo, que se lembra dos argumentos elaborados pelos defensores da privatização: “diz que privatizando as pessoas iam pagar menos, ia ter, é, ia ter melhores condições, a água ia que não sei o quê, que ia melhorar, mas não era bem assim, ia melhorar pro bolso deles, é lógico” (Cláudia, Entrevista, 2012). Na realidade, segundo Cláudia, faltava “furar mais poços, melhorar o encanamento, os canos eram finos, a população aumentou e aquilo que tinha continuou o mesmo, então eles não investiram em caixa d’água, reservatório grande” (Cláudia, Entrevista, 2012).

A narração de seu Sidney, por sua vez, é ainda mais contundente em associar a crise de abastecimento aos interesses econômicos do grupo político que governava a cidade na época. Na percepção dele, o prefeito Júlio Bifon e seu grupo seriam os beneficiados com a privatização:

Era uma coisa assim, e o Júlio Bifon era o dono da água e o Carlos Birches e tinha mais uns dois. Eles ia ser o dono da água com esse grupo. Eles ia “exterizar” [privatizar] a água, aí não ia ser mais de Sarandi, ia ser uma empresa “exterizada” [privatizada]. Aí houve aquele problema sério e fizeram vários manifestos aí, não conseguiram (Sidney, Entrevista, 2012).

Atualmente predomina a compreensão de que a privatização teria sido a saída mais prejudicial à população, sobretudo pelo provável encarecimento do valor mensal pago pelos moradores, bem como pela perda de um patrimônio público. Contudo, a construção dessa percepção não foi espontânea nem pacífica. É possível dizer que a organização coletiva, as reivindicações e os protestos forjaram uma nova compreensão da temática. Esta, por sua vez, foi construída desde os setores populares, pela ação dos estudantes, da igreja, dos vereadores e militantes do PT, por meio de espaços públicos forjados por eles mesmos e isentos da influência dos políticos tradicionais. É possível dizer que a luta popular construiu essa imagem do patrimônio público como um valor. Talvez essa seja a maior vitória deste movimento: a constituição de um novo padrão de participação política que, apesar dos desmanches recentes, ainda permanece vivo na cidade de Sarandi.

Durante a entrevista com Celso, lhe perguntei se ele se recordava o nome do prefeito que lançou o projeto de privatização. Com tom indignado e de denúncia, me respondeu nos seguintes termos: “que quis privatizar a água? Que procurou sucatear para vender com mais facilidade? sem o povo achar que ia piorar? É o Júlio Bifon” (Celso, Entrevista, 2012). Este foi o primeiro prefeito de Sarandi, no início dos anos 1980, e estava em seu segundo mandato, iniciado em 1997. Não coincidentemente, era filiado ao PSDB e autor do Projeto de Lei nº 834-98, que autorizava a venda do Departamento de Água e Esgoto de Sarandi.

Cleiton Damasceno<sup>71</sup> [2002?], uma das lideranças do movimento contrário a privatização do sistema de água, procura relacionar as privatizações de FHC e Bifon. No trecho abaixo, Damasceno relembra o uso da fala em uma manifestação contra a privatização do sistema de água e esgoto. Em seu discurso, o militante busca questionar a ordem estabelecida e mostrar que os problemas afetos a falta de água eram propositais:

Procurei explicar aos presentes a relação entre a política do governo federal e a do prefeito Júlio Bifon, ambos do PSDB. Tanto nas privatizações de FHC, quanto na de Bifon, a precarização dos serviços tinha sido feita propositalmente. No caso de Sarandi, a ausência de investimentos gerava falta d’água. Alguns bairros passavam dias sem ver uma gota d’água pingar nas torneiras. Nesses casos, o abastecimento era feito por caminhões-pipa. Tudo para levar a população a concluir que era melhor privatizar mesmo. Acontece que nós já sabíamos que o Departamento era extremamente lucrativo e que poderia haver investimentos capazes de resolver o problema (DAMASCENO, [2002?], p. 13).

Nesta percepção, o poder municipal tenta privar os moradores do direito à água e à própria participação nas decisões sobre tal questão. Competia ao povo apenas esperar que a privatização resolvesse esse problema. No entanto, a entrada em cena da população mobilizada reconfigura esse panorama, questiona a privatização e até mesmo os interesses dos gestores da época.

Na interpretação de Damasceno, a preparação para o processo de privatização se iniciou em 1998, quando a Câmara dos Vereadores aprovou a venda do prédio do Departamento de Água e Esgoto de Sarandi. Segundo o autor, o prédio onde funcionava a administração do Departamento foi privatizado com a alegação de que o dinheiro da venda seria empregado na construção de um edifício para a prefeitura, o que não se concretizou. Segundo Damasceno, o setor de contabilidade da prefeitura, por sua vez, informou que o dinheiro foi gasto com folha de pagamento. Para o autor, essa versão “é no mínimo curiosa, pois, o objetivo alegado para convencer os vereadores a aceitar o negócio era a utilização do

---

<sup>71</sup> Damasceno foi membro da União dos Estudantes Secundaristas de Sarandi, militante da Juventude Revolução e do Partido dos Trabalhadores, por meio da corrente O Trabalho.

dinheiro na construção do prédio da prefeitura, o Paço Municipal. E isso foi o que visivelmente não aconteceu” (DAMASCENO, [2002?], p. 11).



Imagem 06 – Prédio do Departamento de Água e Esgoto.  
Fonte: Folha de Sarandi – 23 de março de 1999

No entanto, esse fora apenas o primeiro passo. Em 22 de junho de 1998 o prefeito enviou o projeto de Lei nº834/98 para a Câmara dos vereadores. Incluso na pauta “a toque de caixa<sup>72</sup>” o projeto de privatização foi aprovado em primeira votação por dez votos a favor contra apenas quatro contrários, entre eles o dos vereadores do PT<sup>73</sup>. Com a intenção de aprovar o projeto sem muito alarde, marcou-se uma sessão extraordinária para o dia 26 do mesmo mês, apenas quatro dias após a primeira votação. Essa sessão extraordinária foi marcada para as nove horas da manhã, enquanto às sessões ordinárias, à época, ocorriam no período noturno, horário mais favorável a participação da população.

No entanto, segundo Damasceno, graças às informações repassadas pelos vereadores contrários ao projeto foi possível convocar as entidades populares, grêmios estudantis, associações de moradores e demais movimentos sociais para preparar uma resistência à manobra governista. Nesta reunião, ocorrida no dia 25 à noite, foi acordado que seria feito todo esforço possível para que não ocorresse a votação:

<sup>72</sup> Termo utilizado na linguagem política que significa que um projeto foi inserido na ordem do dia na câmara dos vereadores momentos antes da sessão, o que inviabiliza o debate e a discussão do projeto pela comunidade e pelos próprios vereadores antes de ser votado.

<sup>73</sup> Segundo O Repórter Regional (27 jun. 1998) votaram a favor da privatização os seguintes vereadores: Nelson Mariano da Silva (PSDB), João Dutra Neto (PMDB), Aparecido Antônio (Cido Polícia - PSDB), Adércio Marques da Silva (Gordo - PMDB), Luís Carlos Baradel (PTB), Paulo Caetano Goncalves (PMDB), Terezinha de Fátima Fama (PPB), José Mário Sibin (Zé Mario - PPB), João Corredato (Barba Rala - PMDB) e Antônio Manoel Mendonca Martins (Professor Manuel - PSDB). Os contrários foram: José Aparecido da Silva (Zezinho - PT), André Rodrigues da Silva (PPS), Antônio da Cunha (Toninho Cunha - PPS), João Alberto Cardoso (João Ministro - PT), além do presidente, Cilas Moraes (PPB).

A tática definida era tentar impedir a segunda votação do projeto, buscando com isso adiá-la para a sessão ordinária da segunda-feira seguinte, que seria necessariamente à noite, o que permitiria a participação de um número maior de manifestantes acompanhando e fazendo pressão sobre os vereadores (DAMASCENO, [2002?], p. 12).

Na manhã seguinte, cento e cinquenta pessoas vão à Câmara para acompanhar a decisão dos edis. A pauta seguia normalmente, até que chegou a vez da votação do projeto de privatização. Nesse momento os manifestantes tomaram a palavra e começaram a gritar palavras de ordem e denunciar que a principal característica da privatização era a destruição dos serviços públicos. Buscavam associar esta privatização com as do governo federal, como a da Companhia Vale do Rio Doce. Decididos a interromper a sessão, os manifestantes ocupam o plenário:

A reação imediata foi uma maré ‘humana’ inconformada invadindo o plenário, sem que os policiais nada pudessem fazer para barrar a sua entrada. Ficamos no plenário gritando palavras de ordem. Cada vez que o presidente da Câmara pedia ordem, a população respondia que ‘ordem era não privatizar suspendendo a sessão’ (DAMASCENO, [2002?], p. 14).

Enquanto o povo reunido buscava confrontar a ordem dominante, na qual não era ouvido, o presidente da Câmara busca estratégias para afastar a “perturbação”. Os vereadores se assustam com tamanha manifestação popular. Era a primeira vez que a voz dos moradores deixava de ser inaudível. Agora eles forçavam sua auscultação e emergiam publicamente, como um sujeito coletivo, senhores de suas próprias vidas reivindicando participar das decisões. Não conseguindo êxito em sua tarefa, o presidente declara a sessão suspensa até às 15 horas do mesmo dia. Os populares decidem permanecer na tribuna, onde aproveitaram para fazer um lanche – já era hora do almoço – a base de pão com refrigerante. A imprensa chegava para saber o que estava acontecendo. O SBT noticiava em cadeia nacional. Se no início da sessão quatro policiais faziam a segurança, a tropa começava a aumentar, com reforços vindos de Maringá. Estavam munidos de cassetetes e preparados para o confronto. Encurralados, os manifestantes decidem resistir pacificamente de braços dados uns aos outros em volta do plenário:

Os policiais secretos, os tais P2, já haviam feito um levantamento no plenário de quem eram os líderes do movimento. A entrada da polícia foi seletiva. Os policiais invadiram o local e foram direto aos líderes para prendê-los, com a clara intenção de deixar o movimento sem direção e facilitar o controle (DAMASCENO, [2002?], p. 15-16).



A repressão é certa e busca desarticular a mobilização, ao remover suas lideranças. Trata-se de mais uma tentativa de silenciamento, de forçadamente garantir o estabelecimento da ordem que legitima a desigualdade. Chegando a delegacia, os presos políticos são colocados em uma cela ao lado dos presos comuns. Então, mais uma vez, os militantes fundam um espaço público e estabelecem diálogo com os presos comuns, em outras palavras, passam a “perturbar a ordem” ali no símbolo da ordem policial:

Falamos a eles que não havíamos roubado nada, apenas lutávamos contra a privatização do Departamento de Água e Esgoto da cidade. Parecia um mundo às avessas, mas nosso papel tinha sido o de tentar impedir um roubo. Eles nos disseram que já sabiam do problema sério de abastecimento de água. Alguns deles se referiam ao Prefeito como um safado e que cometia uma injustiça contra nós (DAMASCENO, [2002?], p. 15).

Eles continuam o diálogo e os manifestantes aproveitam para propor que os presos se organizassem e cobrassem melhores condições na delegacia, pois eles também possuíam direitos:

Esta simpatia dos presos comuns foi muito importante. E aproveitamos para lhes falar que eles não podiam aceitar viver naquela situação desumana, que eles também tinham que cobrar melhores condições de encarceramento e que o Governo do Estado tinha que investir para poder dar a eles ao menos uma condição mínima de cumprir suas penas (DAMASCENO, [2002?], p. 17-18).

Segundo Damasceno, por volta das 16 horas, o padre João Caruana chega à delegacia acompanhado de uma advogada vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e consegue a libertação dos manifestantes. No entanto, voltando à Câmara, ficam sabendo que o projeto de privatização fora aprovado, de uma forma pouco democrática. Damasceno relata que uma multidão de policiais protegia os vereadores. O número de manifestantes havia crescido e girava em torno de trezentas pessoas cobrando a rejeição do projeto. Ainda assim, os vereadores votaram favoráveis à privatização. Diante da pressão popular, Damasceno entende que “foi a ação ostensiva da polícia que garantiu a votação e a privatização” (DAMASCENO, [2002?], p. 19).

No entanto, quem esperava que a população silenciasse após a repressão se enganou. Ainda no mesmo dia, segundo Damasceno, foi realizada uma reunião que decidiu por marcar um ato de protesto na próxima sessão da Câmara dos vereadores. Após circular pela cidade com caminhão de som informando a população, mais de 800 estudantes reuniram-se em frente



da Câmara. Alegando insegurança, o presidente cancelou a sessão: “os vereadores começaram a perceber que não os deixaríamos em paz. A decisão deles havia marcado a cidade. Daquele momento em diante nada seria como antes, com votações na surdina contra o povo, sem que houvesse reação” (DAMASCENO, [2002?], p. 19).

Nas semanas seguintes as manifestações continuaram, o prefeito ficava cada vez mais isolado e os vereadores cancelavam sessões semana a semana. No início de 1999, o prefeito finalmente lançara o edital de venda do Departamento de Água e Esgoto, enquanto tentava convencer a população de que a privatização iria melhorar o sistema de abastecimento. Nesse período, o movimento popular faz uso de um de seus representantes na Câmara municipal, o vereador Zezinho, o qual apresenta um projeto de lei de revogação da privatização.

Contudo, várias sessões em que o projeto seria votado foram canceladas, com a mesma alegação de falta de segurança. A presença da população nas sessões aumentava, o número de manifestantes já estava na casa do milhar, deixando os vereadores acuados. Cleiton Damasceno relata como era feito o trabalho de mobilização, liderado pelos estudantes:

Íamos aos colégios, às Associações de Moradores, às igrejas, em todos os lugares da cidade, e coletávamos assinaturas de um abaixo-assinado pela aprovação do projeto de revogação. Em todos os cantos havia gente coletando assinaturas. A cidade inteira estava mobilizada, participando das discussões. Era uma febre coletiva. As coisas fervilhavam (DAMASCENO, [2002?], p. 25).

Finalmente, no dia 8 de março de 1999, o dia internacional da mulher, o projeto é votado. Apesar do voto da vereadora Terezinha Fama a favor do prefeito, interpretado pelo movimento como uma traição a luta de todas as mulheres, o projeto foi aprovado em primeira votação por oito votos favoráveis<sup>74</sup>, contra sete contrários<sup>75</sup>, graças ao voto de desempate do presidente da Câmara. Nesta noite, de acordo com Damasceno, mais de duas mil e quinhentas pessoas estiveram na Câmara, cobrando a aprovação da revogação.

A primeira batalha estava ganha, mas ainda restavam a segunda votação e a sanção do prefeito. A sociedade sarandiense estava apreensiva, focada na votação. Os padres e pastores falavam no púlpito. Os estudantes se organizavam nos grêmios e na União Sarandiense dos Estudantes Secundaristas (USES). A imprensa não tinha como negligenciar o fato. No dia 15

<sup>74</sup> Os favoráveis a revogação da privatização foram: José Aparecido da Silva (Zezinho - PT), Cilas Moraes (PPB), João Alberto Cardoso (João Ministro - PT), Adércio Marques (Gordo - PMDB), Paulo Caetano (PMDB), Antônio da Cunha (Toninho Cunha - PPS), André Rodrigues da Silva (PPS) e o presidente da câmara João Coredato (Barba Rala - PMDB) (Folha de Sarandi, 23 mar. 1999).

<sup>75</sup> Os contrários foram Luís Carlos Baradel (PTB), Nelson Mariano da Silva (PSDB), Aparecido Antônio (Cido Polícia - PSDB), José Mario Sibin (PPB), João Dutra Neto (PMDB), Antônio Manoel Mendonça Martins (Professor Manuel - PSDB), Terezinha de Fátima Fama (PPB).

de março mais de cinco mil pessoas se reúnem em frente à Câmara, fechando o trânsito da Avenida Londrina (local onde estava localizada a Câmara dos vereadores, à época), para garantir o cumprimento de sua vontade: “era interessante olhar na fisionomia de espanto e surpresa dos vereadores que chegavam para a sessão” (DAMASCENO, [2002?], p. 31). No final os votos se repetem e o projeto foi aprovado por oito a sete, com o voto de desempate do presidente da Câmara.

Evidentemente, o prefeito vetou o projeto. Os vereadores, por sua vez, tentam em uma sessão extraordinária manter o veto, mas os militantes estavam atentos e se organizaram para evitar a manobra:

Fizemos um cerco e fomos duros com eles. Exigimos que não iniciassem a sessão, pois ela não iria até o fim já que estávamos dispostos a evitar que isso acontecesse. Os quatro policiais presentes não seriam páreo para 80 jovens que se sentiam seguros de estar fazendo a coisa certa em nome dos milhares de cidadãos que, desinformados e enganados, estavam tranquilos em seus lares, enquanto os seus ‘representantes’ se reuniam em surdina para deliberar contra eles (DAMASCENO, [2002?], p. 33).

Os vereadores recuam e a sessão é transferida para a segunda-feira seguinte no horário normal, às 20 horas. Mais uma vez milhares de pessoas se concentram na Câmara e acompanham em silêncio a sessão. Os vereadores governistas ainda tentam uma última manobra: os sete se retiram, alegando falta de segurança, o que legalmente invalidaria a sessão, por não contar com mais de 50% dos edis presentes. No entanto, surpreendentemente, “o Presidente da Câmara, para driblar a manobra do Prefeito e seus sete capachos, afastou-se temporariamente da Presidência e votou. O resultado foi oito à zero pela derrubada do veto. Como isso estava mantido o projeto que revogava a privatização” (DAMASCENO, [2002?], p. 35).

O prefeito ainda tentara uma última manobra. Mesmo perdendo em todas as instâncias que recorreu contra a validade da sessão que derrubou seu veto procurou dar prosseguimento ao processo licitatório e anunciou a abertura dos envelopes para efetuar a venda<sup>76</sup>. Mais uma vez a população se mobiliza e surpreende os empresários que vieram para a abertura. “Um único pretendente se manteve disposto a continuar aquela farsa: era, ao que se dizia, uma empresa do Prefeito. Mas, nem isso pode ser realizado, e a coisa foi cancelada” (DAMASCENO, [2002?], p. 37). Finalmente a batalha fora ganha, algo inédito na história de

---

<sup>76</sup> Segundo Damasceno “a intenção era realizar a venda na marra, contra tudo e todos. Corria o boato de que havia entre os possíveis ‘compradores’ alguns testas-de-ferro do próprio Bifon, que era quem na verdade queria se apoderar do lucrativo negócio da água. Só para se ter uma ideia da sacanagem montada, a SANEPAR, que é uma empresa estadual, estava impedida, pelo edital, de concorrer” (DAMASCENO, [2002?], p. 37)

Sarandi, não só por barrar a privatização, mas, sobretudo, pela consolidação de um campo político oriundo das camadas populares inaugurando a cena pública e construindo uma nova forma de ação política.

### 3.4 DO PROJETO POLÍTICO AO CAMPO POLÍTICO

A noção de projeto político concebida como um quadro de referências que norteia as representações, crenças e valores dos sujeitos é a chave analítica para compreender a atuação política desses sujeitos. A partir do encontro com um projeto político democrático e participativo essa gente passa a reinterpretar seus problemas sociais e desenvolver novas estratégias de enfrentamento a tais problemas, distintas das oferecidas pelos grupos políticos conservadores, quais sejam, as soluções localizadas e imediatas, tais como o assistencialismo e o clientelismo. Assim, esses sujeitos ao mesmo tempo que incorporam uma nova matriz política passam também a participar do processo de construção dessa mesma matriz, à medida que a reformulam à luz de suas questões específicas.

Desse modo, tais sujeitos passam a se contrapor as formas conservadoras de ação política, fazendo mesmo por recriar a própria política, e assim, promovem o alargamento do espaço público, tornando possível que um grande contingente antes excluído da política, possa se constituir como sujeito político. A formulação desse projeto constitui e ao mesmo tempo cria condições que se forme um *campo político* democrático e popular em Sarandi. Antes de prosseguir a análise faz-se necessário apresentar como a noção de *campo político* é concebida aqui.

Gabriel Feltran (2005) se vale dessa noção para analisar o caso do Movimento em Defesa do Favelado (MDF)<sup>77</sup>, na zona leste da cidade São Paulo. A tese do autor é de que a existência de um campo político montado na sociedade é que permite a aparição pública e a construção democrática a partir dos movimentos sociais. Por outro lado, a inexistência de campos políticos faz com que as lutas específicas de cada movimento social se isole das demais e perca um chão comum em que possam se apresentar. Nesse sentido, um campo político seria um espaço simbólico por meio do qual as iniciativas movimentistas se mostram e se apoiam, o que dá sustentação e projeta as lutas sociais para o espaço público. Segundo

---

<sup>77</sup> Segundo Feltran, o MDF nasceu nos anos 1980 “[...] orientado para negar o isolamento e a comunitarização da atuação movimentista; a atuação dos favelados, desde a concepção que rege a criação do MDF, deveria ativamente acessar esferas externas às favelas, e mais do que isso, uma dimensão pública da sociedade, na defesa da universalização dos seus direitos” (FELTRAN, 2005, p. 210).

Feltran, sem campos políticos, a ação movimentista é como se fosse projetada no vazio<sup>78</sup> (FELTRAN, 2005, p. 209).

Ao articular as noções de política em Hannah Arendt às formulações brasileiras<sup>79</sup> que enfatizam os elementos discursivos e públicos que subsidiam a aparição conflitiva dos movimentos sociais, Feltran formula o conceito de campo político. Este conceito remete-se a um conjunto de atores sociais que compartilham de uma mesma visão de mundo, de valores semelhantes, fundamentados na linguagem dos direitos, o que possibilita aos movimentos sociais projetarem-se publicamente (FELTRAN, 2005, 211-214).

De acordo com o autor, na virada do século, em termos gerais, sem que os movimentos sociais percebessem, seu campo político foi sendo desmontado. Desse modo, as infinitas iniciativas comunitárias ficam isoladas e pulverizadas pelas periferias urbanas, o que os impede de lançarem no espaço público. Na avaliação de Feltran, esse encolhimento dos campos políticos deve-se principalmente a inserção da lógica gerencial do neoliberalismo na política brasileira e a adesão a ela de vários segmentos sociais. A ação neoliberal realiza, desse modo, um quase aniquilamento das matrizes discursivas e de todo um campo público movimentista da sociedade brasileira.

As formulações de Feltran são muito marcadas pelo estudo dos movimentos sociais da Cidade de São Paulo e das investidas dos governos Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pita (1997-2000) nos anos 1990, quando o desmanche de um campo político dos movimentos sociais, segundo Feltran, foi contundente. Na mesma direção, Oliveira (1999) lamenta o avanço da matriz neoliberal não apenas pelo processo de privatização das empresas estatais, mas principalmente pela construção de uma nova subjetividade baseada na dissolução da valorização do mundo público. Na avaliação de Oliveira (1999) esse encolhimento do espaço público foi tão radical que é possível falar de um totalitarismo neoliberal<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> De acordo com Feltran, “sem espaços na sociedade para que possam constituir campos políticos [...] em que se mostrem e se apoiem, as iniciativas movimentista são semelhantes a imagens projetadas no vazio; não se realizam” (FELTRAN, 2005, p. 209).

<sup>79</sup> Principalmente Eder Sader (1988), Doimo (1995), Alvares e Dagnino (1995) e Baierle (1992). Ver Baierle (2000)

<sup>80</sup> De acordo com Szwako (2009, p. 253), autores como Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso, embora a primeira tenha feito a autocrítica posteriormente, puseram em questão se os movimentos sociais eram atores políticos, enquanto autores como Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles e Francisco de Oliveira até o final dos anos 1990 afirmavam categoricamente que os movimentos sociais possuíam sim tal caráter, ou melhor, estavam em busca de um estatuto político, concepção que não deixava claro, aliás, se estavam a fazer uma interpretação ou uma aposta normativa sobre os movimentos sociais. No entanto, no início dos anos de 2000, ocorre um progressivo deslocamento na forma como estes autores passam a diagnosticar a – impossibilidade de – democratização, fazendo concessão à compreensão de que o neoliberalismo dominou as dinâmicas sociais promovendo a anulação da política, o que deixou os autores perplexos, como declarou Maria Celia Paoli.

No entanto, em termos nacionais, embora seja possível falar de uma reconfiguração dos movimentos sociais, da incorporação de novas temáticas e mesmo de novas estratégias de ação, bem como da infiltração da lógica neoliberal em suas estruturas, Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004) mostram que os movimentos sociais continuam exercendo papel central na sociedade civil, agora acompanhado de uma nova organização societária chamada por eles de Articuladoras<sup>81</sup>.

Em boa medida, a organização do movimento popular de Sarandi, no final dos anos 1990, expressa singularidades em relação ao panorama apresentado por Oliveira (1999) e Feltran (2005), de modo que é possível afirmar que justamente nesse momento de avanço neoliberal, de privatização do público, de dissolução dos direitos, de esvaziamento das noções de direitos, cidadania, sociedade civil, democracia<sup>82</sup> é que os movimentos sociais na Cidade de Sarandi rompem com os laços privatistas, particularistas e paternalistas da política Sarandiense e emergem publicamente, forjando um novo campo político.

É importante notar essa singularidade inclusive para se contrapor aqueles que viram nos anos 1990 o chamado refluxo dos movimentos sociais. Sem pretensões generalizadoras, ao menos no município de Sarandi, o nascimento de uma esfera pública forjada desde os movimentos sociais ocorre exatamente neste período. Evidentemente, em um contexto histórico diferente dos glorificados anos 1980, o estabelecimento de uma esfera pública em Sarandi apresenta configurações específicas e novos dilemas, como analisarei ao tratar sobre a gestão petista em Sarandi<sup>83</sup>.

Não se trata aqui, no entanto, de anunciar uma ruptura radical ou uma transformação estrutural da sociedade, mas de salientar as pequenas vitórias, marcadas não somente pelas vitórias materiais, mas pela formação de novos sujeitos políticos e mesmo pela difusão de uma cultura democrática e participativa no conjunto da sociedade, legado sentido ainda atualmente, apesar dos recentes ataques sofridos pelos movimentos sociais em Sarandi.

Lucas, até com um tom nostálgico, se recorda do final dos anos 1990 e das lutas em torno da água como “[...] uma década boa, [...] que teve muita produção política [...]” (Lucas, Entrevista, 2012). Na avaliação dele as lutas desse momento encontravam forte legitimidade

---

<sup>81</sup> Articuladoras, segundo os autores, seriam “um conjunto de entidades constituídas por outras associações ou entidades civis” (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 44).

<sup>82</sup> Ver Dagnino (2004) sobre os deslocamentos de sentido empregados pelo neoliberalismo às noções de Sociedade Civil, Participação e Cidadania.

<sup>83</sup> Carvalho argumenta que os movimentos sociais não passavam por uma crise ou refluxo nos anos 1990. Na avaliação da autora, o que houve foi “um ponto de inflexão, uma mudança profunda, um salto de qualidade” (CARVALHO, 1997, f. 2), no sentido de que os movimentos sociais passaram por modificações, mas continuam atuantes, sendo “[...] capazes de se transformar, transformando a democracia brasileira” (CARVALHO, 1997, f. 8).

na base popular<sup>84</sup>, o que indica exatamente a adesão popular por este projeto. Essa adesão, por sua vez, pode ser interpretada como politizadora, isto é, como construção e ampliação de uma cultura de participação política e cobrança de seus direitos pelas camadas populares. É interessante notar que à medida que ocorriam as manifestações na Câmara dos vereadores, que os padres alertavam nas missas, que os jovens da Pastoral da Juventude discutiam o tema, os estudantes debatiam nas escolas, os moradores nas associações, a população se integrava às manifestações.

Para Lucas, naquela época,

[...] A mobilização nossa era assim, a gente era muito mais funcional do que é hoje, eu acho, é, hoje a gente fica muito no panfleto, no carro de som, pra tentar mobilizar a população no geral. A gente já ia mais no início do, onde tava realmente o público, a gente ia nos grupos de jovem, ia nas reuniões da igrejas, ia nas missas, pegava o microfone, o padre deixava a gente pegar o microfone mesmo e dar o recado: “olha, vai ter a votação importante na Câmara, dia tal, hora tal” (Lucas, Entrevista, 2012).

Interessante notar o uso da palavra funcional: embora a palavra no uso geral denote centralismo, controle, passividade, onde se executa algo sem reflexão, não é este o sentido predominante da fala dele. Pelo contrário, Lucas usa esta palavra, talvez não a mais apropriada, para chamar a atenção para existência de espaços de interlocução muito mais eficazes, onde havia espaço para falar, para anunciar algo novo, para reformular publicamente suas questões. Nesse sentido, a funcionalidade do povo significa precisamente o protagonismo popular e não passividade. E esse espaço existia justamente pelas possibilidades abertas pelo campo político comum:

Então a nossa organização era muito mais simples, muito mais do que hoje a gente consegue ter hoje. Hoje a gente [...] consegue se mobilizar pouco porque hoje as pessoas trabalham demais, não tão ligando muito pras coisas, então pra eles tá tudo certo, tá tudo beleza. Então a gente tem dificuldade hoje pra mobilizar, enquanto naquela época a gente era mais eficiente, o espaço era mais oferecido pra nós. Uma outra coisa, a gente é, é, esses espaços estavam sobre, estavam sobre as nossas mãos, éramos nós que tomávamos conta. Hoje não, hoje a gente perdeu esses espaços, e inclusive os que tem nós estamos disputando com a direita (Lucas, Entrevista, 2012).

A eficiência a que Lucas se refere diz respeito à população mobilizada e sua projeção pública, ao fato de que o movimento social parecia realmente expressar os interesses da

---

<sup>84</sup> Damasceno interpreta o período de forma semelhante: “não tínhamos dúvida: o apoio da população era total. Nos bairros a aprovação era fantástica, todo mundo aderiu e concordava. Os trabalhadores, os jovens, as donas-de-casa compreendiam que a saída para impedir a privatização era a mobilização social” (Damasceno, [2002?], p. 34).



população e não um projeto particularista. Ele relata que as sessões lotavam, que as pessoas cobravam, que às vezes era preciso interromper o trânsito de veículos automotores:

Naquela época era assim, era uma pressão legítima, ela partia mesmo da comunidade. [...] era visível, a gente conseguia levar as donas de casa, conseguia levar os jovens, os estudantes, eles não iam lá porque um ou outro tava puxando, eles iam lá porque eles acreditavam que aquilo lá era tinha que acontecer e que era o melhor pra nós, pra cidade. [...] Na época da água a gente conseguia levar dona de casa na porta da prefeitura pra lavar roupa lá. Oh rapaz, quantas vezes que levamos dona de casa pra lavar roupa na porta da prefeitura, na torneira que tinha na prefeitura? Tanto é que tinha uma torneira lá, depois ele [o prefeito Júlio Bifon] mandou tirar (Lucas, Entrevista, 2012).

Naquela época “era uma pressão legítima”. Nesse sentido até o certo centralismo de algumas expressões, como “a gente conseguiu levar” ou “a gente era funcional”, ganha ao mesmo tempo status de autonomia, de protagonismo. Assim, na avaliação de Lucas, a pressão era legítima, isto é, tinha apoio popular, o que impedia que o movimento fosse considerado como “bagunça” ou que as forças conservadoras alegassem simplesmente que não representavam a comunidade. Nesse sentido, ainda que as palavras no uso corrente não sejam as mais apropriadas para o sentido que Lucas deseja atribuir, ele busca afirmar que a população não estava lá porque estava sendo manobrada por grupos de interesse, mas porque acreditava estar lutando pelo melhor para a cidade.

A legitimidade e o legado das lutas contra a privatização da água podem ser percebidos claramente ao analisar as posições de presidentes de associações de moradores ligados a outros projetos políticos que não o democrático-participativo ao comentar as lutas contra a privatização da água. Na próxima seção será analisado com mais atenção as formulações políticas desses sujeitos, mas por hora é importante ressaltar suas considerações sobre o processo de luta contra a privatização da água. O caso mais emblemático é o de Gabriel, funcionário público já na gestão de Júlio Bifon (PSDB), ligado aos grupos conservadores, recentemente foi secretário da fazenda do prefeito cassado Milton Martini (PP) e no período da entrevista continuava exercendo a função no governo do prefeito Carlos De Paula (PDT).

Embora hesite em julgar se foi feita da forma correta ou não, Gabriel salienta que a população saiu do marasmo e ocupou as ruas para lutar. Aí está o maior aprendizado da mobilização, que além de servir para alertar para a qualidade da água de Sarandi e pela importância de zelar pelo seu estatuto público, desde então a população passou a acompanhar e participar mais da vida pública da cidade, como fica evidente no grande número de blogs que discutem política atualmente na cidade. Vale a pena acompanhar as palavras de Gabriel e



reparar o cuidado dele em não condenar os antigos aliados, mas também em valorizar a manifestação popular:

Eu acho que foi muito válido o que aconteceu, agora não sei se a luta foi feita da forma correta ou não. Mas eu acho que serviu assim pro despertar das pessoas. Eu acho que foi legal, nós até então ouvíamos isso pelas histórias, pela televisão, alguns países, a questão da vontade popular, e o brasileiro é um pouco ordeiro. Ele se deixa levar, porque na verdade às vezes o povo brasileiro tem um pouco de interesse em si próprio, resolveu o dele, ele acomoda. Mas foi uma abertura democrática, serviu muito pra democracia de Sarandi. Eu classifico, não sei se houve ganhos e perdas, mas eu acho que houve ganhos sim, de todos os aspectos, acho que todo mundo aprendeu. Duma forma o departamento de água acabou virando autarquia, é despertou o interesse da época das privatizações, que, eu acho que ficou mais claro pra todo mundo. Até então você só via o governo federal privatizando, privatizando, você via pela televisão e muita gente dava pouca importância pra isso. Mas eu acho e achei na época que foi interessante, houve opiniões, todo mundo conversando, a gente ficava mais preocupado na questão da receita que o município ia perder, a qualidade da água. [...] Mas serviu pra alertar pra tudo isso, pra qualidade da água, a importância da água ficar com nós. [...] Eu digo pra você que Sarandi era meio *tranquilão* nesse ponto. E isso talvez serviu pra alertar e eu acredito que alertou as pessoas. Hoje você pega Sarandi nos blogs aí, nossa, todo mundo comenta, cada um tem a sua opinião. Eu acho que essa mudança democraticamente, foi viável, eu acho que todo mundo talvez saiu ganhando. Aquele um que quis ser é político, aquele um que não quis, aquele que quis que não fosse privatizada, até aquele um que queria privatização aprendeu. Eu acho que todos saiu ganhando na verdade, eu acho que serviu pra alertar as pessoas (Gabriel, Entrevista, 2012).

O aspecto que Gabriel chama a atenção é uma das maiores conquistas desse movimento: trata-se da formação de novas lideranças populares e talvez até mesmo de uma cultura mais participativa. Com efeito, um grande número de lideranças foram formadas nas marchas, nos protestos, nas manifestações públicas, o que veio a culminar com a conquista da prefeitura de Sarandi pelo projeto político democrático-participativo.

Posição semelhante é possível encontrar no atual presidente da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM). Seu Dirceu é contrário a manifestações públicas. Segundo ele, protestos, atos públicos, manifestações atrapalham o avanço das associações e ainda podem gerar violência, por isso, “eu acho que a linha é sempre dentro da lei, agir dentro da lei é a melhor coisa do mundo” (Dirceu, Entrevista, 2012). No entanto, quando o assunto é a privatização da água, Dirceu muda de postura e passa a reconhecer a luta como válida:

Então naquela época lá, quando você fala em privatizar já muda tudo, aí eu concordaria, concordo até com o que fizeram, aí você tem que fazer barulho mesmo. Que nem eles queria privatizar também a COPEL também, não foi água abaixo por causa disso. Então é válido, agora tem coisas tão mesquinhas, pequena, que não vale a pena você ficar fazendo essa baderna toda [...] (ENTREVISTA, 2012).

Interessante que para analisar o caso das privatizações ele muda de quadro de referências. Para coisas que considera “pequenas”, talvez esteja se referindo as ações realizadas pelos setores populares contrários ao seu grupo político, as manifestações são indesejáveis e até mesmo perigosas, no entanto, quando se fala na privatização o registro de análise muda, a venda passa ser repudiada e os protestos são considerados legítimos.

Celso foi um dos que estavam iniciando sua participação nos movimentos sociais naquele momento. O depoimento dele demonstra a reelaboração que ele faz sobre o que é política, à medida que se insere no movimento:

Essa privatização da água aconteceu há uns quinze anos, uns quinze anos atrás, eu tava iniciando a política, até então eu não entendia nada de política. Eu pensava que na política o esquema é, é, eu ajudo você e você ajuda eu, eu pensava que era assim. Mas é por pura falta de estudo, de instrução, de lá pra cá eu comecei a estudar, eu fiz o primeiro e o segundo grau, que eu não tinha nem o primeiro grau. Então era falta de estudo, e falta de conhecer de política, eu acabei até ajudando alguns políticos aí, que eu hoje eu tenho até vergonha de ter ajudado eles. Que hoje eu entendo de política, eu sei que eu fiz uns negócio errado, eu achava que era assim, um ajuda o outro, e não é dessa forma. Então, eu tava iniciando, na política, eu achava que a política era diferente, mas, mas, mas não é. Então, a maneira certa de fazer, hoje eu sei que é contra a privatização, contra um monte de coisa errada que a turma faz aí. Eu tava começando a ser contra a privatização, acompanhei pouco, eu tava iniciando, acompanhei pouco (Celso, Entrevista, 2012).

Seguindo a experiência de Celso, é possível afirmar que essa luta cumpre a função pedagógica que Carole Patman, importante teórica política, se refere<sup>85</sup>. De fato, na formulação da autora, à medida que os cidadãos experimentam o processo de participação passam a se formar como sujeitos participativos, como é o caso de Celso, que se consolidou como uma importante liderança popular desde então:

Depois da privatização da água, que na privatização da água eu comecei, por isso não tô um craque na privatização da água, não liderei, tava começando, eu era liderado. E depois começou a aparecer novas pessoas, que nem hoje o Felipe, eu, novas pessoas pra liderar (Celso, Entrevista, 2012).

---

<sup>85</sup> Segundo Pateman, a existência de instituições de participação no nível local possui uma função pedagógica, no sentido de que a participação promove as qualidades participativas, além de criar condições para a efetiva existência de um governo democrático: “A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou ‘treinamento social’, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. [...] A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. [...] Em consequência, para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação possam ocorrer em todas as áreas” (PATEMAN, 1992, p. 60)

Lucas se reconhece também como uma liderança constituída neste período, assim como muitas outras que se formaram. Até então, sua militância se concentrava muito mais nos trabalhos da Pastoral da Juventude do que propriamente em movimentos sociais. Segundo ele, aquelas mobilizações

Ajudou a aparecer, apareceram muitas lideranças políticas na época, depois disso até hoje inclusive continuam aparecendo, eu sou uma liderança que começou a surgir dessa época. Tanto é que eu comecei a me interessar justamente depois desse período por entender que a política, era, quer dizer, a gente elegia e num fiscalizava porque você eleger um vereador, eleger um prefeito é dar uma carta branca pra ele, e você falar assim, oh, você vai cuidar pra mim, só que eu tenho que olhar o que ce tá fazendo por mim. Foi aí que eu comecei a me interessar na verdade (Lucas, Entrevista, 2012).

### 3.5 A CHEGADA AO PODER: CONTRADIÇÕES DO GOVERNO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO

Essa construção democrática acabou por fortalecer algumas lideranças populares capazes de verbalizar os anseios da população por mudança, o que se refletiu no processo eleitoral de 2000, quando o partido dos trabalhadores reelegeu o Zezinho, fez de Cleiton Damasceno o vereador mais votado até então no município e elegeu Aparecido Spada prefeito. Com ampla base popular, o PT realiza uma façanha improvável há apenas alguns meses antes das eleições.

No entanto, já nesse período, o Partido dos Trabalhadores passava por algumas reconfigurações e redefinições de suas estratégias e parcerias. Embora não seja a intenção desse trabalho estudar o Partido dos Trabalhadores (PT), tampouco a gestão municipal, é importante notar a incidência do campo popular na própria decisão de lançar um candidato a prefeito e o sucesso das urnas.

Segundo Damasceno, internamente, algumas alas do Partido defendiam que o PT fizesse aliança com outras siglas. Diversos partidos foram cogitados, entre eles PMDB e o então PFL, atual DEM. No entanto, os setores do partido oriundo das lutas populares, sobretudo da luta contra a privatização da água, resistiram a esta tendência e propuseram uma candidatura própria. De acordo com Damasceno, eles defendiam que o partido

[...] Deveria caminhar junto com os trabalhadores e somente uma candidatura própria do PT, uma candidatura que representasse todo o movimento vitorioso contra a privatização da água, poderia ser reconhecida pelo povo como uma candidatura de seu interesse (DAMASCENO, [2002?], p. 47).

Nas plenárias internas, foi decidido que o PT lançaria candidatura própria e não realizaria alianças com partidos da direita nem de centro esquerda e “[...] privilegiaria sua aliança com os trabalhadores, os jovens, as donas-de-casa da cidade” (DAMASCENO, [2002?], p. 48-49). A aposta era a de que o movimento construído nas lutas populares se refletiria nas urnas. Numa campanha inovadora, rompendo com os métodos clientelistas e assistencialistas dos grupos conservadores, o PT realizou uma campanha de base, contando com o apoio da Igreja Católica e dos movimentos populares, abrindo mão dos comícios e espetáculos similares. O relato de Damasceno expressa bem essa forma de fazer política, que pode ser tida como reinvenção da própria política:

Tomamos a decisão de não realizar comícios, e sim fazer a campanha em torno de reuniões nos bairros, onde fosse possível, com dez ou com vinte pessoas, não importava. Visitávamos porta de fábricas, colégios. Tínhamos aprendido a fazer isso muito bem durante as jornadas de luta contra a privatização. Agora, era novamente formar as ‘brigadas’ e sair a campo, de porta em porta, falando e sabendo escutar aquilo que o povo tinha a nos dizer (DAMASCENO, [2002?], p. 49).

Após uma intensa e tensa campanha, com ameaças e intimidações, o apoio conquistado nas lutas populares e o desejo da população por uma nova fase em sua cidade, o candidato do PT, Aparecido Spada (Cido Spada) foi eleito para prefeito. Cleiton Damasceno, umas das principais lideranças do movimento contra a privatização, foi o vereador mais votado e o Zezinho ainda conquistara a reeleição com a quarta maior votação.

Inicia-se uma nova fase na cidade de Sarandi. Consolida-se um novo campo político. A esperança popular era de que as coisas mudassem drasticamente. Agora, finalmente, o “povo era governo”. No entanto, novos desafios viriam com os novos espaços conquistados, bem como avanços e contradições<sup>86</sup>.

A percepção que predomina entre os entrevistados é que o primeiro mandato do prefeito Cido Spada foi muito positivo, com avanço na saúde e na educação e consolidação da água como patrimônio público. De acordo com Cléber, a eleição de Spada se deu num momento que o povo ansiava por mudanças:

Eu acho assim, eu, o povo queria mudança naquele ano, o povo tava cansado de sofrer na mão do Júlio Bifon. Então, o povo queria mudança, o povo queria! [...] Quando o Cido, foi lançado o Cido, o próprio, gente que eu conhecia, falava: “Quem? Esse aí não vai ganhar, nunca, (risos), o Carlos Birches vai ganhar

---

<sup>86</sup> Ver Tatagiba (No Prelo): “Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa”.

estourado, O Carlos de Birches<sup>87</sup>”. Mas aí quando, quando pegou raiz o nome do Cido, foi o que deu as eleições. Porque é, eu fui fazer campanha pro Cido, teve gente aí de baixo aí que falou assim, que votar pra esse moleque nada<sup>88</sup>. Ele ganhou, eu falo pro ce, o Cido foi muito bom prefeito no primeiro mandato dele, gostei muito da gestão do Cido no primeiro mandato. Não conseguiu fazer mais porque não tinha condição, o município tava muito precário (Cléber, Entrevista, 2012).

Fernanda foi gestora pública durante todo o mandato do prefeito Aparecido Spada e relata que o governo procurou se sustentar em dois pilares: a radicalização da democracia e a inclusão social. Nesse sentido, tinha-se a proposta de promover a participação popular, criar uma sociabilidade participativa, bem como garantir o cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos e assim promover a inclusão social. De acordo com Fernanda, uma das primeiras medidas do governo foi reformar os postos de saúde do município, que se encontravam em condições precárias: “eu lembro que quando a gente assumiu a prefeitura nós colocamos, era quatro unidades de saúde, colocou elas ao mesmo tempo todas pra reforma, porque é sub-humano aqueles postinhos de saúde, sabe [...]” (Fernanda, Entrevista, 2012)

Como era de se esperar, uma política importante foi consolidar o sistema público de abastecimento de água da cidade. Fazer investimentos, perfurar novos poços, aumentar os reservatórios e melhorar a encanação. Em princípio manteve-se a organização departamental do sistema de água e esgoto. Lucas relata um pouco desse trabalho. Segundo ele, o sistema de fornecimento de água estava comprometido em muitas regiões da cidade, pois “não foi feito pra suportar a quantidade de pessoas que moravam no bairro” (Lucas, Entrevista, 2012). Então, o primeiro passo foi criar “várias emendas, criar poço artesiano pra tentar melhorar esse giro da água” (Lucas, Entrevista, 2012). Lucas recorda que chegou a ser necessário construir encanamentos até por baixo da rodovia (Avenida Colombo), para levar água para os bairros do outro lado da pista:

Então tinha muitos problemas, teve que atravessar, na época eu lembro que teve que atravessar, tinha um poço artesiano ali perto do [supermercado] Cidade Canção, teve que perfurar a rodovia por baixo pra poder passar água desse poço pra lá, pra poder satisfazer. Inclusive até hoje essa ligação existe, e continua jogando água, é teve que furar por baixo da rodovia, na época pra poder passar água daqui pra lá, então, aos poucos foi resolvendo (Lucas, Entrevista, 2012).

Passado alguns anos, com os problemas de abastecimento sendo minimizados, a prefeitura fez a opção pela autarquização do departamento de água e esgoto, efetivada em 2006. Segundo o relato de Lucas, a autarquização é a criação de uma empresa, mas de caráter

<sup>87</sup> Candidato a prefeito pelo PSB nas eleições de 2000 em Sarandi.

<sup>88</sup> O entrevistado se refere ao fato de o então candidato ser considerado jovem. Na época Spada tinha 33 anos.

público, e se justifica pela maior capacidade de angariar recursos junto a outros níveis federativos:

E aí hoje os recursos que estão vindo graças a deus é por causa que hoje é uma autarquia lá, os que a gente tem conhecimento aí, rede de esgoto, obras do PAC, essas obras só vieram porque são obras, são obras que é passado via autarquia por autarquia, que é FUNASA via autarquias municipais, a FUNASA é uma autarquia do governo federal, exatamente. Então o governo repassa pra FUNASA, a FUNASA repassa para as autarquias municipais. Então só funcionou por casa disso, porque se não, talvez, não tinha vindo hoje, não se tornaria realidade, se fosse um departamento ou uma secretaria (Lucas, Entrevista, 2012).

No entanto, a autarquização não foi um ponto pacífico no interior dos grupos que compunham o campo democrático-participativo. O próprio Lucas relata que houve tensões e debates sobre a possibilidade a mudança de gestão. O temor era que fosse uma manobra da prefeitura para privatizar. Celso conta que nesse período um grupo de lideranças defendia que a administração do sistema de água permanecesse da forma que estava:

Nós queria que continuasse é departamento de água e não sistema de água, que nem é hoje. Hoje é Sistema de Água Sarandi, é sistema de água de Sarandi, esse é o nome, e é uma autarquia, nós somos contra autarquia, porque autarquia ela funciona igual empresa, entendeu? E daí quando funciona igual empresa a gente fica com medo de aquele órgão tá dando um passo no sentido da privatização. Então a gente tem medo da privatização e também já começa a visar lucro. Tá certo que hoje é ela que administra o dinheiro dela, não mistura mais com o caixa da prefeitura, mas mesmo assim funciona de um sistema igual a uma de empresa, e a gente não gosta, não vê isso com bons olhos isso não (Celso, Entrevista, 2012).

Essa divergência de posições pode ser considerada expressão de um novo momento que o campo popular enfrenta<sup>89</sup>, marcado por tensões e deslocamentos nos discursos e práticas de algumas lideranças. É interessante acompanhar e notar como Lucas, embora conserve a valorização do diálogo com a população, nesse caso o reduz apenas ao nível da “explicação”. A proposta, de fato, não foi debater, foi puramente “explicar à população” uma decisão que já fora tomada nos gabinetes. Assim, ainda que alguns não tenham entendido, o que importa é que os vereadores compreenderam e aprovaram o projeto:

Tinha inclusive algumas posições que eram contrárias na época que se criou a autarquia, inclusive de lideranças locais, presidentes de associações de moradores achavam que não podia, que autarquizar não era a saída, que era continuar sendo o que era. Mas na época talvez por não entender ou que faltou a administração explicar realmente o que ia acontecer, na época, é, fazer reuniões com os presidentes

<sup>89</sup> Não se trata aqui de afirmar que anteriormente não havia tensões e divergências internas a este campo político, mas de ressaltar o florescimento de contradições inéditas com a aproximação de alguns setores do Partido dos Trabalhadores ao empresariado e às privatizações.



na cidade, as entidades, pra explicar o que ia acontecer com a água, por quê? Porque naquela época a oposição tava dizendo que ia privatizar, e a oposição era a direita na época, que a direita virou esquerda, queria, queria, queria privatizar, e saiu essa notícia. Ai teve que explicar que aquilo lá não era privatização, não era uma terceirização também, era uma autarquia, que ia criar uma autarquia. Ai alguns entenderam, outras não entenderam, os vereadores aprovou porque entenderam o projeto, depois, criou o que hoje está aí, na verdade” (Lucas, Entrevista, 2012).

Lucas e Celso analisam a questão com referências distintas. Assim, Lucas chama a atenção para a eficiência do sistema, para o aumento de recursos, construção de novas obras e, sobretudo, para o entendimento de que a autarquia era uma solução racional. No entanto, não aparece em sua fala o debate em torno das medidas a serem adotadas, cumpria-se apenas esclarecer a população, e esta, por sua vez, deveria entender. Já Celso antes de tudo reivindica o estatuto público do sistema de água e diz temer que a autarquia traga o germe da privatização, pois é uma empresa e, portanto, ainda que continue sendo gerida pelo Estado pode começar a visar lucro. Nesse contexto, enquanto Celso continua a operar com a referência dos direitos, da democracia e da dimensão coletiva, Lucas incorpora alguns aspectos que são muito frequentes nos discursos e nas práticas do neoliberalismo<sup>90</sup>, modelo em que a técnica, a gestão, a eficiência e a racionalização passam a ser exaltadas.

No intuito de “radicalizar a democracia”, para usar a expressão de Fernanda, foram criados alguns mecanismos de participação democrática na gestão pública sarandiense após a posse de Spada. De acordo com Fernanda, foi criado o Gabinete de Relações Comunitárias (GRC), órgão diretamente ligado ao gabinete do prefeito, cujo objetivo foi promover a integração do governo com a sociedade. Por meio deste órgão, deu-se início ao orçamento participativo<sup>91</sup> e buscou-se reestruturar os conselhos gestores existentes, bem como criar novos conselhos<sup>92</sup>. Segundo Fernanda, o GRC

[...] Era um órgão ligado diretamente ao gabinete do prefeito. Então, diz assim que o GRC era a menina dos olhos da prefeitura, porque nós, é, nós que fazíamos a parte já direto de impacto com a sociedade ali era tudo nós. Porque, ah, vamos nós, é mobilizar uma discussão lá, é vamos colocar no orçamento participativo [...] Pra discutir, qual que era a demanda prioritária que eles tinham lá, porque nós

<sup>90</sup> Segundo Feltran, “Com menores campos de inserção nas bases populares, portanto, e com demandas claras de aumento da capacitação técnica e modernização das entidades, especialmente quando em contato com o Estado ou organismos de cooperação do Terceiro Setor, nacionais ou estrangeiros, a tendência dos movimentos foi, o que é muito referido na literatura, atravessar o período de mudanças das formas e sentidos da luta, chamado por alguns de *onguização*” (2005, p. 264, grifo do autor). Evelina Dagnino (2004), por sua vez, aborda os dilemas recentes enfrentados pelos movimentos sociais, quando o neoliberalismo passa a incorporar noções importantes para o campo democrático-participativo. Nessa disputa, conceitos como Sociedade civil, cidadania, participação e a própria democracia são ressignificados e esvaziados do sentido atribuídos pelas forças democráticas participativas, em um processo que Dagnino chama de “Confluência Perversa”.

<sup>91</sup> Sobre a experiência dos Orçamentos Participativos ver, entre outros, Silva (2001).

<sup>92</sup> Sobre a experiência dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas ver, entre outros, Tatagiba (2002 e 2005).



começamos a trabalhar por prioridade, por que o que a gente tentou colocar pra conhecimento da sociedade que um município não tem como às vezes ficar executando várias tarefas ao mesmo tempo, ele tem que trabalhar por prioridades (Fernanda, Entrevista, 2012).

Uma das atividades desenvolvidas pelo GRC, como se viu, foi o orçamento participativo. Segundo Fernanda, o orçamento participativo obteve êxito, especialmente no primeiro mandato do PT: “no primeiro mandato dele, ele funcionou tranquilo, eu fui [uma] das coordenadoras. Fui, eu coordenei, eu coordenei a região central ali [...]” (Fernanda, Entrevista, 2012). A líder comunitária faz uma minuciosa descrição de como faziam a divulgação e o convite para as reuniões do orçamento. Cartazes e convites eram confeccionados e distribuídos em locais estratégicos, como escolas, postos de saúde e igrejas. Nas palavras de Fernanda:

A gente fazia é, os cartazes, funcionava com cartazes. A gente confeccionava aqueles cartazes grandes, é aí, tinha é, embaixo, o espaço em branco, que a gente pontuava a caneta, os dias, horário e ano, é, e qual bairro. E a gente distribuía em pontos estratégicos, escola, posto de saúde, igreja, nós tínhamos uma participação da igreja bem bacana, também. É, ainda fazíamos os convitinhos, e a gente trabalhava e pegava as lideranças dos bairros, pra que as lideranças convidasse os moradores. Ah, tem lá o senhor José que é o presidente, o coordenador do grupo de casais, ah, então o seu José vai lá ficar com dez quinze convites porque é o grupo dele lá. Quantos que participam do seu grupo, que dia que é a sua reunião lá? Beleza, então o seu José vai distribuir esses convites. Explicamos pro seu José, o objetivo da reunião, o tema que será discutido, e aí ele ia pro bairro e fazia este trabalho. E a associação de moradores, a gente é parceiro, a gente falava, aí era associação de moradores, as igrejas, as igrejas evangélicas nós teve um acesso muito bom. É tinha a ORPS, que é a Ordem dos Pastores de Sarandi, e aí a gente fazia um trabalho bem bacana com eles também, eles ajudava a divulgar o trabalho (Fernanda, Entrevista, 2012).

Já no segundo mandato, segundo Fernanda, o GRC assume uma nova dimensão, de modo que também o orçamento participativo perde centralidade na gestão pública municipal. No entanto, o GRC, segundo Fernanda, continuou promovendo a articulação do governo e buscando a descentralização da prefeitura:

Então, aí a gente, [o orçamento participativo] já não funcionou, aí, ficou. Nós tínhamos o GRC, tá, mas o GRC pegou uma outra dimensão, o GRC começou a trabalhar, é. Na verdade, fazia toda essa parte de articulação do governo ainda, mas não ficou bem caracterizado que era o orçamento participativo. Mas ele fazia ali toda a linha de articulação do governo, qualquer atividade que todas as secretarias faziam, é, o orçamento participativo sempre tava junto e era o departamento que fazia toda a estrutura mesmo, mantinha a estrutura lá (Fernanda, Entrevista, 2012).

Apesar da nova estrutura do GRC, Fernanda salienta que a busca da integração com a comunidade continuou. Assim, ela narra:

Nós fazia muito aquela descentralização da prefeitura pros bairros. Ah, e aí, assim, lá você levava um pouco de cada, de cada secretaria, discutia a saúde, taria montando um modulo lá, é, a educação. Ah, a nós lá, GRC, com o trabalho que a gente desenvolvia, é, a gente conseguia levantar alguma coisa pra falar sobre os conselhos, que era interessante (Fernanda, Entrevista, 2012).

Além de coordenar por um tempo o orçamento participativo, Fernanda também presidiu a Assessoria Municipal dos Conselhos. O objetivo desse órgão foi justamente promover a criação de novos conselhos, bem com rearticular os já existentes. De acordo com a entrevistada, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do município já

Existia já alguns conselhos, nós respeitamos toda aquela documentação, e tudo que lá tinha e a gente foi só melhorar e reestruturar e dar uma cara pro conselho realmente. O conselho tem um caráter de fiscalizar, de fazer referências a política pública [...]. Então era isso que a gente queria deixar claro, a gente trabalhou isso, então existia alguns conselhos, por exemplo, conselho de assistência social, é o de saúde e, acho mais, o da educação, da educação ficou muito assim, ele chegou até acabar mesmo. Nós que reestruturamos, buscamos lá, que tinha a documentação, então não é criar, nós reestruturamos ele. Então, assim, eu não tenho o número de quantos foram estruturados, mas eu tenho assim num total entre reestruturação e criação, foram catorzes, nós saímos de lá com catorze funcionando. Por exemplo, o que não existia lá, não tinha conselho pra pessoas deficientes, nós criamos, é nós tava criando um movimento lá na época de, ah, dos homossexuais, de etnia, essas coisas todas que discutia [...] diversidade (Fernanda, Entrevista, 2012).

A despeito dos esforços de democratização de gestão, como os narrados por Fernanda, principalmente o segundo mandato do Cido Spada é posto em questão por alguns presidentes de associações, como é o caso de Cléber, que relata que enquanto no primeiro mandato o prefeito Cido Spada realizou um excelente trabalho, o segundo deixou a desejar<sup>93</sup>:

Cido foi muito bom prefeito no primeiro mandato dele [...]. Não conseguiu fazer mais porque não tinha condição, o município tava muito precário. Mas eu, eu fiquei decepcionado no segundo mandato, eu acho que deveria ter feito mais. Não tiro os méritos do Cido, respeito muito ele, tenho uma admiração danada do Cido, mas a parte que eu falei pra você na infraestrutura do município deixou a desejar. [...] No primeiro mandato ele colocou as pessoas que trabalhava bem, só que no segundo mandato elas precisavam trabalhar muito muito mais, fazer mais, ele não fez (Fernanda, Entrevista, 2012).

A visão de boa parte dos entrevistados é que o prefeito Cido Spada deixou a desejar, em muitos os relatos mesclam decepção e indignação. A eleição dele foi uma grande aposta

<sup>93</sup> O segundo Mandato de Cido Spada foi marcado por tensões e cobranças inclusive dentro do próprio partido. O ápice foi quando o prefeito elaborou um projeto de lei concedendo a gestão do aterro sanitário sarandiense à iniciativa privada, o que causou revolta e protestos dos membros de seu próprio partido (Fonte: informativo do Vereador Cleiton Damasceno [entre 2005 e 2008] e O Diário, 21 ago. 2007).

de transformação, mas em certa medida terminou de forma melancólica. O próprio Lucas entende que a administração cometeu erros e vê neles a razão para a volta dos antigos políticos ao poder:

Porque o Milton a gente já tinha derrotado ele, a gente já tinha vencido ele, e ele voltou ao poder, por um erro, um erro de visão política de quem tava no poder na época, que era a esquerda, na minha visão. Um erro de visão política do Cido, do PT, que administrava a cidade, um erro de visão, porque podia ter, podia tá hoje ainda continuando administrando. Eles voltaram no poder por causa dum erro nosso [...] (Lucas, Entrevista, 2012).

Desse modo, o próprio campo popular passa por transformações, avanços e retrocessos. O que indica que o processo de construção de uma sociabilidade democrática não é progressivo nem linear, mas caracterizado pelas disputas internas aos grupos populares e principalmente pela disputa com outros projetos, ancorados, sobretudo, em uma outra forma de sociabilidade e de fazer política. Nesse sentido, o projeto político participativo perde espaço, em boa medida o campo político montado desde o final dos anos 1990 se desintegra, em parte pelas mudanças locais, em parte pelas transformações de caráter macroestrutural. Segundo Lucas, atualmente a esquerda perdeu espaço dentro da igreja, dos grupos de jovens e das próprias associações de moradores:

Hoje a gente não tem mais esses espaços, então os padres hoje não deixam você usar, eles até dão o recado, mas não deixam você ir lá explicar e falar. Os grupos de jovens também tem uma grande dificuldade pra entrar, então a nossa mobilização era assim, era, era básica e simples, passava pra mim, eu ia, grupo por grupo, quem tava ligado a igrejas evangélicas ia pra todo pastor e falava, chamava, passava carro de som também, pra poder dar o respaldo. [...] E hoje se vê quantas associações à gente tem aí na mão, que eu posso dizer que são pessoas, não vamos nem dizer na esquerda, mas na mão de pessoas que são pessoas envolvidas com a, com a comunidade, pessoas que tem uma consciência política certa, que não tá naquela do clientelismo, ou não tá naquela de ficar pedindo pra não se amarrar com a pessoa? São poucas que tem. [...] Então, nós não temos mais essa estrutura, por isso que hoje nós não conseguimos mais se mobilizar, por isso que nossa mobilização hoje é fraca, justamente por causa disso, é, é, estruturas aí de movimentos sociais não estão mais nas nossas mãos, estão na mão de outros” (Lucas, Entrevista, 2012).

Com efeito, a igreja vivencia uma nova fase, a pastoral da juventude e as pastorais sociais perdem sua coesão interna e sua capacidade de inserção social. Em boa medida, outros projetos políticos passam a disputar a hegemonia também nesses espaços. À medida que a Pastoral da Juventude e a Teologia da Libertação se encolhem, novas formas de catolicismo, como, por exemplo, a Renovação Carismática Católica, a rede de televisão, rádio e internet Canção Nova e a TV Século XXI, entre outros, ganham espaço centrando seus discursos em

uma catolicidade tradicional, com forte apelo emocional, individualista e espiritual e distantes de discussões sociais mais aprofundadas.

### 3.6 VELHOS GOVERNANTES, VELHOS PROBLEMAS: O PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MILTON MARTINI

A perda de identificação entre os grupos populares e o Partido dos trabalhadores foi tão grande que nas eleições municipais de 2008 o candidato a prefeito do PT, Claudionei Vitorino, obteve apenas terceira e pífia votação de 5085 votos, representando 12,19% do total de votos válidos<sup>94</sup>. O prefeito eleito foi Milton Martini (PP), que conquistou o direito de presidir a cidade pela segunda vez, sendo o seu primeiro mandato entre 1993 e 1996. Após a posse de Martini, não demorou para que a população começasse a reclamar do sumiço dos serviços públicos mais básicos, como poda de árvore e tapa-buraco. A impressão, de acordo com os entrevistados, era que a cidade estava desgovernada.

Fátima relata que a cidade estava abandonada e comenta que aos poucos apareceram os burburinhos de que havia corrupção na prefeitura:

[...] A cidade ficou cerca de um ano e meio, tinha prefeito e não tinha, então ficou uma cidade parada, uma cidade, não tinha nada na cidade, a nossa cidade ficou assim, um ano e meio parada, não tinha benfeitoria em nada, estava abandonada. [...] A cidade tava abandonada, e teve muito segundo as pessoas que tavam, que era funcionário dele mesmo, vereadores, aí o que que viram? Muito roubo e nada se fazia na cidade, tudo que ia procurar não tinha. Não tinha saúde, tava precária, é, tudo precário, tudo, não tinha luz, é, os funcionários não tinha como trabalhar, porque eles não faziam licitação, e não tinha material pro pessoal trabalhar (Fátima, Entrevista, 2012).

O sentimento de Fátima é compartilhado pela maioria dos entrevistados. As pessoas “sentiam na pele<sup>95</sup>” a inexistência de gestão pública. Não demorou muito para que as denúncias comessem a aparecer. Em pouco tempo Martini acumulara dezenas de processos contra si. Nas palavras de Celso, era “muito processo pra cima dele, muito mesmo, dentro de poucos *meis*, ele já tinha em média de quarenta processo tudo contra ele, de irregularidades” (Celso, Entrevista, 2012).

<sup>94</sup>Contudo, Aparecido Bianco, liderança popular desde o período das lutas contra a privatização da água, foi eleito pelo partido dos trabalhadores como o vereador mais votado. O PT ainda elegeu o vereador Reginaldo Alves dos Santos. No entanto, enquanto Bianco concluiu o mandato participativo em 2012, Reginaldo deixou o partido e filiou-se ao recém-fundado PSD, e teve seu mandato marcado pelo assistencialismo e pelas relações particularistas.

<sup>95</sup> Segundo o depoimento de Celso: “então rapaz, a gente é, depois de alguns meses de governo do Milton Martini, a gente tava sentido na pele que nós tinha elegido um governo que não tava atendendo as necessidade do povo. Havia muita reclamação, demais da conta, saúde indo mal, tudo indo mal” (Celso, Entrevista, 2011).

Em baixa com a população, ainda no primeiro ano de mandato, Martini já enfrentava problemas com a justiça e teve seu mandato cassado preliminarmente pelo judiciário<sup>96</sup>. Por meio de liminar, Martini conquistou o direito de continuar governando, enquanto o processo tramitava. No entanto, no nível legislativo, o prefeito não teve a mesma sorte, quando o povo e até mesmo seu vice-prefeito pediram sua cassação, o que veio a ocorrer por votação unânime na Câmara dos vereadores de Sarandi, durante sessão que perdurou por todo o dia 1º, e findou na madrugada do dia 02 de março de 2010.

O processo que culminou com a cassação do prefeito Martini reuniu uma série de sujeitos sociais distintos, portadores de projetos políticos diferentes. Indicativo da complexidade dos fenômenos sociais e dos interesses divergentes em disputa na sociedade foi criada uma coalização de diferentes frentes políticas para cobrar a cassação de Milton Martini. Em termos gerais, o processo de mobilização popular e de pressão à Câmara dos vereadores teve dois agentes principais, de acordo com as entrevistas: a força da mobilização popular, bem como os interesses do então vice-prefeito Carlos Alberto de Paula Junior são apontados nas entrevistas como variáveis decisivas para que os vereadores votassem a cassação de Martini.

### 3.7 DO COMITÊ DE LUTA CONTRA A VINDA DE LIXO AO COMITÊ CONTRA A CORRUPÇÃO – A LUTA PELA CASSAÇÃO DE MILTON MARTINI

Logo no início da gestão de Martini, em meados de 2009, uma notícia polêmica passa a revoltar os moradores de Sarandi: trata-se do fato de que a vizinha Maringá, do prefeito Silvio Barros, correligionário de Martini no Partido Progressista, passaria a depositar seu lixo doméstico no aterro sanitário de Sarandi, privatizado na gestão de Aparecido Spada.

Reclamando de que novamente Sarandi teria que se submeter aos interesses maringaenses, foi Criado o Comitê de Luta contra a Vinda do Lixo, reunindo a União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM), partidos de esquerda e grêmios estudantis. Protestos, panfletos, cartazes, carros de som, várias foram as manifestações puxadas pelo movimento, o que culminou com a constituição de uma comissão de representantes do poder público e da sociedade de Sarandi, apoiada pelo prefeito Milton Martini, para negociar com o prefeito de Maringá, Sílvio Barros. Frente a grande pressão

---

<sup>96</sup> Sob investigação do Ministério Público, Milton Martini foi afastado da prefeitura no dia 17 de dezembro de 2009 pelo Juiz Loril Bueno, devido sua interferência nas investigações do MP. Martini retornou a prefeitura no dia 24 de dezembro do mesmo ano após o Juiz substituto Eduardo Sarrão conceder quebra de liminar à Martini. (Blog do Hilário Gomes, acesso em: 13 fev. 2013).

sarandiense, que não queria que “Sarandi se tornasse lixão de Maringá<sup>97</sup>”, Barros recua e a prefeitura Maringaense desiste de enviar o lixo para Sarandi<sup>98</sup>.

A organização montada para combater a vinda do lixo quase que espontaneamente desembocou no Comitê de Lutas contra Corrupção, cujo objetivo foi liderar a campanha em favor da cassação do prefeito Milton Martini<sup>99</sup>, alvo de pelo menos 46 processos civis após a posse na prefeitura de Sarandi. De acordo com Celso,

E daí as associação sabendo, as associação se organizou, e no caso começamos a fazer reunião e foi montado um comitê. Foi montado um comitê de luta, é e a gente se reunia duas três vezes por semana, pra, pra planejar o que fazer, pra arquitetar panfleto, planejar arrecadação de dinheiro [...] (Celso, Entrevista, 2012).

Esse comitê foi caracterizado pela sua heterogeneidade de composição. Distintos grupos políticos se aglutinaram com um interesse comum, qual seja, o impeachment de Milton Martini, em alguns casos mesmo com interesses antagônicos<sup>100</sup>. Essa tensão interna pode ser expressa na própria divergência de palavras de ordem que eclodia desde o movimento: enquanto um grupo, composto por associações de moradores, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido dos Trabalhadores Socialistas unificados (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cobrava a cassação do governo Martini, outro grupo, liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) lutava pela cassação apenas de Martini.

Celso Salienta que no Comitê tinha gente de todas as linhas, inclusive integrantes do governo Martini e aliados do vice, Carlos De Paula:

E o principal, principal pedido do comitê, no comitê tinha gente de todas as linhas, inclusive tinha gente do governo lá no comitê, que não concordava, o pessoal do PCdoB, por exemplo, que não concordava com o que tava acontecendo e participava do comitê. E, e tinha uma parte do comitê que pedia fora Milton Martini, mas tinha uma grande parte do comitê, da qual eu fazia parte, que pedia fora este governo. Porque a gente via que ali, ali ninguém tava administrando direito, nem o prefeito nem o vice, o vice que tava a favor da cassação do prefeito (Celso, Entrevista, 2012).

<sup>97</sup> Por muito tempo essa expressão pode ser lida em muros de imóveis da região.

<sup>98</sup> Ver O Diário do Norte do Paraná dias 16, 21,22 e 23 de julho de 2009.

<sup>99</sup> Felipe relata que a luta pela cassação do Milton começou com a luta contra a vinda do lixo: “então a gente foi até o lixão, tudo começou ali. A cassação do Milton começou ali também: que foi a descoberta das irregularidades que tava acontecendo ali que começou a levantar a questão da conduta dele” (Felipe, Entrevista, 193).

<sup>100</sup> O Comitê foi composto por várias siglas partidárias, igrejas católica e evangélicas, Associações de moradores, Grêmios estudantis, blogueiros da cidade etc.



O militante chama atenção para um aspecto importante, que se trata do papel do então vice-prefeito Carlos De Paula na cassação de Milton Martini. De fato, é recorrente nas entrevistas que De Paula desejava a cadeira do executivo e colaborou significativamente para a deposição de seu prefeito. Nesse sentido, dentro do Comitê de Lutas Contra Corrupção, seu grande aliado foi o PCdoB. Alex é presidente de associação de moradores, presidente do PCdoB de Sarandi e, na época da entrevista, secretário de município de Carlos de Paula. Na percepção dele, o PCdoB foi o principal agente na cassação: Sarandi “[...] Já tinha passado por oito anos numa administração que não viabilizou as condições que Sarandi necessitava<sup>101</sup>,” enquanto que o sucessor, Milton Martini, continuou com uma “gestão muito conturbada” (ALEX, entrevista, 2012). Desse modo, Alex teria chamado as demais associações de moradores e partidos políticos, “e aí a gente inflamou o povo, chamou o povo pra ir pra rua, pedindo a mudança política do município” (Alex, Entrevista, 2012).

Alex relata ainda suas tensões com o Partido dos Trabalhadores, que desejavam a cassação do governo todo e não apenas do prefeito:

Aí o pessoal do PT se retirou da comissão porque ele, eles era a favor que cassasse aquele prefeito, o atual prefeito, até eu conversei com o Adauto [à época presidente do PT de Sarandi], falei que era importante fazer parte daquele comitê, mas [o Adauto] falou: “não, mas daí entra o De Paula, o De Paula é esperto, vai que o cara faz um bom trabalho e a esquerda fica enfraquecida na cidade, nós não consegue avançar na questão”. Mas eu falei: “primeiro acho que tá o benefício da comunidade, o povo tá sendo massacrado por esse prefeito que não tem condições gestora. Se o vice merecer, fizer um bom trabalho, isso aí é bom pro povo, acho que é particular” (Alex, Entrevista, 2012)<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> Alusão aos oito anos de governo de Cido Spada, do PT.

<sup>102</sup> Alex descreve o que, na sua percepção, De Paula tem realizado em Sarandi, contrapondo ao governo do PT, que, na sua avaliação, deixou de fazer trabalhos que poderia ter feito: “[...] O De Paula tá muito bem, [...] ele tá com o apoio das massas, e isso é diferente de populismo. Sarandi populismo não resolve, sabe por que não resolve? Sarandi é uma cidade que tem necessidades, precisava de um prefeito que entrasse e fizesse a máquina andar. A gente percebia, camarada, que nesses trinta anos de Sarandi a cidade sempre teve dinheiro, sempre recebeu recurso, o Cido aí, é um aliado da Gleisi, do Paulo Bernardo, amigo pessoal do Enio Verri, uma forte expressão do Partido dos Trabalhadores. A gente vê que faltou dinheiro na locomotiva [...] As vezes o mal gerenciamento, acho que pior que o desvio, pior do que o corrupto é, é incompetente, aquela falta de gestão mesmo. [...] A gente vê que o De Paula, ele fez a locomotiva andar, a cidade que era totalmente cheia de buraco. Acho que o principal avanço do De Paula foi tirar a terceirização, porque a terceirização é o que abre a maior margem pra corrupção. [...] O De Paula falou, eu não vou mais tapar buraco, eu não vou mais terceirizar pra recapear, porque saiu muito caro, é quatro vez maior o preço [...]. Ele foi lá e começou a comprar as máquinas de fazer o asfalto. Hoje Sarandi tem a sua produção própria, por isso que ele tá conseguindo recapear a cidade toda. E não só isso, no governo do Cido, nos oito anos, ele fez duzentas vagas de creche. O De Paula em dois anos já fez seiscentas vagas de creche, saiu, conseguiu mais quatro supercreche, vai pra mil vagas de creche. Então assim, a gente vê uma assistência social muito grande. A educação, o Cido só comprou ônibus usado, que abre margem pra corrupção também, porque daí negociava lá com o revendedor, não tô falando que é isso, mas ce entendeu? Aí tem que pagar a manutenção de peça porque esse ônibus já tá, já tá desgastado. O De Paula não, foi lá, pegou a tabela do Ministério da Educação, dos ônibus, uma tabela do ministério, é, comprou ônibus novo, que vem com quatro anos de garantia, durante quatro anos o município não terá manutenção de ônibus. E já, aí começou a sobrar dinheiro público pra injetar na máquina, fazer a máquina andar, montou a Guarda Municipal, pra cuidar dos prédios públicos, do trânsito. [...] Cara, o De Paula, ele atende o povo no gabinete dele com muita



A percepção dos entrevistados aponta que o então vice-prefeito teve papel importante na cassação de Martini. É o que sustenta Leonardo, que conta que apesar de ter a garantia de pelo menos três vereadores que votariam a favor de Martini<sup>103</sup>, o prefeito foi cassado por unanimidade. Segundo Leonardo,

[...] Essa decisão que foi criada a cassação do Milton, é, eu tenho quase certeza que houve acordo nisso aí, eu tenho quase certeza disso. [...] E os vereadores, não tenho dúvida disso. Eu digo pra você, se você conversar, eu tô pra dizer com 100% do Sarandi, é, 80% vai te confirmar é essa hipótese que nós tem, que há, houve. [...] Com certeza, numa sexta-feira você ligava em tudo quanto é celular de vereador, ce não encontrava ninguém. Aqui no bairro, foi aqui, aquele menino, aqui, no outro bairro também, que tem a chácara lá, o, esqueci o nome dele no momento. Em todos os bairros que tem um vereador foi a mesma coisa, não encontrou o cara. E depois, no dia da votação, [...], saiu, até o presidente da Câmara votou, rapaz, sendo que não precisava disso. Então fica no ar, cara (Leonardo, Entrevista, 2012).

Celso, na mesma direção, relata que seu grupo político desejava a cassação do governo todo. Ele chega até mesmo a cogitar a possibilidade de influência financeira na decisão dos vereadores:

Mas até hoje, pra população, é levanta bastante suspeita, mas rolava acordo entre o vice e os vereador e acabaram cassando só o prefeito. Mas *nois* queria fora este governo, queira nova eleição, *nois* queria, nova eleição. O limpo mesmo, o justo mesmo seria nova eleição, porque você viu, o povo tá sofrendo aí (Celso, Entrevista, 2012).

Um aspecto que chamou bastante a atenção de algumas lideranças foi que nos dias que antecederam a votação da cassação todos os vereadores se retiraram da cidade, com a alegação de medida de segurança, devido a ameaças que vinham sofrendo. Mas pra alguns essa retirada significou, na realidade, um acerto entre os vereadores e o vice-prefeito. Celso ainda relata que havia suspeitas de que cada vereador teria recebido uma grande quantia financeira para apoiar De Paula, bem como “tudo o que o vereador precisar, cortar árvore, uma consulta, um exame, um tratamento de uma pessoa, tudo isso ia ser fácil pros vereador.

---

tranquilidade. Não é porque eu tô no governo, não é porque a nossa associação. Eu não tenho nem o que reclamar do De Paula, ele fez uma creche no meu bairro. Recapeou todas as ruas, rebaixou toda a iluminação. Hoje [o meu bairro] tá um teteia, um dos melhores bairros de Sarandi, valorizou minha casa, valorizou aquele morador, deu dignidade pra esse povo. Eu acho assim, quando o De Paula vai pros bairros, a diferença dele é que ele vai e cumpre. Ele falou que ia asfaltar o Esperança, ele foi lá e tá asfaltando agora, ele falou que ia fazer a praça do triângulo, ele tá fazendo (Alex, Entrevista, 2012).

<sup>103</sup> Segundo Leonardo, na semana que antecedeu a sessão que votaria a cassação de Martini os vereadores Rafael, João Lara e Nito tinham lhe garantido que permaneceriam ao lado de Martini até o fim: “E uma semana antes de acontecer isso daí, eu tinha a palavra do Joao Lara, eu tinha a palavra do Rafael, e do Nito, eles tava com Milton. Porque eles se referiu o seguinte: ‘Leonardo, que nos elegeu foi o pobre, então, quem elegeu o Milton a maioria foi o pobre, então nós tamos com o Milton’” (Entrevista, 2012).

Foi a conversa que rolou na época. Agora a gente não tem prova nem certeza de nada, mas aonde há fumaça tem fogo<sup>104</sup>” (Celso, Entrevista, 2012).

Por outro lado, liderados pelo Comitê de Luta Contra a Corrupção, a população realizou um intercurso público manifestando sua indignação e seu desejo de pôr um fim àquela corrupção. Inegavelmente, o protagonismo popular foi uma variável importante no processo de cassação. De fato, as denúncias contra Milton Martini partiram de um cidadão sarandiense, o senhor Nilson da Luz do Nascimento, que apresentou perante a Câmara de Vereadores de Sarandi uma denúncia escrita contra o então prefeito Milton Martini, acusando-o de infração política administrativa. Segundo as denúncias de Nascimento, o prefeito da cidade havia comprado irregularmente produtos agropecuários na empresa da esposa de seu chefe de gabinete. O morador ainda denuncia, com base em matérias jornalísticas, a existência de 46 inquéritos civis investigando fatos ocorridos na prefeitura após a posse de Martini. Junto com a denúncia, Nascimento anexa uma série de documentos que comprovam as irregularidades cometidas por Martini<sup>105</sup>.

O comitê desenvolveu uma série de manifestações públicas denunciando a corrupção na prefeitura sarandiense. A população foi noticiada e mobilizada para combater a corrupção política. A principal queixa do movimento era a de que o prefeito havia deixado de cumprir a promessa de administrar em favor do povo e passou a governar para fins próprios. Na tentativa de conter a mobilização popular, Martini tentou cooptar algumas lideranças populares oferecendo dinheiro, presentes e até cargos na prefeitura com altos salários<sup>106</sup>. Também houve forte repressão ao comitê de luta contra a corrupção. Inclusive, cinco militantes foram presos durante panfletagem, sob a acusação de distribuir panfletos apócrifos contra o prefeito Milton Martini<sup>107</sup>. Fato que gerou indignação ainda maior por parte da população. Neste contexto, o comitê entendia que só a força da população nas ruas poderia impedir o arquivamento das denúncias.

---

<sup>104</sup>O depoimento de Cléber, entre outros, também sugere a participação real do vice na cassação de Martini. Segundo ele, houve “podre por baixo da cassação do Milton” e “o podre você sabe que é dinheiro” (Entrevista, 2012).

<sup>105</sup> Ver Relatório Final da Comissão processante.

<sup>106</sup> Celso relata que recebeu várias visitas do prefeito Milton Martini, todas buscando dissuadi-lo da ideia de continuar à frente do movimento: “[...] o Milton Martini veio 5 vezes aqui em casa, tentando me convencer eu pra eu sair da luta, deixar de organizar o povo pra cobrar a saída dele. Ofereceu um monte de coisa pra mim aqui, ofereceu, tipo assim, ‘o que que você quer, o que ce quiser a gente arruma pro cê, pra você abandonar só. A única coisa que ce vai fazer é isso, abandonar só, abandonar, não vai mais nas reunião, é não conversa mais com o povo sobre essa situação. Não convida o povo pra fazer nada, deixa eles se virar lá, só isso, que você vai fazer, não vai fazer nada, simplesmente vai diminuir seu trabalho. Ce gasta tanto tempo ficando nessas reunião aí, fica aí em cima de caminhão aí, falando no microfone. Então, abandona, além do cê descansar, o que você quiser, cê fala’. Falou desse jeito pra mim” (Celso, Entrevista, 2012).

<sup>107</sup> Ver O Diário, 22 de janeiro de 2010.

Entre os diversos atos realizados, a lavagem da prefeitura feita pelos moradores foi simbolicamente importante. Ainda no final de dezembro de 2009, liderados pela UNISAM, cerca de 40 populares realizaram a lavagem da prefeitura municipal de Sarandi. A lavagem das paredes e da calçada objetivou protestar contra a sujeira e o abandono que tomou conta da prefeitura e da cidade. Celso salientou que este ato visou chamar a atenção da população e pressionar os vereadores para que tivessem coragem de votar a favor da demissão de Martini. Entre os manifestantes, o militante do PT, Adauto da Silva, esteve presente usando trajes de aplicador de defensivos agrícolas, em alusão a acusação de que Martini teria adquirido agrotóxicos e bombas irregularmente<sup>108</sup>.

Também foram realizadas manifestações públicas nos bairros, na tentativa de dialogar com toda a população. Fátima, por exemplo, narra que um carro de som contratado pelo Comitê de Luta Contra Corrupção circulou pelo seu bairro convocando a população, “que era pra gente se reunir na praça principal de Sarandi, pra gente ir pras ruas, que a luta seria fora Milton, então nós fomos” (Fátima, Entrevista, 2012). De fato, do ponto de vista da construção política e democrática desde os movimentos sociais esse foi um momento singular, apesar de já não haver um campo político amplo como nos final dos anos 1990.

De qualquer forma, a ruptura com as soluções privadas, ou seja, a ação e a palavra no espaço público, nos termos arendtianos, tem a potencialidade de forjar o novo, de criar, de fazer política. Nesse sentido, a maior invenção do momento foi a própria consolidação de novos sujeitos políticos. É o caso de Felipe, por exemplo, que conta que sempre possuiu uma sensibilidade social e apoiou as lutas populares, no entanto, por muito tempo não participou ativamente das mesmas. Aos poucos ele se insere nas mobilizações e amplia sua participação. Felipe narra uma manifestação que ocorreu no seu bairro em que teve a oportunidade de usar a palavra e denunciar a corrupção cometida por Martini:

Oh, eu lembro de uma, é quando eu peguei a palavra, chegou o capanga dele. Chegou e ficou de longe assim, tentando assim tipo me amedrontar, me olhando pra mim, fazendo gesto. Mas aí que eu consegui falar uma fala muito boa mesmo, que daí eu vi que, aí eu não tive medo, não tenho medo. Porque se a gente tá em busca de justiça, ce pode, aconteça o que acontecer, ce não precisa ter medo. E aí eu tive uma fala, eu falei bastante daí, eu fiquei inspirado pra falar mesmo. E daí o pessoal falou, “não, para Felipe, que os caras vai”. Falei: “não, não paro, não tem nada de para não, (risos), não tem nada de para não, não falei nenhuma mentira, só falei coisa, fato mesmo”. Aquilo que muitas pessoas não sabia que tava ali, [...] e juntou bastante gente. Então, eu, é, aquele dia ali da praça eu gostei bastante e dali eu sai mais fortalecido ainda (Felipe, Entrevista, 2012).

---

<sup>108</sup> Ver O Diário, 17 de dezembro de 2009.

Na época ele ainda não era presidente de associação de moradores, mas esse pode ser considerado simbolicamente um momento de consolidação de uma liderança popular. O uso da palavra, além de permitir que a população fosse informada do que estava ocorrendo na prefeitura, faz com que ele passe a se reconstruir como sujeito político e aprofundar sua militância. Passado algum tempo, Felipe assumiu a presidência da associação do seu bairro e tem se notabilizado como uma das lideranças populares mais participativas.

Considerando o acima exposto e levando em consideração tanto a influência do vice, quanto as manifestações populares, uma última questão a ser respondida é o que foi decisivo para que os vereadores votassem por unanimidade a cassação de Martini. Evidentemente, é impossível dar uma resposta acabada e definitiva para essa questão, uma vez que ela envolve elementos subjetivos e, portanto, difíceis de serem mensurados, pelo menos com as informações que temos à disposição no momento. Desse modo, a resposta que formulo parte da interpretação que os entrevistados fazem da política e da mobilização social e nesse sentido trata-se muito mais da percepção dos sujeitos em questão, do que da precisão histórica dos fatos.

Diversos entrevistados atribuem à organização do povo nas ruas um papel de transformação impossível de ocorrer apenas por iniciativa tanto do judiciário como do legislativo. Para não se alongar muito, a narrativa de Celso expressa precisamente o significado da luta popular, reconhecida pelo próprio prefeito cassado. Celso relata que por acaso encontrou-se com Martini. Nesta oportunidade, o ex-prefeito aproveitou para reclamar da luta dos movimentos pela sua cassação. Vale a pena acompanhar a narrativa de Celso e a interpretação que ele faz do *impeachment*:

A pressão [popular] foi grande, então um dos principais motivo dele ter caído foi essa pressão aí. Tanto que não faz nem dois *meis* que eu encontrei com o Milton lá no cemitério [...] ele veio reclamar comigo, porque que eu era um dos líderes do movimento social aí pra derrubar ele. Eu falei, não, “pra derrubar o cê”, tem que arrumar uma saída, “pra derrubar o cê, na verdade, o que foi mesmo o principal foi a documentação que o teu vice arrumou pra derrubar o cê”. Falei, “você sabe que o movimento popular ele ajuda, mais ele não derruba não, o que derruba é a documentação”, eu saí por aí. No fundo eu sei que não é, a pressão foi o que derrubou. Aí resposta dele foi o que eu acho, que tá correto dentro da podridão, dentro do capitalismo nojento que existe ele tá certo. Sabe o que ele respondeu pra mim? Ele falou: “**se vocês não vai pra rua na parte jurídica eu me virava**”. Ele falou desse jeito: “se vocês não vai pra rua”. Até ele deixou eu meio sem saída, que eu tentei sair por aí, ele culpava eu por ele ter perdido, eu e outros líder e o povo, por ele ter saído, o povo tava na manifestação. E eu tentei me sair foi aonde ele me atacou, ele falou, “não, na parte jurídica eu me virava, rapaz, tenho bons advogados, eu também sou bom advogado, entendeu. Nessa parte aí eu tenho certeza que eles não me cassava, que eu me virava. Eu tenho bom relacionamento com os juiz, promotor, inclusive do fórum de Sarandí, Curitiba, Brasília, nessa parte eu me virava tranquilo”. Ele falou: “o problema foram *voceis*, *voceis* foram o problema”,

entendeu? Então a movimentação, a movimentação da liderança e do povo foi 80% do tombo, 80%, na minha avaliação, na minha avaliação foi. Agora o resto bicho foi interesse de nego querendo tomar o lugar do homem. Muitos vereador, inclusive [...] (Celso, Entrevista, 2012, negrito meu).

Evidentemente, como o próprio Celso reconhece, até devido à forma como o processo ocorreu, uma série de fatos convergiram para a deposição do prefeito. Não obstante, o que interessa ressaltar aqui é o protagonismo do movimento social, reconhecido, segundo narrativa de Celso, pelo próprio inimigo abatido. Nesse sentido, a organização popular assume um estatuto político, implementando uma forma de fazer política aberta e conflitiva. Para os movimentos sociais, desse modo, a cassação de Martini se deu, sobretudo, pela força da mobilização popular. Embora talvez muitos políticos por interesses particulares não o quisessem à frente da prefeitura, a indignação popular foi fator fundamental para que todos os vereadores votassem a favor da demissão do prefeito. Deste modo, esta foi uma grande conquista dos moradores, em decorrência de sua aparição pública, como Fátima salienta:

Nós fomos pra rua, nós fomos, essa foi uma luta que marcou, porque eu acho assim que na história de Sarandi eu acho que nunca teve cassação, Sarandi ou do Paraná, não sei. [...] Então eu falo assim que não teve cassação de prefeito como foi essa do Milton Martini (Fátima, Entrevista, 2012).

No entanto, ao longo dos anos, muitas mudanças ocorreram no campo democrático-participativo e o movimento popular perdeu parte da força que conquistara desde os tempos das lutas contra privatização. Em seguida a esse grande intercurso público iniciado nas lutas contra a vinda do lixo e a vitoriosa luta pelo impeachment de Martini, desencadeia-se um orquestrado projeto de desmanche dos movimentos populares em Sarandi, especialmente das associações de moradores, o que promove uma séria desarticulação do campo político democrático-participativo, em benefício de uma forma de fazer política marcada pelos vínculos privados, pelo assistencialismo e pelo governismo.

Busquei ao longo desta seção narrar como se constituiu um projeto político democrático-participativo em Sarandi, construído desde os movimentos populares e pelos movimentos populares. No final dos anos 1990, em torno da precarização do sistema de fornecimento de água, foi gestada uma forma inédita de fazer política em Sarandi, caracterizada pela incursão pública e conflitiva dos setores populares e pela luta pela defesa do patrimônio público municipal. Além de conseguir reverter o processo de privatização da

água, a grande vitória deste movimento foi a constituição de um campo político em nível municipal que potencializou suas ações.

Os anos passam, o Partido dos Trabalhadores ganha a prefeitura de Sarandi e pelo menos no segundo mandato, o prefeito petista desagradou ao menos parte da população e mesmo seus correligionários. Os erros da gestão petista, dessa forma, abriram caminho para o retorno de Milton Martini (PP) à prefeitura de Sarandi. No entanto, em pouco tempo Martini se isola e tem seu governo combatido até por seu vice, Carlos de Paula (PDT). O resultado foi o processo de luta e cassação de Martini, que teve como principais agentes, por um lado, o grupo político liderado pelo vice-prefeito Carlos de Paula e, por outro, os movimentos sociais. Apesar da influência do vice, as mobilizações populares foram decisivas para que os vereadores aprovassem por unanimidade o *impeachment* de Martini. Nesse sentido, a organização popular se caracteriza pela ampliação do espaço público e pela luta pela democratização no nível político, além de forjar novas lideranças.

No entanto, após a posse de Carlos Alberto De Paula, inicia-se uma ofensiva para desmobilizar os movimentos sociais, sobretudo associações de moradores que pautam suas ações pela tematização pública e conflitiva das questões sociais. Desde a eleição de um grupo próximo ao prefeito Carlos de Paula, a União Sarandiense de Associação de Moradores (UNISAM) tem se recusado a organizar manifestações públicas que possam assumir contornos conflitivos, nesse sentido, essa entidade praticamente se retira de cena e se decide por um silêncio muito significativo. Aprofundarei essas discussões no próximo capítulo.

#### 4 ASSOCIATIVISMO GOVERNISTA, ASSISTENCIALISMO E RESISTÊNCIA

Maria Farrar, nascida em Abril,  
falecida na prisão de Meissen,  
mãe solteira, condenada,  
quer mostrar-vos os crimes de todo o ser humano.  
Vós que parais sem complicações em lençóis lavados  
e chamais "bendito" ao vosso ventre prenhe,  
não condeneis estas infames fraquezas  
porque, se o pecado foi grave, o sofrimento também foi  
grande.  
*Por isso peço que não se indignem  
pois toda a criatura precisa da ajuda de todos.*  
(Bertolt Brecht)

Na seção anterior, busquei narrar a constituição de um projeto político democrático, participativo e oriundo dos setores populares de Sarandi e herdeiro da tradição dos movimentos sociais brasileiros. Nesta seção, por sua vez, ganha centralidade nessa análise a atuação das associações de moradores e da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM). De fato, é no associativismo de moradores que nos últimos anos tem ocorrido as principais ações políticas e disputas dos diversos segmentos populares em Sarandi. O projeto político democrático-participativo, formado desde as lutas dos anos 1990, passa a disputar as associações de moradores e expandir sua atuação por meio desse associativismo. Porém, os últimos anos viram a aproximação de parte das associações de moradores a um projeto político marcado pelo assistencialismo, pelo governismo e pela rejeição da lógica conflitiva da política, tal como formulada pelo projeto de democrático e participativo.

Com a posse do prefeito Carlos Alberto de Paula Júnior (PDT), após o processo de cassação de Milton Martini (PP), um grupo significativo de associações de moradores de Sarandi se aproximam do novo prefeito e buscam uma parceria para instalar uma nova forma de ação na UNISAM e nas associações de moradores. Discordando dos métodos de atuação, das estratégias e da linha política adotada até então pela União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM), procuram se organizar para buscar soluções alternativas e conquistam a diretoria da UNISAM. Essa vertente se caracteriza pelo repúdio ao conflito, aos atos públicos, protestos e até mesmo a condição de oposição política será questionada. Nesse sentido, opta-se pela negociação, pelo pedido e mesmo pela espera até que chegue a vez do bairro na pauta da prefeitura.

Antes de prosseguir é importante ressaltar que a vertente que agora apresento não surgiu apenas com a eleição da uma diretoria conservadora para a UNISAM. Evidentemente, o entendimento é que esse padrão associativo coexiste e possivelmente mesmo precedeu a um



associativismo de natureza mais conflitiva e reivindicativa, no entanto, o que busco analisar é a existência atual deste projeto, seus significados e o seu impacto para a mobilização popular.

#### 4.1 A NOÇÃO DE CIDADANIA MEDIADA

Para análise que se segue articularei as noções apresentadas na seção 2 às formulações de Goetz Ottmann (2006). Este autor faz uma interessante análise do processo de democratização ao buscar compreender o espaço que se abre entre o tradicional e o moderno. O autor procura demonstrar que embora a interpretação da persistência de práticas tradicionais no sistema político brasileiro tenha muito a dizer, ela deixa

De examinar o espaço que se abre entre os pontos de referência do ‘tradicional’ e do ‘democrático’. Mais importante, deixa de observar o quanto essas práticas políticas tradicionais estão se transformando nos contextos de democracia participativa, no qual de fato figuram, para melhor ou para pior (OTTMANN, 2006, p. 155).

Ottmann sustenta que o processo de democratização não elimina práticas como clientelismo e patronagem política, mas tendem a incorporá-las e transformá-las. Segundo o autor, as transições democráticas, iluminadas pelos ideais universalistas da democracia e de adoção de procedimentos legal-rationais na administração pública, se defrontam com a desigualdade econômica e com a pobreza, o que faz com que o acesso aos direitos de cidadania passem a ser constantemente negociados: “Dessa forma, [afirma o autor] não é de surpreender que os estudos de caso aqui apresentados indiquem que a democratização das políticas municipais que envolvem a redução da pobreza e das relações de dependência tende a requerer uma rede de assistência social organizada pelo Estado” (OTTMANN, 2006, p. 157).

Segundo o autor, o estudo da presença de elementos políticos tradicionais na democracia brasileira se depara com uma dificuldade terminológica. É o caso do uso de expressões como clientelismo, populismo, patrimonialismo, personalismo e patronagem, que frequentemente aparecem como sinônimos ou muito próximos. Em busca de clareza conceitual Ottmann apresenta como essas noções são definidas em seu trabalho:

O termo *personalismo* diz respeito aos laços pessoais que estruturam relações sociais particularistas de caráter hierárquico. Já *patrimonialismo*, em seu uso corrente, se refere a situações em que os políticos lidam com os recursos públicos como se fossem deles: em vez de distribuí-los de acordo com critérios universalistas e impessoais, privilegiam familiares, amigos e sua clientela política. Em outras palavras, empreendem uma forma privada de *patronagem* política. Por fim, *clientelismo* se

refere a uma relação de troca de favores em que os indivíduos envolvidos se beneficiam mutuamente mas de modo desigual. Assim, enquanto “patrimonialismo” diz respeito à apropriação privada de recursos públicos, “clientelismo” denota uma relação de dependência entre *patronos* e seus *clientes*, a qual geralmente envolve uma série de *mediadores* ou *agentes* (OTTMANN, 2006, p. 157-158, grifos do autor).

Todavia, o autor busca desvincular essas noções da imagem de que clientelismo, patronismo e outros correlatos seriam tradicionalmente ligados a práticas arcaicas encontradas em países em desenvolvimento. De fato, Ottmann salienta que estes termos foram usados para expressar um senso de fatalismo e de relações de dependência frequentes na cultura popular brasileira e remetem a uma tradição imaginária evocada por intelectuais, músicos e outros artistas que “não raro misturam fatos históricos com enredos ficcionais e acrescentam doses de sensibilidade modernas” (OTTMANN, 2006, p. 158). No debate político, por sua vez, frequentemente o termo clientelista é usado pelas elites para descrever um comportamento do eleitor popular considerado “retrogrado” ou “mal-informado”, incapaz de escolher corretamente seus representantes e preocupados com questões mais imediatas.

Ottmann, por sua vez, insere a noção de clientelismo em um contexto de cidadania mediada. Ou seja, “[...] num contexto político que não se pauta por regras efetivamente universalistas o acesso à cidadania é constantemente negociado” (OTTMANN, 2006, p. 158). Ou seja, onde os direitos de cidadania não estão disponíveis para a população de baixa renda, eles são perseguidos por alguma forma de ação coletiva. Assim, a busca pela patronagem política passa a ser vista como uma estratégia desenvolvida pela população pobre para acessar direitos e não como uma incapacidade de raciocínio dos mesmos. Segundo Ottmann,

A patronagem política (uso de verbas pelos políticos para concessão de benefícios às suas bases eleitorais) certamente constitui um aspecto central da maioria dos sistemas políticos modernos, mas em lugares onde os direitos de cidadania não são universais essa prática se revela ainda mais essencial, na medida em que conforma uma importante rede de assistência social. Assim é que não faz muito sentido conceber o clientelismo latino-americano em termos de um “familismo amoral” banfieldiano: num contexto de pobreza em massa e de direitos de cidadania negociados, a mobilização e a inclusão sociopolíticas dos pobres tende a envolver alguma forma de política de bem-estar (OTTMANN, 2006, p. 159).

O autor salienta ainda que os eleitores são extremamente exigentes ao fazer as suas escolhas e esperam o melhor retorno possível de seus mediadores. Assim, “não é de surpreender que aqueles em situação de extrema carência de serviços públicos frequentemente votem em políticos que cooptam as comunidades pobres para suas redes de patronagem mediante doação de creches ou subsídio privado de equipamentos médicos, educacionais, culturais etc.” (OTTMANN, 2006, p. 159).

O trabalho de Ottmann nos remete a compreensão de que a população pobre se vale das estratégias de que dispõe para conquistar benefícios, ou, em outras palavras, direitos de cidadania. Assim, manter vínculos clientelistas com determinados políticos ou procurar ampliar o máximo possível sua rede de relações seriam estratégias utilizadas por moradores pobres para obter e/ou manter seus benefícios, mesmo que o poder mude de mãos. Outra estratégia apontada pelo autor, com base em seu estudo de caso, é a opção por neutralidade política praticada por líderes comunitários:

Esse era o caso do presidente de associação de bairro Rodrigo Leite, que tinha absoluta convicção da importância de não tomar partido de nenhum dos lados. Caso solicitado a dar apoio, ele o daria a ambos os lados a fim de não ser associado a nenhum dos dois: “não se deve apoiar um só candidato, porque se ele não for eleito o bairro vai acabar sem benefícios. É preciso deixar que os moradores façam suas próprias cabeças”. Dessa maneira, Rodrigo buscava negociar o melhor acordo possível para a sua comunidade (OTTMANN, 2006, p. 163).

As formulações de Ottmann podem iluminar a análise de parte do associativismo de Moradores em Sarandi. De fato, um setor significativo de sujeitos sociais deste município tem buscado parceria com políticos tradicionais e mobilizado redes de relacionamento para alcançar suas reivindicações. Todavia, esta opção não é apenas consequência de um constrangimento econômico, mas também fruto da forma como concebem a disputa política e a organização da associação de moradores.

#### 4.1 UNISAM: UMA ORGANIZAÇÃO EM DISPUTA

Ao centrar a análise nas configurações recentes das associações de moradores é importante falar sobre a União Sarandiense das Associações de Moradores (UNISAM). Embora, não foi o objetivo deste trabalho realizar uma análise histórica desta entidade, é possível afirmar que ela esteve ao longo da sua existência em disputa entre os diferentes projetos políticos existentes em Sarandi. Fundada em 1991<sup>109</sup>, esta entidade tem por objetivo congregar as associações de moradores de Sarandi. Mesmo sendo um espaço importante e sempre disputado entre as diferentes forças políticas, esta organização não foi a principal protagonista das lutas contra a privatização da água no final dos 1990. No entanto, em meados

<sup>109</sup> Lucas relata que “[...] a UNISAM surgiu em 91, ela foi, ela surgiu em 1991 [...] então, assim, ela surgiu pra essa necessidade, a necessidade congregar todas as associações. Porque a luta era individual e a UNISAM surgiu pra agregar todas as associações, como se fosse uma federação, que junta vários sindicatos, como se fosse a CUT, a Força Sindical, que junto vários sindicatos, ela surgiu pra isso, pra representar essas forças numa força única somada. Só que nos começos dela, ela funcionou bastante, chegou a ter estrutura, ter uma sala, a prestar serviços pros presidentes de associações. Hoje ela ... não tem nada, tá acabada” (Lucas, Entrevista, 2012).

dos anos 2000 ela ganhou importância para o segmento democrático-participativo. De fato, ao menos entre os anos de 2007 e 2010 a UNISAM foi uma das principais protagonistas nos protestos, manifestações e denúncias realizadas no município.

Entre as atividades lideradas pela UNISAM neste período, é possível citar a luta contra a vinda do lixo de Maringá para Sarandi, as denúncias e luta pela cassação de Milton Martini e a politização dos problemas sociais do município, como a luta por mais escolas e infraestrutura. De fato, quando governada pelas forças democrático-participativas, a UNISAM esteve presente nas principais lutas, de modo que ela passou a se constituir em uma importante ferramenta do movimento popular em Sarandi e foi um importante canal de diálogo e de acesso à população. É nesse contexto que a UNISAM ganha centralidade analítica neste trabalho.

Como vimos na seção anterior, os últimos anos foram difíceis para o segmento democrático-participativo em Sarandi. Conflitos internos ao Partido dos Trabalhadores e a perda de eleição de 2008 para Milton Martini, a mudança de padres nas paróquias de Sarandi e encolhimento das pastorais sociais da Igreja Católica deixaram espaço aberto para o avanço de outra matriz político-cultural. De fato, apesar do sucesso da luta contra a cassação de Milton Martini, em 2009, o movimento popular participativo já não contava com a mesma pujança do fim dos anos 1990.

É neste contexto que alguns meses após a posse como prefeito de Carlos De Paula, em meados de 2010, ocorreu a eleição para a diretoria da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM), com duas chapas concorrendo. Na corrida eleitoral, disputaram por um lado a chapa presidida por Lucas, a qual propunha a continuidade nas lutas e intensificar a cobrança de melhorias da cidade. Por outro lado, um grupo de associações, críticos desta postura conflitiva da UNISAM, organizaram outra chapa, presidida por Dirceu, cuja proposta era o diálogo, a proximidade e mesmo a parceira com o prefeito Carlos de Paula (PDT).

De acordo com Mário, membro da chapa de Dirceu, seu grupo procurou se aproximar do prefeito – o ou prefeito se aproximou deles – e procurou estabelecer uma parceria. A ideia foi deixar claro ao prefeito que desejavam estar perto dele e manter uma proximidade para mostrar ao gestor a realidade dos bairros:

Assim, na realidade, a gente deixou bem claro que a gente queria tá perto, todo momento a gente queria tá perto. [...] Ou a gente é conversa e se adapta à realidade, a gente busque aquele meio de chegar, falar, a gente precisa de diálogo, e isso que a outra administração não tinha, a concorrência não teve. E a gente propôs o seguinte, a gente quer tá perto, a UNISAM quer tá perto. Foi essa a nossa proposta desde o

início com o De Paula. A gente quer tá perto, e mostrar pra ele a realidade dos bairros (Mário, Entrevista, 2012).

Esta chapa, assim, entende que a parceria e a proximidade com o prefeito municipal seria mais proveitosa para a cidade e para os objetivos da UNISAM do que a postura conflitiva da diretoria anterior. Este grupo passa então a se identificar com o projeto de De Paula, como reconhece Ivani: “é na verdade a nossa chapa era do prefeito” (Ivani, Entrevista, 2012). É importante salientar que a aposta na parceria com o chefe do executivo não é simplesmente uma manobra manipuladora do prefeito. Trata-se, na verdade, na confluência de compartilhamento de opiniões e crenças em uma forma de atuar politicamente, evidentemente bem distinta daquela apresentada na seção anterior. A luz da bibliografia que utilizo e da própria tradição dos movimentos sociais, a ação deste grupo acaba por reduzir o espaço da política, já que despreza dois aspectos essenciais, quais sejam, a lógica conflitiva e a criação de espaços públicos, e por isso acabou por suprimir significativamente o espaço de atuação e contestação dos movimentos sociais de Sarandi. Por outro lado, na esteira de Ottmann (2006), é compreensível a ação deste grupo. Com efeito, a parceria com o prefeito municipal poderia evitar muitos transtornos, como os que são enfrentados pela vertente conflitiva, como, por exemplo, perseguição das lideranças e retaliação. Assim, compreendo que esta aposta conciliadora pelo menos em parte se explica por uma experiência que mescla elementos estratégicos e um conjunto de códigos e representações sobre a ação social e política que os inclina a esta opção.

Eleita com o apoio da máquina municipal, a UNISAM passa a fundamentar sua ação nas relações particularistas e individuais. Enquanto a gestão passada se pautava por uma lógica conflitiva, a atual opta invariavelmente pela negociação. Dirceu, por exemplo, defende o que ele chama de “agir dentro da lei”, em outras palavras, rejeita estratégias como fazer greves, protestos, fechamento de ruas. Sua posição é que tudo pode ser resolvido na conversa, em vez de fazer o que ele classifica como “baderna”. Trata-se, na realidade, de outra ótica de leitura do mundo, fundamentada em um projeto político distinto do democrático-participativo. Nesse sentido, começa a se configurar um projeto, que se contrapõe ao democrático e popular:

[...] Eles queria que a associação fosse pra cima, fosse fazer greve, fazer fechamento, barulho. Que a gente aí no passado até político andou levando umas cassetada aí, processo aí, por esse tipo de coisas. Eu acho que a linha é sempre dentro da lei, agir dentro da lei é a melhor coisa do mundo. E a primeira coisa que eu sempre tive comigo é a conversa, conversa uma, conversa duas, conversa três, porque não a quarta? Aí a linha é diferente. Então a nossa linha era essa, não ter baderna. Então ce viu que Sarandi ela parou com baderna, Sarandi era noticiado em qualquer é jornal,

Sarandi fechou tal lugar, Sarandi fez não sei o quê, acabou isso. E a cidade começou a andar (Dirceu, Entrevista, 2012).

Dirceu narra com orgulho sua estratégia e entende que a cidade começou a se desenvolver quando a UNISAM deixou de questionar e passou a apoiar o governo municipal. Neste sentido, fica evidente o deslocamento de sentido na atuação da UNISAM. Na percepção dele, a aposta na parceria com o prefeito deu certo e hoje a cidade se encontra bem melhor que antigamente. Ele narra como tem sido o relacionamento com o prefeito:

O De Paula ele falou assim que precisava da UNISAM pra trabalhar e fazer com que a cidade viesse assim a desenvolver. E a gente deu essa credibilidade pra ele, tanto que você viu aí hoje a cidade aí hoje, a cidade não tem essa buraqueira mais, a cidade hoje tem uma linda UPA<sup>110</sup>, [ele está] construindo o hospital municipal. Colégio sendo ampliado lá no Vale Azul, asfalto no Vale Azul, asfalto no Alvamar, entendeu? [...] E assim a gente tinha aquela proposta, se tá fazendo lá o meu tá próximo. Essa é a esperança do pobre. O dia de amanhã vai ser melhor. Se tá fazendo vai melhorar e vai ser rápido (Dirceu, Entrevista, 2012).

É importante salientar o deslocamento da noção de direito para a da esperança, da cobrança para o pedido, da construção de obras públicas para benfeitorias. Nesse sentido, as obras realizadas pelo prefeito deixam de significar demandas da população e direitos concretizados e se tornam fruto de benfeitoria para o pobre, que sempre cultivava a esperança de que o dia de amanhã será melhor.

O novo padrão de organização da UNISAM, desse modo, pode ser caracterizado pela ausência de participação em espaços públicos e pelo governismo, isto é, por uma postura de apoio incondicional ao governo municipal. Após a posse desta diretoria, é notório o silêncio político da UNISAM em espaços públicos. Distante das manifestações populares, dos fóruns de debate, das reuniões de entidades, pouco se ouve falar da UNISAM<sup>111</sup>. Talvez esse comportamento se explique por sua opção governista, encontrada também em diversas associações, e o que os inclina a atuar mais nos bastidores por meio de negociações do que por meio de exposição, manifestações e cobrança pública.

A forma como me refiro ao governismo trata-se do entendimento de que a associação de moradores ou mesmo a UNISAM é “uma extensão da prefeitura” – para usar a expressão de Ivani – e, portanto, deve zelar sempre pelo bom relacionamento com o executivo

<sup>110</sup> Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

<sup>111</sup> Membro da diretoria da UNISAM, Ivani relata não estar contente com o silêncio atual da mesma. Conta que entrou acreditando que poderia fazer um bom trabalho, mas diz estranhar a atual postura: “todo mundo, eu acho que viu sempre a UNISAM em tudo tá estranhando esse silêncio, inclusive eu. Porque eu achei que a gente entrando na UNISAM a luta ia ser um pouco maior, os trabalhos iam ser mais áduos, vamos dizer assim” (Ivani, Entrevista, 2012).

municipal. Esta presidenta, de fato, defende que as associações sejam como que “office-boys” da prefeitura, servindo de intermediários entre o prefeito e o povo e levando as necessidades desses para o executivo:

Eu costumo dizer assim que nós somos uma espécie de *office-boys* da prefeitura. Que a gente pega e leva, faz a entrega dos problemas lá. Então, é, teria que ser mais valorizado o presidente de bairro porque, na verdade, a associação de moradores é uma extensão da prefeitura. E se o prefeito coloca isso na cabeça ele poupa até uma quantia de trabalho, de funcionários, de tudo. Porque ce quer saber de um problema que tem aqui, você chega no presidente de bairro, ele vai saber do problema. (Ivani, Entrevista, 2012).

Nesse sentido, mesmo a proximidade com os vereadores fica em segundo plano. Ivani conta que, embora sempre que possível acompanha o trabalho dos edis, dificilmente busca apoio de vereador em relação às atividades da associação, pois sempre encontrou atendimento na prefeitura: “é igual eu te falei, sempre que eu preciso eu vou direto a fonte. Então como não me foi negado, os vereadores ficam um pouco de lado” (Ivani, Entrevista, 2012)

Na mesma direção, Anderson entende que mesmo sem perder a autonomia, a associação de moradores deve evitar ser oposição, devido aos riscos que esta postura atrai:

[...] Eu não concordo com a oposição, porque a oposição às vezes, demais, ela atrapalha, ela atrapalha. [...] Muita oposição não é legal. E daí o prefeito, o político, o vereador ele vai começar a ter uma rixa com você e você como presidente de bairro, com certeza ele vai te atender menos, na prefeitura. Você sendo parceiro dele não, ele vai te atender mais vezes. Entendeu, ce pode ir lá a hora que você precisar: “oh, tô precisando isso pro meu bairro, tal, tal e tal”. Se ele não te atender você tem a comunidade, você ajunta dez, quinze pessoa, leva ele te atende. É assim que funciona, primeiro vai você sozinho, não precisa alarmar, conversa, leva o problema da comunidade pra ele (Anderson, Entrevista, 2012).

Ivani tem um entendimento próximo ao de Anderson e o justifica inclusive em sua experiência de enfrentamento quando o PT governava o município. A presidenta defende que a associação passe uma boa imagem para os governantes:

É, acho que tem que ser bom, é, como dizem, a gente tem que ter uma boa, passar uma boa imagem pra eles. Até mesmo porque se você entrar batendo diretamente de frente, ce não vai conseguir nada. Então, acho que tem que ter um bom, um bom vínculo entre a presidente, a presidência do bairro e a prefeitura, os órgãos. Porque se não você não consegue nada. Você fica batendo a pé frio. Eu sei disso porque na época do PT eu bati, eu inclusive eu sou funcionária pública e na época do PT eu batia de frente de lá, e piorou a situação. Então eu tinha muita dificuldade [...] (Ivani, Entrevista, 2012).



De fato, essa opção pela amizade com o governo trata-se claramente de uma estratégia de ação ancorada na conquista de benefícios para o bairro, ainda que esvaziada de um sentido democrático mais amplo. O raciocínio é mais ou menos assim: “em troca do meu apoio político a você, quero que você atenda o meu bairro”. Essa estratégia acaba por apresentar um déficit democrático-participativo, no sentido de que a mobilização popular, a tematização pública dos direitos, e o protagonismo social cedem lugar a uma solução privada e com certo tom clientelista, à medida que se estabelece uma relação de troca entre o gestor e o morador. Por outro lado, se apresenta como eficaz do ponto de vista das conquistas de melhorias.

#### 4.3 O PAPEL DO PREFEITO MUNICIPAL

Sem uma entidade interessada em problematizar a atuação do gestor público, o vitorioso nesse contexto é o atual prefeito Carlos Alberto De Paula Junior (PDT), que adota um padrão elitista e restrito de democracia e busca manter o controle de suas bases políticas. De Paula tem se notabilizado pelo número de obras de fácil visibilidade realizadas em seu governo, tais como asfaltamento, recape, criação de uma Guarda Municipal, desfavelamento do Mutirão, e mesmo da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que na realidade é obra do governo federal, mas reconhecida pelo menos por parte dos entrevistados como uma conquista municipal.

No entanto, seu estilo de governo não possibilita a criação de espaços públicos, tampouco a discussão das questões sociais no registro do direito. A imagem mais recorrente é a de que ele está fazendo benfeitorias, carinho, dádiva. Na fala de parte dos entrevistados, ele aparece como quem está pronto para o trabalho e para a construção da cidade e desse modo não tem muito tempo a dedicar com negociações e discussões que nunca avançam. Neste sentido, a imagem de De Paula se contrapõe a do prefeito Cido Spada, que na percepção dos entrevistados desta vertente associativa era muito presente, no entanto, não fazia as obras necessárias. O depoimento de Ester ilustra bem esse contexto:

No caso agora o De Paula ele deu uma olhadinha assim com mais carinho pro bairro, você entendeu? De olhar e mandar ir lá e fazer alguma coisa. O governo do Cido, não é falando mal, mas ele assim, era muito de, tinha uma reclamação ele ia pessoalmente lá, mas ele não resolvia o problema. [...] Esse governo agora ele chega, ele diz, “ah, eu vou fazer isso”, e, e vai e acontece, vai e faz. Então, tem essa diferença, ou se ele não vai, alguém pede e intercede ele vai lá e acontece (Ester, Entrevista, 2012).

Nesse sentido, os canais de participação proporcionados pelo Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua gestão, figuram como ineficazes, como, por exemplo, o orçamento participativo, em “que ele [o prefeito do PT] fazia as reuniões e tal, ficava meio que, meio fantasioso, você não via o resultado” (Ester, Entrevista, 2012). Por outro lado, o atual prefeito, Carlos de Paula, aparece como eficiente e com boa capacidade de resolução dos problemas. Na imagem que este grupo elabora, ele figura como um incansável buscador de recursos e investidor na cidade. Ester relata que havia algumas ruas com buracos em seu bairro, então

[...] Conversou com o prefeito, o prefeito conversou com secretário, eles foram lá e arrumaram. Então, tá fazendo, é o que a comunidade quer, ela quer que seja, providencie pra que ela possa andar com dignidade, não tropeçar, não, é isso que a população quer. Então, eu acho que ele tá, tá indo bem, tá buscando as coisa, foi lá conseguir recursos pra isso, consegui. [...] é tá vindo, é, até um, e busca mais, ele virou mexer com isso aí, em Brasília, tal. E traz recurso investe em tal bairro, Sarandi é grande. Então às vezes, ah, mas não arrumou a minha rua, mas ele arrumou quatro cinco ali na, então vai indo. Nossa [tá] até parecendo que eu sou um cabo eleitoral do De Paula, não, eu não sou! (Risos), é uma questão de visão mesmo (Ester, Entrevista, 2012).

Nessa direção, a solução dos problemas se constrói sobre a pessoa do prefeito, que providencia para que as demandas sejam atendidas. Trabalhador, ele não se presta a conversas, debates, pois está muito ocupado na busca dos recursos. E assim vai sendo edificada e incentivada uma sociabilidade sustentada no personalismo do prefeito, que deseja ver “sua cidade bonita”, pois “sua casa é a cidade”.

A associação recém-criada, presidida por Rodolfo, encontra, segundo este presidente, no prefeito o seu principal e exclusivo parceiro. Na percepção deste presidente, o prefeito tem “ajudado muito o bairro”: “a única ajuda que a gente tem *memo*, é quando a gente consegue alguma coisa do prefeito, é, que o prefeito ajuda o bairro. Por exemplo, a gente esses dias tava com problema de quebra mola, fui lá, conversei com o prefeito, ele veio, fez uns quebra molas [...]” (Rodolfo, Entrevista, 2012). Rodolfo relata que o prefeito é o braço direito da associação, muito amigo seu e alimenta esperanças de que essa parceria ainda trará muitos benefícios:

Mas eu creio o seguinte, o prefeito vai ajudar muito a gente, ele tá ajudando a gente, e o interesse dele também é fazer as coisas da cidade crescer, que ele mesmo viu da onde que esse povo veio aí, é um povo muito humilde, um povo sofrido, e um povo que quer ver as coisas bonitas, e quem não quer ver a sua casa bem arrumada? Todo mundo, e o prefeito, a casa do prefeito é os quatro cantos da cidade, se ele vê uma favela pra ele, então quer dizer que a casa dele tá feia (Rodolfo, Entrevista, 2012).

Caso semelhante pode ser encontrado na trajetória de Valter. Ele era vice- presidente da sua associação, quando o então presidente renunciou ao cargo, o que acabou praticamente empurrando Valter a assumi-la, embora não se sentisse confortável com a situação<sup>112</sup>. Consciente de que seu bairro “estava abandonado”, Valter e mais um amigo resolvem tocar a associação, mas antes procurou falar com o prefeito:

No caso o Milton tinha acabado de ser cassado e o De Paula tava assumindo. Eu, pra falar a verdade pro ce, eu nem conhecia ele, mas através duma conversa a gente chegou num acordo, falei: “oh, preciso falar com você”, ele falou, “quem é você?” Eu falei, “eu sou o Valter, presidente de bairro, tô sendo ou vou ser ou não vou ser, depende de você”. Ele falou: “vai em casa amanhã cedo tomar um café”. Eu nem sabia onde ele morava, eu fui lá e expliquei pra ele a minha situação, ele acabou concordando, ele falou assim: “oh, você pode ficar tranquilo que eu vou ajudar, aquele bairro vai ser organizado”. Graças a deus, tá sendo (Valter, Entrevista, 2012).

Em uma conversa particular, o prefeito recebe o morador em sua casa e fecham um acordo para “trabalhar” pelo bairro. Mais uma vez é digno de nota a forma como o contato se processa: as negociações e os acordos são feitos sem que qualquer critério público seja assegurado, o encontro entre eles nem mesmo ocorre no gabinete do prefeito ou em algum outro local da prefeitura, mas em um espaço privado. Desse modo, sem espaço público para interlocução, o planejamento é feito pessoalmente com o prefeito: não há interlocutores, não há formulação coletiva de direitos, não há estabelecimento de prioridades. Puramente o chefe municipal se compromete a fazer pelo bairro o que ambos consideraram necessário.

As obras e a realização dos direitos, evidentemente, podem não sair no prazo previsto. Assim, a espera, a paciência e a compreensão com o gestor público são reivindicadas para justificar o atraso das obras pleiteadas pela população. Valter, desse modo, dialoga com os moradores que cobram dele o cumprimento das promessas e procura mostrar pras pessoas “tudo o que De Paula fez”. Nessa direção, pra quem já sofreu por muitos e muitos anos com as ruas sem asfalto, não custa esperar por mais algum tempo. É importante também chamar a atenção para o resultado da antiga reivindicação do asfalto no bairro, que no período da entrevista começava a ser construído, o que Valter reconhece como fruto de seu trabalho e de sua aliança com o prefeito:

[...] Pra mim, tudo o que o De Paula fez, tá demorando, mas ele tá cumprindo, pra nós lá, tá atrasado? Tá Atrasado. Tá, tá demorando? Demais, mas tá saindo. [...] É o que eu falo: “gente, se nós não conseguimos agora”, eu sempre falo, “vamos ser pessimista, vamos falar que só vai sair na eleição, a eleição é o ano que vem”. E

<sup>112</sup> Valter relata: “eu tive que assumir porque o presidente foi embora, ele teve que ir embora por problemas particulares e familiares, aí eu tive que assumir” (Valter, Entrevista, 2012)

agora eu te falo, nós já tamos dentro da eleição<sup>113</sup>. Então, o que tem que sair tá saindo. Então o que tinha que acontecer já tá acontecendo. O que tava demorando já é quase realidade. Eu sempre falo assim: “não vamos ser otimista, vamos ser pessimista, vamos deixar pra sair só na eleição, a eleição é o ano que vem”. “Ah mas até lá demora!” “Mas gente não tamos aqui há vinte anos? [...] Calma! Oh povo bravo, bravo! Mas graças a deus tá aí, tá aí (Valter, Entrevista, 2012).

Essa tendência governista, a qual estou me referindo, encontra estímulo no personalismo do prefeito. De fato, as entrevistas indicam um esforço do líder executivo em estabelecer um relacionamento próximo aos presidentes de associação e com a UNISAM. Contudo, para um bom número de associações a aposta pela amizade com a política institucional extravasa os limites do governo De Paula. Neste contexto, é possível identificar uma ressignificação da relação patronismo/clientelismo operada por sujeitos populares. De fato, parte dos entrevistados encara essa situação como um ponto de partida a partir do qual agem e costuram suas relações com diferentes líderes políticos a fim de conquistar pelo menos algumas reivindicações.

Com efeito, observa-se uma tendência de parte dos presidentes de associação em se manterem parceiros da política institucional. Trata-se de uma escolha e uma aposta que é calculada levando em consideração os ganhos e perdas da parceria ou da independência política. Nesse sentido, a estes presidentes certamente é mais eficaz manter-se próximo aos políticos de uma forma geral, buscando cultivar laços de cooperação, a cobrá-los e pressioná-los.

Um exemplo significativo dessa posição pode ser encontrado no depoimento de Vilmar. Se por um lado, sua fala é esvaziada de qualquer referência a um projeto alternativo voltado para a contestação, independência ou combatividade, por outro o presidente age de forma inteligente ao se valer de referências da política tradicional. Embora termos como bondade, benfeitorias, trabalho voluntário, doações, ainda que bem intencionados, reflitam uma posição subserviente a política dominante e reproduza as estratégias assistencialistas e clientelistas de um campo político conservador, também indica que por meio dessas noções o bairro de Vilmar conquistou vários benefícios. Ele relata que participa de vários encontros de natureza política, mas evita manifestações adjetivadas por ele de “baderna”. Nesse sentido, movimentações que possam assumir um caráter conflitivo são desencorajadas por ele, visto que podem trazer consequências negativas para os moradores:

---

<sup>113</sup> A entrevista foi realizada em Janeiro de 2012 e a eleição que Valter se refere ocorreu em outubro do mesmo ano.

[...] Manifesto [...] tem hora que dá briga. Manifesto tem hora, uma hora ou outra esquenta o sangue lá, dá briga [...]. Um manifesto bem feitinho, amigavelmente é bom, mas geralmente tá dando briga, dá medo de fazer isso. Então, então é melhor você fazer uma reunião no seu bairro, procurar um líder lá e chamar ele pra dar uma explicação porque é melhor. Manifesto, uma coisa ou outra, pode acontecer um acidente, e a gente pode ficar com remorso. Que nem eu vejo acontecer aí, quebra-quebra demais, aí, muitas pessoas vai preso, então a gente não quer isso, *a gente quer um negócio amigavelmente, um negócio que seja pra servir pra todos*. Pra ter que morrer pra poder salvar os outros, já acho que isso aí não funciona muito não (Vilmar, Entrevista, 2012, grifos meus).

Vilmar adota em sua ação um esforço de “neutralidade política”, isto é, busca-se manter boas relações com todos os grupos políticos. É uma escolha inserida dentro de uma determinada concepção política que busca manter boas relações com os distintos grupos, a fim de ser atendido independente do grupo que esteja no poder. Nesse sentido, Vilmar procura “atender a todos”:

Vamos supor que precisa fazer uma reunião, e é deste, a gente cede o salão a gente faz. A gente faz parte também dessa parte aí, mas assim, sem, sem brigar com um e brigar com outro. Porque a gente precisa, vamos supor, se um tá, depois o outro acontece de ganhar também, então a gente tem que ser nessa parte neutro, não brigar com ninguém porque é o seguinte, se precisa deles depois vem ce acha apoio. Ce puxa encrenca com algum, esse não pode, não sou desse lado. Eu sou assim, eu não sou, eu tenho aquele que eu vou votar, mas eu não tenho esse negócio, não, pra fulano eu não empresto o salão. Não dá, aí fica, você tira o lado do outro, fica ruim. Então eu acho que você tem que servir aos políticos também, porque na hora que você precisar deles, que na verdade a gente de vez em quando precisa, então tem a quem apoiar, tem em quem pegar, então não pode desfazer de ninguém (Vilmar, Entrevista, 2012).

É importante destacar que na imagem que ele apresenta a associação deve “servir aos políticos”, o que nos permite inferir em seu discurso a concepção de que o poder está concentrado na mão dos políticos, é deles que emana e eles que podem fazer pela população, se assim o desejarem. Assim, é preciso cuidar para não fazer inimigos, adversários ou, mesmo que involuntariamente, desprezar alguém. Em outras palavras, é preciso servir e agradecer a todos. Desse modo, Vilmar não considera a possibilidade de construção de um poder desde sua condição de presidente de bairro ou desde a associação.

Neste quadro, o papel da associação é ouvir a população, verificar o que é mais viável, ver o que o bairro precisa e “passar pra um vereador ou pro prefeito”. Após realizar esse serviço, informa-se “as autoridades”, sendo elas que avaliam e definem o que realmente deve ser feito: “porque nem tudo que o povo pede é necessário, alguma coisa pode ser descartada, pega os mais urgentes, e vai por parte, vai fazendo” (Vilmar, Entrevista, 2012).

Neste cenário, todos são parceiros da associação. Seja situação, seja oposição, a associação vai recorrer para trazer as “bondades pro bairro”. Tanto o prefeito Carlos de Paula, líder de um padrão de ação política personalista e conservador, ou o ex-prefeito Cido Spada, como o vereador Bianco, opositor radical, foram acionados para atender o bairro. Vilmar relata algumas obras realizadas no bairro, por meio de diversos políticos:

Foi o asfalto, teve uma cancha de bola. Só que ela saiu no tempo do Cido Spada. E o asfalto saiu no tempo agora do Carlos De Paula. E essa pracinha ali, ATI<sup>114</sup>, na verdade, ATI, ela saiu agora no tempo do Carlos De Paula também. Então essas são as bondades que a gente recebeu aqui no bairro (Vilmar, Entrevista, 2012).

Contudo, apesar de serem “bondades”, não significa que a associação deixou de agir para conquistar esses equipamentos. Vilmar relata que muitas pessoas participaram das reivindicações e que foram feitas várias reuniões na busca pelas necessidades do bairro, sobretudo do asfalto: “fazia os movimentos, a gente ia lá, e pedido, por que, por que que não sai? Aonde, enroscou aonde? Que tá acontecendo? Só promessa, só promessa! Até que enfim ele [De Paula] conseguiu realizar este sonho de muita gente aí” (Vilmar, Entrevista, 2012). Interessante notar que, apesar da opção pela negociação em vez do conflito, Vilmar narra o apoio do vereador Bianco – conhecido especialmente pelos protestos que organiza –, no entanto, salienta que foi tudo feito “amigavelmente”:

O Bianco fazia reunião com a gente, foi lá, a gente foi no Paraná Urbano umas duas ou três vezes, ele acompanhando. Só que nada de baderna, tudo amigavelmente, tudo na base da conversa, chamava um líder. Teve umas duas vezes que o prefeito mesmo que foi, representou a gente lá no Paraná Urbano. E se empenhamos sobre isso aí. Então foi um negócio que ficou marcado, foi uma batalha que a gente batalhou muito, mas a gente venceu (Vilmar, Entrevista, 2012).

A associação de Vilmar também procura nutrir boa relação com os vereadores. O presidente relata que alguns edis apoiaram e chegaram a oferecer prêmios para eventos da associação. Mantendo uma postura conciliatória, a associação pretende realizar algumas festas pra promover a integração dos moradores, “pro povo participar mesmo, ficar mais, ficar mais alegre” (Vilmar, Entrevista, 2012). Nestes eventos,

Tem os vereador que ofereceu prêmio, oh, faz uma festinha lá, eu ajudo a associação. Só que até hoje nós não fez ainda, vamo tentar fazer este ano, vou fazer. [...] Mas esse eu ano eu tô pensando em fazer, já tem umas pessoas, uns vereador que falou: “oh, se fizer alguma festinha aí, me convida que eu dou um prêmio lá,

---

<sup>114</sup> Academia da Terceira Idade.

uma coisinha lá pra participar aí”. Até a gente achou de acordo formar e fazer, só que temos ainda que reunir o povo pra marcar (Vilmar, Entrevista, 2012).

A narrativa feita até aqui expressa um padrão associativo centrado nas relações privadas, nas mobilizações de influência, nas conquistas negociadas e, em certa medida, instrumentais. Nesse sentido, não são forjados espaços públicos e os moradores não formulam suas demandas a partir da reivindicação da portabilidade de direitos. Centram sua ação em outras estratégias relacionadas aos laços pessoais. Desse modo, o resultado mais impactante desse padrão para um projeto democratizante é a desmobilização popular e desconstrução da formulação dos problemas urbanos como negação de direitos. Fortalece-se desse modo a figura dos políticos tradicionais, que se valem do assistencialismo, do clientelismo e das relações particularistas para reproduzirem-se no poder.

#### 4.4 CARIDADE E ASSISTENCIALISMO: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO POBRE

Outra característica importante e também significava dessa configuração é o trabalho de atendimento à população em situação de maior vulnerabilidade social realizados por algumas associações de moradores. Devido à situação precária que muitas pessoas ainda se encontram na cidade de Sarandi, algumas associações optam pela distribuição de alimentos para famílias pobres e brinquedos para as crianças numa forma de amenizar essa problemática. Tais brinquedos são doados por empresários, enquanto os alimentos são cedidos pelo CEASA<sup>115</sup> – são alimentos descartados para a venda, mas que ainda podem ser consumidos. Diversos tipos de alimentos são distribuídos, tais como bebida Láctea, feijão, frutas e verduras.

As associações de Fátima e Anderson são vizinhas e em ambos os casos a maioria dos membros das respectivas diretorias desistiram de continuar trabalhando na associação. Desse modo, praticamente isolados, os dois presidentes firmaram uma parceria para poderem continuar realizando o trabalho e não deixar as associações morrerem. Fátima relata essa parceria:

Eu tenho uma parceria aqui, junto à associação do parque Alvamar II. Nós, os dois presidentes, nos juntamos, se unimos, e porque nós temos um cadastro junto ao CEASA, então este cadastro do CEASA, a gente, e, a gente, nós vamos juntos buscar é as frutas e verduras. Assim, que não dá mais pra ir pro comércio; então eles fazem a doação pra associação (Fátima, Entrevista, 2012).

---

<sup>115</sup> Centrais de Abastecimento do Paraná SA



Por meio dessa parceria, segundo Fátima, são atendidas 120 famílias cadastradas em seu bairro, mais 160 cadastradas no bairro de Anderson, todas, de acordo com seu depoimento, em condições precárias. Ela conta que há “pobreza, muita, muitas drogas dentro da família, bebida. Então, assim, uma pobreza em si. O que leva nós a fazer este trabalho é a pobreza, falta muito, pras crianças principalmente” (Fátima, Entrevista, 2012). Diante deste quadro, as associações se cadastraram no CEASA e periodicamente vão com um caminhão até lá, selecionam os alimentos em condições de consumo e fazem a distribuição nos bairros:

Então a gente junto ao CEASA, nós temos nosso cadastro, nós uma vez por *meis* no verão nós distribuimos a bebida *lacta*, que é o iogurte, e [...] também nós fomos beneficiado com, na associação, com mil e quatrocentos quilos de feijão preto e branco, foi distribuído pra pessoas carente, e também é muçarela, este ano também foi. Então a gente tá fazendo um bom trabalho, eu acho que a associação agora tá sendo bem mais vista do que no passado (Fátima, Entrevista, 2012).

Fátima demonstra muita satisfação com o trabalho que tem realizado, como ela deixa entrever no trecho supracitado. Ela se reconhece como uma lutadora incansável, apesar das dificuldades e da pouca participação, mesmo dos membros de sua diretoria. Sua associação tem se notabilizado também pela realização de festas no bairro, seja para angariar fundos para concluir o salão da associação, seja para promover a integração da comunidade<sup>116</sup>. Para a conclusão do salão são realizadas várias promoções, como bingos, venda de lanches etc. A associação realiza ainda uma festa no dia das crianças e distribuem balas no natal porque “a gente não *guenta* pedir tanto, porque é pedi demais. Então nós fazemos somente é chegada do papai noel, somente com bala<sup>117</sup>” (Fátima, Entrevista, 2012). As festas realizadas, embora não possuem estatuto político, não são antipolíticas, pois promovem a convivência entre os moradores, o que cria possibilidade de interlocução e de reformulação de suas próprias posições no mundo.

Fátima relata que recebe doações de um empresário de Maringá, que doa cerca de 2500 brinquedos para distribuir para as crianças. Porém, “[...] esse empresário, ele não é político, ele não gosta de política aqui no meio, porque ele falou, se ele descobrir que tem

<sup>116</sup> “Então, eu sou muito festeira, vamos fazer uma festa, eu vou em cima, eu vou atrás e sempre nós estamos em parceria com o Alvamar II, como bairro vizinho, porque eles tá lá sozinho, o presidente, e o pessoal de lá também vem muito pra cá, então nos se unimos, então as duas associação” (Fátima, Entrevista, 2012)

<sup>117</sup> A associação presidida por Fátima, assim como a de Anderson, ainda ganha pães de um supermercado e distribuem para pessoas acamadas: “[...] a associação tem um trabalho de distribuição de pães [...] uma pessoa da nossa associação, ela vai e leva pras pessoas acamadas. A associação é cadastrada junto ao Supermercado Canção, então estes pães antes de vender, faltando três, quatro dias antes do vencimento, eles passam pra associação e nós repassamos pro povo e o povo faz o aproveitamento. [...] Pras pessoas acamadas também, porque essa pessoa, ela tá levando pras pessoas que não pode andar, então ela leva e eles aproveitam, o pão integral” (Fátima, Entrevista, 2012).

político ela não doa mais os brinquedos pra nós” (Fátima, Entrevista, 2012). Interessante essa posição do empresário que se insere em um registro de negação da política e mesmo da garantia de direitos. De fato, esta posição indica traços de um projeto de negação da política e de deslegitimação dos atores envolvidos nas disputas políticas. A negação da existência da presença de políticos pode tanto implicar na preocupação de que o bairro não seja tutelado por políticos clientelistas, quanto por políticos críticos e transformadores. Assim, o empresário espera manter para si mesmo o monopólio dessa “clientela”, ao mesmo tempo que se esforça para mantê-la longe do que possivelmente considera o “mundo sujo da política”. Nesse registro, as raízes sociais da pobreza deixam de ser questionadas.

Fátima conta que certa vez chegou um caminhão da empresa deste senhor, invadiu a parte da rua bloqueada para a festa e começou a atirar brinquedos para as crianças. Isso gerou certa confusão e, inclusive, algumas crianças se machucaram<sup>118</sup>. Indignada com isso, Fátima anotou o nome da empresa e batalhou muito tempo para entrar em contato com o dono da mesma. Depois de muito esforço ela conseguiu falar com o senhor, primeiro por telefone, depois a convite dele, pessoalmente. Aliás, ao telefone ela reclamou bastante da desconsideração dos funcionários em atirar brinquedos de cima do caminhão. A reunião presencial não foi diferente: Fátima *trocou farpas* com o empresário, por julgar incorreta a forma que eles distribuíram os brinquedos. Então ela propôs ao proprietário que se quisessem doar brinquedos às crianças, que eles entrassem em contato antes, fossem no dia e entregassem nas mãos das crianças, em fila, de forma mais organizada e respeitável. O dono da empresa pediu então que ela deixasse um ofício e desde então a empresa passou a fazer a doação de brinquedos para a associação.

Anderson, parceiro de Fátima, salienta a importância desse trabalho e reconhece generosidade dos parceiros:

Essa é uma parte legal, uma parte que fortalece bastante as entidades, sem esse, sem esse papel do comércio, do comerciante ou do empresário fica ruim pra gente tocar o barco sozinho. A gente tem que ter os parceiros, e enfim, quando tem uma necessidade de tá arrecadando dinheiro pra associação pra tá pagando declarações anuais, é. Enfim, outras coisas: reforma de salão, a gente faz bingo e quando a gente faz bingo a gente com os comerciantes da cidade a gente consegue alguma coisa

<sup>118</sup> Leonardo relata ter acontecido algo semelhante em seu bairro, o que também lhe causou indignação: “[...] no dia da criança passa um caminhão aqui jogando bala, como se as crianças fosse que nem galinha, atrás, juntando no meio da terra. Eu não concordo com isso daí, isso aí o que que é, manipulador! Porque eles não tem criatividade pra fazer nada, mas a gente, eu sonho um dia acabar com isso aí. Não tenha dúvida, a partir da hora que a associação tiver certinha trabalhando, esses cara não vai fazer isso no bairro. Isso daí eu te garanto pra você, não vai fazer. Porque eu penso o seguinte, esse tipo de atitude é que tá criando os maior problema do ser humano sobreviver no Brasil, porque, essa, essa atitude aí não vai criar uma criança saudável, não vai criar uma criança experiente e a par do que é certo e errado” (Leonardo, Entrevista, 2012).

também. Consegue uma televisão, uma bicicleta, é prendas pro bingo, a maioria ajuda, a maioria dos comerciantes ajuda. Eles entende, sabe a necessidade deles tá participando, então essa é uma parte interessante, a gente nunca ficou sozinho, não, quando quer fazer um bingo, tem que correr atrás? Tem, mas a gente consegue, tem os parceiros (Anderson, Entrevista, 2012).

Próxima a Fátima e a Anderson, a associação de Cláudia também atende sua comunidade com a doação de alimentos retirados no CEASA e com os brinquedos do mesmo empresário. As atividades realizadas por Cláudia assemelham-se muito as de Fátima e Anderson, bem como o perfil das famílias atendidas. No caso de Cláudia, os alimentos são buscados e entregues aos sábados. Ela oferece detalhes de como é feito este trabalho:

O que tem lá no [CEASA no] dia [a gente traz], são mercadorias que não dá pra venda mais dá pra consumo, então tudo dando de doação, então a gente tem um grupinho de pessoas que faz parte da associação, outro voluntários que vem e vai junto comigo. A gente faz um trabalho lá de classificação [...], tira o que tá estragado, lava, limpa e traz. A maioria é distribuída, e cada um leva a sua sacolinha, quando tem mais a gente dá mais, quanto tem menos a gente dá menos, conforme, mas todo mundo leva, ninguém fica sem levar nada, todo mundo leva. Todos os sábados a gente faz, é bem cansativo, mas é gostoso (Cláudia, Entrevista, 2012).

Trata-se, como os depoimentos indicam, de uma ação em alguma medida louvável, pois socorre as famílias consideradas carentes e proporciona satisfação para os executores<sup>119</sup>. Por outro lado, o que se observa é a despolitização de atuação dessas associações no enfrentamento da pobreza, ao deixar de questionar os fundamentos sociais da miséria e da exclusão e passar simplesmente a prestar assistência individual àquelas pessoas que a associação consegue atingir. A pobreza, que foi tão bem questionada e combatida como problema político pelos movimentos sociais<sup>120</sup>, aqui deixa de ser combatida e se restringe a uma remediação precária e privada. Nesse sentido, não há denúncia da pobreza, não se questiona porque as pessoas estão nessa situação e nem se vislumbra possibilidade de mudanças. Às pessoas que recebem o alimento restam torcer para que as associações sempre tenham forças para fazer este trabalho. Às associações, por sua vez, cabem incansavelmente

<sup>119</sup> Atualmente, em decorrência das políticas sociais do governo federal, boa parte da população em vulnerabilidade social tem sido alcançada por programas sociais tais como o Bolsa Família. No entanto, o que é possível depreender do depoimento de Cláudia é que pelo menos parte dessa população tem dificuldade em acessar tais programas e se inserir na competitividade capitalista. Segundo Cláudia, “alguns [recebem o bolsa família] sim, [...] outros não, acho que não. Uns é por falta de conhecimento, outros faltam documento, também, mas muito tem sim Bolsa Família [...], já é uma ajuda”. Ela ainda ressalta que apesar de atualmente haver relativamente bastante vagas de emprego, essas população não tem a capacitação requerida: “é, tem emprego, mas as vezes, acho que é falta de formação, é de capacitação, que falta muito pras pessoas [...], é as vezes é por comodismo também, outros agora já tão de idade, não estudaram quando era criança” (Cláudia, entrevista, 2012).

<sup>120</sup> Ver Sader sobre “O Movimento pelo Custo de Vida” (1988, p. 213-225); Ver também Feltran Feltran, que narra a constituição e luta do Movimento em Defesa do Favelado (2005, p. 209-310).

se desdobrar para atender essas famílias e outras que possam surgir ao longo do tempo. Assim, esta ação acaba por apresentar limites, ao restringir uma questão tão crucial meramente no âmbito privado e pessoal.

É possível, então, diagnosticar uma redução significativa do potencial de mobilização social das associações de moradores. O assistencialismo social oferecido às populações mais pobres e a busca privada com políticos para que os equipamentos e os serviços públicos sejam instalados em seus bairros parecem estar na base dessa configuração. São ações estratégicas e eficazes do ponto de vista imediato, no entanto, trazem em si um déficit político em um sentido mais amplo, à medida que ocultam os conflitos e se privam da possibilidade de constituição de uma vida pública capaz estabelecer canais abertos e universais para a discussão e formulação de alternativas de constituição de outra sociabilidade sustentada na igualdade. Outro sintoma desse encolhimento de uma esfera pública é o número significativo de associações que encerraram suas atividades, tema de análise no próximo item.

#### 4.5 ASSOCIAÇÕES DESATIVADAS

Atualmente, as dificuldades para a organização e continuidade das associações de moradores tem sido grande, de modo que permanecer ativa já é uma grande vitória para algumas associações em Sarandi. De acordo com as informações colhidas em campo, encontramos o registro de 29 associações de moradores unidas pela União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM). Deste universo foi possível entrevistar vinte e sete presidentes ou membros da diretoria das respectivas associações, entre eles o atual presidente e o ex-presidente da UNISAM. Deste quadro, seis entrevistados declararam que suas respectivas associações não estão desenvolvendo nenhuma atividade no momento, isto é, estão desativadas. Em alguns casos, o último presidente deixou a associação por desânimo ou por outro motivo e já não responde pela mesma. Em outros, o presidente, apesar de estar com mandato vencido, e sem diretoria eleita, continua se identificando como presidente da associação e mantém algum contato associativo com a UNISAM ou com outras entidades. A alegação recorrente é que não há pessoas interessadas em participar da associação e assumir suas responsabilidades. É importante destacar ainda que não foi possível localizar membros de três associações. De qualquer forma, a informação passada pelo presidente da UNISAM é que estas também estão em nível de organização precária ou simplesmente desativadas.

Quadro 4 – Situação atual das associações de moradores

<b>ASSOCIAÇÕES DE MORADORES</b>	<b>ESTADO</b>
<b>UNISAM</b>	Ativa
1. Associação de Moradores e Amigos do Parque Alvamar	Ativa
2. Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Triângulo	Ativa
3. Associação de Moradores e amigos do Jardim Castelo	Ativa
4. Associação dos Moradores e Amigos do Parque Alvamar II e Jardim Tropical	Ativa
5. Associação de Moradores do Conjunto Floresta	Ativa
6. Associação de Moradores do Jardim Primavera e Prima Verão	Inativa e sem líder auto-identificado <sup>121</sup>
7. Associação dos Moradores do Conjunto residencial Mauá	Ativa
8. Associação de Moradores do Jardim Paulista	Ativa
9. Associação de Moradores do Jardim das Flores	Inativa, mas o último presidente fala em nome da associação
10. Associação de Moradores e amigos do Jardim Universal	Ativa
11. Associação de Moradores do Jardim Independência 3º parte.	Ativa
12. Associação de Moradores e Amigos do Novo Independência 1º Parte	Ativa
13. Associação de Moradores do Jardim Independência 1º Parte	Ativa
14. Associação de Moradores do Jardim Verão/ A união faz a força	Ativa
15. Associação dos Moradores dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte	Ativa
16. Associação dos moradores do Jardim Monterrey	Inativa e sem líder auto-identificado <sup>122</sup>
17. Associação de Bairro do Jardim Esperança	Inativa e sem líder auto-identificado <sup>123</sup>
18. Associação de Moradores e Amigos do Jardim Califórnia.	Ativa

<sup>121</sup> Entrevista, com a última vice-presidenta.

<sup>122</sup> Entrevista com a última presidenta.

<sup>123</sup> Entrevista com um membro da última diretoria.

19. Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Sarandi	Inativa e sem líder autoidentificado <sup>124</sup>
20. Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Independência 2º Parte	Inativa, mas o último presidente fala em nome da associação <sup>125</sup>
21. A Associação Comunitária do Distrito do Vale Azul	Ativa
22. Associação de Moradores e Amigos do Parque Residencial Alphaville	Ativa (mas presidente está com o mandato vencido e não conseguiu fazer novas eleições).
23. Associação de Moradores e Amigos Parque São Pedro	Ativa
24. Associação de Bairro e Moradores do Centro e do Jardim Europa, Bela Vista e Perimetral Sul	Ativa
25. Associação dos moradores do jardim Bom Pastor	Ativa
26. Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança	Ativa
27. Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Torres	Não localizado
28. Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Bertioga	Não Localizado
29. Associação de Moradores do Jardim Cometa	Não localizado

Sem um campo político que possa lhes oferecer sustentação, muitas associações têm encontrado dificuldades extremas para se manterem atuantes. Em torno dos motivos elencados pelos entrevistados para a desativação da associação é recorrente o relato do desinteresse pela participação e descrença em conquistas por meio desse associativismo. Assim, a pesquisa indica uma desvalorização da participação em associações e isso, em minha interpretação, está ligado ao a) avanço de uma matriz associativa conservadora, centrada no governismo e nas busca de soluções por meio de redes privadas e b) com o encolhimento dos espaços públicos fomentados por um associativismo combativo e conflitivo e que centrou sua ação ao longo das últimas décadas no protagonismo da participação popular e na identificação do cidadão comum como sujeito capaz de mudar sua história. Nesse sentido, em um padrão

<sup>124</sup> Entrevista com o último presidente.

<sup>125</sup> Entrevista com o último presidente. O mesmo salientou que pretende retomar as atividades da associação.

associativo que prevalece as soluções dos problemas por meio de negociações pelo alto, a participação se torna desnecessária e o cidadão passa a ser desestimulado de participar.

É interessante acompanhar as falas dos sujeitos que passaram pela experiência de tentar organizar a associação e, não obstante seu esforço, testemunharam o progressivo definhamento da sua entidade. Catarina, por exemplo, liderou a criação da associação de moradores em seu bairro e ajudou a eleger um vereador, mas não viu resultados em seu trabalho e acabou se desiludindo com a política. A participação dos membros dessa associação foi reduzindo progressivamente e ela decidiu por se desligar de todas as atividades comunitárias. Ela conta que se decepcionou: “então, é, eu peguei raiva da política. Você fica, você fica decepcionada, sabe?” (Catarina, Entrevista, 2012).

Catarina relata como surgiu a ideia de criar uma associação de bairro: segundo ela, a proposta partiu do presidente da UNISAM. Assim foi feito, reuniram alguns moradores e montaram uma chapa que foi eleita e permaneceu ativa por aproximadamente três anos. Ela conta que progressivamente os membros da diretoria foram deixando de frequentar as reuniões:

Ai fomos em várias reuniões tudo, aí um mudou, o outro a gente convidava não participava, o outro também não podia, um ou dois acabamos no final, com três ou quatro pessoas. E foi desânimo mesmo, da maioria, da maioria foi desânimo, porque lutávamos por uma, por causas que não tinha, pra eles, como é que eu posso dizer? Que era uma simples roçada, a gente pedia, voltava lá, conversava, e não conseguia nada, foi desanimando (Catarina, Entrevista, 2012).

A luta da associação de Catarina foi uma luta inglória. Esperava-se que por intermédio da associação conseguiram algumas melhorias para o bairro, que se encontrava em condições precárias. Segundo a entrevistada, seu bairro não só era, como continua, desprovido de todos os serviços e equipamentos urbanos:

O nosso bairro não tem incentivo pra nada [...] as nossas necessidades são todas, desde roçada, desde asfalto. Não temos rede de esgoto. Como eu te disse, quando é poeira é poeira, quando é barro, é barro. E quando eles vêm cascalhar, é o cascalho, uma enorme duma pedra (Catarina, Entrevista, 2012).

Como em boa parte dos bairros de Sarandi, a loteadora que construiu o conjunto não cumpriu com suas obrigações – construir galerias de drenagem de águas pluviais e meio-fio – enquanto a prefeitura, por sua vez, não fez o asfalto, parte que cabe ao executivo municipal. Terrenos baldios, com mato alto e violência também são comuns. Enfim, são questões que a associação esperava contribuir para a resolução. No entanto, poucas reivindicações foram



realizadas. Diante das dificuldades em conseguir o atendimento das reivindicações, a única conquista era permanecer organizados e ativos:

Porque pra nós conseguirmos uma vitória mesmo, uma coisa que eu achei que vinha, era o rebaixamento de energia, isso, era pra vim. Não desceu, não conseguimos, fizemos um abaixo-assinado aí, teve assinatura, um dos vereadores trouxe até um papel pro pessoal assinar. Mas ficou só no papel mesmo, essa seria a última, mas são pequenas vitórias (Catarina, Entrevista, 2012).

Sem um projeto político participativo, reivindicativo e mobilizador – no sentido de crenças e representações sobre como agir em sociedade – a associação perde referência de como enfrentar tais dificuldades. Assim, a angústia de não ver seus projetos atendidos – nem sequer uma roçada – vai corroendo a convicção de que poderiam lutar pelo bairro e, aos poucos, a associação vai se desmanchando.

Do que vem o desinteresse do povo, da chapa? A chapa se desinteressou por quê? Porque um falava, foi desinteresse do tesoureiro, falta de interesse porque a gente convidava pra fazer uma reunião, não vinha ninguém, se vinha um ou dois, mas por que houve esse desinteresse? Porque foi, não teve uma, como é que eu posso dizer? Eles não se sentiram motivados, eles não se sentiram motivados por quê? Participávamos de reuniões, participávamos de reuniões, tá, vamos fazer uma lista das necessidades do bairro, estávamos nós lá, todos, dez, doze. Fazíamos aquela lista, fica, ah, não, vamos debater, vamos ver, vamos levar a UNISAM, vamos, pra Câmara municipal. Passava um mês, nada, daqui a pouco te ligavam de novo, vamos fazer uma reunião, estávamos nós lá todos de novo, quase, as necessidades ainda era as mesmas. Nós não tínhamos outras necessidades, que nem eu falo, as nossas necessidades aqui, a maior delas se fosse pra mim pedir algo hoje seria o asfalto, que é a nossa maior necessidade é o asfalto. Mas, uma roçada a gente não conseguia, ia conseguir asfalto? Então tinha motivação? Não tinha motivação. Então porque o pessoal acabou todo mundo se afastando? Eu ainda fico na ativa, entre aspas, porque o pessoal da UNISAM tem o meu telefone. Então precisam de alguma coisa eles ligam, “oh, Catarina”, principalmente na política, pra trazer candidatos aqui, aí eles vem bastante. Mas eu fico entre aspas na ativa, que nem você que me localizou. Mas os outros não, e você não vê interesse, se você falar hoje, dos dez doze que estávamos juntos, se você falar alguém quer ser presidente do bairro? Ninguém quer, você vai lutar por quê? Ce não vê motivação nenhum, então (ela fala com tom forte, levemente emocionada) [...] por que tem a desistência de todos, principalmente a minha? Por causa disso (Catarina, Entrevista, 2012).

Desse modo, a associação foi vencida, o inimigo a combater se mostrou mais forte e os insucessos se tornaram insuportáveis. A impressão é que faltou um conjunto de referências alternativo, a lógica dominante que pudesse problematizar a cidade e questionar os problemas urbanos, bem como a própria gestão, no sentido de indagar o que o município tem priorizado e quais interesses são atendidos. Também não se chegou a constituir grupos coletivos de reflexão e autoconstrução de outra sociabilidade. Embora, nas palavras de Catarina, encontrem-se alguns elementos críticos, a associação não avança no sentido de superar a

lógica dominante, ou seja, não há ruptura com um padrão associativo subserviente, tampouco se questiona coletivamente e publicamente a ação dos governantes. Assim, restaram apenas decepções, tanto com os próprios moradores (que cobram muito e agem pouco), como, e principalmente, com a política institucional:

[...] Se tem uma reunião que vê que é importante, se você convidar o povo ele vem, sabe, o povo vem. Só que há muita cobrança e pouca participação. Nós já trabalhamos com dois vereadores [...], vinha, conversava com a gente [...] Então eles colaboravam, mas também vinham, perguntavam o que que tá acontecendo, o que precisa [...] e não resolvendo. A gente trabalhamos juntos, várias pessoas, elegemos dois prefeitos já, e a gente não vê, político é bravo! É, daqui mais alguns dias eles vem bater na porta, (Risos). Ajudei um [vereador] se eleger, precisamos de algumas coisas, bateu a porta na cara, então, ah: você se decepciona, sabe, é, é uma coisa assim, a política, você vê na televisão hoje em dia. É tanta coisa que você se entristece, ele não sabe nem fazer política, [...] eu acho que esse povo não sabe fazer política (Catarina, Entrevista, 2012).

Catarina apoiou vereadores, ajudou a eleger prefeitos, mas reclama da não correspondência deles. O que está implícito em sua fala é a expectativa de que os políticos correspondam prontamente aos interesses do bairro. Não se pergunta qual projeto este político pratica, nem quais grupos e interesses de fato representa. Desse modo, homogeneiza-se a política e passa-se a rejeitá-la. Assim, não há constituição de sujeitos políticos, tampouco politização autônoma das suas questões, nem mesmo estabelecimento de um canal público de negociação. A política, nesse contexto, se restringe às redes privadas estabelecidas pelos políticos em épocas de eleições, bem como a pequenos favores e ajudas, que não se transformam em mudanças estruturais no bairro.

A associação presidida por Chico também teve problemas de participação dos membros e acabou por encerrar as atividades. Chico tem influência do campo democrático-participativo devido à sua participação nas pastorais sociais da Igreja Católica, no entanto, as frustrações e sua história pessoal acabaram o afastando da associação. A interpretação que ele faz da política institucional não é tão pessimista quanto a de Catarina, todavia, também ele teve muitas dificuldades de participação, acabou se mudando de Sarandi e desistindo da associação após encerrar sua gestão, que desde então encontra-se inativa.

Chico inicia sua entrevista deixando claro sua frustração: seu “belo sonho” de fazer um bom trabalho acabou não se concretizando como o esperado. O entrevistado conta que aceitou a tarefa de assumir a liderança da associação devido ao fato de que ela estava desorganizada e o patrimônio da mesma estava se desfazendo. Segundo ele, a associação

Tem sede própria, ela necessitava, ela tinha uma necessidade de ser reestruturada, porque o patrimônio tava se desmanchando. [...] Então, estava, ah, tinha se rompido as portas, tinha se quebrado, roubado, o que se tinha lá dentro. Então, é, existia uma necessidade de se organizar. Então perante isso, numa brincadeira de rua com as vizinhas elas comentou: “ó, tá faltando presidente ali viu, você não quer se candidatar não?” E eu falei: “ah, vou, (sorrindo), na empolgação, falei, ah, vou lá” [...] Olha, eu achei que a gente podia fazer um bom trabalho e, e contar na verdade com a participação dos demais dentro da associação. *Eu achava, tinha um belo sonho, que a partir de um projeto as pessoas se envolveriam com maior tranquilidade. Eu poderia contar com as pessoas, mas isso na verdade, é como eu digo, um belo sonho, só nada mais que um belo sonho.* (Chico, Entrevista, 2012, grifos meus).

De fato, Chico acreditava que poderia aglutinar a comunidade, promover a integração entre os moradores e conseguir algumas melhorias para o bairro. Algumas atividades, de fato, chegaram a ser realizadas. A estratégia de Chico era promover a convivência dos moradores por meio de atividades sociais, tais como festas, almoços, bingos, para, então, se pensar em atividades de caráter mais político. Antes de mais nada, portanto, era preciso se constituir como associação:

Eu acredito que em primeiro, um primeiro passo a associação de moradores tem um papel importante de ser associação. Na verdade, ser associação num sentido estrito da palavra, de os moradores daquele local saberem que fazem parte daquele local e que são responsável por aquele local onde vivem. Depois tem papéis secundários que é ajudar numa transformação da sociedade, como um todo. E daí assim, quando a população descobre que é a associação, que fazem parte de um grupo, elas automaticamente vão ajudar primeiro passo a transformar sua realidade local. Porque um grupo, um grupo unido é capaz de fazer muito por eles mesmos. É capaz de ver as necessidades do outro, compartilhar das suas necessidades, e assim poder atender as suas próprias necessidades em primeiro lugar. Aí depois sim que se abram um social maior (Chico, Entrevista, 2012).

É importante notar que as atividades sociais realizadas por Chico não se restringiam a uma prestação de serviço ou meramente a um assistencialismo – embora também possuísse esse caráter – mas visava principalmente consolidar a associação como entidade representativa daquele bairro. E, então, uma vez consolidada, o grupo poderia decidir qual configuração desejaria assumir. Com esse intuito, mesmo julgando não apropriado, Chico propôs a organização de atividades religiosas no salão comunitário:

A gente também no início lá conseguimos que um ponto de união, fazer com que se celebrasse também a palavra naquela associação, pra fazer com que tornasse um ponto de encontro da população. Embora eu sei claramente que a associação não deveria se prestar a isso, mas pra como, como se tinha pouco envolvimento poderia ser um ponto a mais que poderíamos tá ganhando (Chico, Entrevista, 2012).

A atitude de Chico possui intenção política, no sentido de que ele se esforça por criar espaços públicos de convivência, que podem criar condições para que os cidadãos façam daquele local um espaço político e passem a se interessar pela vida da comunidade e, desse modo, reinterpretar os dilemas que enfrentam coletivamente. No entanto, apesar da existência do espaço de encontro, este não se transforma em espaço político, visto que, com base no depoimento de Chico, não houve constituição ampla de sujeitos políticos. Segundo o entrevistado, ao longo de sua experiência, a população local não demonstrou interesse em participar das questões afetas à associação. De acordo com ele, havia uma cultura arraigada que dispõe os moradores mais a abrir as mãos para receber do que para arregaçarem as mangas e fazem eles próprios a transformação:

Culturalmente, então ce já vê que a estrutura da população, não é uma população de envolvimento. Bem nós sabemos que a população mais pobre hoje tá mais a abrir as mãos pra receber, do que na verdade é pegar as suas mãos pra transformar. Então eles querem muito que venha a nós, o vosso reino pouca coisa (Chico, Entrevista, 2012).

Evidentemente, é possível entrever de sua fala uma certa culpabilização dos indivíduos por sua possível apatia e desmobilização no que tange ao envolvimento das atividades da associação. Na realidade, estes moradores certamente também desenvolvem suas estratégias para conquistar o que necessitam, todavia possivelmente a participação em associação não figura como uma estratégia relevante em seu repertório. De qualquer forma, Chico entende que a população desse bairro, por ser originária de população de baixa renda, com baixo grau de escolaridade, encontra dificuldades para se organizar:

E o município toma como critério a escolha de pessoas de baixa renda, pessoas que já tem problema, problemas familiares mais comprometidos. Pessoas por ser de baixa renda, tem muitos que com envolvimento em drogas, muitos com, com envolvimento com a justiça. Então ce já vê que o nosso grupo ali não tínhamos pessoas seletas, pessoas com maior nível de conhecimento. Eu acho que no bairro havia poucas pessoas que tinham um nível superior. E, então, isso já visualiza uma dificuldade maior [...] (Chico, Entrevista, 2012).

Em alguma medida, ele denuncia o que poderia ser uma estratégia do governo municipal em separar essa população de baixo poder aquisitivo e baixo grau de escolaridade, já como uma ação de dominação e controle dessa população. Evidentemente, do ponto de vista sociológico é possível encontrar teorias que expliquem essa suposta desmobilização. O que se observa assim é a inserção desta população em uma sociabilidade individualista e com contornos autoritários, que determinam para essa população a subserviência e a pobreza. No

entanto, essa estrutura social não deixa de ser interpretada e ressignificada por esta população, que longe de estar controlada pelas forças dominantes, inventa suas próprias estratégias de sobrevivência e atuação neste contexto – tal situação escapa ao objetivo deste trabalho, todavia, merece futuramente um estudo mais atento e cuidadoso que possa analisar a forma como essa população age e as estratégias que desenvolvem para sobreviver no contexto social em que vive.

Talvez o limite da análise de Chico seja legitimar essa configuração social. É evidente que dentro de um padrão individualista é mais fácil e provavelmente mais eficaz receber algo pronto, considerando o alto custo da mobilização coletiva. Contudo, a formulação de um padrão participativo consiste em romper com este condicionamento, o que não foi realizado pela associação. E aí encontra-se o limite da argumentação de Chico e talvez por isso sua frustração com o desinteresse popular. No fim das contas, Chico acaba como que se conformando com a ausência de participação e, de certa forma, legitimando-a como uma triste realidade.

Chico, desde o início, nota o baixo envolvimento dos próprios membros da diretoria com a associação. Conta que as pessoas até desejavam ver mudanças, mas tem dificuldades de fazê-las acontecer:

Nesta criação se percebe assim que as pessoas do grupo também não se envolvem muito, são muito tímidas no compor, muitos não querem dar a cara a tapa. Então muitas coisas ficavam muito sobre mim. Ai eu convocava o vice e dividíamos algumas tarefas, mas acabava no fim, o que foi se dividido não foi feito. Ai a minha parte eu fazia, a parte dos outros não se fazia. Então a própria comunidade na verdade é o reflexo daquilo também que está dentro da associação, dentro do composto, o composto não se interessa muito porque não quer dar a cara a tapa pra superar aquilo dali. São poucos assim que realmente vestem a camisa. Então eu penso assim, que os demais da associação também são assim, não querem se envolver, pra eles é como está, está bom. Mas se chegasse por acaso um super-homem que fizesse tudo sozinho era o bacana da coisa, eles não querem é trabalhar juntos<sup>126</sup> (Chico, Entrevista, 2012).

Chico teve que se mudar para Maringá no decorrer do mandato por conta de questões familiares, mas deu continuidade à sua gestão. No entanto, cada vez foi se sentindo mais isolado e decidiu então por quitar algumas dívidas e sair definitivamente da associação ao término do mandato: “ah, vai desanimando, ce vai cansando, porque ce vai fazendo tudo sozinho, o objetivo seu é o social ali, e daí não se alcança aquilo, nem dentro do grupo. Então

---

<sup>126</sup> Chico relata ainda “que a população como não se envolvia, [até] tinha alguns que manifestavam esse, esse anseio. Mas na hora que você precisava de contar com a pessoa não se dava muito as respostas. Então era mais uma questão de querer que você fizesse do que ajudar você a fazer. Então tinha essas dificuldades grandes assim” (Chico, Entrevista, 2012).

daí, ah, não dá pra mim, então eu tentei fazer o máximo só pra pagar as dividas só e boa” (Chico, entrevista, 2012).

É importante salientar que estes não foram os únicos encerramentos de atividades. Várias outras associações passam por situações semelhantes. Há também aquelas que o presidente da associação atua praticamente sozinho, como são os casos de Fátima e Anderson, por exemplo, que praticamente ficaram sozinhos na organização das poucas atividades que ainda conseguem tocar. É importante salientar que o baixo número de participação não é exclusividade do campo conservador. As associações mais próximas ao campo democrático-participativo também enfrentam dificuldades em mobilizar a população, todavia, conseguem aglutinar um número mínimo de pessoas, talvez porque sua forma organizativa se sustenta na participação e na construção coletiva.

O campo associativo de natureza mais conservadora assume, então, um padrão mais elitista, centrado na figura do presidente de bairro e sem muita preocupação em fomentar a participação. Trata-se na realidade, ao que tudo indica, de certa desconsideração da mobilização popular que, além de refletir ecos da macroestrutura social, encontra incentivo na forma como o tecido associativo está costurado atualmente, sob a liderança da União Sarandiense de Associações de Moradores. Como vimos no início do capítulo, a UNISAM, e com ela grande número de associações, fecharam um acordo com um projeto conservador liderado pelo atual prefeito Carlos de Paula. Tal projeto tem buscado desconstruir as possibilidades de manifestações contrárias na cidade. Desse modo, ocorre uma perda da importância da participação, referendada pela própria UNISAM, que tem se esquivado de cena pública atualmente.

#### 4.6 ASSOCIAÇÕES REIVINDICATIVAS: ENFRENTAMENTO E RETALIAÇÃO

O governismo e o assistencialismo não são, no entanto, os únicos padrões de organização das associações de moradores em Sarandi. Contrariando o esforço sistemático da UNISAM e da gestão executiva municipal de ocultar os conflitos e as contradições sociais da cidade, algumas poucas associações de moradores se encarregam de evitar o fim da política e o estabelecimento de um pensamento único em Sarandi. Neste cenário, destaca-se a associação de Felipe, seguida da associação de Lucas, as quais tem se responsabilizado por

organizar as mobilizações e reivindicações recentes, tais como a luta pela manutenção do salário dos vereadores e a construção de viadutos ao longo da Avenida Colombo<sup>127</sup>.

Felipe, como relatado na seção anterior, tornou-se presidente de associação de moradores recentemente, embora sempre apoiou as lutas populares. O presidente participou da luta pela cassação do prefeito Milton Martini, de onde saiu fortalecido e depois de um tempo foi eleito presidente da associação dos Moradores dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte. Atualmente, tem se notabilizado como uma forte liderança popular, presidente de uma das associações mais atuantes em Sarandi. É interessante notar que ele associa sua participação na associação com a luta e com o combate às injustiças:

Eu vi que tem um povo assim que lutava, porque eu também não? Ai eu vi que é bom, muito bom. Eu acho que cada cidadão, cada cidadão tinha que ter uma participação mais ativa. Porque se cada um tiver uma consciência que deve defender, através dos movimentos sociais, através de associação de moradores, porque é aonde a gente cria força pra lutar contra as injustiças, que há muitas injustiça (Felipe, Entrevista, 2012).

É sintomático que logo no início da entrevista Felipe associe sua atuação ao combate às injustiças sociais, diferentemente das falas de boa parte dos presidentes. Embora os problemas sociais de Sarandi sejam relatados com propriedade por todos, não é comum a associação de tais problemas às injustiças sociais. Felipe, diferentemente, conecta sua atuação não só aos problemas, mas às injustiças sociais, às negações dos direitos do “povo”, por meio das quais os problemas sociais são criados e geram sofrimento para a população. Daí advém sua força para “lutar”:

[...] Sempre gostei das pessoas que tem coragem de lutar, defender os direitos do povo. Porque às vezes a gente é muito individualista, a gente só pensa no eu só e esquece que a gente pode dar muito mais do que isso, não precisa ter medo não (Felipe, Entrevista, 2012).

Diferentemente de boa parte das apostas das associações atuais, Felipe rejeita veementemente qualquer parceria com os governantes, se esta vier a cercear sua liberdade de atuação. Não se trata, todavia, de recusar o diálogo, mas de não permitir que o atrelamento aos governantes lhe prive do direito de denunciar o que julgar incorreto. Segundo Felipe, é importante ter um bom relacionamento com a política institucional, todavia, “não ficar preso a eles”. Ele justifica sua posição com base na experiência de outras associações que, em sua

---

<sup>127</sup> Considerando a condição caótica que o trânsito na Avenida Colombo tem enfrentado (ver seção 2), várias atividades já foram realizadas no sentido de cobrar do poder público a construção de viadutos ao longo do trecho desta avenida em Sarandi, com a intenção de desafogar o trânsito e melhorar a mobilidade urbana.



avaliação, acabam por descaracterizar o papel de associação de moradores, ao se tornar parceiras dos governantes:

Porque às vezes aqui eu conheço bastante associação que em vez de desempenhar seu papel de associação de moradores faz parceria com o governante. E aí não pode reivindicar nada, daí fica preso a ele, ce não tem nada. Nós não podemos ser assim, nós não podemos. Nós temos que fazer um trabalho junto, mas sem tá preso a eles. É que de repente, até eles vem aqui e fala: “vou fazer isso aqui, mas você passa pro meu lado”. Não, nossa associação não, a nossa graças a deus nós somos independente. É, tem, assim, é, vários, membros de vários partidos dentro da associação. Mas nós não somos ligados a ninguém, entendeu? Então nós temos a liberdade de cobrar aquilo que o bairro precisa, aquilo que a população precisa. Então nós não temos medo disso, porque nós não somos preso a eles. Agora ce eu faço uma aliança com eles, se comprometendo, como é que eu vou cobrar depois? (Felipe, Entrevista, 2012).

É importante salientar que essa independência não significa ruptura com o Estado, com a política institucional e mesmo com partidos políticos. Trata-se, na realidade, de um projeto político que tanto na sociedade como no Estado se opõe a práticas que se encerram em soluções personalistas e privatistas. A associação de moradores liderada por Felipe tem realizado importantes trabalhos em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Sarandi (ACIS) e também ocupado espaço na Rádio Banda Um de Sarandi<sup>128</sup>. Nesse sentido, a associação de Felipe tem realizado um contundente trabalho de mobilização, fiscalizando, denunciando e cobrando soluções das autoridades seja executiva, legislativa ou mesmo judiciária.

É o caso da Câmara dos vereadores, por exemplo, que, de acordo com Felipe, em todas as sessões há pelo menos um membro da associação marcando presença. O entrevistado salienta que a associação não se priva do direito de cobrar: “e nós não deixa *queto*, a gente cobra mesmo” (Felipe, Entrevista, 2012). Essa pressão se faz necessária, do ponto de vista dele,

Porque, assim, a Câmara de vereadores é muito complicada, se a gente não pressionar um pouco lá, a gente, eles, eles fazem o que querem, e a gente passa por bobo, mesmo a gente tando lá a gente ainda passa de bobo. Mas só que a pressão da gente lá aí faz com que eles sejam um pouco mais sério. Porque, eu vejo que aquela Câmara de vereadores tem muita, assim mais um circo parece aquilo lá (Felipe, Entrevista, 2012).

<sup>128</sup> “[...] além da equipe, da diretoria, dos conselhos nossos ali das pessoas que é voluntário que se doa um pouco. Eu acho que temos um bom relacionamento, um bom apoio da ACIS. É o único assim, também a gente tem assim, eu vejo que é, outras, a Rádio Banda um dá um bom respaldo pra gente. Assim, tem dado assim um bom apoio quando a gente precisa [...] abre até um espaço pra gente, convida a gente pra gente ir lá falar. Então tá sendo, a rádio Banda Um tá sendo tipo uma parceria muito boa, onde a gente pode tá divulgando os problemas e, e, tá assim divulgando o que que a associação pode tá fazendo” (Felipe, Entrevista, 2012).

Crítico da atuação da maior parte dos vereadores, frequentemente os edis são procurados pela associação para ouvir seus reclames e suas reivindicações: conversam com o presidente da Câmara, entregam-lhe abaixo-assinados, levam cartazes e faixas de protestos contra os projetos que a população não está de acordo.

A associação ainda tem se envolvido em várias reivindicações, que muitas vezes extrapola os limites de seu bairro e até mesmo da cidade. É o caso, por exemplo, da luta pela construção de um retorno. Ocorreu que a construção do Contorno Norte em Maringá, o qual finda na divisa com Sarandi, interrompeu a única saída para Maringá de toda a região dos bairros Panorama e Independência de Sarandi. Nas palavras de Felipe “[a gente ia] ficar sem saída ali, a gente só podia entrar no contorno, no contorno ia poder entrar, mas passar por baixo, pra ir pra Maringá, não ia ter passagem” (Felipe, Entrevista, 2012). Constatando essa lacuna na obra, a associação passou a reunir a população e buscar saídas para o problema, e para tanto foi preciso convencer o DNIT<sup>129</sup> a modificar o projeto da obra:

A gente, a gente se reuniu na escola ali no [colégio] Panorama, a gente chamou o gerente do DNIT lá, ele veio até uma vez aqui. Aí depois a gente começou, daí o povo começou a cobrar. Isso partiu depois de umas quatro reuniões que a gente teve lá em Maringá. Aí a gente chamou ele pra vir falar pra população, e ele acabou vindo. E aí viu, a necessidade, ele foi lá, nós tivemos até que ir lá medir, [...] a gente foi lá medir, lá, pra ver se dava certo, pra levar pra ele pra falar que dava certo. E aí eles viu que a necessidade era grande, ele falou: “não realmente tá errado, como é que vai fazer? Aqui é uma das únicas saídas do povo daquele canto ali”. Aí ele concordou que tava errado mesmo. E graças a deus alterou o projeto e deu certo [...] (Felipe, Entrevista, 2012).

Em decorrência de sua independência frente ao governo municipal e sua força de mobilização e denúncia, a associação e o próprio bairro tem pagado um preço alto. Felipe relata que o governo municipal tem orquestrado uma série de retaliações contra esta associação, que vai desde o negligenciamento de prestação de serviços até mesmo a demolição da sede da associação, com a destruição de tudo que havia dentro:

Então às vezes tem coisa que às vezes eles falam assim, não vou atender porque a associação do Felipe, eles fala entre eles, associação do Felipe tá envolvida lá, enquanto ele não sair do meio eu não vou atender, já aconteceu isso. Já é uma reivindicação da divisa ali que a gente vem cobrando, ali da [Avenida] Júlio Limonta, aquela região ali, ele chegou a falar lá na, pras mulher porque não tinha resolvido ainda porque eu tava no meio, mas quase apanharam lá (Felipe, Entrevista, 2012).

<sup>129</sup> Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.

Nessa direção ocorre o embate de projetos políticos distintos, que portam lógicas opostas de como devem ser pautadas as relações sociais e políticas. De um lado, um projeto que postula a publicização dos conflitos, a desconstrução de favoritismos e personalismos, buscando solucionar os problemas em um registro dos direitos e da igualdade. Por outro lado, um projeto que nega os direitos e só reconhece como digno das suas benesses aqueles que permanecem submissos à sua tutela. Desse modo, a postura independente e conflitiva adotada pela associação de Felipe cria dificuldades de relacionamento com o prefeito, o que evidencia o confronto de lógicas distintas de como agir politicamente:

Falar pro ce a verdade, nós não tem um bom relacionamento não com o prefeito, porque ele não gosta de coisa correta, entendeu. Porque o que ele faz de bom a gente tá apoiando, se fez coisa a boa a gente vai apoiar. Agora o que não faz a gente tem que cobrar, se não, pra que associação de morador? Aí nós não tem assim, ele, por nós até teria, mas por ele não, ele, ele tá retaliando muitas coisas assim em relação a nós<sup>130</sup> (Felipe, Entrevista, 2012).

Detentor do aparelho estatal, por sua vez, o projeto conservador, com contornos autoritários, não se furta em mobilizar a máquina pública para punir seus “inimigos”. É o que ocorreu com o salão usado pela associação de moradores há mais de 12 anos. Com o direito de uso cedido pela prefeitura, ainda no mandato do prefeito Júlio Bifon, “A gente tava usando pra reuniões, pros encontros da gente” (Felipe, Entrevista, 2012). No entanto, a prefeitura simplesmente ordenou que o salão fosse demolido. Na interpretação de Felipe, por retaliação:

Nós tínhamos ali o direito de uso daquele salãozinho ali, que era da prefeitura já há alguns anos, desde de lá do Júlio Bifon, ele concedeu pra nós, ficou os oito anos com o Cido Spada [...] Aí chegou um determinado momento, porque a gente não concordava com algumas coisas que vinha acontecendo na cidade, a gente cobra mesmo. Eu acho que foi retaliação, foram lá e derrubaram o salãozinho [...] Aí quando a gente tava com as coisas lá dentro, derrubou tudo com mesa nossa lá, cadeira que nós tinha, que não era muito nova, mas dava pra nós se reunir, derrubaram com tudo, até documento nosso que tinha lá dentro, derrubaram e nem falaram nada (Felipe, Entrevista, 2012).

---

<sup>130</sup>A posição de Celso, membro da mesma associação que Felipe e ex-presidente da UNISAM, vai ao encontro da de Felipe: “os inimigos é o quê? É os políticos. Atualmente eu posso falar claramente que o prefeito aqui é inimigo da nossa associação, porque ele não atende a nossa associação, ele faz de tudo. Ele monta o esquema do faz de conta: ele faz de conta que vai atender, mas ele engaveta tudo quanto é o ofício nosso, ele enrola no que pode pra atender alguma coisa, as *vez* ele enrola pra sempre. Ele, ele tem caso que ele enrola pra sempre. Agora pra destruir a nossa associação eles faz de tudo, eles só não montou chapa pra disputar as eleições e tomar a associação da nossa mão aí porque ele sabe que a nossa associação é bem forte, ia entrar e perder. Então pra evitar desgaste político ele não teve coragem ainda de fazer uma disputa com *nois*. É disputar e perder, porque *nois* somo forte. Mas a outras coisas que dá pra ele fazer pra prejudicar *nois* ele faz, ó um exemplo é a nossa sede, ele pegou e derrubou a nossa sede, prometendo que ia dar um outro terreno pra nós, uma outra sede, mas até agora nada, e não vai dar, pode esperar deitado porque de pé vai cansar” (Celso, Entrevista, 2012).

A demolição do prédio da associação pode ser interpretada sob a ótica de um ataque a democracia participativa e a própria política. Trata-se de uma iniciativa clara para enfraquecer a associação, que tem ousado se manter independente do governo municipal e falar publicamente o que não concorda. Em uma lógica autoritária e negadora das manifestações populares, a ação do governo visa suprimir qualquer possibilidade de ação divergente. Simplesmente, então, busca-se de toda maneira, desarticular aqueles que teimam resistir.

Felipe e um grupo de moradores ainda buscaram contato com o prefeito, quando ele teria se comprometido a conceder o uso de outro terreno para a associação construir um salão. No entanto, de acordo com o presidente da associação, já passara um bom tempo desde essa promessa e até o momento da entrevista ainda não tinha sido cumprida.

Esse grupo de associações vem recorrentemente combatendo também as relações entre a UNISAM, parte das associações de moradores e o Prefeito municipal. Críticos da postura governista, e em alguns casos assistencialista, de boa parte das associações de moradores de Sarandi atualmente, na compreensão dos presidentes associados à vertente democrática-participativa, este perfil é, pelo menos parcialmente, responsabilidade do atual prefeito. Assim, De Paula personaliza uma importante desmanche da capacidade de pressão, de cobrança e de reivindicação das associações de moradores. O atrelamento da UNISAM ao governo municipal é visto como ponto crucial da redução do aparecimento público da maioria das associações. A UNISAM, por sua vez, além de estar aliada ao governo municipal tende a incorporar também as associações nesse pacto conciliatório:

As associação de moradores pode contar com a UNISAM, só que ultimamente as associações de moradores tá abandonada porque a UNISAM ela tá atreladíssima com o prefeito. E quando ela, ela vai atender, que é uma obrigação dela, alguma associação ela tem sempre um sentido de atrelar com o prefeito também, e daí você já viu? Aí os moradores, a associação não vai cobrar nada, não vai cobrar nada. A UNISAM, rapaz, não tá atendendo direito nem tá orientando direito as associação, porque que tá atrelado com o governo: não cobra nada, não participa de nenhuma luta, tá complicado. As associação tá abandonada, só, só, só as associação mesmo bem, bem que entende de política e que realmente quer melhorar as coisas é que ainda tá lutando pelos trabalhador de Sarandi. Eu acho que as associação tá passando por um momento muito difícil (Celso, Entrevista, 2012).

Lucas, candidato derrotado nas últimas eleições para diretoria da UNISAM, vai mais longe e vê a UNISAM praticamente desmontada e isolada, sem planejamento, sem estratégias de ação, sem congregar as associações, ela permanece ausente. Assim, na interpretação de Lucas, a UNISAM

Não tem projeto, não tem planejamento, não tem calendário, não sabe pra onde vai, não sabe pra onde quer ir, não, não sabe aonde tá e não sabe aonde quer chegar. Por isso que o caminho que ela tá percorrendo não importa como ele [presidente da UNISAM] vai fazer, porque ele não sabe onde ele tá indo não sabe onde ele quer chegar. Então ele, o caminho que ele tá fazendo é este, ele vai pra lá, vai pra lá, vai pra lá, ele vai pra cá, uma hora ele para. Então, pra mim tá totalmente desorganizado, desarticulado (Lucas, Entrevista, 2012).

Evidentemente, essa mudança de padrão por qual tem passado a UNISAM não é inocente e nem fruto de incapacidade das lideranças. De fato, ela tem cumprindo um papel fundamental no projeto político atualmente dominante, que consiste exatamente em desmobilizar a população e desarticular o projeto político democrático-participativo. Nessa configuração, como analisado mais acima, a UNISAM opta pela negociação, pela mobilização de influências dentro da prefeitura, pelas soluções privadas e pela espera paciente de que as benfeitorias da administração municipal chegarão, ainda que demore.

Nesse processo, que é sempre uma disputa de projetos políticos distintos, demarca-se claramente o território entre quem é o nós e quem é o eles, de ambos os lados. Desse modo, na perspectiva da vertente democrática participativa, são poucas associações que se mantêm firmes em seu papel fundamental, que é cobrar o cumprimento dos seus direitos. Nessa direção, Lucas afirma que o papel da associação dos moradores deve estar voltado para a cobrança de direitos, muito mais do que pedir favores ao poder público:

Pedir é algo que, quando a gente vai pedir, a gente sempre tá pensando no próprio umbigo, raramente a gente vai pedir alguma coisa que é pra atender a cidade inteira. Agora eu acho que cobrar é melhor, cobrar ética, cobrar postura, cobrar discussão, cobrar transparência, eu acho que é nessa linha que a gente tem que atuar, cobrar discussão política dos projetos que são importantes pra cidade, é cobrar transparência, cobrar ética, responsabilidade, [...] (Lucas, Entrevista, 2012).

Lucas compartilha de um projeto que concebe as associações de moradores como um espaço de construção política, no sentido de conquistar melhorias para o bairro, mas, também, extrapolando os limites territoriais, defende que as associações devem promover a formação social e política das pessoas:

Eu acho, com projeto sociais, tentar trabalhar a formação das pessoas, levar, conscientizar as pessoas do seu direito político, no seu direito como cidadão também, eu acho que, passa por isso também. Então eu acho que ela tem que trabalhar na luta pelas melhorias pro seu bairro, como também na formação, no entendimento, na capacitação dos seus moradores também, pra entender a política como ferramenta que eu você acreditamos que é: que a política é a ferramenta melhor pra mudar a vida das pessoas. Eu acho que ela tem que trabalhar nessas duas pontas, e outras coisas que podem vim agregadas, como, é, projetos sociais, como a conquista de espaços, então acho que isso é importante (Lucas, Entrevista, 2012).

Amparado nessa visão, Lucas tece uma crítica contundente às associações que realizam o trabalho de prestar assistência a famílias de baixa renda. Ele acredita que não cabe a associação de moradores “pedir coisas” para distribuir à população. Ele vai além, no seu entendimento tais práticas acabam por estimular a dependência da população pobre à caridade feita pela associação. Assim, Lucas afirma que

[...] As pessoas precisam entender que elas não precisam de ninguém pra dar nada pra eles, pra eles poderem viver, pra eles poderem lutar pelos seus direitos, eles por si só já tem esse poder, já tem essa atuação. Eu não preciso do vereador pra eu poder saber que eu tenho um direito de ter uma rua boa, uma iluminação boa, uma escola de qualidade, uma estrutura boa, eu não preciso disso. Eu mesmo posso ir lá e lutar [...] (Lucas, Entrevista, 2012).

Formula-se, então, uma imagem da associação como construtora de uma cidadania fundamentada em direitos e na perseguição ativa dos mesmos, sem que para isso precise se submeter a um vereador ou a uma entidade. Desse modo, em contraposição à pura e simples doação, a principal aposta da associação presidida por Lucas tem sido a realização de cursos que possam oferecer a todos que se interessam condições de construírem uma “consciência social”, bem como se capacitarem melhor para a competitividade capitalista. Evidentemente, tal aposta encontra seus limites ao não questionar as contradições do sistema capitalista. Ainda assim, o oferecimento de cursos para geração de trabalho e renda pode ampliar a capacidade do indivíduo de inserção na sociedade e de participação em um mundo comum. De certa forma, também este trabalho assume contornos políticos, no sentido amplo como estamos usando aqui, pois a capacitação para a inserção na ordem competitiva lhe amplia o espaço de ação, isto é, recupera, ao menos em parte, uma possibilidade de liberdade:

Ofereceram pra mim pra fazer um cadastro lá no CEASA pra pegar alimento pra dar pras pessoas, mas a gente optou em não fazer isso. A gente optou em oferecer cursos de formação, cursos de treinamento, a gente oferece lá na associação cursos de oficina de geração de trabalho e renda, a gente oferece. [...] A gente prefere oferecer isso pra pessoa: “olha eu te treino, te dou a oportunidade de você aprender isso aqui pra você ganhar o seu próprio dinheiro”. [...]. Então, a gente optou em não deixar ninguém dependente da associação, eu não quero que ninguém passe fome porque naquela semana que eu não pude ir lá na CEASA pegar alimento pra distribuir pra eles. Eu quero que eles com o trabalho deles possa tirar isso, isso é o que eu sempre pensei e até hoje e enquanto eu tiver na frente da associação nós vamos trabalhar dessa forma<sup>131</sup> (Lucas, Entrevista, 2012).

<sup>131</sup> Lucas relata os cursos realizados na associação, abertos a toda a comunidade interessada (não apenas aos moradores da circunscrição da associação): “nós, no ano passado, nós executamos o curso de auxiliar administrativo, manicure e pedicure e pintura em tecido. E esse ano nós vamos terminar o de mecânica e vamos começar um projeto que é o projeto sabão solidário, que é um projeto na linha de meio ambiente, que tem por

Mesmo com todas as dificuldades impostas pelo desmanche recente de um campo político democrático e participativo, estas associações continuam se recriando e reelaborando os problemas sociais que a população enfrenta. Mesmo contra todo o esforço dos setores conservadores da cidade em eliminar o conflito, o desentendimento, o dissenso, essas associações (assim como sujeitos políticos em outras instâncias, como os partidos de esquerda) continuam a realizar constantemente o ato fundador da política, ou seja, fomentar a criação de espaços públicos. O que torna possível que suas demandas, insistentemente negligenciadas, sejam vistas e politizadas. Ainda que sejam lutas pequenas, miúdas, muitas vezes para simplesmente manter a organização, representam para esses grupos o máximo que podem fazer na defesa de uma sociedade democrática e participativa. Igualmente, são fundamentais também para manter a tradição de luta do povo sarandiense, que tem bravamente se recusado a consentir com o lugar que as classes dominantes lhes reservou.

Nesta seção objetivei narrar parte das tramas recentes do associativismo de bairros em Sarandi, que tem se caracterizado por um forte avanço de matriz conservadora. Esse processo impacta significativamente a constituição de um movimento popular independente das classes dominantes e tem se esforçado por suprimir a expressão conflitiva do movimento de moradores em Sarandi. Nesse sentido, grande parte das associações lideradas pela UNISAM tem adotado um perfil governista, entendido como uma opção pelas relações de amizade e de parceria com a política institucional. Trata-se de uma estratégia racional que permite que alguns serviços e obras de necessidade imediata sejam relativamente realizados em seu bairro, mas sob o preço do comprometimento com o projeto político dominante. Todavia, a parceria e mesmo o apoio a estes políticos não aparece como um problema para este grupo, pois o que eles esperam é que as obras sejam realizadas e suas necessidades sejam atendidas. Obviamente, tal padrão associativo não toma como valores importantes o que Dagnino chamou de construção democrática, como a constituição de sujeitos portadores de direitos, o alargamento da democracia e a construção de um espaço público, já que, via de regra, as negociações e as reivindicações destes grupos são comunicadas por meio de redes privadas de relação.

---

objetivo tirar o óleo de cozinha que as donas de casa jogam no ralo, que vai pra fossa e contamina o lençol freático, e transformar ele em sabão. Aí, depois disso, nós vamos oferecer cursos pras donas de casa, pras mulheres, pras pessoas que quiserem, vamos ensinar elas a fazer esse sabão e outros produtos na linha de limpeza, nós vamos oferecer tudo isso gratuitamente, por um projeto que nós escrevemos e fomos contemplados” (Lucas, Entrevista, 2012).



Reflexo também do encolhimento de uma visão ampliada dos direitos sociais e do auto-reconhecimento como portadores de direitos é o perfil assistencialista que algumas associações têm adotado. Assim como “pedem” aos governantes que se atentem às necessidades do bairro, essas associações buscam atender a população considerada mais pobre por meio de doação de alimentos e brinquedos para as crianças. Doados pela iniciativa privada, esses produtos são distribuídos nos bairros para as populações de baixa renda. Tal iniciativa possui limites, já que deixa de problematizar as raízes da pobreza, tampouco procura formular a necessidade de atendimento a essa população no registro dos direitos. Assim, faz-se apenas por remediar o problema, mas, sem tocar em suas estruturas.

Sintoma do encolhimento dos espaços públicos também é o fato de várias associações simplesmente encerrarem suas atividades. As histórias de Catarina e Chico são significativas das dificuldades enfrentadas pelo associativismo sarandiense. A desilusão com a política institucional e o desinteresse da população em participar da associação acabam por refletir no próprio líder que, desencantado, desiste da associação, lamentando o fim do que foi apenas um belo sonho, como mencionou Chico. Assim, restam apenas mágoas, sejam com os políticos da institucionalidade, que não respeitam suas bases, sejam com a população, que estaria, na representação de Chico, “mais disposta a receber do que a lutar”. Sintoma das dificuldades para organização de um movimento coletivo, os dilemas relatados por Catarina e Chico apontam para a construção cada vez maior de uma subjetividade individualista e por uma busca de soluções por outros meios que não o do associativismo. As razões de tal fenômeno, em minha interpretação, passam justamente pelo encolhimento de um campo político que assente suas bases na participação ativa e na constituição de sujeitos coletivos. Neste sentido, nem mesmo os líderes se reconhecem como sujeitos capazes de transformação. Talvez no passado acreditaram na possibilidade de mudança, contudo, as experiências atuais os convenceram do contrário.

No entanto, não estamos fadados ao que Oliveira (1999) chamou de totalitarismo neoliberal. É o que bravamente algumas poucas associações têm mostrado no contexto recente. Desafiando a política dominante, ousando denunciar o que julgam incorreto e buscando construir sujeitos políticos, fundar espaços e públicos e reinventar a política, esses grupos sofrem com ostracismo que os governantes municipais destinam a quem os ousa desafiar. Porém, penosamente, continuam a lutar e a fazer política, obtendo vitórias miúdas, mas significativas e fundamentais para a permanência da política, isto é, do conflito aberto e negociado no espaço público.

Estes padrões de atuação identificados analiticamente nesta não são blocos fechados e impermeáveis a outras matrizes culturais. A próxima seção argumenta que, embora esses dois grupos demarquem seus espaços e se opõem um ao outro, uma gama de associações incorpora seletivamente elementos dos diferentes projetos políticos, de modo que as estratégias inerentes a um ou outro passam a compor um repertório associativo, mobilizado conforme a maiores possibilidades de eficácia. Assim, este grupo expressa uma configuração específica, baseada na escolha da estratégia mais eficaz para a conquista de sua reivindicação. Deste modo, o contexto associativo de moradores de Sarandi não se encerra em uma dicotomia conflito versus conciliação, mas reúne também sujeitos associativos transitando entre esses polos para ampliar seu repertório associativo. A seguir busca ilustrar como essa configuração se constrói e atua em Sarandi por meio de uma intrincada rede de relações sociais.

## 5 CONFLITO & CONCILIAÇÃO: SELEÇÃO ESTRATÉGICA E REDES SOCIAIS NO ASSOCIATIVISMO SARANDIENSE

Eu Prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
Eu prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião  
Formada sobre tudo  
Do que ter aquela velha opinião  
Formada sobre tudo  
Eu quero dizer  
Agora, o oposto do que eu disse antes  
Eu prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
(Metamorfose Ambulante – Raul Seixas)

Na seção anterior busquei identificar um projeto político presente na atuação de parte das associações de moradores caracterizado por ações personalistas e privadas diretamente com o governante municipal. Atualmente, este padrão é predominante no conjunto do associativismo Sarandiense, contudo, não é único nem homogêneo. É possível também encontrar associações que rejeitam tal configuração, se organizam de forma independente e se filiam a um projeto político oriundo da tradição dos movimentos sociais brasileiros, sendo que também esta vertente não é homogênea.

Um olhar cuidadoso para as entrevistas realizadas com os presidentes de associações de moradores de Sarandi, porém, indica que a tessitura do associativismo sarandiense é complexa e intrincada, o que não permite a simplificação da mesma apenas nestes dois blocos opostos, como se fossem homogêneos e antagônicos. A tarefa neste capítulo, portanto, é demonstrar que entre estes projetos políticos, observa-se uma terceira configuração na qual um número significativo de associações opera estrategicamente incorporando referência de ambos os projetos políticos e as instrumentalizando na busca das conquistas para seus bairros, o que resulta em um complexo de ações conciliatórias, privadas, conflitivas, públicas, compondo um vasto repertório de atuação para estas associações. A esta configuração nominarei provisoriamente neste trabalho de *seleção estratégica*.

Nesse contexto, é possível afirmar que embora exista um projeto democrático, participativo, reivindicatório em oposição frontal a um projeto clientelista, personalista e governista, parte dos sujeitos associativos se encontram em posições intermediárias, mesclando elementos de ambas as perspectivas, alguns mais próximos ao projeto conservador, outros mais próximos ao democrático-participativo, mas sem que assumam plenamente um ou

outro. Desse modo, este grupo mescla elementos ou oscila entre um e outro quadro de referências, ao incorporar ora elementos mais democráticos e combativos ora mais conservadores e personalistas.

### 5.1 ENTRE A NEGOCIAÇÃO E O PROTESTO – SELEÇÃO ESTRATÉGICA

Ao analisar as narrativas dos presidentes de associação é possível observar a disputa entre distintos projetos políticos – crenças, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade e que orienta a ação política de distintos sujeitos (DAGNINO, 2004). Por estar em constante concorrência, as visões de mundo, percepções e representações do que deve ser a vida em sociedade nunca está acabada, mas consiste em um fazer e refazer, isto é, em uma reelaboração contínua de suas ideias e práticas, o que assegura continuidade em sua ação, mas também pode engendrar mudanças e ressignificações.

Em parte significativa dos presidentes de associação de moradores em Sarandi observa-se uma transição entre os projetos políticos instituídos em Sarandi. Isso não significa, todavia, que eles considerem suas ações práticas contraditórias. Segundo suas percepções, a forma como fundamentam suas ações é coerente com as demandas de seus bairros e para alcançá-las mobilizam as estratégias que têm a sua disposição. Nesse sentido, sua atual opção por uma atuação mais combativa ou mais conciliatória pode ser modificada no futuro, desde que o contexto se modifique e exija novas estratégias.

Trata-se de uma tensão e de uma reavaliação contínua em que referências distintas são analisadas, examinadas e consideradas suas possibilidades de sucesso. Tal contexto acaba por resultar em um padrão de atuação específico de parte das associações de moradores de Sarandi, entendido aqui como uma espécie de trânsito, miscibilidade e seleção estratégica de referências, estratégias e práticas de diferentes projetos políticos. Em outras palavras, o sujeito associativo tem a sua disposição quadros de referências distintos, crenças e visões de mundo, representações e estratégias de ação política diferentes e umas e outras são medidas pela sua funcionalidade na conquista de suas necessidades associativas. Neste caso, o projeto político não é incorporado integralmente e defendido como um programa de ação política, mas elementos dele são utilizados seletivamente. Assim, as diferentes referências são acessadas como se fossem estoque ou faixas de um repertório amplo e composto por diferentes modalidades de estratégias.

O caso do presidente de associação Joel, por exemplo, deixa transparecer este trânsito, miscibilidade e seleção entre distintos projetos políticos. A referência principal dele é a

negociação via amigos e conhecidos que podem influenciar no atendimento de suas demandas. Todavia, caso essas redes privadas falhem, ainda tem à sua disposição a possibilidade do estabelecimento do conflito e do embate público, quando a população pode ser mobilizada para conquistar a “melhoria pro bairro”.

Joel talvez seja o mais progressista entre os presidentes de associação que mantêm relações com o espectro político conservador no município de Sarandi. Com uma aguda sensibilidade social, ele lamenta as difíceis condições em que parte dos cidadãos sarandienses vivem. Em alguns momentos da entrevista sua voz embarga e as lágrimas escorrem dos seus olhos. É o que ocorre, por exemplo, ao narrar que uma entidade usa o salão comunitário de sua associação pra servir alimentação para a população de baixa renda. Ele conta que o “[...] pessoal vem, se alimenta e traz balde pra levar embora. É muito triste aquilo ali, eu fico revoltado [...] porque acho que o ser humano não merece aquilo, não merece, é doído” (Joel, Entrevista, 2012). Igualmente, ele se sensibiliza com o sofrimento das pessoas que madrugam na fila do posto de saúde na espera para marcar uma consulta médica:

Eu vou todo dia pegar a circular pra ir trabalhar, que eu não vou sempre de carro, aqui, cinco horas da manhã, eu vejo a fila que tem aqui no nosso posto. Então aquilo eu fico olhando e eu fico triste de ver aquilo, ver que um ser humano tá ali precisando duma consulta que muitas vezes não sai, a gente sabe que muitas vezes não sai. Ou ele tá doente e a consulta é agendada pro outro dia. Se você tá doente acho que você precisa da consulta pra aquela hora, não tem que agendar pro outro dia ou pra trinta dias, vamos dizer assim. Eu acho que as coisas teriam que ser um pouco mais rápidas e ter um pouco mais de responsabilidade e acreditar nesse povo que tá aí<sup>132</sup> (Joel, Entrevista, 2012).

Por outro lado, próximo afetivamente a lideranças importantes do campo conservador – prefeito e secretários de município –, Joel demonstra enxergar nos “pedidos” ao prefeito a melhor solução para as questões do bairro:

Olha, o meu contato com o prefeito, eu conheço o prefeito já há muitos anos e, inclusive agora, quando ele como prefeito, que eu tive um contato maior com ele. Respeito ele e toda a vida eu conversei com ele, que eu vou pedir alguma coisa, ele nunca falou não pra mim. Ele só pediu um tempo, porque Sarandi tem muito problema, ele falou: “oh, Antônio, me dá um tempo que eu vou tentar resolver da melhor maneira possível, *ceis* não vão se arrepender”. Eu, eu, no que eu pedi pra ele até hoje, tanto como o secretário da fazenda também, que é muito meu amigo, eu nunca ouvi não, não, até hoje não, não, sempre quando pediram um tempo e sempre colaboraram pra me ajudar (Joel, Entrevista, 2012).

---

<sup>132</sup> Joel conta que a situação da saúde pública é problemática e defende melhorias: “Então eu falo, nem por isso a gente tem um plano que a gente vê uma saúde na situação que tá, que se encontra, que a gente vai ficar calado, eu não fico calado, eu sempre falo que tem que melhorar, eu acredito que tem dinheiro e tem condições pra isso” (Joel, Entrevista, 2012).

Indicado para concorrer à presidência da associação de moradores de seu bairro pela atual presidência da UNISAM e pelo governo municipal<sup>133</sup> e morador de Sarandi há mais de trinta anos, Joel tem trânsito fácil com boa parte dos políticos de Sarandi, inclusive com a atual administração municipal que, segundo ele, lhe garantiu que “vão ajudar a comunidade”:

Eu tenho muita amizade na prefeitura, com o prefeito, secretário da fazenda, é secretário do urbanismo, secretário da água, graças a deus, a minha amizade é muito grande, eu conheço muita gente ali dentro. Eles já falaram que eles vão ajudar a comunidade, vão ajudar a associação, ajudando a associação tá retornando a ele, a própria comunidade (Joel, Entrevista, 2012).

A narrativa de Joel indica o que ele concebe como melhores alternativas para solucionar os problemas sociais que tanto lhe aflige. Nesse sentido, vínculos privados, como suas amizades, a palavra de gestores públicos e mesmo do prefeito são formas razoáveis de conseguir atendimento para o bairro. Todavia, se for necessário, ele não se opõe a realização de protestos – forçar um conflito público –, pois, em alguns casos não resta outra alternativa à população:

É, porque hoje muitas vezes você vê certas situação, então é direito também manifesto, de panelaço que o pessoal fala, cara-pintada. Então muitas vezes o que acontece na cidade é isso, se não fizer um manifesto, parece que infelizmente os políticos não apoiam, [...] eles não escutam e a gente tem que fazer, se for preciso fazer sim, e eu acho que como presidente, estou disposto, eu apoio (Joel, entrevista, 2012).

Essa formulação de Joel possivelmente é inspirada nas lutas populares conflitivas e de toda a mobilização democrático-participativa realizada na cidade de Sarandi e mesmo no contexto amplo. Nesse sentido, ele deixa entrever que algumas causas somente podem ser conquistadas por meio do conflito publicamente estabelecido. Por outro lado, essa concepção é apenas parcialmente incorporada. A estratégia reivindicada não é acompanhada pela análise que os movimentos sociais fazem dos setores políticos conservadores e de suas relações de patronagem. Na fala acima relatada fica implícito também certa homogeneização da política, como se todos os políticos fossem iguais: “os políticos não apoiam”. Assim, os protestos ou o estabelecimento do conflito não definem um padrão de ação política, trata-se na realidade de uma estratégia que pode ser utilizada em casos específicos. Quando seu bairro, por exemplo, enfrentou problemas com o asfalto, a associação propôs a organização de um protesto, Joel

<sup>133</sup> “Pediram pra mim disputar a associação, uma coisa que eu não queria, eles me imploraram, me pediu, não, disputa que você é o cara certo, eu tenho certeza que isso aqui vai mudar’, aí eu peguei e fui, [...] a comunidade e o próprio pessoal da prefeitura, o qual e conheço [pediram]” (Joel, Entrevista, 2012).

não se opôs, mas pediu um tempo para “conversar com alguém” e graças a sua amizade dentro da prefeitura não foi necessário a manifestação:

Teve já alguma coisa pra sair, inclusive eu era vice-presidente ainda, teve um protesto já iniciado no bairro. Eu perguntei, cheguei no pessoal, vamos dizer assim, no líder, que tava fazendo isso, pedi pra ele que me desse uns dias de prazo, que eu ia conversar com alguém. Porque era sobre o recapeamento do nosso bairro, uma ruas que não tinham nem condição de circular. Ele me deu esse prazo, então não teve protesto. Eu fui lá, conversei com o pessoal, que são muito meus amigos dentro da prefeitura, não vou mentir. E a gente conseguiu essa melhoria de trazer o recapeamento pra onde precisava e começou a rebaixar também a iluminação pública [...] (Joel, Entrevista, 2012).

Assim, Joel se mostra satisfeito com os serviços que a prefeitura vem prestando, apesar de pensar que “[...] dava pra fazer um pouquinho mais, eu acredito que dava” (Entrevista, 2012). Ao mesmo tempo que usa expressões como “pedir”, “conversar com alguém”, “ajuda”, Joel parece avançar na reflexão política e social – como a simpatia pelo atos públicos, por exemplo – e fala em cobrar direitos e lutar pela bairro. Desse modo, ele mescla elementos mais combativos e outros mais conciliatórios, como nesse trecho de sua entrevista, quando num primeiro momento ele fala em “cobrar” e “reivindicar” para em seguida afirmar a “ajuda” da prefeitura:

[...] A gente tem *cobrado*, a gente tem falado, a gente tem explicado, é a gente tem *reivindicado* junto ao prefeito a melhoria pro bairro, aconteceu já alguma coisa sim. Então o povo agora tá começando a brigar um pouco mais, desde os três anos que eu fiquei de vice, agora sou o presidente da associação, a gente vem *reivindicado* isso, eu não vou dizer que a gente não teve alguma *ajuda*, que teve sim (Joel, Entrevista, 2012, grifos meus).

Apesar de suas ideias não se transformarem em uma prática política mais reivindicativa, Joel possui um olhar dos problemas sociais distinto do que o senso comum e a própria sociologia poderia determinar para alguém próximo aos setores conservadores da sociedade. É o caso, por exemplo, da análise que ele faz a respeito do mundo do trabalho. O entrevistado faz considerações ácidas em relação à recorrente comparação da família ao local de trabalho feita por alguns empresários e salienta que o trabalhador menos remunerado é o primeiro a sofrer com os cortes de gastos.

A gente vê falar em respeito, a gente vê falar, ah, mas a empresa é uma família, eu vejo falar muito essa palavra, eu tiro a família da empresa, porque não é. Muitas vezes numa reunião isso acontece, é falado, mas na hora do vamos ver, lá dentro é totalmente diferente, lá na reunião com o engenheiro, com o gerente é a deus dará, mas lá dentro a coisa não funciona dessa maneira (Entrevista, 2012).



Assim, quando há necessidade de cortes de gastos na empresa,

O pequeno é o primeiro a pagar o pato, então isso é ruim, [...] ce fala em cortar gasto porque pegar aquele que ganha um salário mínimo? [...] Então é ruim pra ele, ele não vai conseguir um outro emprego. Ele só tá ali porque ele é um cara que ele tem perna mesmo, ele trabalha, e eu conheço há muitos anos que nem pessoas lá dentro que tem trinta anos de empresa, é o cara que trabalha mesmo, por isso que ele tá hoje, se não talvez não tava (Joel, Entrevista, 2012).

Desse modo, Joel formula uma crítica ao sistema empresarial. O que está por trás de sua fala é a percepção da supressão silenciosa de direitos conquistados pelos trabalhadores. Certamente Joel encontra estas referências nas análises que circulam pela sociedade – por meio de sindicatos e de outras agências de trabalhadores – apontando para as contradições do mundo do trabalho, mas também as vivencia, as confirma e as produz em sua experiência de trabalhador, que testemunha a existência operária como parte de um mecanismo de produção. Embora sua crítica não indique uma possibilidade de enfrentamento, defesa e ampliação de direitos, ele não consente com a exploração dos trabalhadores e contesta a livre negociação de salários, o que ocorre em seu local de trabalho. Tal situação decorre, em sua percepção, da omissão do sindicato, que não proporciona a participação da categoria nas negociações salariais com a empresa:

[Eu] digo pra você uma coisa, que o trabalhador brasileiro ainda é escravo, é, ele é escravo. Eu sou um empregado e eu falo isso de boca aberta: o trabalhador brasileiro ele ainda é escravo, porque deixar uma livre negociação de salário pra ser discutido, o coitado do trabalhador não tem acesso a nada, muitas vezes ele nem sabe o que vai vim pra ele de aumento, porque o sindicato não faz uma assembleia, não participa o trabalhador o que tá acontecendo, quando você vai saber é por boca da própria diretoria, da presidência da associação, da, da empresa. Mas nunca, pelo menos até agora, o sindicato não tem feito a assembleia, quando vai fazer uma assembleia faz lá no fim do mundo, que você não tem condições de ir, e que deveria ser local, eu acho. Depois sim passar pro sindicato patronal (Joel, Entrevista, 2012).

Nessa fala Joel esboça uma noção mais ampliada de democracia, sustentada na noção de participação de base, o que poderia criar condições para que o trabalhador participasse do processo de negociação em algo tão próximo a si como a questão salarial. Por outro lado, a crítica dele se restringe a uma análise externa ao sindicato, referido sempre na terceira pessoa. Assim, o entrevistado parece não se reconhecer como parte do sindicato e não pensa em ações para romper com esta prática de negociação de salários considerada prejudicial aos trabalhadores.

É interessante notar que essa concepção crítica não aparece na fala de Joel, quando o assunto é a associação de moradores. Assim, em sua prática associativa, a preferência não é

pela participação popular, mas pelas relações que se estabelece com os administradores municipais. Nesse sentido, este presidente parece alternar entre uma crítica mais aguda a sociedade e uma posição mais submissa e pedinte junto ao poder público municipal. Assim, de um lado, estão as questões trabalhistas e sociais, a forte sensibilidade social e intenção de ampliar a cidadania, a participação e os direitos sociais. Por outro, uma relação mais pessoal e voltada para vínculos particulares de resolução dos problemas do bairro, situação em que a participação popular e a política (o conflito público) cedem espaço para outra lógica, negociadora e governista.

Discursivamente Joel busca romper com um padrão conservador de atuação associativa, mas no momento seguinte regressa a este mesmo padrão. Nesse sentido, a disputa de distintos projetos políticos ocorre nas representações sociais e na ação dele. Em seu caso tal problemática parece equilibrar-se através da constituição de um repertório de estratégias de ação para conquista de distintas demandas. Nessa direção, é o grau de dificuldade e a possibilidade ou não de negociação pessoal que determinará se é preciso recorrer ao conflito.

O caso de Cléber, por sua vez, também é ilustrativo dessa apropriação seletiva de elementos de distintos projetos na prática associativa em Sarandi. Ao contrário de Joel, Cléber tem um histórico de participação em mobilizações populares passando pela luta contra a privatização da água e pela cassação do prefeito Milton Martini, além de muitas outras lutas de menor destaque em nível municipal e local. Cléber valoriza a participação popular e em sua fala são recorrentes expressões como “luta”, “comunidade”, “injustiça”. No contexto de sua narrativa, tais expressões remetem a um projeto político, cuja igualitarização das relações sociais esteja na base. Por outro lado, Cléber recentemente fechou um acordo com o prefeito, onde em troca de apoio da associação o prefeito se comprometeu a “trabalhar pro bairro”.

A análise da entrevista de Cléber revela suas referências e sua prática política. Ele é um remanescente da luta contra a privatização da água<sup>134</sup> e se refere a esta luta como a um marco político para Sarandi, resultado da união do povo:

[...] Eu acho que foi uma conquista do povo de Sarandi aquela luta lá, cara. Porque, igual eu falei pra você, o povo unido, cara, o povo unido ele tem força [...] Então foi, foi um basta, uns falam que eu foi dum jeito, mas eu falo assim: a comunidade unida, ela jamais será vencida, pode vir quem for. Então naquele ano eu acho que foi um marco pra cidade. E até hoje tá a água aí, não precisou de privatizar [...] (Cléber, Entrevista, 2012).

---

<sup>134</sup> Ver seção 3.

A retomada da percepção de Cléber sobre este momento se destina tão somente a notar a forma como ele concebeu o movimento, o que expressa, pelo menos em parte, sua concepção de organização popular. Com efeito, em seu quadro de referências, atos públicos, protestos, mobilizações populares, enfim, a abertura de um espaço público consta como estratégia legítima de conquista de direitos e melhorias para a população oprimida. A união da comunidade, desse modo, é tida como importante para a conquista de uma vida melhor. É importante também observar que esse processo ocorre por via coletiva e pública e, portanto, não sendo administrado e resolvido por meio de vínculos pessoais com as autoridades municipais.

Essa concepção participativa não fica guardada no passado, mas ainda é referência para Cléber atualmente, que entende que uma associação que conte com participação ativa dos moradores se fortalece e pode trazer bastante “avanço” para o bairro:

Quanto mais membros você colocar dentro de uma associação, quanto mais associado tiver, a associação pega força. [...] A gente tem as pesquisas na mão, a gente tem associação aqui no, no Sarandí mesmo que ela tá caminhando sozinha, por quê? Ela conseguiu engajar os moradores dentro, se *nóis* conseguir a gente vai avançar bastante (Cléber, Entrevista, 2012).

De acordo com Cléber, por meio da participação popular, eles poderão implementar o projeto “Bairro Bom de Viver”, o qual vem sendo arquitetado pela associação e tem por objetivo realizar uma mudança estrutural no bairro<sup>135</sup>. A concretização deste projeto faria uma grande transformação no jardim, já que, segundo Cléber, existe há mais de quarenta anos, contudo, ainda não é asfaltado, não possui posto de saúde, praças, tem muitos terrenos baldios com matagal, assaltos, tráfico de drogas e não tem políticas públicas para juventude. Nesse sentido, o projeto intitulado “Bairro Bom de Viver” buscaria atacar em todas as frentes visando construir um bairro estruturado e com assistência às famílias e jovens em situação de vulnerabilidade social. Cléber afirma que alguns elementos do projeto já estão sendo implementados:

[...] O projeto é o seguinte, cara: desde a pavimentação *asfalta*, o Bairro Bom de Viver existe lotérica, existe a reciclagem, que é um papel fundamental, que a gente tá junto com a Escola Youshio, a gente tá trabalhando este projeto. É, iluminação e posto de saúde, que hoje já nós não vamos mais precisar do posto de saúde, que já tá

---

<sup>135</sup> “Porque quando você faz um projeto, igual esse projeto ‘bairro bom de viver’, é um projeto que envolve, é, eu preciso de no mínimo trezentos, trezentos associados. Eu tendo trezentos associados dentro da associação, eu consigo trazer além das, das benfeitorias que pode vim em nome do, em nome do Governo Federal, daí eu não preciso mais do, da prefeitura. O bairro só, a associação através do seus, dos seus diretores e os associados, conquista verba ou recurso que pode construir algo maior do que a prefeitura” (Cléber, Entrevista, 2012)

sendo construído o hospital ali em cima. Já, já dá um passo bastante, aí a gente já tem, tem que ter um plantão da polícia no bairro, aí, aí a gente, nesse ponto aí a gente já tá bastante adiantado, porque vai sair a delegacia bem em cima aqui. Ah, a pavimentação *asfalta* vai descer por um pouco período de tempo aí já chega. A reciclagem tá encaminhada, bem encaminhada, então, quer dizer, tá se desenvolvendo. Mas é, no dia que eu apliquei esse, que a gente conversou sobre o projeto “bairro bom de viver”, eu falei, é em torno de quatro a cinco anos, pra ele tá enraizado. O único problema que nós tá encontrando aí é a lotérica, porque não é, é um órgão do governo, então precisa de lugar, não sei o que, um monte de burocracia (Cléber, Entrevista, 2012).

É interessante notar que se trata de um projeto de médio prazo, que levaria “em torno de quatro a cinco anos” para ser concluído. Esse projeto concebe a população como sujeito criador e possui contornos universalistas, no sentido de que aspira melhorar a segurança, saúde, educação, infraestrutura para todos do bairro.

Por outro lado, Cléber celebrou um acordo com o prefeito Carlos De Paula em uma clara estratégia de atrair a atenção do poder público municipal para o bairro: “É, nós tivemos a oportunidade do ano passado a gente ter fechado um acordo com ele, pra ele trabalhar pro bairro mais, aí. É por isso que a gente tá conseguindo muita coisa” (Cléber, Entrevista, 2012). Assim, ao mesmo tempo que Cléber elabora um discurso crítico, denunciando as dificuldades de ter acesso ao poder municipal, do abandono que o bairro enfrenta historicamente, ele procura atrair os olhares do prefeito e de pelo menos alguns vereadores, porque “se você não tá dentro da política municipal você não consegue discutir nada” (Cléber, Entrevista, 2012).

Não obstante a parceria firmada, Cléber não se esquivava das críticas ao prefeito, o que deixa ainda mais claro a consciência da sua escolha estratégica pela parceria com o mesmo:

O relacionamento com o prefeito é, olha, eu vou falar pro ce assim, é difícil, se fosse possível, hoje, hoje a gente tem, conseguiu é uma história aí com prefeito. Mas de cada, é, vamos supor assim, de cada doze meses que você vai lá, você consegue uma [...], uma conversa, a cada doze meses. É, nós tivemos a oportunidade do ano passado a gente ter fechado um acordo com ele, pra ele trabalhar pro bairro mais, aí. É por isso que a gente tá conseguindo muita coisa. Mas eu vejo cara, eu acho que a associação ela tem que ter relacionamento com o prefeito e o prefeito deveria e como obrigação como ele é, é um homem público, e ele é prefeito da cidade inteira: ele deveria não só ter compromisso com a associação, mas sim assumir as consequências que a associação precisa (Cléber, Entrevista, 2012).

Apesar de reconhecer que o dever do prefeito é com o coletivo, Cléber entende que somente se este acordo for mantido, mesmo com dificuldades de ter acesso ao prefeito, poderá avançar no atendimento das necessidades do bairro. Neste sentido, este presidente julga que a proximidade com os políticos ou com “a política municipal” pode favorecer a associação:

[..] Eu vou falar um coisa pro ce cara, é, eu gosto de participar, eu mesmo falo assim, eu sou um cara envolvido na política, toda a vida eu fui envolvido na política. E se você não tá dentro da política municipal você não consegue discutir nada,. Então eu participo, gosto de participar, vou atrás, pego, leio jornal, vejo o que tá acontecendo. *E, igual agora a pouco, agora liguei pro prefeito, antes de ce chegar eu tava ligando pro prefeito. Então, a gente fica animando quando a pessoa atende a gente e fala, assim, “não, vai acontecer isso aqui, isso aqui e isso aqui”*. Hoje, eu, penso assim, Sarandi hoje, ela tá numa, numa estrutura de crescimento novamente, que ela parou, agora ela tá crescendo de volta (Cléber, Entrevista, 2012, grifos meus).

Mediante os fatos mencionados, é possível afirmar que os casos de Cléber e Joel ilustram posições que mesclam elementos de um projeto político conservador e outro democrático-participativo, sendo comum trânsitos entre uma e outra concepção de mundo. Nesse sentido, estes sujeitos acabam por formular um padrão de atuação capaz de selecionar estratégias distintas, no intuito de minimizar as necessidades do bairro. O caso de Joel narra a constituição de uma conformação associativa que nasce de um grupo político, cujas relações pessoais e as decisões tomadas pelo alto são prática comum. Nesse sentido, Joel, ligado afetivamente a tais sujeitos, encara com naturalidade tal padrão de ação e o mobiliza quando necessário. Por outro lado, este presidente possui uma sensibilidade social aguçada e formula críticas às desigualdades sociais e a exclusão social. Todavia, tais críticas não são dirigidas aos políticos conservadores com os quais se relaciona e nem se tornam ações políticas.

Cléber, por sua vez, teve boa experiência nas lutas populares de Sarandi, participando de atos públicos, organizações e mobilizações por melhorias nos bairros. Apesar de crítico dos elementos não universalistas da gestão municipal, fez parceria com o prefeito, com o intento de conquistar mais “benfeitorias” pro bairro. Nesse sentido, a formulação de espaços públicos e o conflito, próprio da política, são colocados em segundo plano, com o intuito de minorar os problemas do bairro.

## 5.2 ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS

Diante do acima exposto fica evidente a complexidade e a heterogeneidade do associativismo de moradores no município de Sarandi. Mesmo com dois polos bem definidos, uma gama de associações opta por não se filiar cabalmente em nenhum deles e acaba por acessar seletivamente elementos de um e outro. Assim, trânsitos, seleção, combinação de elementos distintos, enfim, todas as possibilidades disponíveis são mobilizadas para alcançar o objetivo da associação. Nessa direção, a análise das redes sociais dos presidentes de

associações nos permite aprofundar um pouco mais na sua teia de relações sociais e perceber quais têm sido os atores centrais no processo de mediação entre a associação e as demandas.

Antes da apresentação dos sociogramas com as redes sociais são importantes algumas considerações teóricas. Uma das características da noção de projeto político é a disputa entre diferentes concepções de mundo, o que ocorre tanto na sociedade civil como no Estado, deste modo, é possível afirmar que não há um espaço que traz em si o germe da democratização, como alguns autores apontaram no que chamaram de sociedade civil revitalizada<sup>136</sup>. Parte importante da literatura recente tem apontado nessa direção. Marcelo K. Silva (2006) salienta que

O conceito de sociedade civil delimita um campo heterogêneo de atores sociais, os quais podem apresentar os mais diversos tipos de representações e práticas em relação à democracia (divergindo, geralmente, até mesmo sobre o seu significado). A sociedade civil se caracteriza, assim, tanto pela diversidade quanto pela mudança, fazendo com que não haja uma “natureza” preestabelecida, mas sim um contínuo processo de construção, reprodução e transformação dos atores, a partir das configurações geradas pelo campo de relações que estabelecem (SILVA, 2006, p. 175).

De acordo com o autor, é possível encontrar análises que identificam na sociedade civil virtudes essencialmente democratizantes e outras que criticam as supostas potencialidades de democratização da sociedade civil e passam a identificá-la com marcados traços clientelistas, autoritários e de baixa densidade participativa. Nesse sentido, segundo o autor

[...] Algumas análises que adotam uma perspectiva crítica em relação às potencialidades democratizantes da “sociedade civil” também apresentam um viés “essencialista”, mas de sentido oposto. Ou seja, contra o pressuposto do inerente caráter democrático da sociedade civil, é assumido o pressuposto da sua insignificância ou, em outras versões, da sua influência negativa à democracia. Ou seja, de “pólo da virtude”, que encarnaria a positividade e assumiria o protagonismo do processo de construção democrática, a sociedade civil se torna um espaço da reprodução das desigualdades, de tensionamento das instituições democráticas e/ou de esvaziamento da própria política [...] (SILVA, 2006, p. 159).

---

<sup>136</sup> Ao longo dos anos 1990 prosperou uma literatura cujos principais expoentes foram Sérgio Costa (ver, entre outros, 1994) e Leonardo Avritzer (ver, entre outros, 1995 e 1998). A grosso modo, tal vertente analítica sustentou que a Sociedade Civil seria, por meio das associações civis voluntárias, independentes tanto do sistema financeiro como do Estado, capazes de adensar e ampliar os problemas provenientes do mundo da vida e tematizá-los no espaço público, promovendo o alargamento da democracia, isto é, democratizando a própria democracia. Uma crítica a este modelo teórico pode ser encontrada em Gurza Lavalle (2001).

Diante de tais problemas, Silva busca superar esses “essencialismos maniqueístas” por meio de uma abordagem relacional e historicamente situada, que ao contrário de afirmar “determinadas características intrínsecas”, leva em consideração

[...] Que não existe uma relação unívoca entre sociedade civil e construção democrática. Ao contrário, esta relação apresenta diferenciações de acordo com os distintos contextos locais analisados, os quais constituíram, ao longo de suas trajetórias, configurações locais específicas, nas quais e pelas quais se definem as relações entre os atores da sociedade civil e a democratização da gestão pública (SILVA, 2006, p. 161).

Portanto, as possíveis características democratizantes das associações e movimentos alocados na sociedade civil não podem ser atribuídas a priori. Ao contrário, para determinar tais características é necessário investigar levando em consideração o contexto histórico em que o movimento se insere, bem como as redes relacionais dos sujeitos sociais. Nessa direção, o estudo das redes sociais – ou rede de políticas – é um instrumental importante para compreender a complexidade das relações associativas, os trânsitos e mediações entre diferentes atores sociais, como de resto todas as relações sociais. Com efeito, os diversos sujeitos sociais com os quais as lideranças associativas se relacionam exercem influência na forma como o sujeito estrutura sua inserção social e associativa, bem como indica os grupos aos quais pode recorrer para atender suas demandas.

Igualmente, as redes sociais iluminam a compreensão de atores sociais em trânsito entre a sociedade civil e o Estado. Tal concepção permite romper com as formulações que identificam Estado e sociedade civil como blocos fechados e impermeáveis. Segundo Moura e Silva (2008), o conceito de Rede de Políticas é uma referência importante para compreender a complexidade da sociedade civil e suas relações com o campo político-institucional, justamente por se tratar de um conceito aberto, que não pré-determina características a qualquer dos campos:

Apesar de destacar e focalizar as relações estabelecidas entre Estado e atores não-estatais, não há uma definição prévia da configuração de tal relação. Nesse sentido, o conceito de redes de políticas apresenta-se como um conceito que busca apreender diferentes padrões de relação entre Estado e atores não-estatais, além de analisar como tais padrões influenciam a conformação e/ou os resultados de determinada política (MOURA E SILVA, 2008, p. 47).

A técnica metodológica de análise de redes sociais é um instrumento importante para investigar o campo de relações de determinado sujeito. Trata-se de uma técnica com respaldo do Software UCINET que possibilita a construção de gráficos nominados de sociogramas, os



quais desenham espacialmente uma rede social, a partir de uma base de dados. Segundo Moura e Silva, tal técnica pode ser de grande valia para estudos sobre a participação da sociedade civil e suas relações com a política-institucional:

O pressuposto da existência de uma relação de interdependência entre os processos associativos no âmbito societário e a configuração do campo político-institucional, ao lado do desenvolvimento de instrumentos metodológicos para apreender a forma e o conteúdo desta relação por meio da ARS [Análise de redes sociais], possibilitam o desenvolvimento de uma abordagem não dicotômica, que seja capaz de apreender e analisar a fundamentação relacional tanto do associativismo quanto dos espaços institucionais de participação (MOURA E SILVA, 2008, p. 50).

A técnica de análise das redes sociais neste trabalho pretende ampliar a compreensão dos distintos projetos políticos, sobretudo nos seus pontos de trânsitos e de tensões. Desse modo, objetiva não apenas analisar as relações entre atores da sociedade civil e do Estado, mas também atores que ocupam posições diferentes na sociedade civil. Assim, o estudo das redes sociais, conjuntamente com as falas dos sujeitos entrevistados, indicam que os projetos políticos (estruturados em vertentes associativa distintas) não são blocos fechados e impermeáveis a outros quadros de referência – ou a projetos políticos. As redes sociais corroboram a tese de que pelo menos parte dos sujeitos se apropriam seletivamente de um quadro de referências que norteiam sua ação predominantemente, o que não impede, todavia, que recorra a outras matrizes discursivas para pensar e agir, em um misto de transição e ressignificação. Igualmente, busca-se manter vínculos estratégicos com os sujeitos sociais posicionados em distintos espaços sócio-políticos.

As informações para a realização dos sociogramas foram levantadas juntamente com as entrevistas semiestruturadas. Foi aplicado um questionário contendo o nome dos dez vereadores de Sarandi em atividade à época das entrevistas, do prefeito da gestão em curso, de ex-prefeitos, políticos e lideranças comunitárias, das igrejas católica e evangélicas, de sindicatos, da UNISAM e de todas as associações de moradores de Sarandi, sendo que o entrevistado deveria indicar se possuía alguma relação política com o nome proposto. Na tentativa de evitar polarizações, propomos um escala de 0 a 2, onde zero indicava que não possuía nenhuma relação com o nome proposto e 2 significava forte proximidade, sendo que 1 indicava uma parceria média. No entanto, o software UNICET trabalha apenas com os números 0 e 1, desse modo, todas as respostas que indicaram média ou máxima parceria política (1 ou 2) foram tabuladas como parceiros políticos. Tal procedimento não compromete os sociogramas, mas é preciso ter claro que o grau de parceria entre os nomes citados podem

variar, isto é, entre os “nós” das redes sociais há alguns que são mais próximos e, provavelmente, mais influentes que outros.

Ainda é importante esclarecer que apenas os presidentes entrevistados responderam os questionários. As associações que não foram localizadas e os demais nomes ou entidades da lista não responderam, apenas tiveram seus nomes disponíveis para serem assinalados como possíveis parceiros. Nesse sentido, os sociogramas indicam apenas os parceiros do ponto de vista dos presidentes entrevistados, de modo que não necessariamente há correspondência do nome assinalado nesta rede de relações. Tal questão é compreensiva, já que é bem provável que nossos entrevistados encontrem, por exemplo, em um deputado estadual ou federal um parceiro a quem recorrer, mas não necessariamente tal deputado tenha claro em sua memória a parceria daquele específico presidente ou associação. Assim, as redes sociais aqui analisadas partem sempre apenas do ponto de vista dos presidentes ou lideranças comunitárias entrevistados.

Foram elaborados cinco sociogramas que ilustram as redes sociais dos entrevistados. O primeiro deles apresenta as ligações entre todos os atores sociais e os demais apresentam as relações das associações com alguns setores específicos. Para não sobrecarregar demasiadamente os sociogramas, os nomes e sobrenomes de cada sujeito social aparecem indicados com suas iniciais, de acordo com o quadro abaixo. O quadro indica todas as possibilidades que os entrevistados tiveram para assinalar. Nele estão sistematizados os principais potenciais parceiros das associações de moradores e contemplados atores do Estado e da sociedade civil.

#### Quadro 5 – Significado das siglas dos sociogramas

VEREADORES	INICIAIS
Ailton Machado (PDT) <sup>137</sup>	AM
Belmiro da S. Freitas (PDT)	BSF
Aparecido Bianco (PT)	AB
Cilas Morais (PSB)	CM
Eunildo Zanchim (Nildão) (PPS)	EZ
João Lara (PSC)	JL
José Aparecido da Silva (Nito) (PSDB)	JAN
Rafael Pszybylski (Rafael do Povão) (PP)	RP
Reginaldo Alves dos Santos (Reginaldo da Saúde) (PSD)	RAS

<sup>137</sup> Suplente do vereador licenciado e chefe de gabinete do prefeito municipal de Sarandi Luiz Aguiar.

Roberto Grava (PSC)	RG
<b>PREFEITOS E EX-PREFEITOS</b>	
Aparecido Spada (ex-PT, Atualmente no PV)	AS
Carlos Alberto de Paula Junior (PDT)	CAPJ
Júlio Bifon (PSDB)	JB
Milton Martini (PP)	MM
<b>LIDERANÇAS E POLÍTICOS IMPORTANTES</b>	
Alfredo Peres (PT) <sup>138</sup>	AP
Deputada Estadual Cida Borguetti (PP)	CB
Deputado federal Edmar Arruda (PSC)	EA
Deputado Estadual Ênio Verri (PT)	EV
Luiz Aguiar (PPS) <sup>139</sup>	LA
Deputado Federal Odílio Balbinotti (PMDB)	OB
Ricardo Barros (PP)	RB
Walter Volpato (PSDB) <sup>140</sup>	WV
<b>PARTIDOS POLÍTICOS</b>	
Democratas	DEM
Partido Comunista Brasileiro	PCB
Partido Comunista Do Brasil	PCdoB
Partido democrático trabalhista	PDT
Partido Humanista da Solidariedade	PHS
Partido Progressista	PP
Partido Popular Socialista	PPS
Partido Republicano Brasileiro	PRB
Partido Socialista Brasileiro	PSB
Partido Socialista Cristão	PSC
Partido Social Democrático	PSD
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	PSTU
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Verde	PV
<b>ENTIDADES</b>	
Igreja Católica	IC
Igrejas Evangélicas	IE

<sup>138</sup> Líder Comunitário e ex-presidente da UNISAM.

<sup>139</sup> Vereador licenciado e chefe de gabinete do prefeito municipal de Sarandi.

<sup>140</sup> Empresário e presidente do PSDB de Sarandi

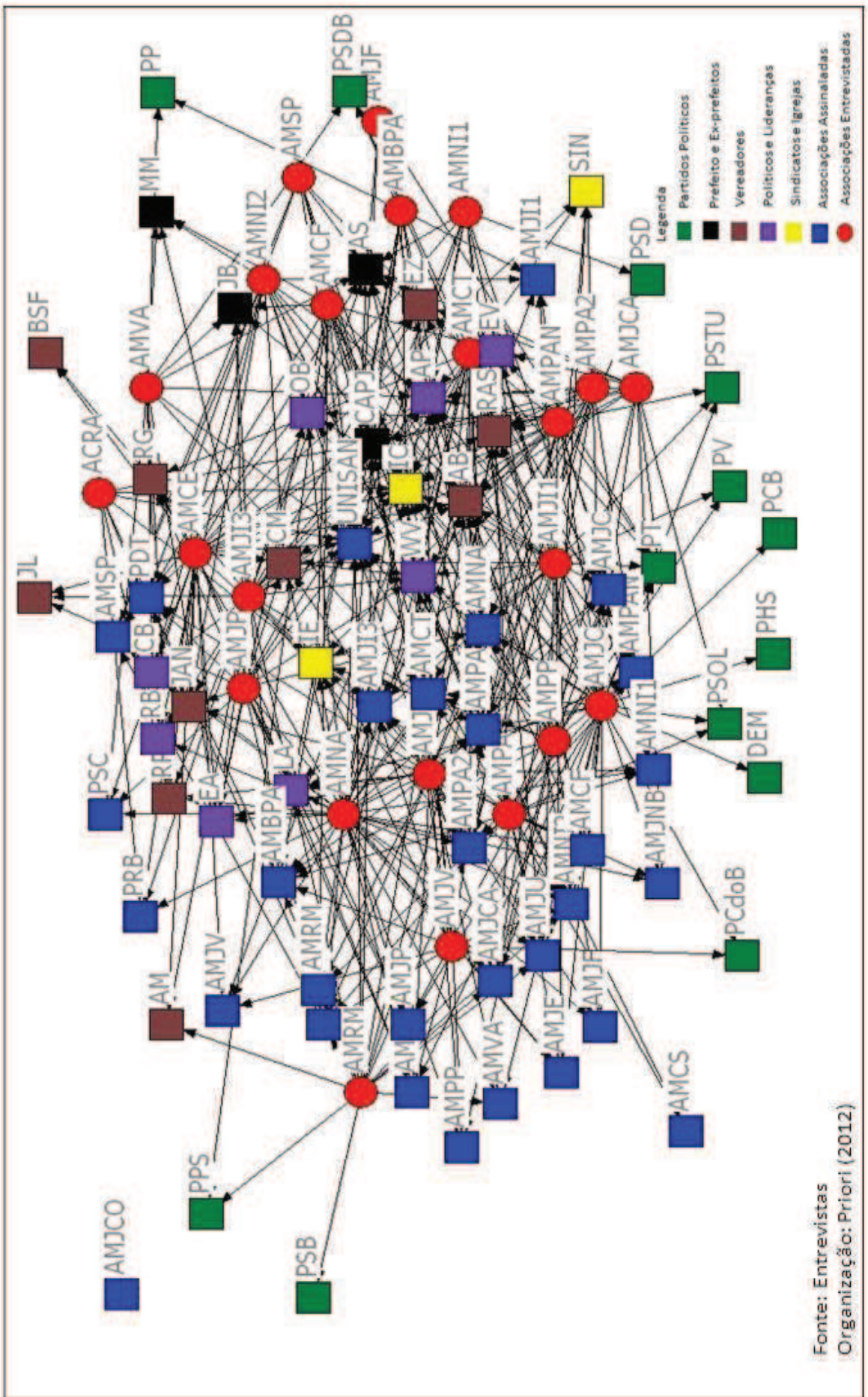
Sindicatos	SIN
<b>ASSOCIAÇÕES DE MORADORES</b>	
União Sarandiense das Associações de Moradores (UNISAM)	UNISAN
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Triângulo	AMCT
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Independência 2º Parte	AMNI2
Associação de Moradores e Amigos Parque São Pedro	AMSP
Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança	AMNA
Associação de Moradores do Jardim Verão/ A união faz a força	AMJV
Associação de Moradores do Conjunto Floresta	AMCF
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Sarandi	AMCS
Associação dos Moradores dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte	AMPAN
Associação de Moradores do Jardim Independência 3º parte.	AMJI3
Associação de Moradores do Jardim Independência 1º Parte	AMJI1
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Bertiooga	AMJNB
Associação de Moradores do Jardim Primavera e Prima Verão	AMPP
Associação de Bairro e Moradores do Centro e do Jardim Europa, Bela Vista e Perimetral Sul	AMCE
Associação de Bairro do Jardim Esperança	AMJE
Associação de Moradores do Jardim das Flores	AMJF
Associação de Moradores e Amigos do Parque Alvamar	AMPA
Associação de Moradores e Amigos do Novo Independência 1º Parte	AMNI1
Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Torres	AMJT
Associação de Moradores do Jardim Cometa	AMJCO
Associação de Moradores do Jardim Paulista	AMJP
Associação dos Moradores e Amigos do Parque Alvamar II e Jardim Tropical	AMPA2
Associação de Moradores e amigos do Jardim Universal	AMJU
Associação de Moradores e Amigos do Parque Residencial Bom Pastor e Alphaville	AMBPA
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Califórnia.	AMJCA
Associação de Moradores e amigos do Jardim Castelo	AMJC
Associação Comunitária do Jardim Santana	AMJS
Associação Comunitária do Distrito do Vale Azul	AMVA
Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Mauá	AMRM
Associação de moradores do conjunto residencial Alphaville	AMCRA

O sociograma abaixo apresenta as redes sociais completa dos entrevistados. Antes de tudo, parece um emaranhado de flechas e nós, mas provavelmente esta seja a maior contribuição da figura, pois, permite visualizar a complexidade das relações sociais, composta por um densa rede de ligações, algumas mais próximas, outras mais distantes. Também é possível identificar alguns sujeitos mais centrais e outros mais periféricos.

Em uma primeira análise é possível indicar a centralidade de alguns sujeitos sociais no tecido associativo sarandiense. De início é possível apontar que mesmo com as mudanças recentes e a aposta em um trabalho de negociações privadas, a UNISAM conserva a capilaridade frente às associações de moradores, aparecendo no centro do sociograma. Ao seu lado direito, um pouco abaixo no gráfico, encontra-se o atual prefeito Carlos de Paula (CAPJ), principal parceiro político e um importante responsável pela constituição da atual UNISAM. O vereador Bianco (AB) também aparece localizado centralmente, possivelmente pela sua capacidade de mobilização popular e pelo seu trabalho contínuo de cobrança política, o que o torna respeitado e/ou procurado até por sujeitos políticos não tão próximos a sua linha política, qual seja, popular, democrática e reivindicativa.



Sociograma 1 – Redes sociais Completa

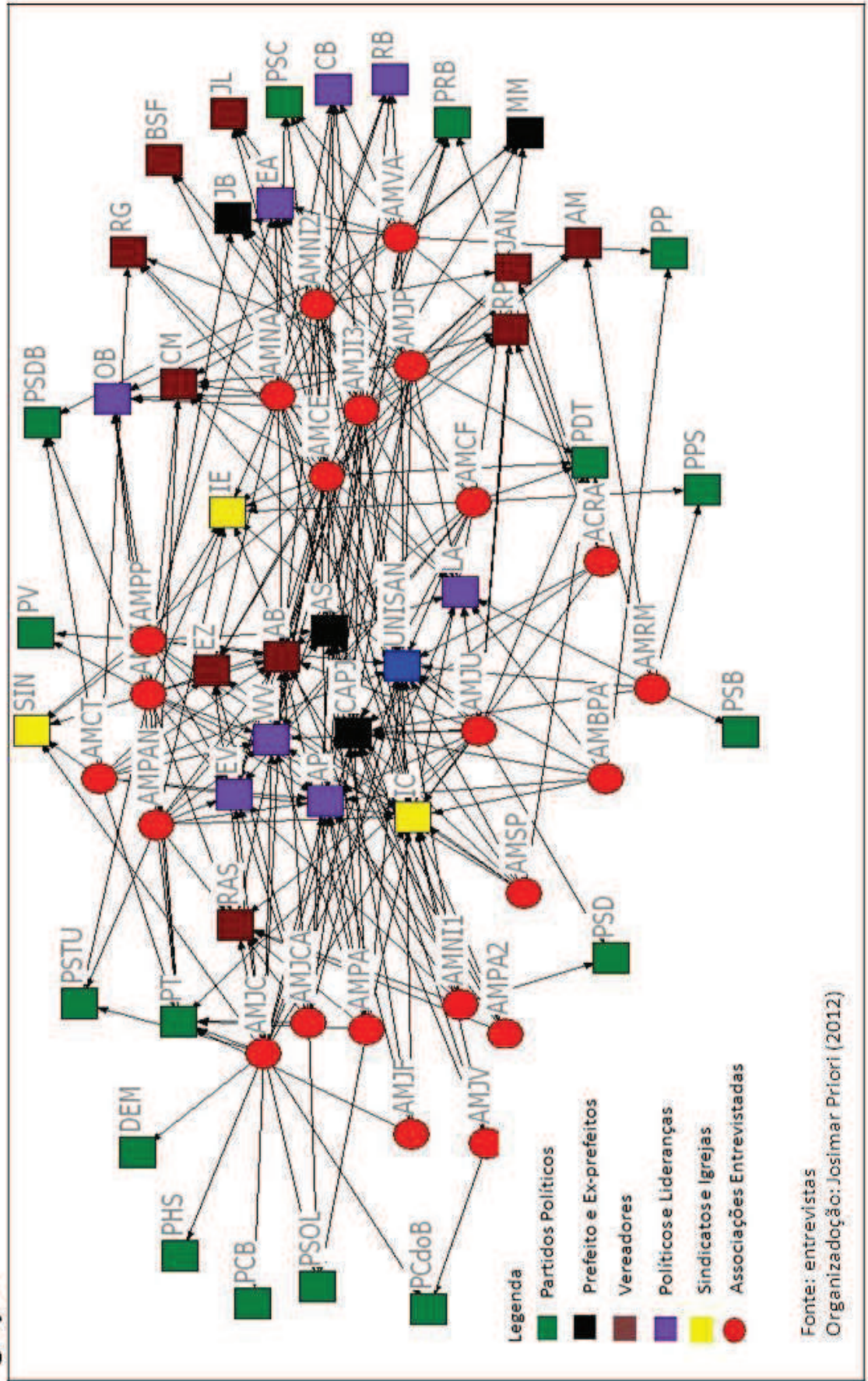


O sociograma 2 conserva as associações respondentes, mas as descarta quando assinaladas, mantendo os demais segmentos que podem se relacionar com as associações. Tal exercício permite visualizar com maior clareza as redes sociais externas às associações e permite inferir quais são os parceiros mais centrais. De imediato é possível afirmar a prevalência da personalidade sobre o partido político. Em Sarandi, com base nas entrevistas e nos sociogramas, é possível supor que as relações ocorrem muito mais com indivíduos a quem se pode recorrer quando precisar do que com entidades ou siglas partidárias. Exceção pode ser feita quando a instituição que estamos falando são as igrejas, sobretudo a católica (IC), que possui uma capilaridade muito grande e algum grau de proximidade com a maioria das associações.

Embora alguns poucos partidos são citados com maior frequência, como o PT, do ex-prefeito Cido Spada (AS – atualmente no PV) e o PDT do atual prefeito Carlos Alberto de Paula Junior (CAPJ), as relações e vínculos parecem se estabelecer diretamente com as personalidades que se destacam no cenário municipal, como é o caso do ex e do atual prefeito, já que ambos se encontram no centro do sociograma. É interessante notar, por exemplo, que o vereador Bianco (AB), embora esteja no centro do sociograma, seu partido, o PT, não recebeu tantas indicações quanto o vereador. O mesmo ocorre com o partido do prefeito Carlos de Paula (PDT), que apesar de possuir uma boa inserção nas associações, não foi tão citado quanto o prefeito. É digno de nota que alguns entrevistados confirmavam com o entrevistador qual era o partido do prefeito, antes de assinalá-lo.



Sociograma 2 – Partidos, Prefeito e ex-prefeitos, Vereadores, Lideranças Políticas, Sindicatos, Igrejas.



O sociograma 3, ao excluir os partidos, demonstra com maior clareza a centralidade do prefeito Carlos de Paula para o associativismo atual. O ex-prefeito, Aparecido Spada, confirmando a tendência governista de boa parte das associações, apesar de já estar há três anos fora da gestão municipal (à época das entrevistas), ainda é[ra] considerado uma referência importante. Boa parte desse prestígio se deve ao período em que exerceu o comando do executivo municipal, quando manteve relações próximas com as associações de moradores.

Sobre o atual prefeito, Carlos De Paula, sua proximidade com parte do associativismo já foi amplamente discutida na seção anterior. Assim, não convém delongar em considerações sobre ele. É importante, todavia, notar que a imagem do prefeito, elaborada por parte das associações de moradores, tem sido muito positiva, considerado um grande parceiro e empenhado em resolver os problemas da cidade, ou como disse Rodolfo, “fazer da cidade, sua casa, uma casa bonita”. Joel, por exemplo, entende que “o De Paula tá fazendo um bom trabalho” e declara voto ao prefeito, como forma de apoiar a continuidade das obras que tem executado:

E eu falo a verdade pro cê, nunca votei no De Paula, [...], se eu falar pra você que eu não voto nele eu tô mentindo, porque ele vem, ele vem fazendo as coisas, a gente vê, que eu ando muito em Sarandi, e vejo, sempre que eu ando tem alguma coisa fazendo no bairro, agora mesmo tá no Verão, recapeando o Verão. Tem a UPA que tá em construção, o hospital das clínicas tá pra sair, a guarda municipal. Então são coisas que ce vê que tá, que tá vindo, e o povo tá precisando e tá vindo, então tomara que continue assim. Tomara que ele muda esses postos de saúde que tem por aí, que acabe esse negócio de fila de consulta, que aí sim eu acredito que tem uma saúde decente (Joel, Entrevista, 2012).

Não raro, a imagem do prefeito Carlos De Paula aparece nas entrevistas relacionada com a do ex-prefeito Cido Spada, o qual governou o município por dois mandatos entre 2001 e 2008. Como vimos na seção 3, Spada chegou ao poder alimentando esperança da população por transformações. Se por um lado ele implementou importantes mudanças, por outro teve sobretudo um segundo mandato controverso. Deste modo, embora Spada tenha sido considerado um parceiro, sobretudo no período em que governou, as referências sobre ele aparecem com alguma ambiguidade.

Cléber entende, como já relatado, que Cido Spada realizou um excelente primeiro mandato, mas “no segundo ele relaxou”. De qualquer forma, o grande saldo da gestão do Cido foi, na avaliação de Cléber, ter colocado as contas públicas em dia, o que possibilitou a De Paula executar as obras que tem feito:

Até entanto que o De Paula tá fazendo porque, porque ele não tem dívida o município [não têm dívida]. Tá endividado agora, porque eu tenho certeza que tem dívida. Mais ele pegou o município [...], estabilizado, em tudo quanto é nível. [muitas obras que estão saindo agora foram] projeto do Cido, que tão saindo no De Paula. E, então, infelizmente não deu tempo dele fazer, o De Paula está fazendo, mas, mérito pra quem tá fazendo (Cléber, Entrevista, 2012).

Dirceu, como relatado na seção anterior, indica a parceria com o atual prefeito como uma ferramenta importante para desenvolver a UNISAM. Ainda assim, relata que na gestão de Cido Spada a União das Associações de Moradores teve muito apoio, sendo que talvez o tempo de governo do “Cido” tenha sido até melhor que o atual:

Pra UNISAM na época eu acho que o Cido era melhor, é. Mas eu não sei se existe uma lei que decreta isso, mas parece que ele ajudava mais. Em 2001 mesmo ele ajudou pra caramba o pessoal que era o Wilson Viana<sup>141</sup>, até repassava dinheiro pra UNISAM. Então a UNISAM tem uma história de cursinho lá atrás porque tinha dinheiro. Então a UNISAM hoje tem uma história de não ter nada porque não tem dinheiro, não tem repasse, que eu acho um absurdo. Poderia ter uma planilha de custo, quanto a UNISAM gasta por ano pra deslocamento, de presidente, fazer visita em bairro e tal, seria até um complexo maior pra que o prefeito pudesse tá sabendo mais as dificuldades do bairro e tal, então não tem isso. [...]. É a gente até teria alguns projetos, mas esses projetos hoje, todo mundo sabe que a lei de responsabilidade fiscal, ela mexe muito, ela não deixa muita coisa, ela limita muito (Dirceu, Entrevista, 2012).

Ainda assim, Dirceu salienta a parceria com o atual prefeito e reconhece o trabalho dele, inclusive, compreende alguns limites, como o limite da Lei de Responsabilidade fiscal, citada anteriormente:

Então a gente deu essa credibilidade pra ele, não tô puxando saco do De Paula, tem que falar o que é justo. O trabalho que ele tá fazendo, não sei se foi outros projetos lá atrás, o que que foi, mas o trabalho que ele tá fazendo, tá implantando é justo. Falar que ele tá administrando bem até agora, pode ser que pifa daqui pra frente (Dirceu, Entrevista, 2012).

Benedito também admite que “até que o De Paula tá trabalhando, tá fazendo as coisas” (Benedito, Entrevista, 2012), ainda assim, relata que durante o governo do Cido Spada sempre teve bastante facilidade para ter contato com o prefeito e para encaminhar suas demandas. Um caso relatado por ele foi a necessidade da criação de uma nova linha de transporte coletivo em seu bairro, então

Eu, primeiro, eu fui, olhei todas as ruas que ela ia passar. Aí na época eu chamei o Cido, senhor Cido Spada e o secretário dos transportes, pra ver, aí perguntei pro Cido, o Cido falou, “não, aí é facinho, é muito fácil, aí é só o senhor fazer um

<sup>141</sup> Presidente de UNISAM à época.

abaixo-assinado e mandar pra mim”, falou, “não manda pra vereador, manda pra mim”. Aí, assim eu fiz (Benedito, Entrevista, 2012)<sup>142</sup>.

Evidentemente, as relações dos prefeitos com os presidentes de associação não são plenamente harmônicas nem homogêneas e nem em todos os casos predomina o diálogo e a parceria. Conflitos também são recorrentes, como apontamos ao analisar a relação das associações de moradores do grupo democrático-participativo com o atual prefeito Carlos De Paula. Da mesma forma, Spada, como vimos na seção 3, em parte de seu governo, chegou a conflitar com seus correligionários e defensores de um projeto participativo.

Por outro lado, o, na época da entrevista, vereador Bianco, também aparece como uma referência importante na rede de relações dos presidentes de associação de Sarandi. O vereador, como indicado anteriormente, se notabilizou por ser um agente importante na constituição de novos sujeitos políticos combativos e reivindicativos, ao mesmo tempo que foi uma das poucas vozes de figuras estatais a chegar nas periferias municipais. Nesse sentido, boa parte dos presidentes no mínimo o respeitam por sua atuação. Contudo, é importante salientar que o padrão de ação de Bianco é diametralmente oposto ao do prefeito Carlos de Paula. Enquanto o vereador busca mobilizar a população e publicizar suas demandas, De Paula movimenta sua rede de assessores para atender o problema de forma personalista e individual. Como no próximo capítulo, discutirei especificamente a atuação do legislativo municipal, guardarei, por razões expositivas, maiores considerações sobre este vereador para aquele item.

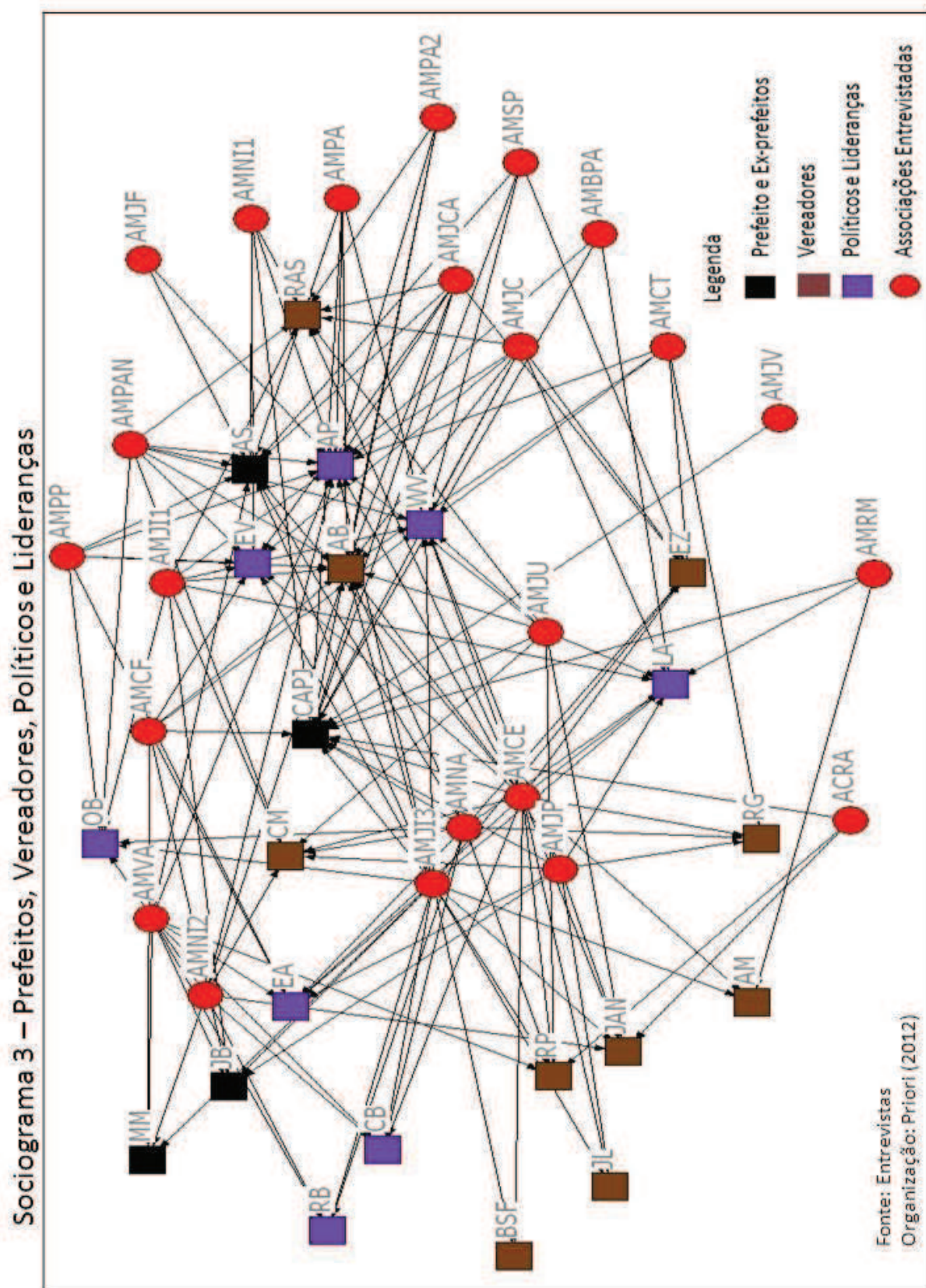
É importante ainda ressaltar que boa parte dos vereadores se situa às margens das redes das associações de moradores. Tal padrão pode ser explicado por dois fatores complementares. Por um lado, a atuação da maioria dos vereadores tem se caracterizado pelo atendimento individual aos moradores que os procuram, tentando atender suas demandas imediatas, o que não promove a criação de canais públicos de formulação de demandas. Por outro lado e possivelmente em consequência de tal padrão de ação dos vereadores, no

---

<sup>142</sup> Benedito continua seu relato: “então, aí eu peguei, mandei fazer o cabeçalho pra mim, um camarada fez pra mim, lá do RG lá, RC [deve ser GRC], lá, fez pra mim o cabeçalho, trouxe e aí eu dei uma *oiada*. Então na época eu não era presidente, dei uma olhada e achei que não tava certo. Aí, tem uns colegas que queria assinar, eu falei, não, não, ninguém vai assinar não, ele falou: ‘porque?’ ‘Porque tá errado, o cabeçalho tá errado’. Aí mostrei pro presidente [à época Benedito era membro da diretoria da associação], o presidente falou tá errado, “tô sabendo já, porque que tava errado, porque colocou só a nossa associação”. Eu falei, “não, vai ter colocar lá do Nova Aliança, vai ter que colocar a Associação do Nova Aliança, a Associação do Verão, a nossa e o Primavera, aqui em cima, que é aonde ela vai cruzar”. Aí nós incluiu as quatro, aí eu mandei fazer o cabeçalho incluindo as quatro associações. Aí fizemos o abaixo-assinado, mandou pro prefeito, dali 45 dias começou a rodar. É foi fácil” (Benedito, entrevista, 2012).



discurso dos presidentes é possível encontrar um grande descontentamento com o legislativo municipal. Também esta questão será explorada com mais detalhes no próximo capítulo.



O gráfico abaixo apresenta as redes sociais das associações de moradores no que tange aos partidos políticos e às instituições Igreja Católica, Igrejas Evangélicas e Sindicatos. Como mencionado anteriormente, os partidos políticos são pouco notados pelas associações, o que, contudo, não indica que as ideologias partidárias não exerçam alguma influência nas associações. Em geral, os presidentes são filiados a algum partido político e ainda estabelecem relações diretamente com dirigentes partidários, especialmente quando estes ocupam cargos no Estado. Nesse caso, a influência dos partidos nas diversas associações decorre do projeto político que portam. Assim, as associações ligadas a um projeto político conservador tende a ter relações com partidos tais como PDT, PSC, PSD, PPS e PRB. O bloco democrático-participativo, por sua vez, está mais próximo ao PT, PSOL, PSTU, PCB e mesmo o PSDB, que exerce oposição ambígua ao governo municipal.

A Igreja Católica, por sua vez, conserva sua influência frente ao conjunto das associações de moradores, denotando uma forte capacidade de se inserir em contextos diversos e a complexidade de sua organização. Em geral, não desenvolvem nenhuma atividade conjunta com as associações, no entanto, costumam utilizar os salões comunitários para atividades eclesiais e assistenciais. Por outro lado, os padres costumam apoiar as lutas populares, tais como cassação do prefeito, luta contra a vinda do lixo, luta contra o aumento do salário dos vereadores. Certamente a Igreja Católica é um agente importante a influenciar não somente as associações de moradores, mas toda a política local.

A Igreja Católica, assim, aparece com frequência nas narrativas dos entrevistados. Celso, por exemplo, entende que eventualmente as igrejas<sup>143</sup> tomam algumas posições erradas, mas afirma que “a igreja está em todas, a igreja está de parabéns, principalmente a Igreja Católica” (Entrevista, 2012). Como erro da igreja, Celso aponta o apoio dela para a manutenção do número de vereadores em Sarandi: “Eu acho que deveria ter discutido melhor isso, ela simplesmente tomou uma posição contra a quantidade de vereador nas Câmaras dos municípios, tomou a decisão de ser contra e não debateu, porque que ela é contra, porque que mais vereador seria melhor, ela não debateu” (Celso, entrevista, 2012).

Ainda assim, segundo Celso, “na maioria, 90% das lutas a igreja toma posição certa e a igreja tava com *nois* nessa luta aí” (Entrevista, 2012). Essas lutas que Celso se refere são as campanhas realizadas em nível municipal contra a luta contra vinda do lixo de Maringá para Sarandi e a cassação de Milton Martini, momento em que as igrejas foram muito participativas. Celso, analisando a luta pela cassação de Milton Martini, conta que os padres

---

<sup>143</sup> Apesar de não deixar muito claro, Celso se refere principalmente à Igreja Católica.

tiveram importante participação, inclusive estando presentes em atos públicos, embora tenham se afastado um pouco ao final das mobilizações:

Os padres no final eu não sei porque os padres deram uma afastada, mas no começo eles foram pra rua com *nois* mesmo, eles treparam em cima de caminhão. Agora, eu não entendi muito bem, eu não entendi muito bem, mas no final eles não treparam em cima de caminhão não. Nos finalmente mesmo eles não treparam em cima de caminhão, não andaram na rua, não fizeram passeata, mas no começo os padres foram pra rua, eles fizeram passeata. Eu acho que, eu acho que eles viram que o negócio ficou legal mesmo, que o povo foi mesmo pra rua, rapaz no dia da cassação mesmo tinha mais de mil pessoas na frente da Câmara, entendeu. Então eles viram que o caldo engrossou mesmo, eles já tinha feito a parte deles. Falou, não a massa já foi agora não precisa puxar mais, eu acho que foi por causa disso que eles deram uma maneirada no final. Mas no começo os padres foram pra rua, foram pra rua, pegaram no microfone, falaram no microfone (Celso, Entrevista, 2012).

Já nas atividades cotidianas das associações as igrejas exercem uma parceria mais discreta, em geral por meio do empréstimo do salão, realizando alguma atividade conjunta ou simplesmente pelo reconhecimento de trabalhos importantes para a comunidade. Joel, por exemplo, relata que é a associação quem presta auxílio à igreja, no caso a católica, e não o contrário:

Agora igreja, eu não vou dizer que a gente tem ajuda da igreja porque até hoje não. Nós temos o salão nosso, que usado toda quarta-feira pra rezar missa, sempre tem evento da igreja no salão, mas eu desconheço como qualquer ajuda deles [...] a gente fornece o salão pra rezar missa, pra fazer é outras coisas que eles fazem, sobre capuchinho, muita coisa já aconteceu no salão. Então a associação cede o espaço pra eles, sem cobrar nada também, é de graça. Mas dizer que eles tão colaborando, ajudando a gente, até hoje não (Joel, Entrevista, 2012).

No caso de Fátima o trabalho de assistência às famílias mais pobres é feito em conjunto com a igreja. Os pães arrecadados pela associação são repassados à promoção humana da Igreja Católica, que é quem se encarrega de distribuí-lo aos acamados:

A igreja, a associação, sim, ajuda, a associação tem um trabalho de distribuição de pães, que é esse trabalho que você viu agora<sup>144</sup>, eu passando, que ela vai, que ela é da promoção humana, uma pessoa da nossa associação, ela vai e leva pras pessoas acamadas, a associação é cadastrada junto ao Supermercado Canção, então estes pães antes de vencer, faltando três, quatro dias antes do vencimento, eles passam pra associação e nós repassamos pro povo e o povo faz o aproveitamento (Fátima, Entrevista, 2012).

---

<sup>144</sup> Durante a entrevista uma senhora chega e leva um saco cheio e pães arrecadados pela associação. Segundo Fátima, estes pães são distribuídos aos enfermos pela promoção humana, uma pastoral da Igreja Católica.



Anderson, por sua vez, relata não realizar nenhum trabalho conjunto com qualquer igreja, ainda assim entende como importante o trabalho realizado por estas instituições:

A igreja, ela tem o papel dela na comunidade, a gente não pode é nem comentar como ponto negativo porque ela tem o papel dela muito bacana na comunidade, na sociedade, que a gente vem acompanhando. Mas assim, com a associação de bairros não, eles não tem essa parceria com a gente, não, não tem, a gente precisava, a gente queria que de repente fizesse esse ponte, seria interessante, mas eles não tem (Anderson, Entrevista, 2012).

Em menor número, as igrejas evangélicas aparecem com menor destaque nas entrevistas e no sociograma, o que não significa que não exerçam alguma influência sobre as associações. Quando os entrevistados comentam igrejas em geral, parecem estar se referindo principalmente a Igreja Católica, no entanto, não deixam isso plenamente claro. Deste modo, denominações evangélicas são referidas geralmente de forma lateral, enquanto que outras matrizes religiosas, como as afro-brasileiras ou orientais, não foram mencionadas. Acerca das igrejas evangélicas, trata-se, no entanto, de um fenômeno pouco explorado e que requer estudos mais aprofundados. Aparentemente estas igrejas possuem uma forma de atuação específica, que nem sempre fica evidente nas entrevistas. A centralidade destas organizações no sociograma abaixo permite inferir que elas não são peso morto na organização das associações de moradores. O desenvolvimento de outras metodologias, como a etnografia, por exemplo, certamente permitiria conhecer mais profundamente estas instituições e sua influência nas configurações políticas associativas. Entre as referências às igrejas evangélicas, é importante destacar o relato de Valter, que ressalta que como a associação não tem condições de realizar trabalho social, eles apoiam a igreja Assembleia de Deus

Como eu não tenho condições, e o problema é aquele que você tem que ficar disponível pra ficar lá no CEASA, então eu não tenho, eu sou empregado. [...] então hoje o que eu faço? A igreja assembleia, inclusive o pastor mais alguns membros da igreja é da nossa chapa. Então hoje, o que eu faço, ele busca as coisas no CEASA e eu ajudo ele financeiramente, entendeu. Hoje, eu ajudo ele por mês, agora eu consegui, o patrão meu vai ajudar também um pouquinho, no combustível, então, na coisa que a gente pode ajudar é desse jeito aí (Valter, Entrevista, 2012).

Sobre o sociograma 4 ainda é importante esclarecer em relação aos sindicatos que, embora foram assinalados algumas vezes, não houve menção de nenhuma atividade conjunta com eles e nem algum comentário de acordo ou discordância à atuação dos sindicatos.

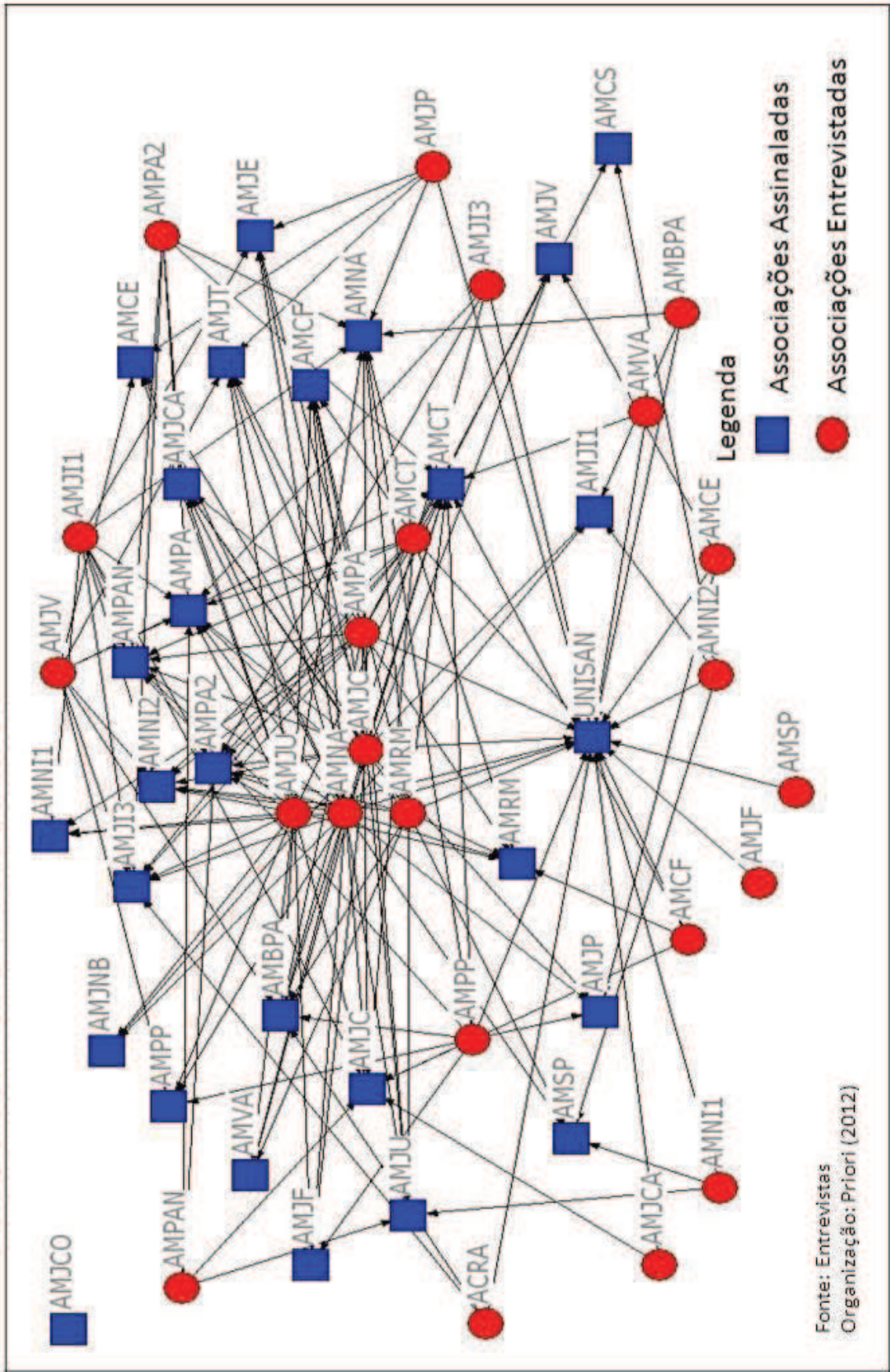


Finalmente, o sociograma 5 centra análise apenas nas redes internas às associações de moradores e a UNISAM. Com base neste gráfico e nas entrevistas semiestruturadas é possível afirmar que, apesar das críticas do campo democrático-participativo ao padrão atual da UNISAM, observa-se que esta entidade conserva uma importante centralidade no tecido associativo sarandiense. Com efeito, tal entidade tem por função congregar todas as associações de moradores de Sarandi e, portanto, se constitui como uma liderança “natural”, a partir da qual as associações traçam seu plano de trabalho e sua linha política. Desse modo, a parceria da UNISAM com a atual gestão, caracterizada pelo encolhimento de espaços públicos, facilmente chega aos bairros, e acaba por promover o encolhimento de espaços autônomos de organização popular, em benefício das soluções privadas, como discutido na seção anterior.

Nesse contexto, nenhuma associação específica desponta como hegemônica. Ainda assim, a Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança (AMNA) é um ponto de referência à vertente associativa mais conservadora por ser presidida pelo também presidente da UNISAM. O bloco democrático-participativo, por sua vez, encontra na Associação dos Moradores dos Jardins Panorama e Independência 2ª Parte (AMPAN) sua principal referência. No entanto, um bom número de associações formula uma estratégia de ação própria, com base nos projetos políticos que estão a sua disposição (Conservador, democrático participativo e seus intermediários), mesclando formas distintas de atuação e mesmo de pensamento. Nesse sentido, parece predominar um padrão mais conciliatório, governista, o que não os impedem, porém, que pelo menos cogitem a possibilidade de recorrer ao conflito para atender suas demandas.



Sociograma 5 – UNISAM e Associações



Esta seção objetivou narrar a heterogeneidade encontrada no interior do associativismo de bairro de Sarandí, o que não permite tão somente elaborar um padrão dual polarizado entre o projeto político conservador e o democrático-participativo. Na realidade, é possível encontrar sujeitos intermediários, mais próximos a uma ou outra configuração e que recorrem a estratégias distintas para alcançar seus objetivos. A análise das falas de dois presidentes de associação mostra a *seleção estratégica* dos diferentes projetos políticos. Joel é muito próximo a lideranças importantes do campo conservador e se vale dessa amizade para conquistar algumas melhorias para o bairro. Por outro lado, possui uma sensibilidade social muito forte e elabora críticas aos processos de exclusão social e exploração do trabalhador. Todavia, suas críticas até então não foram suficientes para romper com uma configuração personalista na associação. Já Cléber sempre esteve próximo ao campo democrático-participativo, inclusive participando de lutas históricas, como a contra a privatização da água de Sarandí. Todavia, vendo que os serviços não chegavam ao seu bairro acabou mudando de estratégia e firmando uma parceria com o prefeito Carlos De Paula. Apesar de manter as críticas ao mesmo, Cléber espera que por meio dessas relações pessoais possa conseguir que o bairro receba algumas obras de melhoria.

O exercício de análise das redes sociais, por sua vez, permitiu evidenciar o relacionamento das diversas associações com agentes tanto da sociedade civil como do Estado, bem como os trânsitos entre diferentes projetos políticos. Assim, longe de haver uma polarização entre sociedade civil e Estado, o que se constata é um fluxo frequente entre os distintos espaços. Esta metodologia permitiu também evidenciar a centralidade da UNISAM no associativismo sarandiense. Tal centralidade permite supor a capilaridade do projeto conservador, o que acabou por encolher significativamente o campo de atuação dos segmentos democráticos participativos, em um processo de encolhimento dos espaços públicos e de busca de estabelecimento de vínculos privados com presidentes de bairros.

A análise das redes sociais permitiu ainda identificar que o relacionamento das associações de moradores ocorre muito mais com personalidades do que com instituições, principalmente com os partidos políticos. Assim, recorre-se com maior frequência a indivíduos que ocupam posição de poder no Estado do que a sua respectiva sigla partidária. Nesse contexto, os dois agentes mais centrais atualmente são o prefeito Carlos de Paula e o, então, Vereador Aparecido Biancho. Este, apesar de marcadamente representante do movimento democrático participativo, possui também uma significativa inserção entre as associações que se opõem a tal padrão de ação política.

## 6 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, DIREITOS, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Imagine no possessions  
I wonder if you can  
No need for greed or hunger  
A brotherhood of man  
Imagine all the people  
Sharing all the world  
You may say,  
I'm a dreamer  
But I'm not the only one  
I hope some day  
You'll join us  
And the world will live as one  
(Imagine – Jonh Lennon)

Na seção anterior busquei caracterizar as redes sociais dos distintos presidentes de associação, bem como ilustrar os trânsitos que pelo menos alguns deles realizam ao incorporar seletivamente elementos oriundos de distintos projetos políticos. Nesse sentido, a disputa por projetos políticos não é simplesmente polarizada entre atores que se referenciam por uma matriz conservadora e outros que se fundamentam em uma matriz democrático-participativa. Na realidade, os diferentes sujeitos sociais incorporam de forma diferenciada, desigual, seletiva um ou outro padrão de ação, de modo que é possível encontrar não apenas uma relação polarizada, mas sujeitos intermediários, que se mesclam com estratégias que julgam mais eficientes para conquistar suas demandas.

A partir de agora passo a analisar as implicações de tais configurações para a cidadania e a democracia. Para tal exercício, adotarei o seguinte procedimento. Em um primeiro momento, apresentarei as considerações sobre a atuação do legislativo municipal, marcada por desprestígio explícito na fala de praticamente todos os entrevistados. Em seguida, busca-se compreender as dificuldades enfrentadas para a organização das associações de moradores e suas relações com os avanços e retrocessos da construção democrática. Por fim, procederei ao exame das percepções sobre direitos, cidadania e democracia. É importante ainda ressaltar que à medida que decorre a exposição, busca-se chamar a atenção para os distintos projetos políticos que fundamentam as falas dos presidentes, bem como para as tensões e trânsitos que são encontrados.

### 6.1 DEMOCRACIA E DESCRÉDITO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Se por um lado, como vimos nas seções 4 e 5, parte das associações fundamentam sua ação em um relacionamento diretamente com o prefeito municipal, por outro, o legislativo é

duramente criticado por praticamente todos os presidentes de associação de Sarandi. Ainda que com diferenças na formulação das críticas, tanto associações afetas ao campo participativo, ao conservador, como as que praticam a *seleção estratégica* rechaçam a atuação da Câmara dos vereadores, justamente por entenderem que os vereadores estão de costas para a população. Tal situação pode ser entendida como um sintoma do encolhimento dos espaços públicos que vêm ocorrendo atualmente em Sarandi.

A Câmara de vereadores deste município é composta por dez edis, que se reúnem para realização de sessões ordinárias, às segundas-feiras, a partir das 17h30min. Eventualmente, o presidente da Câmara convoca sessões extraordinárias, geralmente para votar algum projeto polêmico em regime de urgência. Assim como as próprias associações de moradores, a atuação da maioria dos vereadores está voltada para o executivo municipal, sendo que no período estudado, dos 10 edis que compunham a Câmara dos vereadores, nove apoiavam o governo municipal e apenas um realizava trabalho de oposição.

Marcados pelas relações pessoais e pela distância da maioria da população, os vereadores não gozam de boa imagem frente aos presidentes de bairro. Indagados sobre a relação com o legislativo municipal, os presidentes, em geral, tecem críticas tanto à atuação individual de cada vereador, quanto a forma como as sessões legislativas são organizadas. Cláudia, por exemplo, relata que, embora não participe de todas as sessões legislativas, procura participar das votações mais importantes, principalmente quando se trata de um projeto que desagrade os moradores. Mas, segundo ela, mesmo com protestos populares, os vereadores votam contra a população:

Eu não vou sempre não, mas sempre que eu posso eu vou, eu vou na sessão pra ver, principalmente quando é coisa polêmica, quando eles vão votar alguma coisa absurda, mas eles sempre votam, mesmo com protesto eles votam. Na época do lixo, do aumento da taxa do lixo então eles votaram, na época do salário deles, a gente sempre participa desses momentos mais polêmicos<sup>145</sup> (Cláudia, Entrevista, 2012).

---

<sup>145</sup> A presidenta de bairro se refere ao aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aprovado pela Câmara dos vereadores, mesmo sobre forte protesto dos moradores. Trata-se de um projeto do executivo apresentado no segundo semestre de 2010, com o objetivo de transferir para a população as despesas com a destinação do lixo, a cargo da prefeitura desde que o aterro sanitário de Sarandi foi privatizado em 2007. Com o reajuste previa-se a elevação da taxa de destinação do lixo de R\$ 0,84 para R\$ 1,50, o que significa um reajuste de 78%. Várias entidades se aliaram (associações de moradores e alguns partidos políticos, como o PT, PSTU, PSOL e PCB), realizaram protestos e chegaram mesmo a ocupar a Câmara dos vereadores. Porém, a despeito das manifestações, os vereadores aprovaram o aumento do IPTU. Assim, em 2011, os carnês já vieram com o novo valor para os moradores pagarem. Os protestos continuaram e os movimentos populares chegaram a organizar um projeto de lei de iniciativa popular, apresentado a Câmara dos vereadores com mais de três mil assinaturas, cujo objetivo era a proibição da vinda do lixo de outras cidades para Sarandi. Em meios às lutas, o movimento cobrou também a reestatização do aterro sanitário. Todavia, até o presente momento o projeto não foi colocado em votação na Câmara dos vereadores (Gazeta Maringá, acesso em: 13 fev. 2013; PSTU, acesso em: 3 jul. 2012).



A líder comunitária Cláudia não concorda com o comportamento dos vereadores, que preferem acatar o pedido do prefeito ou defender seus próprios interesses à vontade da população organizada. No entanto, Cláudia parece se resignar com a derrota imposta pelos vereadores ao mesmo tempo em que deixa de reconhecer o valor da própria mobilização popular para a construção democrática. A presidenta demonstra certo desânimo quanto ao poder de transformação popular ao reconhecer que os vereadores “sempre votam” seguindo seus interesses. Nesse sentido, ela, em certa medida, se conforma com o comportamento dos vereadores indiferentes à população:

Agora na sessão até que eu não gosto muito de ir porque eles fazem já um horário que é pra ninguém ir mesmo, aí tem um abençoado, que diz ser o secretário, que lê pra dentro, e você não entende nada do que ele fala, bararara, é como se tivesse rezando, aí você vai lá perder o seu tempo porque levanta é aprovado, desaprovado não sei, você não sabe o que tá acontecendo, então você vai lá perder seu tempo, aquilo não é, eles não diz nada com nada (Cláudia, Entrevista, 2012).

Cláudia toca em um ponto nevrálgico ao abordar horário que ocorrem as sessões legislativas, realizadas em horário comercial, e a forma como a assembleia é conduzida, com o secretário lendo de forma corrida, como se engolisse as palavras, o que dificulta a compreensão do que está sendo proclamado. Da mesma forma, não fica claro quando um projeto foi aprovado ou não. Também é comum conversas paralelas ou edis que atendem o celular mesmo quando um colega está discursando, outros chegam atrasados ou vão embora antes do encerramento da sessão etc. O levanta e senta nas cadeiras também é muito frequente. Assim, tudo ocorre como se a sessão fosse um mero protocolo a ser cumprido, quando as decisões já estão todas acertadas anteriormente.

Nessa direção, boa parte dos presidentes, em geral mais próximo a uma matriz político-cultural conservadora, parecem não valorizar a participação nas sessões legislativas. Valter conta não ver necessidade de acompanhá-las, pois, além de os vereadores “não fazerem nada”, o horário das sessões não possibilita a ele, que trabalha em Maringá, participar:

Primeiro que eu não vejo necessidade, porque eles não tem projeto nenhum, não vejo eles fazer nada, então, ce vai lá acompanhar eles fazer o quê? Nada! Segundo, o horário que eles colocam justamente já é pra você não ir, pra você não perturbar eles, então eu que trabalho aqui em Maringá não tenho como sair um horário pra ir lá ver uns caras que não trabalha, não faz nada, e também não vai fazer nada lá, esse horário que eles põem já é pra isso. [...] Mas já é pra isso mesmo, é pra você não perturbar eles, não ir lá, eu acho um absurdo (Valter, Entrevista, 2012).

Assim, Valter defende que seja criado algum mecanismo que permita a população escolher o horário das sessões:

Eu acho que deveria ter uma votação na população, vamos dizer que nem assim Sarandi tem a Rádio, pegar ou a própria Câmara e abrir, falar assim, que horário que vocês querem? Porque vocês recebem, os vereadores recebe pelo povo, o dinheiro que dá pra eles é do povo, então porque que o povo não pode dar o horário pra eles trabalhar? Porque eles tem que fazer a lei? Eu discordo, eu acho que quem deveria fazer o horário, que iria beneficiar todo mundo, pra todos por ir lá acompanhar seria o povo, não eles (Valter, Entrevista, 2012).

Valter vai além e chega mesmo a conceber uma democracia de base, a qual ele chama de democracia total. Na percepção dele, a Câmara dos vereadores perdeu a “autoridade”:

[...] É igual o horário do que os vereadores faz, eles faz o que é bom pra eles, os vereadores não faz nada, nada, absolutamente nada, o que que eles fazem de projeto social? Nada, eles enganam lá, um ou outro pra dizer que fez. Eles brigam entre eles na Câmara é pra chamar a atenção, aí vai lá e vota o salário deles, entendeu, então eu acho que a Câmara ela não tem que ter autonomia, autoridade só (Valter, Entrevista, 2012).

Assim, como os vereadores que aí estão votam a revelia do povo, este deveria assumir o processo decisório:

[...] Você coloca o cidadão lá, eles forma aquela corja, vamos falar assim, e aí o que que acontece, eles decide, eles decide o horário pra eles, eles decide as reunião quando vai ser, eles decide as férias, eles decide o que vai gastar, o salário, viagens, entendeu, eles decide, e acho que não é por aí, eu acho que quem deveria decidir é o povo, faz o projeto e põe o povo, ó, este projeto é pra isso, serve? Serve, esse projeto é bom (Valter, Entrevista, 2012).

Nesse sentido, Valter formula um modelo democrático em que o povo se auto representaria:

Eu acho que ela [a Câmara] tem que ser representada pelo povo, entendeu. Não dar o direito deles votar o que eles querem e fazer o que eles querem, eu acho que todo projeto teria que passar na mão do povo, entendeu. Na minha opinião, eu acho que isso aí seria uma democracia total. Porque não você pegar e eleger um cara que vai lá e vai fazer o que ele quer, o que é bom pra ele, eu acho que não é por aí, eu acho que o eleitor, ele deveria provar se a pessoa tem capacidade (Valter, Entrevista, 2012).

É muito interessante esta consideração de Valter: ele formula uma concepção democrática do legislativo centrada na participação popular nas decisões legislativas. Todavia, não explica como isso deveria ser encaminhado, se por meio da luta popular para conquistar este direito ou se esta iniciativa deveria partir dos vereadores. Não se trata aqui de

filiação as propostas concretas elaboradas historicamente pelos movimentos sociais por democracia participava e direta, mas de uma ideia que ele formula sem refletir muito como isso poderia ser instrumentalizado. Nesse sentido, parece que tão somente é expressão do descontentamento que ele cultiva em relação ao legislativo municipal e, portanto, não vinculada a uma proposta de transformação e aprofundamento democrático.

É importante destacar que o horário que ocorrem as sessões legislativas também foi muito questionado nas entrevistas. Benedito, por exemplo, conta que antigamente as sessões aconteciam às 20 horas, horário em que podia ir, mas quando foi mudado para as 17h30min inviabilizou sua participação:

Agora ultimamente tá difícil pra mim ir. É que devido também esse horário deles, segunda-feira cinco horas<sup>146</sup>, a gente tá trabalhando. Então, depois que mudou esse horário, porque eu ia, toda segunda-feira eu ia na Câmara. Mas quando era à noite, era, oito horas, mas depois passou pra cinco horas, aí ficou difícil (Benedito, Entrevista, 2012).

Caetano, na mesma direção, dispara sua crítica contra o horário das sessões da Câmara dos vereadores. Na sua avaliação, se trata de um instrumento para evitar a participação dos trabalhadores nas decisões municipais:

[...] O horário das reuniões dos vereadores lá, das sessões deles, eu acho que é um horário que eles estabeleceram lá pra população ou a classe trabalhadora não ir: que é das cinco e meia pra frente. Cinco e meia o trabalhador, o povo que trabalha, tá no serviço, tá no emprego, então como que, que a maioria vai acompanhar as sessões deles se tá no trabalho? Não tem como, então esse horário das sessões deles tem, teria se eles realmente quer participar com o povo, teria que ser mudado (Caetano, Entrevista, 2012).

Nesse sentido, a atuação dos vereadores se classifica pelo elitismo de sua ação, voltados, na percepção de Caetano, para si mesmos:

[...] Eles decide a, decide as decisões deles entres eles e num pega [...] a decisão do povo, que o povo quer, eles não pergunta o que que o povo quer. Eles decidem lá entre eles e aprovam e tá bom. Resolvendo o problema deles a população que, que, que, se viram. [...] Então eles faz as coisas todas às escondidas (Caetano, Entrevista, 2012).

No entanto, as críticas aos vereadores não se restringem à sua atuação no interior da Câmara dos vereadores. Da mesma forma que parte dos edis tensiona para suprimir o processo público durante as sessões, eles não são vistos pelos presidentes nos bairros

<sup>146</sup> O As sessões legislativas se iniciam, na realidade, às 17h30min.

dialogando com a população e levantando problemas. Ivani, por exemplo, relata que seu bairro dificilmente é visitado pelos vereadores. Por outro lado, ela relata que também não se esforça muito para acompanhar seus trabalhos nem levar reivindicações até eles, já que goza de contato direto com o executivo municipal, o que faz com que deixe um pouco de lado os vereadores:

[...] Não gosto muito de criticar um ou outro não. Mas nós não temos participação de vereadores, não. Eu não lembro de nunca ter uma reunião, um vereador pediu, não temos participação ativa de nenhum vereador. [...] eu sempre que possível eu tô acompanhando, é igual eu falei pro ce: eu sou associação. Então sempre que possível eu acompanho, sempre que possível eu tô presente. E é igual eu te falei, sempre eu preciso eu vou direto a fonte [prefeito]. Então como não me foi negado os vereadores ficam um pouco de lado (Ivani, Entrevista, 2012).

Nessa direção, assim como os próprios vereadores, Ivani se volta para a negociação diretamente com a prefeitura municipal: “[...] não tô tendo muito vínculo com vereadores não. Uma porque eles não aparecem, vão começar a aparecer depois de julho, (risos)” (Ivani, Entrevista, 2012). Ela conta que os vereadores começarão a aparecer depois de julho, em decorrência do período eleitoral, momento quando eles costumam se dirigir às suas bases para angariar votos.

Rodolfo, por sua vez, conta que, apesar dos laços de amizade que cultivava com todos os vereadores, eles deixam muito a desejar no que concerne ao seu trabalho de vereança. Este presidente viveu por mais de quinze anos no Conjunto Mutirão e, em sua avaliação, a maioria dos vereadores jamais se interessaram em lutar para solucionar o problema deles. No entanto, quando o único vereador, e hoje prefeito, que sempre atuou em sua comunidade conseguiu “resolver o problema”, muitos vereadores buscaram lucrar com a situação: “quando *nois* teve o desfavelamento nosso lá, no dia de derrubar lá as casa lá, apareceu todo mundo. Teve vereador que [eu] nem sabia que era vereador tava andando lá dentro, entende” (Entrevista, 2012). Assim, Rodolfo relata que

Os vereador da cidade de Sarandi, eles nunca se interessaram. E posso até falar pro ce, eles são todos meus amigos, gosto muito deles. Mas a verdade tem que ser dita, a gente conviveu quinze anos e pra erguer uma bandeira depois de feito tudo o serviço e fácil de erguer, o duro é o ce trabalhar em cima dela. E como a gente conviveu, eu falo pro ce, convivi quinze anos naquele mutirão, a gente sofreu, dava enchente, invadia a casa, é, tinha que correr atrás de lona pra cobrir os móveis, e nessas horas difícil nunca apareceu um vereador, era pouco vereador que aparecia, se chama Carlo De Paula que ia lá de vez em quando visitar a gente [...] quando ele era vereador, e daí a gente tinha aquela amizade com o De Paula, não era puxar saco de ninguém não, mas o que tem que falar eu falo na cara de cada um deles, não devo nenhuma obrigação pra eles, porque eles não fizeram até agora nada pra mim, e nem

pra associação e nem pra associação e nem pros morador aqui do conjunto (Rodolfo, Entrevista, 2012).

Assim, ele entende que o vereador deve estar presente na vida da comunidade, sendo visto e dialogando com a população:

Então, eu acho que o dever dos vereador era correr bairro por bairro, ver quem precisa duma ajuda, correr atrás da assistência “socialismo”, pra ver aquelas pessoas que tão pegando cesta que não precisa. Fazer um programa de cortar, porque tem como cortar muita doação. Tem pessoa que não precisa pegar a cesta, mas tá pegando de quem precisa talvez. Fica “complicado”, eu falo pro ce, vereador de Sarandi, eles me desculpe, são meus amigos particularmente, mas como profissão eu dou nota zero pra eles (Rodolfo, Entrevista, 2012).

Diante da fala de Rodolfo citada acima é importante notar sua rejeição ao trabalho realizado pela assistência social municipal. Na avaliação dele, boa parte dos que procuram cesta básica e outras formas de auxílio são aproveitadores e pessoas que não querem trabalhar, que acabam recebendo ajuda sem precisarem. Assim, Rodolfo defende que sejam atendidas apenas as pessoas que são acamadas, doentes ou que comprovadamente precisam do auxílio:

Eu canso de brigar com eles lá em cima por causa disso aí, ce tá na assistência social, ce vê pessoas que podem trabalhar saindo com cesta nas costas. Aí chega lá fica o dia inteiro comendo, eu canso de brigar. Mas eles fala: “isso aí é a norma, porque eles fazem a ficha e tem que vir a cesta deles”. Eu já sou contra esse tipo de coisa, eu acho que a assistência social tem que ser assim, te dei uma cesta hoje, que dá pra valer quinze dia, dentro de quinze dias ce consegue arrumar um servicinho pra você trabalhar. Eu sou muito contra esse tipo de coisa, porque é o seguinte, a assistência social é pra aquela pessoa que tá acamado, doente [...]. Então esse tipo de trabalho que a assistência social tem que ajudar, com uma cesta básica, com leite, com fraudada, que, da hora pra outra a pessoa tá andando, cai numa cama, aí dificulta tudo (Rodolfo, Entrevista, 2012).

Desse modo, para Rodolfo, o trabalho dos vereadores deveria se concentrar em atuar nessa direção, procurando encontrar as pessoas que “realmente precisam” de auxílio:

E, vou falar a verdade pro ce a verdade, é o seguinte: os vereador tinha que olhar mais pra esse tipo de coisa com o tempo que eles estão viajando, fazendo suas festas, porque hoje quem paga o salário dos vereador são a comunidade, é, o trabalho deles, algum deles hoje tá mudando a cabeça deles que tá em época da campanha agora, tá chegando a época de campanha, quer mostrar algum servicinho, mas é tarde demais. Opinião minha hoje, se fosse pra mim votar algum vereador desses aí, são todos meus amigos, mas eu não, gostaria que mudasse toda a cadeira, todas (Rodolfo, Entrevista, 2012).

No entanto, é importante notar que apesar de não reconhecer o trabalho dos vereadores, Rodolfo, ligado ao prefeito municipal, afirma que o chefe do executivo precisa

desses vereadores. É no mínimo curiosa essa relação: por um lado a Câmara Municipal é tão criticada pelos presidentes, enquanto o prefeito é louvado. Por outro, a grande maioria dos vereadores são aliados do prefeito municipal e chancelam seu governo, todavia, os presidentes de bairro do mesmo campo político que os vereadores, formulam duras críticas aos edis<sup>147</sup>. Em Rodolfo essa contradição fica explícita e ele acaba por não entender muito bem a proximidade do prefeito com os vereadores. Ora, se o prefeito tem feito um ótimo trabalho e este trabalho é apoiado e chancelado pelos vereadores, porque então não admitir que eles possuem uma parcela de participação nesse bom trabalho do prefeito?

Porque, eu acho o seguinte, a renovação, precisa de renovação, nós conseguiu acertar com o De Paula, o De Paula foi o prefeito do ano, foi o prefeito do povo. *Só que o De Paula também acho que também precisa desses vereadores que tão aí hoje. Não sei se tá sendo bom pro De Paula ou não*, eu sei que pra população de Sarandi não vi muita coisa, pra nós mesmo, eu falei pra mim, do Mutirão, quando *nois* teve o desfavelamento nosso lá, no dia de derrubar lá as casa lá, apareceu todo mundo. Teve vereador que [eu] nem sabia que era vereador tava andando lá dentro, entende? (Rodolfo, Entrevista, 2012, Grifos meus).

Na percepção de Leonardo, por sua vez, não há interesse dos vereadores em “trabalhar” pelo bairro: não procuram saber quais são as dificuldades dos moradores, tampouco quais as prioridades. Assim, o que ocorre, na verdade, é que os edis desejam que a associação trabalhe pra eles. A única exceção que pode ser feita é a do vereador Bianco que, segundo Leonardo, procura se inteirar das questões do bairro e batalhar pela população:

O vereador tem que fazer, chegar ne mim como presidente de bairro: “Leonardo, o que que você acha, pega umas assinaturas de uma pessoa aqui, me ajuda que eu não posso fazer tal rua, que que ce pode fazer”. Não há esse contato com eles, não existe isso daí, é essa que é a formula que eu acho que eles não tão colaborando. *Eles querem, que a associação de bairro participem, mas a parte deles não tão fazendo*. O Bianco, o Bianco, por exemplo, ele é um cara que é batalhador, é o único cara que eu vejo ele marcando aquelas reunião, uma coisa ou outra, é o único. De todos os vereador é o único que marca reunião com as pessoas para que discuta a respeito disso daí. Porque o resto não faz isso aí. Então nós temos carência dum político aqui no bairro, tem muito, muito e muito (Leonardo, Entrevista, 2012, Grifos Meus).

Márcia e Ângela<sup>148</sup> seguem na mesma direção de Leonardo e afirmam que, embora Sarandi conte com dez vereadores, há apenas um que realmente “trabalha”, se referindo ao vereador Bianco. Segundo Márcia, na Câmara municipal: “[vereador] que trabalha é só um [...] Que trabalha é só um. E o único que da um alô pra gente é o Bianco, mas a gente tem que

<sup>147</sup> Outra variável explicativa, que não foi explorada nesse trabalho, pode ser a concorrência que há entre os vereadores e os presidentes de bairro, sendo que estes últimos aspiram a uma cadeira no legislativo, enquanto os atuais edis buscam isolar os presidentes para não terem o seu lugar ameaçado.

<sup>148</sup> A entrevista nesta associação foi realizada conjuntamente com a presidente e a vice.



ir lá falar, ou, tô aqui, to aqui, ó [...] é, o único que atende as pessoas tem sido o Bianco” (Márcia, Entrevista, 2012). Ângela, ainda mais simpática ao trabalho do vereador, relata que ele já organizou diversas reuniões em seu bairro: “[...] muitas, muitas reunião. Tem vez que ele comunica pra gente que, se a gente pede pra ele, ele vem, pra reunir o pessoal, igual eu falei pra você, só que é poucos, é [que participam]” (Ângela, Entrevista, 2012). Ângela ainda destaca que este vereador é atuante em todos os bairros:

E ele trabalha não só aqui pro nosso bairro, quando pede pra ele, como pra todos os bairros de Sarandi. Não sei você, você tá fazendo a pesquisa, não sei se já falaram pra você, eu acho que ele é o melhor vereador que tem. Pelo menos quando a gente bate na porta dele, eu, tem hora que eu acordo ele 7 horas da manhã pra dar bronca nele, mas acordo, pra ele. Ele me atende, nunca foi mal educado comigo, sempre foi ótimo com gente. Só que ele não faz mais porque, como que ele vai fazer sozinho também? (Ângela, Entrevista, 2012).

De fato, o vereador Bianco tem aglutinado em torno de si as ações políticas independentes do pacto governista, o qual não atrelou apenas associações de moradores, mas um amplo espectro político, que reúne ainda vereadores e boa parte dos partidos políticos de Sarandi<sup>149</sup>. Bianco tem se notabilizado por sua liderança nos movimentos sociais, atuante desde estudante da educação básica, quando foi um dos protagonistas da luta contra a privatização do Departamento de Água e Esgoto, passando pela associação de moradores e cumprindo mandato de vereador entre 2009 e 2012, período em que deu continuidade a organização popular e à atuação política em defesa das classes oprimidas. Bianco é conhecido na cidade pelos atos públicos e protestos que organiza, tais como fechamento de ruas, panfletagens e as já citadas reuniões de organização política nos bairros. A característica central de seu relacionamento com a população é reconhecê-los como sujeitos de direitos. Nesse sentido, ao intermediar alguma demanda busca afirmar o direito do cidadão em acessá-la. Da mesma forma, trabalha no sentido de incentivar a população para a organização e a mobilização autônoma, livre de pactos privados e particularistas.

Nesse sentido, movimentos sociais, partidos de esquerda (PSOL, PSTU, PCB e PT) e as associações de moradores que compõem o campo democrático-participativo tiveram neste vereador um importante verbalizador de suas demandas, necessidades e denúncias no legislativo municipal. Por meio deste mandato uma série de agentes políticos não apenas no

---

<sup>149</sup> Atualmente, os partidos que têm manifestado oposição ao governo sarandiense são apenas o PT, PCB, PSTU e PSOL. PV e PSDB, embora de maneira hesitante, também são oposição ao governo municipal.

município, como no estado e mesmo na União, foram procurados para intermediar a resolução de problemas que excedem as atribuições municipais<sup>150</sup>.

Dentro do campo democrático participativo, a associação de Felipe tem se destacado na organização dos movimentos de protesto e contestação. Não coincidentemente, Bianco é oriundo e membro dessa associação e tem exercido um importante papel na organização da mesma, inclusive colocando o seu gabinete ao longo de seu mandato de vereador (2009-2012) à disposição para estabelecer contato entre as associações e entidades de Sarandi. É importante notar que, nesse campo, embora também seja possível encontrar fortes críticas aos vereadores, elas não se homogeneízam como se todos os edis fossem iguais – representantes dos mesmos interesses –, nem se dirigem à Câmara dos vereadores como um todo. Trata-se, nesse caso, de criticar não o legislativo sarandiense, mas um padrão de ação de boa parte dos edis.

Por um bom tempo o vereador Bianco contou com a parceria do vereador Reginaldo Alves dos Santos, também eleito em 2008 pelo Partido dos Trabalhadores<sup>151</sup>. No entanto, em 2011, Reginaldo trocou o PT pelo recém-criado Partido Social-Democrata (PSD) e passou a compor a equipe de aliados do executivo municipal, deixando Bianco isolado no legislativo. Celso, por exemplo, relata que, com exceção do Bianco, os vereadores não se importam com o fortalecimento das associações:

Eles deixam a associação meio abandonada também. Eles não são muito preocupado com associação não, é, alguns, alguns vereador procura buscar apoio político com as associação. E no caso tem um vereador só na Câmara que procura atender as associação, no sentido de atender politicamente e corretamente. Que é cobrar melhoria pra cidade, tem um vereador que faz isso, tem um vereador que faz, o vereador Bianco (Celso, Entrevista, 2012).

Em sua avaliação, os vereadores buscam mais as relações diretamente com os indivíduos, por meio de relações privadas e de assistencialismo. Celso salienta, nessa direção, que Reginaldo teria optado pelo novo partido, porque dentro do PT ele sofria críticas por suas práticas assistencialistas: “tanto que tem vereador que até mudou de partido pra poder fazer isso [assistencialismo], que é o caso do Reginaldo. Então eles fazem isso bastante, só não faz mais porque senão financeiramente eles [quebram]” (Celso, Entrevista, 2012).

---

<sup>150</sup> Dois exemplos importantes dessa ação são as reuniões realizadas com membros do DNIT, DER, RMM e deputados estaduais e federais para reivindicar a construção de viadutos na Avenida Colombo, no perímetro urbano de Sarandi. Por outro lado, os membros da União foram procurados para reivindicar a instalação de um Instituto Tecnológico (IFPR) em Sarandi. Nestes encontros, liderados pelo campo democrático-participativo, são convidadas as entidades municipais, tais como associações de moradores e associação comercial, bem como membros do executivo e do legislativo municipal.

<sup>151</sup> Ambos não conseguiram reeleição no pleito de 2012.

Felipe também formula uma crítica aos vereadores que estão comprometidos com outros projetos que não o democrático-participativo. Dessa forma, sua associação tem se destacado pela presença constante nas sessões legislativas, em reuniões com vereadores e com o prefeito, sempre realizando cobranças contundentes. Entre os trabalhos desempenhados pela associação a presença na Câmara municipal pode ser destacada como um agente desestabilizador da tentativa da maioria dos vereadores suprimirem a pressão popular. Segundo ele, a Câmara “parece um circo”, daí advém a importância da luta da associação e a necessidade de cobrança que buscam exercer:

Olha, a gente tem praticamente a gente tem colocado gente lá em todas as sessões da nossa associação. Quando não vai, quando eu não posso ir vai outro [...]. Porque, assim, a Câmara de vereadores é muito complicada, se a gente não pressionar um pouco lá, a gente, eles, eles fazem o que querem, e a gente passa por bobo, mesmo a gente tando lá a gente ainda passa de bobo. Mas só que a pressão da gente ir lá aí faz com que eles sejam um pouco mais sério. Porque, eu vejo que aquela Câmara de vereadores tem muita, *assim mais um circo parece aquilo lá*. [...] Então, por isso que eu falo, nós temos que cobrar, e isso a nossa associação tem sempre feito, essa fiscalização. E nós, nós não deixa é queto, a gente chega lá a gente cobra mesmo. [Quando] termina ou antes [da sessão] a gente conversa com o presidente, chama a atenção dele, várias vezes a gente fez isso. E, a gente, quer saber porque que ele não coloca um projeto bom pra ser votado, porque que eles não muda o horário da sessão, a gente tem cobrado muito o presidente disso daí (Felipe, Entrevista, 2012, grifos meus).

Assim, uma importante questão levantada pela associação de Felipe é o horário das sessões, avaliado, como discutido acima, como um fator que limita a participação popular nas decisões do legislativo municipal. Felipe também toca neste ponto e salienta que quando há um projeto de interesse “deles” (prefeito e vereadores) eles levam os seus cabos eleitorais e os chamados CCs (cargos comissionados) para esboçar uma legitimidade aos seus projetos, enquanto os trabalhadores, por sua vez, encontram dificuldade para participar. Assim, para Felipe, o horário da sessão é um mecanismo de limitação da participação:

Limitar a participação do povo, ce pode ter uma certeza, todos que gosta de participar, de defender, é pessoas que trabalham, que tem uma ocupação, é, horário pra cumprir. Às vezes um outro, que nem eu que tenho o meu, eu sou autônomo, eu vou a hora que eu, eu dou um jeito e vou. Então tem muitos outros que conseguem, mas tem muitos outros que cumprem horário, quem cumpre horário como que vai chegar lá? Não tem como. [...] Aí quando tem alguma coisa que interessa a eles, eles colocam tudo os CCs lá dentro. Até atrapalha a participação nossa, aí eles coloca o CCs lá dentro pra apoiar eles, porque o CC vai a hora que eles quer (Felipe, Entrevista, 2012).

Felipe relata que chegou a cobrar o presidente da Câmara, Rafael Psybilski, sobre o horário da sessão. Ele foi convidado para uma reunião na casa de uma família, cujo vereador

estaria presente. Felipe salienta que “ele [o vereador] não sabia que a gente taria lá, mas nem a pessoa [dona da casa] também não sabia que, a gente cobrava bastante dele” (Entrevista, 2012). Então Felipe aproveitou a oportunidade para questionar o presidente da Câmara sobre o horário das sessões, que teria em um primeiro momento batido no peito e afirmado que era por que ele não queria. Vendo a indignação de Felipe, o vereador tenta amenizar a situação, alegando que além dele, outros vereadores também preferem que as sessões ocorram no horário atual. Felipe relata o acontecimento nesses termos:

[...] Aí, eu questionei bastante coisa, entre elas, essa do horário. Sabe o que ele fez? Ele bateu no peito assim e falou: “porque eu não quero!” Então falei, assim: “mas o ce manda em tudo? Você não quer, o povo todinho da cidade quer que muda!” Daí eu falei assim: “muito bem, é isso é o respeito que ce tem com o povo”. Daí ele começou, quando ele viu que eu fiquei bravo, é, eu fiquei bravo, é difícil eu ficar bravo, quando eu questionei bastante ele, ele falou assim: “bom, eu não quero e mais alguns demais vereadores também não quer”. Eu falei assim: “mas não tava na hora de rever essa situação, porque o povo quer participar, aí vocês vai lá com aquela demagogia, quando a gente consegue levar um bom grupo lá, *ceis* fala, porque que a população não participa mais? Ué, não participa porque o horário não corresponde com o horário da gente, todo mundo trabalha, tem que ser um pouco mais tarde”. Aí ele: “é, isso aí gente vai conversar”. Mas a princípio ele bateu no peito e falou assim, “eu não quero”. Então quer dizer, e o projeto é dele, o protocolo é dele, o protocolo é dele, ele não põe pra votar de jeito nenhum (Felipe, Entrevista, 2012).

Assim, a fala de Felipe expressa uma crítica à Câmara dos vereadores, mas que se diferencia por alguns aspectos das críticas feitas pelas outras vertentes associativas. Primeiro, não se trata de uma crítica que apaga as diferenças entre os distintos projetos políticos em disputa no interior do legislativo. Sua crítica também se diferencia pela postura que ele adota frente à ineficiência dos edis. De fato, considerando que há equívocos na ação dos vereadores, o posicionamento dessa associação não é meramente se resignar e lastimar privadamente o descaso. Constatando que os vereadores não estão trabalhando em prol da população, buscam organizar-se e fazer pressão sobre eles, exigir que suas demandas sejam atendidas, que seu povo seja respeitado. Nesse sentido, talvez a maior vitória dessa mobilização seja fazer da casa de leis um espaço realmente de democracia, de conflitos e de exposição pública do que lhes é relevante.

## 6.2 DIFICULDADES RECENTES PARA AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

A própria fundação de uma associação de moradores pode ser considerada como um avanço no processo de construção democrática. Essa afirmação é feita no sentido de que a criação de uma associação pode proporcionar a fundação de um espaço público local (o que

não quer dizer que sempre o faça). Ainda assim, uma associação pode propiciar um maior ou um menor grau de participação, dependendo das diretrizes que suas lideranças adotarem. Por exemplo, a associação pode restringir a participação e as decisões apenas ao presidente, à diretoria, ou pode estender tais prerrogativas a toda a população representada pela mesma.

De qualquer forma, a criação de uma associação proporciona, ao menos como possibilidade, condições para que a população possa se encontrar e exercer as manifestações distintas da política, segundo Hannah Arendt (2010), quais sejam, a fala e a ação. Com efeito, trata-se de um espaço onde os cidadãos podem se encontrar, trocar informações, problemas, experiências, mágoas, sonhos. Onde tais questões podem ser ressignificadas e energias podem ser concentradas conjuntamente para uma ação de enfrentamento e conquistas. Todavia, para que essas questões venham à luz do espaço público é preciso que, antes de tudo, saiam de seus mundos privados e se reúnam e então entramos no terreno da participação, sempre um desafio. Aí se encontra talvez a grande dificuldade do associativismo sarandiense atualmente.

De fato, uma das grandes dificuldades das associações de moradores tem sido a participação. Na fala dos entrevistados fica evidente que boa parte da população não se importa em participar de associações de moradores. Nas palavras de Ester, a maior dificuldade para organizar uma associação de moradores atualmente

É o desacreditar, é descredito já nas pessoas, de que é, o individual de cada um prevalece sempre, [...]. Então isso desestimula um pouco as pessoas a querer participar. Mas aí você vai tentando, mas não é fácil não você montar uma chapa de, sabe, porque eles já tão meio descrentes (Ester, Entrevista, 2012).

Desacreditados e sem perspectiva de moralização da política, fica claro que boa parte da população não reconhece a possibilidade de conquistas pela participação, já que a experiência mostra muito mais dificuldades do que conquistas para a população no campo político, sobretudo, a mais pobre. Assim, para Ester, a raiz do déficit participativo é a decepção com as instituições políticas: “[...] Acaba que sendo uma decepção mesmo, porque é mais fácil você falar as coisas que não aconteceu do que as que aconteceu. Então, na memória você guarda mais o negativo” (Ester, Entrevista, 2012).

Angélica não é a presidente de sua associação, mas é um dos poucos membros que sobrou da diretoria. O presidente mudou-se, o vice não se interessou em assumir as atividades da associação e os demais membros se dispersaram. Também os moradores não tiveram a iniciativa de rearticular a associação, ao menos até o momento da entrevista. Nesse contexto,

apesar de a associação estar desativada, obtive contato com Angélica e pedi que ela concedesse a entrevista. Ela conta que tem sido uma das poucas referências no bairro para a UNISAM e para outras entidades ou mesmo para prefeitura municipal. No entanto, a associação permanece desmobilizada e, na percepção dela, o motivo é a falta de “participação dos moradores e dos membros, principalmente. Às vezes você marca uma reunião, convoca o povo aqui, eles não participam. Tem uns que cobram, mas não participam, eu acho que deveria ter mais união entre a associação e os moradores, é o que falta” (Angélica, Entrevista, 2012). Para Angélica, nesse sentido, os moradores perderam a capacidade de confiar, isto é, não acreditam que por suas próprias mãos é possível mudar alguma coisa:

Eu acho que eles não confiam nas pessoas. Eles acham que a gente não tem capacidade de cobrar lá em cima. Então eu acho que é assim, por isso que eles não participam. Se a gente vai cobrar lá do prefeito, eles acham que não vai resolver, então eles nem participam (Angélica, Entrevista, 2012).

Todavia, assim como as demais questões, também a baixa participação popular tende a ser analisada de forma distinta pelos diferentes grupos políticos. São nuances que só podem ser percebidas à luz das ações que os diversos presidentes buscam privilegiar. Para alguns a ausência de participação é até sentida, mas, minimizada, aceita, sem que estratégias de mobilização sejam elaboradas. Parece haver, assim, uma aceitação da escassa participação, quase como se o objetivo da associação não fosse mesmo ampliá-la. Para os que praticam o que chamei de *seleção estratégica*, a tentativa de mobilização da população ocorre quando se esgotam as possibilidades de conquistas pelas diversas formas de negociação e mobilização de influências. Já para o setor democrático-participativo a participação é sentida como uma necessidade imprescindível para o avanço da luta e das conquistas. A falta de participação, por sua vez, aparece como uma derrota política. Nesse contexto, há uma busca de construção de uma comunidade participativa, processo sempre difícil e descontínuo. A análise das narrativas deixam evidentes os significados da participação para os diferentes presidentes.

Começemos por Dirceu, atual presidente da UNISAM. O líder conta que a população até comparece quando chamada pela associação, mas a própria diretoria da associação participa pouco, porém, justifica dizendo que isso é comum em toda a cidade de Sarandi. Nas palavras de Dirceu, os moradores “[...] quando são chamados eles sempre comparecem, agora a diretoria que nem eu falo pra você é complicado, trabalha três, quatro, dois, um. Mas isso aí é em todos os bairros, não é só no Nova Aliança não” (Dirceu, Entrevista, 2012). É importante notar que ele invoca o fato de haver baixo nível de participação em toda a cidade



para justificar a ausência de sua diretoria. Se tal afirmação pode ser entendida como um diagnóstico lúcido do quadro atual, pode também ser vista como um elemento de resignação e justificativa do déficit participativo. De fato, concebendo uma associação como um espaço de representação de um grupo, dá-se a necessidade de ter alguma relação com a base representada. Todavia, não aparece no relato do presidente da UNISAM e nem foi observado ao longo do trabalho de campo qualquer esforço atual da entidade no sentido de construir espaços de participação, sobre os quais se pode legitimar a ação da UNISAM. Na realidade, o que se evidencia, como salientado na seção 4, é um silêncio muito significativo por parte da UNISAM, como quem está satisfeito com o projeto político que vem sendo levado a cabo pelos setores dirigentes da política conservadora municipal.

Sempre que vai ajudar organizar uma associação, Dirceu conta que adverte os candidatos de que as dificuldades serão grandes e que não haverá participação popular. Chamo atenção para este ponto porque outras vertentes associativas poderiam fazer a recomendação de que realmente há pouco interesse da população em participar e, que sendo assim, seria preciso desenvolver estratégias para trazer a população para a associação. Contudo, Dirceu não faz tal formulação, aceita o baixo nível de participação associativo e, conseqüentemente, passa a se apegar puramente à esperança de que as coisas podem melhorar algum dia. Convém retomar as palavras de Dirceu:

É sempre quando eu faço as eleições eu falo pras pessoa: “olha gente, hoje vocês tá em dezessete, dezoito, mas não desanime se você ficar sozinho, continua. Sempre vai ter alguém pra te ajudar. Mesmo que não seja do grupo da sua chapa, mas sempre puxa ele vem, pra te ajudar. Se ficar dois, três tá bom, aonde dois, três tá fazendo alguma coisa, alguma coisa sai. Agora se você desanimar, parar, é que nem a UNISAM se eu fosse desanimar pela UNISAM hoje eu teria largado fazia é tempo, não é assim que funciona. Vamos tocar, quem sabe uma hora dá uma tocada no coração do pessoal, vamos trabalhar? Vamos, vamos fazer aquele projeto funcionar? Vamos. Acontece” (Dirceu, Entrevista, 2012).

A questão não está em reconhecer o problema da participação, mas na forma como enfrentá-lo. Desse ponto de vista, parte-se já do pressuposto de que haverá déficit participativo. A necessidade de participação é diminuída já que as coisas são resolvidas mesmo nas tramas privadas. Nesse sentido, a participação como um valor e como necessária para a constituição de tomadas de decisões legítimas perde espaço para outra forma de atuação.

Na fala de Valter a ausência de participação assume contornos de culpabilização e mesmo de mágoa. Ele deixa entrever um certo ressentimento pelo aparente desinteresse dos

seus companheiros de bairro e afirma que estão dispostos a cobrar, mas não para agir, de modo que o presidente fica sobrecarregado de tarefas e até mesmo financeiramente.

[...] É cobrar, eles são prontos pra cobrar. Mas não são pra agir. Pra cobrar eles tã cobrando toda hora, entendeu? Eles não te pagam um salário, que você sabe que o presidente de associação não ganha absolutamente nada, pelo contrário, eu pago a [conta de] luz do meu bolso. [...] Parece que não é nada, mas você pega quarenta e três, sessenta reais por mês, que vem por mês depende o mês, se você jogar por ano dá quase mil reais, mas o que gastou (Valter, Entrevista, 2012).

Valter conta com tom de lamentação que por um lado a população “não ajuda em nada”, mas, por outro, cobra demasiadamente do presidente da associação. Ele vê nisso uma incoerência do morador que, segundo ele, não se dispõe a pegar seu carro ou outro meio de transporte e ir até a prefeitura cobrar alguma coisa, dar um apoio para o presidente ou mesmo participar do processo de eleição da diretoria da associação. É importante notar o tom com que ele narra esta situação, sempre no sentido de confrontar o morador, o que deixa entrever certo sentimento de que se saíssem – algo quase inatingível em seu campo imagético – de seu imobilismo poderiam conquistar mais benefícios:

[...] Mas o povo só quer cobrar, o povo é, eles são cheios de cobrar, mas de ação eles não fazem nada, a ação que eles faz é cobrar, só! Entendeu? Então ajudar, não ajuda. Então é fácil eu chegar pra você falar: “oh, você não vai fazer isso?”, “oh, ce não vai fazer aquilo?”, “ce não vai fazer isso?”, “ce não vai lá falar com o prefeito?”. Então eu pergunto: “porque que você não vai? Ce é cidadão como eu, ce não tá me pagando pra mim ir lá falar, você não tá me ajudando em nada, porque que você não pode pegar o seu carro, a sua moto ou vai de circular lá falar com o prefeito, porque que você não vai?”. Nenhum! O morador pro presidente de bairro não muda nada, (Valter, Entrevista, 2012).

Interessante notar que essa sua ácida crítica à apatia popular não serve de motivação para fomentar a participação – pelo menos ao longo da entrevista não houve referência a tal esforço. Por outro lado, quem se notabilizou na cidade de Sarandi e em todo o Brasil nas últimas décadas por promover a participação popular foi o Partido dos Trabalhadores, sigla a qual Valter não alimenta simpatia. Por meio de conselhos gestores, orçamentos participativos, fóruns, conferências etc. este partido buscou promover a inserção da população no processo decisório<sup>152</sup>. No entanto, Valter igualmente alimenta uma forte crítica ao Partido dos Trabalhadores e as suas tentativas de promover a participação popular. Ele relata que os oito

<sup>152</sup> Evidentemente tal ação pelo partido dos trabalhadores é permeada de contradições. Inclusive nos últimos anos o PT tem se distanciado cada vez mais de tal padrão de governo. De qualquer forma, este partido exerceu importante papel no desenvolvimento da democracia participativa e da democratização da gestão pública. Ver Feltran (2006).

anos de governo do PT em Sarandi foi um período de estagnação e de promessas não cumpridas:

[...] A gente já tava cansado de tanta mentira, de tanta, esse PT que ficou aí, eu falo PT porque o Cido era PT, ele ficou oito anos lá e prometeu, prometeu e não fez nada, é. Então, ele tinha aquele tal de orçamento participativo, e aí, que é uma mentira de campanha, e aí ele prometeu que ia sair, e os bairros que fossem na reunião desse orçamento, os bairros que levassem mais gente [...], é, o que você quisesse no bairro, e ele ia ser cumprido. E a gente foi uma vez ali no Esperança, nós fomos e puxamos o pessoal de carro, passamos no bar, vamo gente, nas casas, vamo lá que nós vamos ganhar. E a gente queria era asfalto e a gente ganhou e ele prometeu na reunião que ia sair. E ele colocou seis meses depois foi pedra que lá tá até hoje praticamente [...] (Valter, Entrevista, 2012).

Não se trata aqui de reconhecer no PT o demiurgo da participação, mas de chamar a atenção para o fato de que o Partido dos Trabalhadores foi por muito tempo a alternativa partidária para um campo político democrático e participativo, o qual apresentou uma proposta de ampliação da participação. Desse modo, Valter crítica a ação dos únicos sujeitos que buscaram fundar a participação em Sarandi, ao mesmo tempo que repudia o imobilismo popular.

Valter, assim, encontra no projeto político conservador correspondência às suas ideias. Nesse contexto, a participação popular, longe de ser estimulada, tem sido cada vez mais negligenciada silenciosamente, como se vivêssemos uma era de uma desmobilização total. Por outro lado, suas questões são resolvidas de forma privada diretamente na residência particular do prefeito:

Eu por exemplo, eu tenho um trato com o De Paula que quando eu preciso eu vou na casa dele, eu não tenho tempo de ir na prefeitura, mesmo porque se eu chegar lá tem duzentos pra ele atender, eu não tenho tempo de ficar lá. Então eu já falei pra ele, “eu posso falar com você, eu vou lá na sua casa”, ele falou “pode”, então graças a deus a gente acertou assim, se não eu não teria tempo, eu sou empregado, não dá, é complicado (Valter, Entrevista, 2012).

Por outro lado, ao analisar as falas dos presidentes mais próximos ao campo democrático-participativo é possível encontrar pelo menos duas variáveis explicativas para as dificuldades de participação popular. Uma de natureza mais ampla diz respeito ao avanço de uma matriz cultural individualista e instrumental. A segunda relaciona-se ao desmanche participativo promovido pelos setores conservadores sarandienses.

Chico, mais inclinado para uma concepção participativa de associação, busca analisar as raízes das dificuldades participativas atuais, com base em quadro de referência distinto do exposto anteriormente. Ao ser indagado sobre as maiores dificuldades para organizar uma

associação atualmente, faz uma análise que retoma elementos históricos ao relacionar o local ao nível mais geral e considera a sociedade atual mais individualista que no passado. Participante ativo das pastorais sociais da Igreja Católica ao longo dos anos 1990, ele relembra que naquele período havia um sentimento de insatisfação e um desejo de transformação social. Naquele tempo o PT ainda não havia conquistado a presidência da república e nem muitas das prefeituras de municípios brasileiros:

Um estudo que a gente pode constatar aí na sociedade, é que a sociedade tá cada vez mais individualista, mais árida neste sentido. Então, assim, eu falo assim, partindo de pontos de vista de quem participou de grupos de jovem na década de noventa, final da década de noventa. Então, havia muitos anseios da população, da população jovem de transformações, a gente vivia num sistema político muito instável. Então a população desejava mudanças, clamava por isso. Tanto é que a gente percebe isso quando a gente pensa na, na, nas eleições de 98<sup>153</sup> e como o partido dos trabalhadores conquistou prefeituras nesse Brasil, no Paraná. Nós tivemos aqui em Maringá, tivemos em Sarandí, Mandaguaçu. Então tivemos bastante conquista de prefeitura por esses, nessas datas (Chico, Entrevista, 2012).

Na percepção de Chico, aqueles anos contrastam com a realidade atual, caracterizada por um individualismo exacerbado. Nesse contexto, o estabelecimento de objetivos comuns e da coletividade vai se perdendo. Parte da responsabilidade por este cenário seria a inserção da população no consumo em massa, “no sistema do capital”, que tem por característica, na percepção de Chico, maquiagem ou mascarar os anseios da população, ao mesmo tempo em que o atendimento de algumas necessidades básicas acaba por desestimular a organização coletiva e cria grandes dificuldades para formar uma associação atualmente:

[...] O que vemos agora é uma situação diferente [do] final da década de noventa: são uma população que em menos de dez anos com objetivos atendidos, com sistema de capital que tem de certo modo mascarado ou disfarçado muitos anseios, a população se tornou muito árida. Elas não sabem quais objetivos que devem lutar, e nem se luta e porque se luta. Não é verdade? Então se perdeu muito isso. Então acredito que a grande dificuldade de, numa associação hoje é descobrir objetivos, objetivos comum. E, e temos uma contrapartida Josimar que também ganhamos nesse tempo que o envolvimento do judicial em questões de distribuição de melhorias à população, eu acredito que tenha melhorado também. [...] Então, é, com base nesses dados algumas coisas foram melhoradas e algumas coisas estão é maquiadas no meio e a população se perdeu no seu individualismo. Então hoje há uma necessidade, mais de conscientização, de resgate, do que é do que pra depois se traçar objetivos juntos. Mas antes de se resgatar e traçar objetivos e conscientizar é difícil ter uma associação hoje (Chico, Entrevista, 2012).

---

<sup>153</sup> Na realidade as conquistas a que ele se refere, ocorreram no pleito municipal de 2000, quando, entre outras, as cidades de Maringá e Sarandí elegeram os candidatos do Partido dos Trabalhadores para administrar as respectivas Prefeituras Municipais.

Felipe aproxima-se de Chico na avaliação que faz das dificuldades atuais. Ambos são oriundos do catolicismo progressista, participantes de pastorais sociais, herdando, em alguma medida, o pensamento político da teologia da libertação. Nesse sentido, para Felipe “a maior dificuldade é que o povo hoje é muito individualista” (Felipe, Entrevista, 2012). Em sua percepção, atualmente um grande número de pessoas buscam as entidades, associações, a própria igreja, ou outras organizações puramente para resolver os seus problemas individuais. Tão logo veem seus problemas sanados, retornam para suas vidas privadas:

Se eu tenho um problema eu vou buscar, eu vou atrás de uma associação, uma igreja, uma entidade, a hora que eu resolver o meu problema eu já deixo pra lá. Eu não sei que outras pessoas tem os mesmos problemas que eu também tenho que lutar. Às vezes eu não tenho problema nenhum, mas eu luto pelos problemas dos outros. Mas muitas, muitas pessoas é resolveu o problema delas, pronto, já sai fora. Então quer dizer, o grupo da gente tá sempre limitado, é, as pessoas são muito individualistas. Acho que é falta de conscientização, é falta de conscientização (Felipe, Entrevista, 2012).

Lucas segue na mesma direção de Felipe e se remete ao encolhimento de um campo político participativo. Ele faz várias referências comparativas entre as lutas do final dos anos 1990 e as atuais e salienta que outrora a mobilização era muito maior que atualmente. Naquele período, como discutido na seção 3, havia uma série de movimentos sociais e organizações que davam sustentação para as lutas populares e criavam condições para a participação: “naquela época era assim, era uma pressão legítima, ela partia mesmo da comunidade” (Lucas, Entrevista, 2012). Segundo Lucas, a perda desses espaços comprometeu a capacidade de mobilização. Parte dessas dificuldades se explica, na avaliação de Lucas, pela perda de espaços históricos dos movimentos sociais, hoje disputados e muitos deles nas mãos da direita:

Hoje a gente perdeu esses espaços [associações de moradores, igreja, pastoral da juventude], e inclusive os que tem nós estamos disputando com a direita. Se você analisar hoje as associações de moradores nós tamos disputando poder com eles, com a direita, e era um espaço que sempre foi nosso, sempre foi da esquerda. [...] Então, nós não temos mais essa estrutura, por isso que hoje nós não conseguimos mais se mobilizar, por isso que nossa mobilização hoje é fraca, justamente por causa disso, é, estruturas aí de movimentos sociais não estão mais nas nossas mãos, estão na mão de outros (Lucas, Entrevista, 2012).

Assim, atualmente, reunir a população se tornou um grande desafio:

A maior dificuldade hoje tá nas pessoas acreditarem na luta, hoje tá difícil até de montar uma chapa pra concorrer uma associação de moradores. A gente não consegue as pessoas mínimas que o estatuto de uma associação determina. Então as pessoas estão muito desacreditadas na política, na luta e das pessoas, e desacreditada

das pessoas. E acho que aí que é o pior, porque você desacreditar da luta e da política é algo que você consegue reverter, agora quando você passa a não acreditar naquela pessoa, aí é pior ainda. Então, hoje, o obstáculo maior está em mobilizar, de trazer as pessoas pra lutar com você. É, eu acho que isso é o pior hoje, as pessoas tão muito desacreditadas, as pessoas é entenderam que não tem mais conserto as coisas, que vai ser assim o resto da vida. Então esse é o maior obstáculo, eu acho, pra organizar os movimentos populares hoje (Lucas, Entrevista, 2012).

Celso e Caetano, por sua vez, centram suas análises nas disputas locais e, desse modo, veem na parceria da gestão municipal com a UNISAM um grande obstáculo para a organização das associações atualmente. Caetano enfatiza que

Hoje pra mobilizar a associação de moradores de Sarandi pra participar de alguma atividade, pra melhorar o bairro e a cidade tá difícil, tá difícil. Foi o que eu acabei de falar, a UNISAM que teria que tomar a frente disso aí tá sendo manipulado pela administração. Ou seja pelo prefeito. Então, tá difícil, se a gente quiser fazer um manifesto, qualquer um, um requerimento, ir lá, se manifestar. A gente tem que manifestar sozinha, é, a associação sozinha, porque a UNISAM tá, que deveria organizar isso aí, tá difícil (Caetano, Entrevista, 2012).

Tema analisado na seção 4, a parceria da UNISAM com a gestão municipal, evidentemente, significou uma inflexão no associativismo de moradores, o que levou a UNISAM a se destacar não por sua aparição pública, mas pelo seu silenciamento político. A parceria da UNISAM com a administração municipal cria maiores dificuldades pra mobilização popular, pois, como vimos na seção anterior, por meio da análise de redes sociais, esta entidade apesar de sua baixa densidade participativa é uma referência central para as associações de moradores de Sarandi. Desse modo, as diretrizes definidas por esta organização acabam sendo incorporadas por muitas associações. Assim, o padrão de ação da UNISAM, individual e conciliador, se expande por toda a sociedade e colabora com a construção da imagem de que a prefeitura se encarrega de resolver os problemas do município (Ver sociogramas 2 e 5).

Celso é ainda mais contundente e ressalta que o atrelamento da UNISAM com o Prefeito deixou as associações abandonadas. E mais grave que isso, quando a UNISAM procura intervir em uma associação, segundo Celso, é com a intenção de comprometê-la com o chefe do executivo municipal:

[...] Ultimamente as associações de moradores tá abandonada porque a UNISAM, ela tá atreladíssima com o prefeito. E quando ela, ela vai atender, que [é] uma obrigação dela, alguma associação ela tem sempre um sentido de atrelar com o prefeito também, e daí você já viu! Aí os moradores, a associação não vai cobra nada, não vai cobrar nada. A UNISAM, rapaz, não tá atendendo direito nem tá orientando direito as associação, porque que tá atrelado com o governo: não cobra nada, não participa de nenhuma luta, tá complicado. As associação tá abandonada,



só, só, só as associação mesmo bem, bem que entende de política e que realmente quer melhorar as coisas é que ainda tá lutando pelos trabalhador de Sarandi. Eu acho que as associação tá passando por um momento muito difícil (Celso, Entrevista, 2012).

Na fala de Celso é importante notar a menção ao abandono da UNISAM, que mais que ser uma desestruturação objetiva ou prática, consiste na adoção de um padrão de ação cuja participação, protestos e manifestações públicas são minimizados, como notamos nas seções anteriores.

Para Celso, boa parte das dificuldades das associações foram criadas pelo atual prefeito municipal, que tem buscado controlar as associações de moradores:

O maior obstáculo pros movimentos social aqui no Sarandi no momento é exatamente que o prefeito ele procura as lideranças, ele procura pegar essas lideranças e colocar de baixo da asa dele. E muitas lideranças, por necessidade as *vez*, por necessidade as *vez*, entra de baixo da asa do homem, entendeu. *Nois* temo muita liderança que já entrou [...] porque tem muitas lideranças, lideranças de grêmio estudantil, liderança, liderança de associação. Até os padres, (risos), até os padre é seduzido pra ir pro lado do governo, governo municipal. E daí a dificuldade, e o mais interessante, o capitalismo é maquiavélico, rapaz, meu deus do céu, a burguesia é maquiavélica, aí eles começa a fazer favorzinho pra essas pessoa e esquece o povo. Daí aquela liderança, então fica difícil pros movimentos por causa disso, porque aquela liderança a gente perde e daí quem perde é o povo, porque aquela liderança não vais mais defender o povo, porque ela tá recebendo, tá recebendo presentinhos, entendeu (Celso, Entrevista, 2012).

Nesse contexto, é possível evidenciar pelo menos duas formas distintas de conceber a baixa participação. Por um lado, as associações do campo democrático-participativo buscam enfrentar a baixa participação, começando pela denúncia das estratégias de atrelamento e desmobilização do campo adversário, bem como desenvolvendo atividades que possam promover a participação e construir uma sociabilidade reivindicativa. Nesse sentido, os atos públicos, as assembleias populares, os manifestos nas ruas, na Câmara e outras formas de ação requerem a mobilização permanente da população, de modo que uma das lutas constantes é para manter e ampliar a participação por meio de todos os canais de comunicação disponíveis: o recado que o padre dá ao final da missa, o carro de som que circula pela cidade, os panfletos, o boca a boca etc.

Já as associações do campo conservador ou mais próximas a ele tendem a lamentar a baixa participação, mas sem que a mobilização seja sua principal forma de ação. Alguns presidentes inclusive afirmam não haver problemas com participação. Na percepção de alguns entrevistados, inclusive, outras questões são mais problemáticas do que a falta de

participação, tais como a burocracia<sup>154</sup> para a regularização das associações e a falta de recursos<sup>155</sup>.

### 6.3 PERCEPÇÕES SOBRE DIREITOS, CIDADANIA E DEMOCRACIA

A última questão dirigida aos entrevistados foi o que as palavras direitos, cidadania e democracia representam para eles. O objetivo de tal questão é justamente compreender as representações que eles elaboram sobre estas palavras, consideradas centrais no processo da construção democrática. Estas percepções são interessantes e de certa forma apontam para a existência do que podemos chamar de democracia formal no Brasil. Ou seja, predomina na fala dos entrevistados a noção de que, embora o Brasil possua leis democráticas, esse sistema democrático não se estende por todas as esferas sociais, e boa parte da população sequer tem conhecimento dos seus direitos de cidadania.

Evidentemente, as representações sobre tais conceitos são formulados com base nos projetos políticos que estes sujeitos se valem para se colocar no mundo, nos grupos com os quais se relacionam, nas informações que acessam e na forma como elaboram suas respectivas experiências sociais e políticas. Assim, o próprio ideal de democracia, direitos, cidadania, em certa medida, são forjados a partir da experiência destes sujeitos nos diversos espaços físicos e simbólicos que frequentam. Nessa direção, uma compreensão mais ampla e autônoma ou outra menos ampla e mais heterônoma de cidadania, direitos e democracia

---

<sup>154</sup> A título de exemplificação, Fátima, por exemplo, ao ser indagada sobre as maiores dificuldades das associações de moradores relata que: “hoje em dia o que mais o presidente tem dificuldade é na documentação, porque é tem presidente que ele entra e ele é leigo, e ele não sabe nada. [...] então muita coisa também eu aprendi, que a documentação a gente tem que ir no contador, pedir pro contador no escritório, ele fazer, direitinho, pra gente ficar sempre atualizado, junto a receita. Tem outras coisas que tem que ser pagas durante o ano que nós não podemos deixar passar porque se não a associação fica endividada, porque nós temos CNPJ [...] nós temos que fazer declaração de isenção, porque a associação é isenta, mas se não fizer fica a conta lá, fica a dívida” (Fátima, Entrevista, 2012). É importante assinalar que a intenção aqui não é minimizar os problemas de ordem burocrática, que são de fato muito desgastantes, mas chamar a atenção para as diferenças de análise das dificuldades entre os presidentes.

<sup>155</sup> Vilmar relata que a maior dificuldade em sua associação é a falta de recursos: “falta de dinheiro, falta dinheiro, tem vezes que a gente pensa em fazer uma festinha, qualquer coisa, mas tem que ter o dinheiro inicial, pra começar, pra comprar as coisas. Então, isso a gente não tem e não tem condições de fazer as nossas, começar uma festa, programar uma festa aí tá meio complicado por causa disso. [...]. Então, tamo ali com a cara e a coragem, se precisa de algum dinheiro, depende o jeito, tem que tirar do bolso pra fazer alguma coisa, não gira”. Por outro lado, o mesmo presidente se mostra satisfeito com a participação dos moradores nas atividades da associação: quando tem algo “[...] que é bom pra população a gente convida, não é 100% mas a maioria vai, vai, decide e a maioria é decidido. Quando vai a maioria é decidido pelos que não foram, porque se algum não vai eles acham que pra eles tá bom. Então, tanto faz decidir lá, a maioria decidindo tá bom. Porque é difícil fazer uma reunião que muita gente não vai, além do mais nem caberia também, não tem espaço pra isso, não tem espaço pra isso. Então a gente, a gente decide entre os líder e a população, a maioria, os que vai ali e aí a gente envia pra câmara, qualquer lugar assim pra, pra ver se é correspondido, trabalhar em cima desse projeto” (Vilmar, Entrevista, 2012).

também é clivada pela posição destes sujeitos no espaço social e por suas interpretações do contexto político local e amplo.

A percepção da maioria dos entrevistados, independentemente do projeto político que se inscrevem, é a contradição democracia formal x democracia substantiva. Embora essa compreensão não seja formulada com estes nomes, a análise das entrevistas nos permite este diagnóstico. A fala de Dirceu ilustra bem a incongruência entre o sistema legal democrático e o sistema social real, quando não raro a experiência democrática é barrada pela corrupção e pela distância entre os direitos formais e a efetividade destes na vida da população. Dirceu, ao mesmo tempo em que reconhece a qualidade do nosso sistema democrático, afirma que o Brasil ainda não possui uma democracia verdadeira apesar de acreditar que “vai chegar lá”. É interessante notar sua análise:

Democracia? O que nós vivemos não precisa melhor, só que precisava ampliar mais um pouquinho, chegar até o povo realmente. A democracia ela fica embarracada, entre político. Eles falam, nós temos democracia, o direito de falar, mas na hora da verdade, eles não escutam o nosso direito. Então nós não temos democracia, ela tá meia inclusa aí (Dirceu, Entrevista, 2012).

Indagado sobre o que falta para nossa sociedade se tornar democrática, Dirceu não titubeia e afirma a necessidade do reconhecimento dos direitos da população, ou seja, é preciso “ter voz ativa”. Todavia, no momento seguinte Dirceu retorna para uma concepção mais minimalista ao afirmar que “eles” têm a obrigação de “dar” os direitos. Assim, Dirceu formula uma crítica moral-radical ao sistema político estabelecido, no entanto, não identifica com firmeza as camadas populares como construtora desta “verdadeira” democracia.

Ter a voz ativa, por mais simples que ela seja, por mais bobo que o cara seja, talvez uma coisa que ce tá reivindicando ali, ela tem o direito de fazer isso, entendeu? E eles tem a obrigação de dar essa democracia pra ele ali, mas ninguém ouve. Deixa de ouvir. E outra, o nosso país, o dia que ele parar com esse negócio de montanha de roubaheira vai mudar tudo também (Dirceu, Entrevista, 2012).

A análise de Ester sobre direitos, cidadania e democracia, por sua vez, se aproxima da de Dirceu em alguns pontos e traz também outras reflexões. A entrevistada ressalta que há obstáculos para que as pessoas de fato conheçam os seus direitos. Assim, segundo ela, a informação sobre nossos direitos é negligenciada, enquanto, por outro lado, somos constantemente cobrados de nossos deveres:

Eu acho que mais ou menos assim, é questão de, de você ser informado, dos seus direitos, do que significa democracia. Que daí você consegue ser um cidadão.

Informação é o que não tem, porque, não adianta eu saber [o que] é democracia, eu não conheço os meus direitos. Eu sei os meus deveres, ah, isso, que eu tenho que isso, eu tenho que trabalhar, eu tenho que pagar, eu tenho, isso são [deveres], então a gente conhece, eu não posso xingar você, eu não, um funcionário, público, [...], eu tenho obrigação, no caso, você não pode, não pode, isso eu sei, e o que eu posso, não, não me é informado, tanto que fale democracia, esses três itens, acho que é informação, é realmente informar, oh, tá aqui, tá na Constituição, tem isso que vai ser direito, ce vai receber. (Ester, Entrevista, 2012).

A análise de Felipe se aproxima da de Ester, mas avança em um ponto, ao afirmar que temos que lutar pelos direitos que nos são negados. Na avaliação deste presidente, nossos direitos não são garantidos enquanto somos lembrados o tempo todo de nossos deveres.

Porque a gente tem os dever, os dever da gente a gente faz, que a gente paga os impostos, a gente faz tudo. Pelo menos eu pago os impostos, é tudo que eu tenho de pagar eu pago [...], todo mundo acaba pagando. Então quer dizer, a gente tem os dever que a gente tem, mas a gente tinha que ter ressarcimento nos direitos que a gente tem. E a gente não vê acontecendo os direitos da gente, a gente, a gente não recebe eles como devia (Felipe, Entrevista, 2012).

Nesse contexto, segundo Felipe, não nos cabe aceitar passivamente este processo, é preciso lutar pelo cumprimento dos direitos que temos:

E às vezes as pessoas não luta pelos direitos que tem também. Daí às vezes eu [tenho] direito de uma, de uma saúde pública boa e eu acabo não lutando por ela, quer dizer, o que que vai acontecendo? A privatização vai tomando conta, por quê? Porque eu não dei conta que eu tenho direito, não lutei por aquele direito, direito que eu tenho. Então eu acho assim, a gente tem que lutar pelos direitos e não, esses direitos precisava ser, precisava acontecer. Mas só que a gente tem que lutar por eles. Se não luta, você sabe como que é? (Felipe, Entrevista, 2012).

Cléber também tece uma dura crítica à democracia real brasileira. Em sua percepção, todos possuem direitos, mas ao mesmo tempo é possível perguntar quais direitos são esses: onde benefícios são assegurados por lei, mas negados de fato. Por outro lado, o presidente admite avanços recentes e afirma que o “Brasil começou a caminhar”.

[...] Como que nós vamos falar de cidadania num país que só tem corrupção? [...] E os direitos cara, os direitos, todos nós tem direitos, e se perguntar o contrário, que direito que nós temos? Se, você tem direito a uma saúde, mas não tem saúde. Você tem direito a educação, você não tem educação. É, você tem direito a vários benefícios, você não consegue ter esses benefícios. Então fica difícil você falar assim, eu acho assim: o Brasil tá caminhando. [...] eu acho que hoje o Brasil nos últimos trinta anos pra cá melhorou bem, claro que não tá ainda bom, mas precisa ser avançado muito mais (Cléber, Entrevista, 2012).

Mediante este diagnóstico e certo de que apesar dos avanços, o país ainda não garante os direitos do cidadão, Cléber conclui que o Brasil, de fato, ainda não é um país democrático:

Rapaz como nós pode falar em democracia, em democracia, que nós somos prisioneiro da própria casa? [...] Como que nós vamos falar em democracia, o país que tem mais prisioneiro? Como que nós vamos falar em democracia se é o país que é mais corrupto? E como nós vamos falar em democracia o país que ainda tem tanta gente passando fome? Então não dá pra falar, é isso que eu penso. Eu acredito, pra nós falar em democracia eu preciso ter a minha liberdade, você ter a sua liberdade, ver um país mais justo, um país sem fome. Aí eu falo assim, realmente chegou a democracia. Mas enquanto existir isso aí, enquanto existir é, claro que não vai acabar, mas existe a possibilidade muito do ensinamento, da educação mais eficaz, a educação mais firme, principalmente dos pais com os filhos. Aí a gente vai conseguir tirar, minimizar um pouco as crianças num entrar no mundo do tráfico. O dia que existir a política mais concretizada, o dia que não existir mais corrupção no Brasil, que isso, não sei quando vai acontecer. Nós pode falar assim, nós vamos vivendo num país livre de tudo, aí nós fala assim realmente a democracia venceu. Rapaz, se nós for olhar hoje os nossos homens da lei, são os corruptos, ce começa da polícia e termina no presidente. Existe a política aí derrubando a corrupção, mas quantos anos vai demorar isso aí? *Então, eu falo assim, nós vivemos num país democrático, mas sem democracia* (Cléber, Entrevista, 2012, grifos meus).

Sidney, assim como os demais, também entende que o Brasil “na palavra democrático é, mas por enquanto no, vamos supor, no atendimento, eu acho que não tá sendo bem não, todo mundo tá vendo” (Sidney, Entrevista, 2012). No entanto, Sidney se diferencia dos demais ao fundamentar seu argumento no modelo da ditadura civil-militar como garantidora da ordem social. Na imagem dele, no período militar as leis eras mais firmes e cumpridas:

Só pro ce ver, finalizar, é, nos outros poderes, no militarismo, lá pra trás, você via que a lei era outra. Hoje mesmo uma coisa em Maringá que eu fiquei horrorizado: na praça, na praça uns quinze molecão brigando na praça e vendendo droga. [...] Então, na nossa época que eu fui criado, aquele tempo era a ditadura, não tinha negócio de menor, não tinha negócio também dessas perseguição que tem hoje. A *muié*, a mãe criava o filho em baixo do pé de café, trabalhando ajudando o marido. E hoje com dezesseis anos não pode trabalhar. Mas matar os outros pode, ce vê onde nós chegamos. O bandido tá usando o menor, ele vai lá, faz o que o bandido quer, foi ele que fez. E não tem lei, menor não vai preso, ele vai detido lá uns dias sai fora (Sidney, Entrevista, 2012).

Após este relato de Sidney, o indago então se naquele período era melhor pra se viver. No entanto, o entrevistado é firme ao afirmar que atualmente a situação social é bem melhor, devido a redução da pobreza:

Era mais severo, não, era difícil de viver, era mais difícil. Hoje não, hoje graças a deus, hoje você fala bem a verdade, pobre, pobre mesmo igual tinha naquela época não tem hoje, não tem. Mas naquela época nossa quando falava pobre, era pobre mesmo. Nossa senhora, eu me lembro muito bem: comecei trabalhar com oito anos numa área de algodão, plantando hortelã e carpindo, na roça (Sidney, Entrevista, 2012).

Lucas faz parte do grupo democrático-participativo, como exposto nas seções anteriores, e talvez por isso, formula um conceito de democracia, direitos e cidadania também crítico, mas se diferencia – assim como Felipe, cuja percepção foi apresentada mais acima – pela aposta no protagonismo popular. Lucas defende o estatuto de conquista dos direitos, entende que ser cidadão não é apenas se preocupar consigo mesmo, mas com o coletivo, e afirma que a democracia brasileira é falha e precisa ser ampliada, mas ainda assim a democracia que temos é fruto de luta e conquistas do povo:

Ah, eu acho que direito é algo que foi conquistado, algo que eu conquisto, que eu passo a ter direito, uma oportunidade. Acho que é aquilo que a gente conquista, acho que é algo conquistado. É, cidadania, eu acho que, é a preocupação, como que eu posso dizer? Eu acho que é a preocupação com o todo, em relação ao direito, ao dever, eu acho que cidadania passa por isso, [...] é não se preocupar só com o umbigo, acho que, cobrar os direitos, mas também exercer os deveres, eu acho que é mais nessa linha. E democracia é, democracia, olha rapaz, no Brasil, ela já existe, mas as vezes eu acho que ela não funciona não (risos). É, eu acho que democracia é algo que a gente ainda precisa melhorar, eu acho que é importante, é bom, é bom, é boa, mas eu acho que a gente ainda por ser uma democracia nós [precisamos] amadurecer ainda, na questão do que é democracia. Mas eu acho que passa pela cidadania, passa pelos direitos, pelo dever. [...] eu acho que a democracia passa por você ter o direito de questionar, mas também passa pela parte de você lutar por isso. [...] se nós vivemos num país democrático hoje não é porque eu e você lutamos não, é que alguém lá atrás lutou, alguém lá atrás morreu pela democracia, que existe e ainda acho que a gente não sabe aproveitar ela. Eu acho que a gente ainda podia usar a melhor democracia (Lucas, Entrevista, 2012).

Para encerrar este incurso sobre democracia, direitos e cidadania é interessante retomar a análise de Celso, que segue na mesma direção de Lucas e Felipe. Celso, igualmente, salienta a existência de direitos e ao mesmo tempo a negação deles. Segundo o entrevistado, “direitos do povo é tantos rapaz”, mas “nada disso é respeitado”, pois o sistema capitalista “Monta um esquema do faz de conta, faz de conta que dá saúde, faz de conta que atende na educação [...], Mas é tudo só faz de conta, não faz nada disso” (Celso, Entrevista, 2012). Assim, para Celso, para efetivar realmente estes direitos, se não for possível pela negociação, deve ser pelo enfrentamento, a exemplo de outros países, como Grécia, Líbia e Egito:

O que fazer? Fazer o que *nois* tem feito, cobrar, se reunir, ser parceiro quando eles fizer a coisa certa, ser adversário quando eles fazem, não fazem o dever deles. E quando não tem mais jeito, que na parte das vias democrática não quer funcionar, partir pra cima, tipo manifestação. Fazer igual tão fazendo na Grécia, na Líbia, no Egito, eu acho que o que eles estão fazendo lá é muito positivo, muito positivo (Celso, Entrevista, 2012).

Uma última questão a ser apontada é a percepção presente em pelo menos alguns presidentes de que as Associações de Moradores são organizações muito fortes e, que se bem



organizadas, possuem mesmo “mais força do que um vereador” e podem realizar significativas mudanças na construção da cidadania e da democracia. Segundo Fátima,

A associação ela tem uma força, a associação, se a gente for ver bem, como eu já falei, ela tem, ela faz um papel melhor até que um vereador, quando tem um presidente bem atuante. Um presidente que, as pessoas chegam, oh, tem um problema lá, o presidente não vira as costas, o presidente ir em cima. Ali as coisas começa a mudar no bairro, olha vai mudando e muito (Fátima, Entrevista, 2012).

Apesar de sua fala expressar um certo centralismo na pessoa do presidente, Fátima relata uma conquista interessante por meio da força da associação. Segundo a presidenta, o processo de agendamento de consultas médicas no posto de saúde de seu bairro exigia que as pessoas formassem longas filas logo de madrugada para garantir uma consulta. Para piorar, o local de espera era desabrigado, assim as pessoas ficavam expostas às intempéries climáticas:

Um dia eu fui, em um dia de chuva, aí eu comecei ver aquelas pessoas com criança no carrinho, com guarda-chuva, chovendo e tudo pro lado de fora. Aí, eu falei, não, no dia da reunião nós falamos [como o secretário de saúde], hoje a gente conseguiu um toldo, você pode passar lá, é, tem um toldo e aí colocaram mais uma segurança, uma ferragem na porta e aí o portão fica encostado, o povo chega e vai pra debaixo do toldo. E aí os idosos também não vão ficar mais, eles vão marcar antecipado a consulta pros idosos, pra eles não ficarem na fila (Fátima, Entrevista, 2012).

Entre outros, Benedito também ressalta a força da associação e também a compara a um vereador. Segundo este presidente, “ela é mesma coisa de um vereador, o mais do que um vereador, ce queria saber, é muito importante” (Benedito, Entrevista, 2012). Para ilustrar seu argumento, Benedito relata uma situação em que uma pessoa precisou de um serviço de emergência, mas o Pronto Socorro não enviava uma ambulância. Então, tentou-se novamente em nome da associação e foram atendidos:

A associação, é muito importante, porque, é muita gente pensa que não, mas ela é muito importante. Se for, por exemplo lá na prefeitura, ce fala que é da associação ce já é atendido, já é bem mais atendido. Inclusive, ocorreu uma vez aqui, o senhor tava passando mal aqui, eu liguei pra ambulância e diz que não tinha. Fiquei cuidando, a “muié” que ligou, daí não tinha, não podia vim porque não tinha, tal e tal. Aí eu mandei ligar de novo, “torna ligar, fala que é o presidente de associação que tá pedindo que é pra mandar, porque é urgente”. Ah, rapidinho, lá uns dez minutos ela chegou (Benedito, Entrevista, 2012).

Como espero ter deixado claro, as percepções sobre democracia, cidadania e direitos dos entrevistados são permeadas por sutis diferenças de sentido, oscilando entre uma visão mais minimalista e heterônoma até uma visão mais ampliada e autônoma de democracia. Todavia, mesmo que com divergências, verifica-se uma preocupação com a qualidade da

democracia não apenas local, mas nacional e com a garantia dos direitos dos cidadãos. Nessa direção, é possível afirmar ao mesmo tempo a fragmentação do processo de construção democrática, já que pelo menos parte das associações se vale de estratégias não democráticas para alcançar suas demandas, mas também a contribuição destas associações no avanço da reflexão e mesmo da ampliação dos direitos e da cidadania por meio de suas lutas, suas negociações, seus conflitos, suas tentativas de angariar novos direitos e de fazer cumprir os já existentes.

Assim, penso ser possível afirmar que a simples existência destas associações, independentemente de seu padrão e de suas características específicas, exerce um papel importante no município de Sarandi, ao criar uma estrutura em disputa e que permite que os diferentes projetos políticos sejam debatidos e reconstruídos. Logo, contribuem para a manutenção da existência de espaços públicos. Ainda que em determinados momentos eles sejam encolhidos, enquanto sua existência permanecer, a possibilidade da política permanece e a ação e o discurso continuam como possibilidade de construção de algo novo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Há homens que lutam um dia e são bons,  
há outros que lutam um ano e são melhores,  
há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis"

(Bertold Brecht)

Este trabalho teve como objetivo central analisar os padrões e as configurações assumidas pelas associações de moradores do município de Sarandi-PR. Foram diversos os obstáculos a serem superados até chegar a considerações relativamente satisfatórias para o tema de investigação proposto. A pesquisa foi iniciada ainda nos primeiros meses de 2011, no entanto, sem a clareza teórica e empírica suficiente para definir com segurança os objetivos do estudo.

Após percorrer um certo caminho teórico e me inteirar da organização popular em Sarandi, constatei que a organização predominante no município era a de associações de moradores. Assim, passei a investigar as configurações deste associativismo e a relação dele com as manifestações populares e com a política institucional. Entrevistei os presidentes das associações de moradores e da União Sarandiense de Associações de Moradores de Sarandi (UNISAM). As entrevistas foram semiestruturadas e integralmente transcritas e analisadas a luz de um conjunto teórico, o que me levou a identificar os projetos políticos que estes sujeitos portam.

A noção de projeto político, entendido como uma matriz política, social e cultural que orienta a ação dos sujeitos foi de fundamental valia. De acordo com Dagnino (2002, 2004), os projetos políticos estão em disputa na sociedade e veiculam significados, representações e crenças de como deve ser a vida em sociedade e de como deve ser o próprio sistema político. Este conceito, ao articular práticas e significados, possui como virtualidade um vínculo indissolúvel entre cultura e política. Assim, permite olhar ao mesmo tempo para os resultados políticos da ação dos diferentes sujeitos e para os seus significados na construção de uma sociabilidade.

Ainda de acordo com Dagnino, entre os distintos projetos políticos em disputa na sociedade, encontra-se o democrático-participativo, o qual tem se empenhando na construção de uma sociedade democrática. Herdeiro da tradição dos movimentos sociais, essa concepção é uma criação dos segmentos populares e está sustentada na noção de direitos a ter direitos e

tem como principais características a criação de uma nova cidadania e o alargamento da democracia para além dos marcos formais. Todavia, salienta a autora, esse processo não é homogêneo nem contínuo, ao contrário, é um processo clivado pelos conflitos internos ao setor democrático-participativo e pelas disputas com outros projetos políticos.

O município de Sarandi, na percepção dos entrevistados, possui diversos problemas sociais. Ao longo das entrevistas foram apontados problemas com a infraestrutura urbana, considerada precária e ineficiente, bem como problemas na saúde e na educação. Existe também, entre os entrevistados, uma preocupação com a violência e com as drogas, principalmente entre os jovens. Na avaliação de alguns presidentes o poder público deveria enfrentar o problema da dependência química e da violência por meio de políticas de prevenção, realizando atividades nas áreas esportiva, musical e artística. Estes problemas foram interpretados, nesta pesquisa, como sinal de uma estrutura social autoritária que dispõe diferentes lugares para diferentes segmentos da população. Todavia, as associações de moradores passam a reelaborar estes problemas e a enfrentá-los com as estratégias de que dispõem. Nesse sentido, a organização e atuação das associações de moradores está de alguma forma relacionada com a tentativa de obter melhores condições de vida.

A última metade dos anos 1990 foi marcada em Sarandi pelo “esvaziamento das torneiras”, isto é, por uma crise generalizada de abastecimento de água. Foi um período de grande dificuldade para a maioria da população, que, inúmeras vezes, teve que lidar com o drama de não ter água em casa para beber, tampouco para as diversas atividades domésticas, tais como o preparo das refeições, os banhos antes e depois do trabalho, a lavagem de roupa e mesmo a descarga do banheiro. Momento de negação de um direito fundamental, esta população se viu privada não apenas da água, mas da própria participação nas decisões para resolver o problema. Esta crise foi interpretada pelos movimentos populares como uma investida da prefeitura para privatizar o Departamento de Água e Esgoto de Sarandi. Nessa avaliação, acredita-se que a prefeitura deixou de investir no sistema hidrovitário propositalmente para estimular a sensação de que a solução seria a transferência para a iniciativa privada.

Apesar da tentativa do governo municipal de impor a privatização por meio de inserção do projeto na ordem do dia da sessão legislativa da Câmara dos vereadores sem discussão prévia com a população, as organizações populares convocaram os moradores para lutar contra a mesma, o que acabou por forjar um espaço público, onde conseguiram fazer com que suas vozes fossem ouvidas e reivindicar o estatuto público da água municipal. Certos que “a água é vida e não pode ser vendida”, como teria dito o Padre João Caruana, estudantes

secundaristas, militantes do Partido dos Trabalhadores e da Pastoral da Juventude, bem como os próprios padres – e especialmente o padre João Caruana –, passaram a organizar as manifestações contra a privatização do Departamento de Água e Esgoto. Por meio do diálogo com a população, convocando todos para a luta contra a privatização, as manifestações foram massivas, a Câmara de vereadores chegou a ser ocupada e militantes foram detidos. Finalmente a pressão popular conseguiu com que os vereadores aprovassem a revogação da lei de privatização. O prefeito, todavia, vetou o projeto, o que obrigou o movimento a fazer novas manifestações e mais pressão sobre os edis, que acabaram derrubando o veto do chefe do executivo.

Os resultados dessas manifestações foram notáveis, pois deu origem a um projeto político democrático e participativo, no qual a população ocupou a cena pública e passou a reivindicar um estatuto político às suas manifestações. O resultado destas jornadas foi o fortalecimento de um campo político popular e reivindicativo, no qual diversas instituições e sujeitos coletivos confluíram para uma forma de fazer política assentada nos direitos e na cidadania. As manifestações contra a privatização da água quase que espontaneamente desembocam na eleição de Aparecido Spada, em 2000, como prefeito de Sarandi pelo Partido dos Trabalhadores. Juntamente com Spada, o PT reelegeu como vereador José Aparecido da Silva e elegeu o jovem Cleiton Damasceno, uma das principais lideranças do movimento contra a privatização. Entre as principais medidas tomadas pelo governo popular do PT encontra-se a manutenção do caráter público do Departamento de Água e Esgoto, o melhoramento da rede hidrovíaria e a construção de novos poços artesianos. Outras medidas importantes foram o investimento na saúde e na educação, a criação do orçamento participativo e a revitalização ou criação de conselhos gestores de políticas públicas.

Apesar de grandes expectativas por parte da população, o governo de Aparecido Spada (PT) teve algumas controvérsias, sobretudo no segundo mandato, entre 2005 e 2008. Spada se distanciou aos poucos do projeto democrático-participativo e chegou mesmo a privatizar o aterro sanitário municipal, que desde então é administrado por uma empresa privada. Nessa ocasião, o prefeito sofreu protestos até mesmo de membros do próprio Partido dos Trabalhadores. Tais conflitos acabaram repercutindo nas eleições de 2008, que culminou com a volta ao poder de um antigo político conservador do município, o senhor Milton Martini (PP). Apesar do pífio resultado nas eleições majoritárias, o Partido dos Trabalhadores ainda elegeu, neste pleito, Aparecido Biancho (outra liderança importante do movimento contra a privatização da água) e Reginaldo do Santos como vereadores.

Com denúncias de corrupção e com vários processos, Martini teve sua cassação primeiramente declarada pelo ministério público e na sequência pela própria Câmara de vereadores. O processo de cassação de Martini, todavia, foi muito complexo e caracterizado pela coalização de diferentes forças políticas. Por um lado, os movimentos populares, partidos de esquerda e associações de moradores e, por outro, aliados do então vice-prefeito, Carlos Alberto de Paula Junior (PDT), uniram forças pela cassação de Martini. Esses diferentes sujeitos se organizaram no Comitê de Luta Contra Corrupção, o qual realizou uma série de atividades em favor da deposição do prefeito considerado corrupto. As tensões internas ao comitê eram notáveis, já que enquanto o grupo das associações de moradores e partidos de esquerda pedia a cassação de toda a equipe do governo municipal, o grupo ligado ao vice-prefeito lutava pela cassação apenas de Milton Martini. Finalmente, uma longa sessão na Câmara dos vereadores votou por unanimidade a cassação do prefeito e reconheceu Carlos Alberto de Paula Junior como prefeito municipal. A percepção dos entrevistados é que, embora o vice-prefeito tenha exercido um importante papel, a força das manifestações populares foi decisiva para a cassação de Martini.

Nesse momento ocorre novamente o fortalecimento do projeto político democrático-participativo em torno das lutas contra a cassação de Martini, precedida pela luta contra a vinda do lixo de outras cidades para Sarandi. De fato, foi um momento de grande mobilização popular e de ampliação de espaços públicos. Nesse contexto, ganha centralidade neste trabalho a União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM). Então governada pelo campo político democrático-participativo, a UNISAM foi uma importante instituição na organização e mobilização popular neste período.

Todavia, o movimento popular já não contava com o mesmo vigor do final dos 1990 e, alguns meses após a posse de Carlos de Paula, um grupo de associações, insatisfeito com este padrão de ação da UNISAM, se aproxima do novo prefeito, Carlos de Paula, e estabelece uma aliança em oposição ao setor democrático-participativo. Este grupo vence as eleições para a diretoria da UNISAM e imprime um novo padrão de ação a esta entidade e às associações que governam. Assim, em vez de manifestações, protestos, atos públicos e mobilização popular, este grupo passa a atuar nos bastidores, por meio das relações pessoais com “autoridades” municipais e mesmo com o prefeito, que chega inclusive a receber alguns presidentes em sua residência particular.

Enquanto as associações reivindicativas veem o seu espaço de atuação cada vez mais encolhido, um projeto político conservador se fortalece no município. Por um lado, presidentes afetos a este grupo elaboram uma imagem do prefeito municipal como



empenhando em resolver os problemas da cidade e por outro o próprio prefeito aprofunda esta imagem por meio de obras com visibilidade pública, como asfaltamento de alguns bairros, criação de uma guarda municipal e mesmo divulgação da unidade de pronto atendimento (UPA 24 horas) do governo federal como resultado de seu trabalho.

Apesar da perda de espaço, o campo democrático-participativo continua vivo e atuante em Sarandi. Evidentemente, este grupo enfrenta grandes dificuldades, inclusive para se manter organizado e manter seu padrão de ação conflitivo. Ainda assim, um pequeno número de associações continua realizando cobranças públicas, mobilizações populares, especialmente na Câmara dos vereadores, e reivindicando obras que consideram importantes para o município. A consequência de sua combatividade tem sido a manutenção da política – conflito estabelecido publicamente –, mas, também, a ira dos seus inimigos, que tem buscado minar tanto quanto possível a atividade destas associações.

Para além da disputa entre estes dois campos opostos, é possível encontrar um terceiro padrão assumido por um número significativo de associações. Chamado provisoriamente neste trabalho de *seleção estratégica*, sujeitos associativos selecionam suas estratégias, práticas e discursos nos diferentes quadros de referência que dispõem. Assim, é possível encontrar a mescla entre elementos mais conflitivos e outros mais conciliadores, conforme a situação o exige. Nesse contexto, a mobilização de conhecidos e sua rede de influências, as negociações particularistas, a mobilização popular e as denúncias públicas são peças de um vasto repertório utilizado para obter as demandas. Isto é, caso uma estratégia falhe, a associação dispõe de outros recursos potencialmente eficazes para a obtenção da reivindicação. A análise das redes sociais ilustrou estes trânsitos e demonstrou a centralidade de alguns sujeitos, enquanto outros se situam nos espaços intermediários e laterais nas redes sociais dos sujeitos associativos. A UNISAM, apesar de sua mudança de padrão, é a principal referência institucional para os presidentes de associação de moradores, enquanto o prefeito Carlos de Paula e o então vereador Aparecido Biancho também são referências importantes para os presidentes de associação.

É notável ainda que um número significativo de associações tenha encerrado suas atividades. Sintoma das dificuldades organizativas enfrentadas pelas associações e, em certa medida, mesmo para a construção democrática, a questão da participação foi apontada como principal motivo para o encerramento destas associações. No relato dos presidentes aparece ao mesmo tempo o desinteresse dos moradores em participar da associação e a decepção com o não atendimento das reivindicações. Estes apontamentos indicam também a dificuldade que algumas associações encontram em se reconhecer como sujeitos construtores de uma nova

cidadania. Nesse quadro, embora acreditem que possam contribuir de alguma forma, suas expectativas ficam excessivamente centralizadas nas autoridades legislativas e executiva, enquanto que a capacidade criativa e reivindicativa da associação não é percebida.

É importante ainda notar que, enquanto o executivo municipal goza de altos níveis de aprovação na percepção da maioria dos entrevistados (exceção deve ser feita ao grupo democrático-participativo), o legislativo não possui a mesma popularidade. Assim, o conjunto das associações de moradores rechaça a atuação do legislativo, mas com contornos diferentes entre os diferentes padrões de atuação. Setores mais próximos ao campo conservador tendem a fazer uma crítica homogênea dirigida a todos os vereadores, os quais são considerados ineficientes e preocupados apenas em atender os próprios interesses, enquanto vivem distantes da realidade dos moradores. O paradoxo desta posição é a exaltação da imagem do prefeito, mas desvinculada do legislativo, que é quem dá sustentação para as obras da prefeitura, não apenas aprovando os projetos, mas também atuando como parceiros do executivo.

Já para a vertente associativa ligada ao projeto democrático-participativo, tanto os vereadores como o prefeito são alvos de uma dura crítica. No entanto, a crítica não se dirige a todos indistintamente. Nesse caso, a crítica é focada em um padrão de ação dos vereadores que são considerados descomprometidos com os moradores e ligados a um projeto conservador e não ao conjunto como um todo. Estas associações fazem reuniões com os vereadores, os pressionam, cobram apoio deles em causas das associações e participam da maioria das sessões legislativas. Assim, este grupo de associações, que apesar de cobrar de forma contundente o legislativo (mas também o executivo), não cai no que parece ser a armadilha do “todos são iguais e descomprometidos”. Inclusive, este grupo esteve representado por um vereador na Câmara municipal no período de 2009 a 2012, o qual foi inúmeras vezes mobilizado para defender as demandas populares, o que indica a possibilidade de conquistas por meio desse espaço.

Em meio a avanços e retrocessos, conquistas e derrotas, alegrias e frustrações, a percepção que os entrevistados formulam sobre direitos, cidadania e democracia apontam para uma tensão existente entre democracia formal e democracia real. Os entrevistados reconhecem o valor das instituições democráticas, mas salientam que há um bom caminho para que esta democratização chegue à vida de todos os moradores, inclusive porque a maioria da população não conhece os seus direitos de cidadania. Por outro lado, ressaltam que a população é muito bem lembrada de todos os seus deveres para com a sociedade. Os entrevistados mais próximos ao campo democrático-participativo associam a democracia à

luta pela conquista de direitos. Assim, para este grupo, não basta apenas lamentar o não cumprimento dos direitos, é preciso se mobilizar e lutar por eles.

Por fim, entendo que as associações de moradores, independente de seu padrão ou sua configuração, exercem um papel importante na construção democrática. Como os próprios presidentes reconhecem, uma associação de moradores possui uma força muito grande (ainda que do ponto de vista potencial), inclusive, segundo os entrevistados, pode ser mais forte do que o próprio mandato de um vereador. Esses presidentes parecem perceber que mesmo que sua associação não esteja tão estruturada como gostariam, esta organização possui uma grande potencialidade. Isto é, uma organização de moradores cria condições para que se forme um espaço público e para que a população se inscreva na história como protagonista e não apenas como coadjuvante. Talvez por isso o interesse das forças conservadoras em deter o controle das associações de moradores e da União Sarandiense de Associações Moradores.

Os últimos anos tem sido duros para o campo democrático-participativo: perda do governo municipal em 2008, perda da UNISAM em 2010 e recentemente a derrota nas eleições de 2012, quando este campo não conseguiu sequer eleger um vereador. Embora Aparecido Biancho tenha sido o segundo mais votado, com 2035 votos, ou seja, 4,45% do total, entre todos os candidatos a vereança, sua legenda não obteve votos suficientes para a conquista de uma cadeira na câmara de vereadores. Assim, além de obter sua reeleição com 68,23% dos votos, Carlos Alberto de Paula Junior conseguiu a eleição de seus parceiros para todas as cadeiras da Câmara Municipal, o que lhe garantiu uma hegemonia inédita no município. Neste contexto, o projeto político conservador se fortalece, em parte graças à parceria entre UNISAM, associações de moradores e prefeito.

De fato, as forças conservadoras ocuparam o espaço que aos poucos foi deixando de ser ocupado pelos sujeitos democrático-participativos, o que acabou engendrando um novo padrão dominante no associativismo sarandiense. Todavia, as forças participativas não estão mortas no município. Ainda existem associações decididas a fazer a discussão política, as denúncias e o enfrentamento, da mesma forma que certamente novos militantes estão sendo gestados nas duras lutas travadas por este grupo.

De resto, é importante afirmar que este trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto. Lidamos com significados e eles são passíveis de interpretação e de discordância por outros pesquisadores e observadores. Embora a tentativa seja tanto quanto possível manter a fidelidade ao real, nossa visão de mundo e nossos valores inevitavelmente inclinam nosso olhar para alguns pontos, enquanto outros são obscurecidos. Do ponto de vista analítico, portanto, a temática não está esgotada. Evidentemente, uma série de elementos não foram

explorados e merecem estudos posteriores. Entre eles, é possível citar a trajetória das associações de moradores, sobretudo as afetas ao campo conciliador, bem como da UNISAM. A organização partidária e seu vínculo, aparentemente sutil, mas certamente não inexistente, também requer investigações mais aprofundadas. Outro caminho a ser explorado é a influência das associações sobre os indivíduos que dela participam. Verificar, por exemplo, quais as mudanças e continuidade na vida destes sujeitos depois de começarem a participar. Por outro lado, também seria muito frutuoso voltar o olhar para a influência destes sujeitos para a configuração associativa. Por exemplo, qual o impacto do seu histórico familiar, suas opções religiosas, acadêmicas, culturais e de amizade sobre sua prática associativa. Enfim, são várias dimensões da realidade que, ainda que aparentemente não tenham relação com o fenômeno associativo, certamente estabelecem algum tipo de vínculo com ele, o que requer estudos para o conhecimento aprofundado não apenas do objeto de estudo desta pesquisa, mas para o conhecimento social como um todo.

De qualquer forma, para finalizar, é importante salientar que apesar do padrão dominante de natureza particularista e privado, a simples existência de associações de moradores permite, ao menos como possibilidade, a disputa política, o conflito, o desentendimento, de modo que, enquanto a liberdade de ação e de discurso existirem, a possibilidade de criação de algo novo, de espaços públicos e da política persiste. Ao reconhecer a densidade política e a existência de múltiplos projetos em disputa, podemos entender que o cenário atual não é um desfecho, mas apenas um momento que pode ser passageiro. Deste modo, não nos cabe lamentar os desmanches recentes, mas reconhecer os esforços para a manutenção do estatuto político das manifestações sociais e confiar na capacidade criativa da ação humana. A possibilidade de as associações de moradores e demais sujeitos populares se reinventarem e criarem novos espaços públicos permanece.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina (1995) “Para Além da ‘democracia realmente existente’: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos”. **Trabalho apresentado à XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu, MG, Brasil.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica as teorias da transição para a democracia. **Revista de Ciências Sociais**, n. 28, 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm)>. Acesso em 04 ago. 2011.

AVRITZER, Leonardo. Um Desenho Institucional para o novo associativismo. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, São Paulo, n° 39, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a09n39.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2012.

BAIERLE, Sérgio Gregório. A Explosão da Experiência: Emergência de um Novo Princípio Ético-Político nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre. In: ALVARES, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BAIERLE, Sérgio Gregório. 1992. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeitos nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, Segregação e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2003.

CÂMARA DOS VEREADORES de Sarandi. Relatório Final: **Comissão Processante n° 01/2009 – Processo n° 001/2009**. Portaria n° 065/2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Alves de Albuquerque. **“Eppur si move...”**: Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CATÃO, Francisco A. C. **O que é teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena: Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COSTA, Sergio. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil: Uma Abordagem Interativa. **Novos Estudos**, nº 38, 1994. Disponível em: <[http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080626\\_esfera\\_publica\\_redescoberta.pdf](http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080626_esfera_publica_redescoberta.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: Alajandro Grimson (ed.) **La Cultura em las crisis latino-americanas**. Clacso. Buenos Aires, 2004. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/gt/20100918091218/10dagnino.pdf.ori>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: A Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana. In: ALVARES, Sonia E.; \_\_\_\_\_; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção Cidadania. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org). **A Disputa Pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

DAMASCENO, Cleiton. **A Revolta das Torneiras Vazias: A Luta de Uma Cidade Contra a Privatização**. Curitiba: Editora Pão e Rosas, [2002?].

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos: Trajetórias Individuais entre Sociedade Civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: História de Movimentos Sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Políticas Públicas Urbanas, Espaço Público e Segregação em Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012.



GALVÃO, Altair Aparecido. **Condomínios horizontais fechados: segregadores ou segregados?** - Um estudo de caso no município de Maringá. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. **Sociedade Civil e Democracia:** reflexões sobre a realidade brasileira. In: IDEIAS: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Ano 5(2)/6(1), 1998/1999.

GURZA LAVALLE, Adrián. A Nova Sociedade Civil e as Práticas de Consociação na Vida Pública no Fim de Século. In: \_\_\_\_\_ **Espaço e Vida Públicos:** reflexões Teóricas e Sobre o Pensamento Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GURZA LAVALLE, Adrián; Castello, Graziela; BICHIR, Renata Mirândola. Quando Novos Atores Saem de Cena. Continuidades e Mudanças na Centralidade dos Movimentos Sociais. In: **Política e Sociedade:** Revista de Sociologia Política. V I, N°5, Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004.

JORDÃO, Vitor Luis Colli. **O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Maringá/PR.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

MARINGÁ. Lei Complementar n° 899/2011. Maringá, 27 jul. 2011.

MARINGÁ. Lei Complementar n°920/2012. Maringá, 24 jul. 2012.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_ **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOURA, Joana Tereza de e SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores Sociais em Espaços de Ampliação da Democracia:** as Redes Sociais em Perspectiva. Revista de Sociologia Política. Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.

NASCIMENTO, Wagner. Cipriano. **As Relações de Poder no Contexto Político-econômico de Foz do Iguaçu/PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2010.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles – Núcleo Regional de Maringá. **PAC Maringá “Contorno Norte”:** Aprofundando o Processo de Segregação socioespacial. Maringá, relatório, \_\_\_\_\_ 2012. Disponível em: <[http://www.cch.uem.br/observatorio/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290:-observatorio-entrega-relatorio-sobre-o-contorno-norte-de-maringa](http://www.cch.uem.br/observatorio/index.php?option=com_content&view=article&id=290:-observatorio-entrega-relatorio-sobre-o-contorno-norte-de-maringa)>. Acesso em: 28 fev. 2012.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles – Núcleo Regional de Maringá. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.** Mimeo, ([entre 2008 e 2009]).

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: o Totalitarismo Neoliberal. In: \_\_\_\_\_; PAOLI, Maria Célia (Orgs). **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OTTMAM, Goetz. **Cidadania Mediada: Processos de democratização da política municipal no Brasil**. In: Novos Estudos, 74, Março 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29645.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: Em Busca de Um Estatuto Político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos sociais no Brasil**. “Sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero/Ildefes/Labor, 1995.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Ana Carolina Torrente; RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Relação entre Segregação Urbana e Desigualdades Educacionais nos Municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi – PR**. In: Encontro Internacional de Ciências Sociais, III, 2012, Anais do Evento. Pelotas. Disponível: <[http://www.ufpel.tche.br/isp/ppges/eics/dvd/documentos/gts\\_1lleics/gt14/gt14anacarolina.pdf](http://www.ufpel.tche.br/isp/ppges/eics/dvd/documentos/gts_1lleics/gt14/gt14anacarolina.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

PRIORI, Josimar. Caderno de Entrevistas: **Conflito, Seleção Estratégica e Conciliação: Política e Democracia na Ação de Setores Populares em Sarandi-PR**. Documento elaborado a partir das transcrições de entrevistas para Dissertação de Mestrado, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento – Política e Filosofia. São Paulo: ed. 34, 1996.

RODRIGUES, Ana Lúcia: **A pobreza mora ao lado: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 4. e.d. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARANDI-PR. Lei Complementar nº263/2011. Sarandi, 13 dez. 2011.

SARANDI-PR. Lei Complementar nº261/2011. Sarandi, 8 ago. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, Lígia. Situando o Debate sobre Movimentos sociais e a Sociedade Civil no Brasil – Introdução. In: **Política & sociedade: Revista de Sociologia Política**. Programa de pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis: cidade Futura, v° 1, n° 5, 2004.

SILVA, Juliano Alves. **A influência do associativismo no espaço urbano em dois municípios da região metropolitana de Maringá – os casos de Sarandi e Paiçandu**.

Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2008.

SILVA, Marcelo K. **Construção da “Participação Popular”**: Análise Comparativa de Processos de Participação Social na Discussão Pública do Orçamento em Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Marcelo K. **Sociedade Civil e Construção Democrática**: do Maniqueísmo Essencialista à Abordagem Relacional. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, jul/dez. 2006.

SZWAKO, José. Os Sentidos da Democracia: Crítica, Aposta e Perplexidade na Produção do CENEDIC. In: **Lua Nova**: revista de Cultura política, São Paulo, n° 78, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a12n78.pdf>>: Acesso em: 09 ago. 2011.

TATAGIBA, Luciana . Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Evelina Dagnino. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: Aprofundando o Debate. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 25, 2005.

TATAGIBA, Luciana. Relação Entre Movimentos Sociais e Instituições Políticas no Cenário Brasileiro Recente: Reflexões em Torno de Uma agenda Preliminar de Pesquisa. In: ALVAREZ, Sonia; BAIOCCHI, Gianpaolo; LAÓ-MONTES, Agustín; RUBIN, Jeffrey; THAYER, Millie. (Orgs.). **Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society, and Democratic Innovation**. (no prelo). Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2009-artigo-tatagiba\\_luciana.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf)>. Acesso em: 2 jul 2012.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. In: DAGINO, Evelina (Org). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa 1: A Árvore da Liberdade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa, 2: A Maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TONELLA, Celene. Cultura Política, Dimensões do Exercício da Cidadania e Participação na Vida Pública em Cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. Belo Horizonte: **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, 2011. Disponível em: <[http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Celene\\_Tonella.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Celene_Tonella.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2012.

VALOTTA, Fernanda. **Violência Urbana na Região Metropolitana de Maringá (Pr.)**: Uma ANÁLISE dos homicídios e da Precariedade dos Territórios. Dissertação em Andamento (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá,PR, (inédito).

VELOSO, Elizabeth Aparecida Gotardo. **Da Favela ao Bairro** – Transformação no espaço habitado em Sarandi. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <[http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2012/mapa2012_web.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1979.

## JORNAL, DOCUMENTOS, SITES E BLOGS CONSULTADOS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS JARDINS PANORAMA E INDEPENDÊNCIA 2ª PARTE. **Sarandi pela vida**. Disponível em: <[http://amjpi.blogspot.com.br/2011/12/sarandi-pela-vida\\_05.html](http://amjpi.blogspot.com.br/2011/12/sarandi-pela-vida_05.html)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS JARDINS PANORAMA E INDEPENDÊNCIA 2ª PARTE. **Informativo**. S/l. Entre 2000 e 2010.

BLOG DO HILÁRIO GOMES. **Diario enfatiza afastamento de Martini**. Disponível em: <<http://hilariogomes2008.blogspot.com.br/2009/12/diario-enfatiza-afastamento-de-martini.html>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BLOG DO HILÁRIO GOMES. **Família acusa Pronto Atendimento de Sarandi Após Morte de Menina Com Apendicite**. Disponível em: <<http://hilariogomes2008.blogspot.com.br/2012/01/familia-acusa-pronto-atendimento-de.html>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BLOG DO HILÁRIO GOMES. **Prefeito Milton Martini Reassume**. Disponível em: <<http://hilariogomes2008.blogspot.com.br/2009/12/prefeito-milton-martini-reassume.html>>. Acesso em: 13 Fev. 2013.

BLOG DO JOAQUINZÃO. **UPA Nada Acrescentou So Mídia**. Disponível em: <<http://blogdojoaquinzao.blogspot.com.br/2012/05/upa-nada-acrescentou-so-midia.html>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

CÂMARA REC. **Atropelamento Com Duas Mortes na Avenida Colombo em Sarandí**. Disponível: <<http://cameranorec.blogspot.com.br/2011/10/atropelamento-com-duas-mortes-na.html>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

DAMASCENO, Cleiton. **Informativo do Vereador Cleiton Damasceno**. S/l. [Entre 2005 e 2008].

FOLHA DE SARANDI. **Com Água nos Olhos**. Sarandi, 14 mar. 1998.

FOLHA DE SARANDI. **Maioria da Câmara Vota contra a Venda da Água.** Sarandi, 23 mar. 1999.

GAZETA MARINGÁ. **Sob protestos, Vereadores de Sarandi Aprovam Nova Taxa do Lixo.** Disponível: <  
<http://portal.rpc.com.br/jm/online/conteudo.phtml?tl=1&id=1057979&tit=Sob-protestos-vereadores-de-Sarandi-aprovam-nova-taxa-do-lixo>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

IBGE Cidades. **Sarandi-PR.** Disponível em: <  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412625>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

IBGE. Glossário: **Aglomerado Subnormal (Favelas e Similares).** Disponível em: <  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia\\_do\\_censo\\_2010\\_glossario.php](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php)>. Acesso em: 28 nov. 2012

IBGE CIDADES. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 fev. 2013

JUVENTUDE E REVOLUÇÃO. **O que é a JR?** Disponível em: <  
<http://juventuderevolucao.org/o-que-e-a-jr/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Prefeitura de Maringá desistir de Mandar lixo Para Sarandi.** Maringá, 23 de julho de 2009.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Protestos em Sarandi Continuum.** Maringá, 22 de julho de 2009.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Envio de Lixo a Sarandi é Irreversível, Diz MP.** Maringá, 21 de julho de 2009.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Grupo é Detido por Distribuir Panfletos.** Maringá, 22 de janeiro de 2010.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Lixo de Maringá Vai Para Aterro Particular em Sarandi.** Maringá, 16 de julho de 2009.

O DIARIO do Norte do Paraná. **Martini Representa hoje Mudança à lei Orgânica.** Maringá, 22 de julho de 2009.

O DIÁRIO do Norte do Paraná. **Populares ‘Lavam’ a Prefeitura.** Maringá, 17 de dezembro de 2009.

O DIÁRIO do Norte do Paraná. **Sob Protestos, Câmara Aprova Doação de Terreno em Sarandi.** Maringá, 21 de agosto de 2007.

O REPÓRTER REGIONAL. **Em Boca fechada Não Entra Almoço.** Sarandi, 27 fev. 1998.

O REPÓRTER REGIONAL. **Falta de Água em Sarandi.** Sarandi, 24 a 31 dez. 1999.

O REPÓRTER REGIONAL. **O Povo Não Quis. 10 Vereadores Foram Contra o Povo. 4 Vereadores Foram Aplaudidos Como Heróis na Votação da Água.** Sarandi, 27 jun. 1998.

O REPÓRTER REGIONAL. **Privatização da Água:** População e Vereadores São Contra. Sarandi, 31 out. 1997.

PSTU. **Manifestantes de Sarandi (PR) Entregam Projeto de Lei Contra Despejo de Lixo.** Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/editorias\\_materia.asp?id=12561&ida=0](http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=12561&ida=0)>. Acesso em: 03 jul. 2012.



## APÊNDICES



**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIOS**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CONFLITO OU CONCILIAÇÃO? POLÍTICA E DEMOCRACIA NA AÇÃO DE  
SETORES POPULARES EM SARANDI-PR

**ENTREVISTA SEMIPADRONIZADA**

1. Há quanto tempo o sr (a). participa de alguma organização coletiva? O que lhe motivou a começar participar?
2. Quais os principais problemas sociais da cidade de Sarandi? O sr. (a) se lembra de alguma dificuldade enfrentada por ti ou alguém próximo a ti?
3. Em sua opinião, qual deve ser o papel das associações de moradores?
4. Em sua opinião, como deve ser o relacionamento das associações de moradores com os políticos, com a prefeitura, vereadores e partidos?
5. Com quem a sua associação de moradores pode contar no encaminhamento das suas necessidades/demandas?
6. Qual o relacionamento de sua associação com a Câmara municipal (registrar os nomes)?
7. Existem pessoas (vereadores, líderes de movimentos sociais, religiosos etc.) que vem de fora para ajudar na organização da luta (registrar os nomes)?
8. Quais lutas encampadas pelo sua associação que sr. (a) considera que trouxe mais benefícios para Sarandi? Conte-me sobre elas. Quais foram as principais reivindicações?
9. O seu movimento social participou da luta contra a privatização da água no final dos anos 1990? O que você recorda sobre esta luta? Quais os motivos desta luta? Quais os grupos/movimentos envolvidos e quais as principais lideranças desta mobilização?
10. Qual a participação do sr. (a) e da Associação de Moradores na luta pelo impeachment do prefeito Milton Martini? Quais os motivos desta luta? Quais os grupos/movimentos envolvidos e quais as principais lideranças desta mobilização?
11. Quais os maiores obstáculos para a mobilização e para a organização do movimento popular atualmente?
12. Na opinião do Sr. (a) o que são direitos ... cidadania ... democracia.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

GENTE QUE LUTA: RESISTÊNCIA E DEMOCRACIA NA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS POPULARES EM SARANDI

Com base na lista a seguir, gostaria que o (a) senhor (a) indicasse com quais pessoas ou grupos o (a) senhor (a) e/ou sua associação de moradores possuem relação política, econômica ou de parceria. Para nenhuma relação assinale **0**, para máxima relação assinale **2**.

<b>VEREADORES</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Ailton Machado			
Belmiro da S. Freitas			
Aparecido Bianco			
Cilas Moraes			
Eunildo Zanchim (Nildão)			
João Lara			
José Aparecido da Silva (Nito)			
Rafael Pszybylski (Rafael do Povão)			
Reginaldo Alves dos Santos (Reginaldo da Saúde)			
Roberto Grava			
<b>PREFEITOS E EX-PREFEITOS</b>			
Aparecido Spada			
Carlos Alberto de Paula Junior			
Júlio Bifon			
Milton Martini			
<b>LIDERANÇAS E POLÍTICOS IMPORTANTES</b>			
Alfredo Peres			
Cida Borguetti			
Edmar Arruda			
Ênio Verri			
Luiz Aguiar			
Odílio Balbinotti			

Ricardo Barros			
Walter Volpato			
<b>PARTIDOS POLÍTICOS</b>			
DEM			
PCB			
PCdoB			
PCO			
PDT			
PHS			
PMDB			
PMN			
PP			
PPL			
PPS			
PR			
PRB			
PRP			
PRTB			
PSB			
PSC			
PSD			
PSDB			
PSDC			
PSL			
PSOL			
PSTU			
PT			
PTB			
PTC			
PTdoB			
PTN			
PV			
<b>ENTIDADES</b>			

Igreja Católica			
Igrejas Evangélicas			
Sindicatos			
<b>ASSOCIAÇÕES DE MORADORES</b>			
União Sarandiense das Associações de Moradores (UNISAM)			
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Triângulo			
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Independência 2º Parte			
Associação de Moradores e Amigos Parque São Pedro			
Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança			
Associação de Moradores do Jardim Verão/ A união faz a força			
Associação de Moradores do Conjunto Floresta			
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Sarandi			
Associação de Moradores do Jardim Panorama			
Associação de Moradores do Jardim Independência 3º parte.			
Associação de Moradores do Jardim Independência 1º Parte			
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Bertiooga			
Associação de Moradores do Jardim Primavera e Prima Verão			
Associação de Bairro e Moradores do Centro e do Jardim Europa, Bela Vista e Perimetral Sul			
Associação de Bairro do Jardim Esperança			
Associação de Moradores do Jardim das Flores			
Associação de Moradores e Amigos do Parque Alvarado			
Associação de Moradores e Amigos do Novo Independência 1º Parte			
Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Torres			
Associação de Moradores do Jardim Cometa			
Associação de Moradores do Jardim Paulista			
Associação dos Moradores e Amigos do Parque Alvarado II e Jardim Tropical			
Associação de Moradores e amigos do Jardim Universal			
Associação de Moradores e Amigos do Parque Residencial Bom Pastor e Alphaville			
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Califórnia.			
Associação de Moradores e amigos do Jardim Castelo			
Associação Comunitária do Jardim Santana			

A Associação Comunitária do Distrito do Vale Azul			
Associação dos Moradores do Jardim Mauá			



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada GENTE QUE LUTA: RESISTÊNCIA E DEMOCRACIA NA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS POPULARES EM SARANDI, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e é orientada pela Professora Dra. Celene Tonella, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é analisar o processo constituição e atuação das associações de moradores e dos movimentos populares em Sarandi, tendo em vista sua participação na esfera pública. Para tanto, a sua participação é muito importante. Esta se dará por meio de uma entrevista, com a utilização de um gravador de voz, a fim de que possamos armazenar todos os dados da mesma.

Informamos que, de acordo com a sua disponibilidade, as entrevistas poderão ter uma longa duração ou até ser divididas em mais de uma etapa. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que tal atitude acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos, ainda, que toda a gravação de voz da entrevista será utilizada somente para os fins dessa pesquisa, ficando todos os direitos reservados ao uso restrito por parte dos pesquisadores citados abaixo. Informamos ainda que não citaremos os nomes verdadeiros dos entrevistados. Para as citações literais das narrativas gravadas utilizaremos nomes fictícios. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar por meio dos endereços abaixo, ou procurar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, cujo endereço consta nesse documento

Eu, \_\_\_\_\_  
declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Celene Tonella.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, pós-graduando Josimar Priori, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Prof. Dra. Celene Tonella

Endereço: Avenida Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco G 34 – Zona 07

CEP 87020-900. Maringá –PR Tel.: (44) 3011-8905

E-mail: [celenetonella@yahoo.com.br](mailto:celenetonella@yahoo.com.br)

Josimar Priori

Avenida João Marangoni, 89

CEP 87113-310. Sarandi – PR Tel.: (44) 3274-5828 ou (44) 9821-8092

E-mail: [josimarpriori@hotmail.com](mailto:josimarpriori@hotmail.com)

Universidade Estadual de Maringá

Programa de pós-graduação em Ciências (PGC-UEM)

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco H-12 – Sala 01

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel.: (44) 3011-8905

E-mail: [sec-pgc@uem.br](mailto:sec-pgc@uem.br)